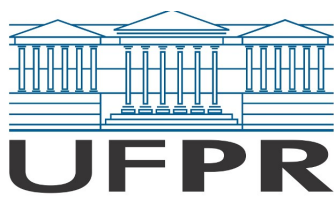


ANAIIS

X Conferência
Internacional de
**Medicina
Veterinária
do Coletivo**

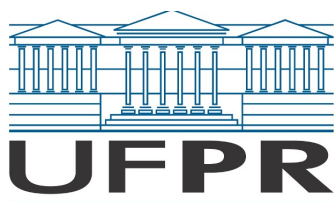


PPGCV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS-UFPR



Anais

X Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo



PPGCV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS-UFPR



MAIO / 2021 Projeto Gráfico e Editoração

Lidiane de Jesus Silva

Organização

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná
Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC)

Revisão dos Anais:

Ana Liz Bastos (IMVC), Gustavo Xaulim (IMVC e UFMG), Lidiane de Jesus Silva (UFPR),
Lucas Galdioli (UFPR e IMVC), Maria Angela Fessel (Revista Clínica Veterinária),
Rita de Cassia Maria Garcia (UFPR e IMVC), Rosangela Ribeiro Gebara (IMVC),
Taylison dos Santos (UFPR e IMVC), Vania de Plaza Nunes (IMVC)

Criação da Capa

Lidiane de Jesus Silva
(Graduanda UFPR)

Todos os resumos neste livro foram fornecidos pelos autores. O conteúdo dos mesmos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

REALIZAÇÃO:



PPGCV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS-UFPR



APOIO:



FÓRUM
NACIONAL DE
PROTEÇÃO E
DEFESA ANIMAL



Clínica
Veterinária

PATROCINADOR:



Diamante



Prata

C748

Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo
(10. : 2021, Curitiba, PR)

Anais [recurso eletrônico]. / X Conferência Internacional
de Medicina Veterinária do Coletivo. 21 e 22 de maio
em Curitiba, PR. – Curitiba : UFPR, IMVC, 2021.

10.3 Mb – 170 p.: il. col.

1. Medicina veterinária – Palestras e Conferências. 2.
Animais - Proteção. 3. Saúde animal. 4. Direitos dos animais. I.
Título. II. Universidade Federal do Paraná. III. Instituto Medicina
Veterinária do Coletivo - UFPR (IMVC).

CDD 636.0832

Catálogo na Fonte UFPR – Sistema de Bibliotecas - SIBI
Bibliotecário: Guilherme Luiz Cintra Neves - CRB9/1572



ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

O curso terá uma abordagem orientada para a identificação de problemas, diagnóstico e enfrentamento das mais diversas situações que envolvem a Medicina Veterinária do Coletivo.

Serão exploradas as áreas de intersecção entre a saúde coletiva, medicina de abrigos, medicina veterinária legal e medicina veterinária de desastres.

Curso chancelado pelo



Instituto de Medicina
Veterinária do Coletivo

Saúde ambiental. Saúde Animal. Saúde Humana. Saúde única.

INICIO: 30 DE AGOSTO DE 2021

MAIS INFORMAÇÕES



COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidência:

Rita de Cassia Maria Garcia – (UFPR e IMVC)

Coordenação:

Taylison dos Santos – UFPR e IMVC

Membros:

Ana Liz Bastos – IMVC

Gustavo Xaulin – IMVC

Laiza Bonela – IMVC

Néstor Calderón Maldonado – IMVC Colômbia

Rafael Vieira – UFPR

Rosangela Ribeiro Gebara – IMVC

Simone Tostes de O. Stedile – UFPR

Vania Plaza Nunes – IMVC

SECRETARIA

Coordenação:

Julia Vilani – Graduanda e Bolsista UFPR

Membros:

Heloise Zavatieri Polato – Residente MVC UFPR

Jessica Pinheiro Feliciano do Nascimento – Residente MVC UFPR

Luis Fernando Turozi Maussion – Residente MVC UFPR

Carolina Geraldi – Graduanda UPF e estagiária MVC UFPR

Diulia Cavallini – Graduanda UFPR

Mariana Quimelli da Silva – Graduanda UFPR

Priscila Kopper Antônio – Graduanda UFPR

Vitor Campos Assumpção de Amarante – Graduando UFPEL e estagiário MVC UFPR

LOGÍSTICA

Equipe de transmissão e distribuição de vídeo:

Carlos Rocha

José Appolinario

Angélica DelNegro

Produção:

Valtencir de Souza (Cenário) – CZ Produções

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ceres Berger Faraco
Daniel Friguglietti Brandespim
Danielle Ferreira de Magalhães Soares
Diana Cuglovici Abrão
Emerson Antonio Contesini
Maria Alice Pires Moreira
Néstor Calderón Maldonado
Paulo Eduardo Brandão
Pierre Barnabé Escodro
Rita de Cassia Maria Garcia
Rosangela Ribeiro Gebara

AGRADECIMENTOS

Ricardo Marcelo Fonseca – Reitor
Graciela Inês Bolzón de Muniza – Vice-Reitora
Francisco de Assis Mendonça – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFPR
Amadeu Bona Filho – Diretor Setor de Ciências Agrárias
Nivaldo Eduardo Rizzi – Vice-Diretor do Setor de Ciências Agrárias
José Francisco Ghignatti Warth – Chefe de Departamento de Medicina Veterinária
Cybelle de Souza – Vice-Chefe de Departamento de Medicina Veterinária
Evandro Reis de Souza – Chefe da Seção de Informática do Setor de Ciências Agrárias
Danilo Ruiz – Agência de Comunicação Carrots
Samuel Baduy Zanchet – Graduando Unicuritiba
Thais Aparecida Vieira da Rosa – Ceunsp - Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio
Instituto PremieRPet®
Vip Diagnóstico
Revista Clínica Veterinária
Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (Fórum Animal)
Associação Brasileira de Bem-estar Animal (ABBEA)



MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) é uma nova área multidisciplinar em ascensão na Medicina Veterinária que utiliza conhecimentos interligados das áreas de Saúde Coletiva, da Medicina de Abrigos, Medicina Veterinária Legal e Medicina de Desastres para promoção da saúde e o bem-estar dos indivíduos, famílias, comunidades e entorno. Considera os animais como parte integrante e indissociável dessas representações, gerando diversas possibilidades de interação com outras disciplinas e novas áreas para atuação do profissional, frente às atuais demandas no mercado de trabalho e relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O **manejo populacional humanitário e sustentável de cães e gatos (MPCG)** em áreas urbanas é um dos grandes temas dentro da MVC, sendo um problema para saúde pública e medicina de abrigos, mas tendo consequências também forenses. A **Medicina de Abrigos** engloba toda a política interna dos locais públicos, privados ou do terceiro setor que fazem a manutenção de cães e gatos no coletivo, mas que têm relação direta e sofrem as consequências de políticas externas de MPCG ineficientes. Inclui os protocolos de admissão de animais, programas preventivos, capacitação de funcionários e demais demandas para que os animais possam ser reintroduzidos na sociedade sem representarem riscos. Na **Medicina Veterinária Legal**, o enfoque é para as interações humano-animal negativas. Os maus-tratos aos animais são um tema que deve ser tratado intersetorialmente: como indicador de outras formas de violência, envolve a saúde, assistência social, conselhos tutelares e de defesa dos direitos dos idosos e das mulheres; as intervenções legais, caso as ações socioeducativas não tenham efeito; e a aplicação dos 4Rs da medicina de abrigos (recolhimento seletivo, reabilitação, ressocialização e reintrodução na sociedade por meio da adoção). A **Medicina Veterinária de Desastres**, com intersecção com as demais áreas do MVC – saúde coletiva, medicina de abrigos e medicina veterinária legal – envolve desde os planos de contingência até toda a logística necessária durante e após os desastres para suprir as necessidades dos animais atingidos e prevenir as zoonoses e outros agravos.

O mundo em desenvolvimento tem sofrido importantes mudanças sociopolítico e econômicas que geram um quadro de extremas iniquidades sociais. Entender essa situação e como enfrentá-la é um desafio de grande complexidade que necessita de conhecimentos e abordagens diferenciadas por equipes multiprofissionais e interdisciplinares. **A MVC envolve uma atuação da medicina veterinária com entendimento do complexo social e suas demandas políticas, econômicas, sociais e educacionais existentes em todas as comunidades e territórios, visto que essas demandas não são apenas problemas humanos, pois refletem sobre a vida dos indivíduos, famílias, comunidades e seus animais.** As desigualdades sociais, as estruturas socioeconômicas e políticas afetam todos os seres, inclusive os animais que fazem parte da nossa sociedade e são impactados pelos seus problemas direta ou indiretamente, cuja competência de zelar pela saúde deles é do profissional médico-veterinário.

Uma primeira percepção para a MVC é reconhecer que **fazer parte de uma família inclui compartilhar o mesmo ambiente, os mesmos problemas e as mesmas vulnerabilidades** que a família possui. Essa percepção, quando voltada à prevenção e controle de zoonoses ou dos agravos e doenças não transmissíveis, como no caso da violência doméstica, já oferece ao animal de estimação um novo olhar, pois ele funciona como “uma sentinela” auxiliando no diagnóstico ampliado da situação familiar. Uma segunda percepção para a MVC refere-se **a importância do vínculo e das interações humano-animal**, com o reconhecimento dos seus benefícios e riscos (identificando as suas desordens) e como esse vínculo movimenta as vidas dos indivíduos, famílias e comunidades.



A MVC é uma área que se utiliza da construção coletiva para contribuir com a promoção da saúde integral e harmônica do ser humano, animais e ambiente, **auxiliando o exercício e a prática efetiva dos conceitos teóricos da Saúde Única**, de forma multiprofissional, intersetorial e interinstitucional, colaborando desta forma para o atendimento dos aspectos relacionados à prevenção e controle de enfermidades transmissíveis (zoonoses) e outros agravos, como os não transmissíveis (acidentes por animais peçonhentos, violência interpessoal, ataques e mordeduras por cães e gatos, entre outros), intervindo potencialmente na mudança de atitudes do ser humano e na mobilização social. A partir dos saberes da MVC, espera-se contribuir com o desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos para a participação ativa e democrática dos profissionais e demais pessoas envolvidas no planejamento e execução de programas e estratégias nas comunidades ou em famílias, sejam estas em situação de vulnerabilidade ou não, destinadas a melhorar a qualidade de vida dos humanos e seus animais, e do equilíbrio ambiental.

O processo de atuação do profissional médico-veterinário, assim como de outros profissionais na área de MVC, **se caracteriza em forma de rede ou de constelação**, sendo as atividades interligadas, em caráter de concomitância. É, portanto, uma área de aplicação prática da estratégia de saúde única, como citado anteriormente, que envolve todos os profissionais que atuam em um determinado território ou comunidade, considerando os diferentes níveis de organização da sociedade, como por exemplo, nas equipes de saúde do Sistema Único de Saúde, ou nos projetos de pesquisa e extensão, desenvolvidos durante a formação da graduação e pós-graduação de diversas instituições de ensino brasileiras, relacionadas ao processo de formação profissional do médico-veterinário. Objetivamente, na prática, colabora para formular, analisar, auxiliar e orientar na implantação de ações preventivas que objetivam eliminar e/ou controlar os elos da cadeia epidemiológica das doenças transmissíveis e demais agravos, seja no ambiente físico ou social ou no meio interno dos seres vivos afetados ou suscetíveis, por meio de ações com abordagens interprofissionais e intersetoriais, considerando os determinantes sociais.

É uma área de atuação transdisciplinar e intersetorial, cujas atividades e ações vem se estruturando nos princípios da estratégia de saúde única. As intervenções se constroem na articulação com diversos setores (saúde, social, ambiental, educação, agricultura, entre outros), atores sociais (gestores, profissionais de saúde, instituições de ensino, ONGs, setor privado) e sociedade civil em geral para o enfrentamento dos problemas e definição de estratégias, necessitando de agilidade, criatividade, organização, mobilização e boa comunicação. Atua com o primeiro, segundo e terceiro setores, seja na área da educação, saúde, meio ambiente ou ciências sociais. No primeiro setor, o privado, o envolvimento dos médicos-veterinários clínicos de pequenos animais ou mesmo de empresas da área do segmento animal, pode ser fundamental para desenvolvimento de ações, até mesmo em parcerias com o segundo e terceiro setores. No setor público, segundo setor, além da execução de atividades em instituições de ensino e prefeituras, interage também com órgãos da polícia civil e ministério público; e finalmente no terceiro setor, principalmente com a sociedade civil organizada de proteção animal. Integra também uma organização das atividades de diferentes especialidades envolvidas no processo para a tomada de decisões e de desempenho das ações. Resulta, portanto, em um campo comum de troca de experiências e difusão dos saberes, respeitando-se a autonomia operativa de cada especialista envolvido na intervenção.

A formação do profissional médico-veterinário para a atuação na MVC está relacionada não especificamente a um campo do conhecimento, saber ou subárea da medicina veterinária, mas sim **a interlocução entre todas as disciplinas**, por meio da multi, inter e transdisciplinaridade, que compõem a matriz curricular dos cursos de medicina veterinária. Isso se dá a partir da articulação e diálogo entre elas, envolvendo principalmente os aspectos da etologia aplicada, bem-estar animal, bioética, epidemiologia, saúde pública ou coletiva, clínica médica, medicina veterinária preventiva



(controle de zoonoses e outras doenças infecciosas), medicina veterinária legal, medicina de abrigos entre outras, para atuação relacionada aos objetivos e propostas da MVC. **O profissional necessita de uma formação com base sólida durante a graduação, assim como conhecer os fatores relacionados aos aspectos socioeconômicos, filosóficos e sociais, determinantes sociais da saúde das comunidades; políticas públicas relacionadas às áreas da saúde, ambiente e assistência social; qualidade de vida humana e bem-estar animal.** Também realizar qualificações específicas e aprimoramentos constantes, relacionados à intersecção animal-humano-ambiente, colaborando permanentemente para o desenvolvimento da MVC e da saúde. **A atuação do profissional em MVC tem que ser propositiva e, para isso, deve integrar as múltiplas faces e expressões da realidade, possuir a capacidade de conhecer, investigar, antecipar, propor e executar alternativas de enfrentamento dessa questão na ótica dos interesses da coletividade e dos animais, com entendimento das questões sociais e suas formas de expressão.**

Entendemos que a área de MVC está em crescimento, **agregando cada vez mais profissionais que buscam capacitações, orientações e troca de saberes**, mas irá crescer muito nos próximos anos, principalmente com a sua inclusão como eixo temático nas novas diretrizes do ensino da medicina veterinária e por sua demanda, conforme exposto. Atualmente, na pós-graduação, **já existem cursos de especialização e mestrado e doutorado *strictu sensu* na área.** Tudo isso tem impulsionado diversas iniciativas, como a Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo, com novas edições, o Curso de Medicina Veterinária do Coletivo e de Formação de Oficiais de Controle Animal (Curso FOCA), diversos eventos e cursos na área, cursos de especialização e o recém-lançado livro “Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas”. Além disso, **o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais (CRMV-MG), compõe, em seu corpo, desde janeiro de 2020, a Comissão de Medicina Veterinária do Coletivo.** Recentemente, a Medicina Veterinária do Coletivo foi reconhecida como uma nova especialidade da Medicina Veterinária e o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) é a organização habilitada junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) para conceder o título de especialista. A decisão ocorreu na 346ª Sessão Plenária Ordinária do CFMV, realizada em 28 de abril de 2021, publicado na Resolução 1.394, de 13 de maio de 2021.

A área de MVC surge assim para preencher uma **lacuna existente entre a saúde pública, coletiva e o bem-estar dos animais**, e obtém o reconhecimento dos profissionais, da sociedade e da academia como fundamental para a aplicação da estratégia de saúde única, que compreende os seres humanos, os animais e o meio ambiente. Essa área nasce de uma demanda por práticas intersetoriais, interprofissionais para a construção de uma melhor qualidade de vida para seres humanos, animais e o ambiente que eles habitam, em consonância com uma evolução de ética social das comunidades relacionado com o status moral/legal dos animais, as novas formas de relacionamento humano-animal-ambiente e o fortalecimento de novos paradigmas na medicina veterinária, principalmente na saúde pública, inserindo os conceitos e práticas de saúde única nas comunidades e territórios.

Adaptado de Garcia R, Brandespim D, Calderón N. **Medicina Veterinária do Coletivo: promovendo a saúde por meio da estratégia de saúde única.** In: Garcia R, Brandespim D, Calderón N. Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas. Ed. Integrativa, ed1, 2019, 506 p.



PREFÁCIO

Após 11 anos da primeira **Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo** chegamos com o mesmo ideal do início, promover a disseminação e o aprimoramento dos conhecimentos da Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) a todos os veterinários e estudantes de medicina veterinária, bem como a todos os profissionais ligados às áreas relacionadas - Medicina de Abrigos; Medicina de Desastres; Medicina Veterinária Forense; Saúde Coletiva e Veterinária Social.

Quando fizemos nosso primeiro evento na Universidade de São Paulo, em 2010, não imaginávamos que a MVC iria se consolidar em nosso país em tão pouco tempo. Consolidação esta que culminou com a recente aprovação pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em sua 346ª Sessão Plenária Ordinária, como sendo mais uma das especialidades médicas reconhecidas em território nacional. Nada mais oportuno para comemorarmos o aniversário de uma década desta Conferência.

Durantes estes 11 anos, após conferências realizadas em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e João Pessoa, conceitos como Saúde Única, Saúde Coletiva, Teoria do Elo, Veterinária Social, Medicina de Abrigos, Medicina Veterinária de Desastres, Medicina Veterinária Legal (área de maus-tratos aos animais) e tantos outros se consolidaram em trabalhos científicos, manuais, palestras, projetos governamentais, projetos de lei, mesas de discussões e eventos científicos das mais diversas áreas, que se conectam a medicina veterinária - como saúde pública, sociologia, antropologia, medicina forense, bem-estar animal etc.

Muitos estudantes de medicina veterinária e profissionais não sabiam ao certo o que era a MVC, e foi somente em 2011 que surgiu a primeira disciplina e residência em MVC na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Hoje contamos com a oferta da disciplina de MVC para a graduação em várias instituições (UFPR, UFMG, UFRPE, UECE, PUCPR, Faculdades Anhembí-Morumbi, Centro Educacional ANCLIVEPA, Centro Universitário Newton Paiva, IFSULDEMINAS a partir de 2022, como disciplina obrigatória), além das residências na UFMG e UFPR e disciplina MVC no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da UFMG. Também os estudantes estão se mobilizando e criando grupos de estudos na área, a exemplo do Coletivet (Anhembí-Morumbi), Gecolabe (UFPR), Nevec (UFLA), Gemvc-ceunsp (CEUNSP), Coletivo (ANCLIVEPA) e Coletizo (UNIP).

É uma honra e um desafio continuar a trazer este debate científico acerca de um tema tão importante e mais relevante ainda, neste momento que estamos vivenciando de pandemia e isolamento social. E justamente neste momento vemos a importância e a relevância de sua interlocução transdisciplinar, e vemos que seu alto potencial de inovação traz um caminho sem volta em prol da sociedade e da Saúde Única.

Este ano contamos com 26 profissionais de 06 países, que trouxeram o que há de mais novo e relevante dentro de suas áreas de especialidade em mais de 26 palestras, 13 apresentações orais e que fizeram mais uma vez a **X Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo** um evento de ponta em prol dos animais, das pessoas e do meio ambiente.

Nessa X Conferência pudemos homenagear pessoas de relevância na área, além de premiar com o **Prêmio Werner Payne** (*in memorian*) o melhor trabalho latino-americano sobre “Manejo Populacional para Cães e gatos”, e com o **Prêmio Maria Padilha**, o melhor trabalho sobre a “Teoria do Elo”.

Agradecemos a comissão científica e a toda equipe organizadora, todos os voluntários, palestrantes, participantes, convidados, ouvintes que tornaram esse evento possível e rumo a XI Conferência Internacional de MVC em 2023.

Juntos, fazemos a diferença!

Comissão Organizadora

Medicina Veterinária do Coletivo, fundamentos e práticas

- ✓ Saúde Coletiva
- ✓ Medicina de Abrigos
- ✓ Medicina Veterinária Legal
- ✓ Medicina Veterinária de Desastres
- ✓ Experiências em Medicina Veterinária do Coletivo – ensino, pesquisa e extensão
- ✓ Educação humanitária e capacitação em Medicina Veterinária do Coletivo

506 páginas - ISBN 978-65-80244-00-3

“Excelente obra com bastante conteúdo escrito por profissionais que tiveram coragem, determinação e iniciativa para promover mudanças de paradigmas tanto na própria sociedade quanto em centros de controle de zoonoses e na saúde pública veterinária”.
Eduardo Jorge –
Médico sanitарista e político brasileiro filiado ao Partido Verde desde 2003

<http://medicinavetdocoletivo.com.br>





SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| PALESTRANTES | 13 |
| PROGRAMAÇÃO | 15 |
| <i>PROGRAM.</i> | 18 |
| APRESENTAÇÃO DE PALESTRANTES | 22 |
| RESUMOS APRESENTADOS EM FORMA DE POSTER | |
| <i>Acumuladores</i> | 56 |
| <i>Controle reprodutivo não cirúrgico (controle químico) de cães e gatos</i> | 58 |
| <i>Ensino em MVC</i> | 61 |
| <i>Epidemiologia e vigilância ao abandono de cães e gatos</i> | 63 |
| <i>Interações humano, animal e ambiente</i> | 65 |
| <i>Manejo populacional de cães e gatos (MPCG)</i> | 70 |
| <i>Medicina de Abrigos</i> | 77 |
| <i>Medicina de Desastres</i> | 83 |
| <i>Medicina Veterinária Legal (aplicada à MVC)</i> | 85 |
| <i>Projetos de extensão e outras vivências em MVC</i> | 87 |
| <i>Saúde Coletiva e a estratégia de Saúde Única</i> | 92 |
| <i>Teoria do Elo (Relação da violência interpessoal e os maus-tratos aos animais)</i> | 104 |
| RESUMOS APRESENTADOS ORALMENTE | 114 |
| RESUMOS APRESENTADOS NOS FORMATOS POSTER E POSTER FALANTE | 116 |
| APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS | |
| <i>GRAVADAS</i> | 118 |
| <i>APRESENTADAS ORALMENTE</i> | 169 |
| PRÊMIOS | 170 |
| HOMENAGEADOS | 171 |



PALESTRANTES



Ana Liz Bastos

Doutora pela UFMG e diretora do IMVC



Claudio Zago Jr.

Prof. Escola Superior de Bombeiros PM-SP,
Coord. Serviço Móvel Atendimento Urgência
Emergência Veterinária de Bragança Paulista



Daniel Brandespim

Docente da UFRPE, pesquisador em Saúde Única.
Co-autor do livro Veterinária do Coletivo



Danielle Magalhães

Docente da UFMG. Pesquisadora da área
de MVC



Elly Hiby

Bióloga da International Animal Management
Coalition (ICAM), Inglaterra. Consultora da
OIE e da FAO



Fredy Manrique

Especialista em comportamento animal, medicina
veterinária legal e pelo programa de modificação
comportamental de cães e gatos de Medellín, Colômbia



Gustavo Xaulim

Mestrando UFMG com tema manejo populacional
de cães e gatos. Diretor do IMVC.



Jason Byrd

Docente em medicina veterinária legal e patologia
da Flórida University



Laiza Bonela

Doutoranda da UFMG com o tema Teoria do
Elo. Diretora do IMVC



Leonardo Castro

Docente da Universidade de Sorocaba.
Grupo de resgate técnico animal - UNISO



Leticia Koproski

Médica veterinária, Dra. em engenharia
florestal, especializada em resgate de
fauna em desastres e eventos extremos



Lucas Galdioli

Especializado em Medicina Veterinária do Coletivo,
atualmente é mestrando em MVC na UFPR.
Conselheiro Fiscal do IMVC.



Luciana Imaculada

Promotora de Justiça e Coordenadora Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais



Luciana Vargas

Pesquisadora da Teoria do elo



Melania Gamboa

Especializada em manejo populacional de cães e gatos em áreas urbanas, controle de zoonoses e bem-estar animal



Néstor Calderón

Especialidade em comportamento, zoopsiquiatria, bioética e bem-estar animal. Vice-coordenador do IMVC. Co-autor livro Medicina Veterinária do coletivo



Nuno Paixão

Médico veterinário e bombeiro em Portugal. Especializado em enfrentamento de desastres



Paulo Brandão

Docente da faculdade de medicina veterinária e zootecnia da USP



Raimundo Tostes

Docente em medicina veterinária legal e patologia da UFPR



Rosangela Ribeiro Gebara

Mestre pela USP e especializada em manejo populacional de cães e gatos em áreas urbanas. Diretora do IMVC



Simone Guerios

Docente em cirurgia. Especialização em Medicina de Abrigos pela Florida University



Taila Tremori

Pós-doutoranda pela UNESP em Medicina Veterinária Legal, com grande relevância de atuação na área no Brasil



Vania Plaza Nunes

Especialista em medicina veterinária legal, bem-estar animal. Membro e Consultora Técnica do IMVC. Coordenadora do GRAD-Brasil



Yasmin Gonçalves

Pesquisadora da Teoria do elo. Mestre e doutoranda pela UFPR



PROGRAMAÇÃO

X Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo

SEXTA

21/05/2021 - 7h30 - 18h00

MANHÃ

7h30 – Abertura da sala

Bloco Apresentação de trabalhos (10 minutos apresentação e 5 minutos de perguntas)

8h00 – Protocolo de perícia em bem-estar animal aplicado para diagnóstico de maus-tratos de cães em abrigos coletivos – Nathália Leijoto Pinto Lourenço, UFMG.

8h15 – Bem-estar de cães abrigados no sul de minas gerais: quais pontos devemos melhorar? – Diana Cuglovici Abrão, IFSULDEMINAS.

8h30 – Prospective study of leptospirosis in dogs from a shelter in the municipality of Lavras, Minas Gerais, Brazil – Anna Cecília Trolesi Reis Borges Costa, UFPA.

8h45 – **Abertura Conferência** – IMVC - CRMV-PR - CFMV - OPAS - UFPR

Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante

8h55 – Instituto PremieRpet®

Bloco Medicina de Abrigos: Fundamentos e práticas

9h00 – Experiência brasileira em medicina de abrigos. Dr. Lucas Galdioli, UFPR.

9h20 – Experiência americana em medicina de abrigos. Dra. Simone Guerios, UFPR e Florida University.

9h40 – Perguntas

10h00 – Pausa (30 min)

Bloco Medicina de Abrigos: Manejo Comportamental

10h30 – As bases do manejo comportamental. Dr. Nestor Calderón, IMVC.

10h50 – Experiência em programas comportamentais em abrigos. Dr. Fredy Manrique, Medellín, Colômbia (palestra em espanhol).

11h10 – Perguntas

Bloco Medicina de Desastres

11h30 – Grupo de Resgate de Animais em Desastres (GRAD). Dra. Vania Nunes, IMVC, Fórum Animal e Prefeitura de Jundiá.

11h50 – Experiências com a medicina de desastres. Dr. Nuno Paixão, Bombeiro, Portugal.

12h10 – Projeto Resgate de Fauna Oleada. Dra. Leticia Koproski, Funespar/Ceped-PR.

12h30 – Atuação da Comissão Nacional de Desastres em Massa envolvendo animais. Tenente Cláudio Zago Júnior, CBPMSP, CNDM/CFMV.

12h50 – Técnicas de resgate de grandes animais em desastres. Dr. Leonardo Maggio de Castro, UNISO.

13h10 – Perguntas

13h30 – Almoço

SEXTA

21/05/2021 | 7h30 - 18h00

TARDE

Sessão “Eu faço a diferença em 5 minutos” - (5 min. apresentação + 5 min. de perguntas)

14h30 – Avaliação do “Check Out” dos pets hospedados pelo Projeto Integra Animal Ufal-Braskem em Maceió-AL – Pierre Bernabé Escodro, UFAL.

14h40 – Projeto conscientização sobre a Covid-19 e a relação humana-animal em assentamento no município de Viçosa-Alagoas, Brasil. – Ibenny Emanuel dos Santos Souza, UFAL.

14h50 – Projeto Vetsaúde como ferramenta educacional em saúde única – Júlia Caroline Assis Machado, IFGOIANO (Instituto Federal Goiano).

15h00 – Apoio à formulação, implementação e execução da política estadual do bem-estar animal do Amazonas – Camila Martins Pires, Fundação Amazonia Sustentável.

Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante

15h10 – Instituto PremieRpet®

Bloco Medicina Veterinária Legal (Tradução simultânea inglês-português)

15h15 – A realidade da perícia cível na medicina veterinária no Brasil. Dra. Talia Tremori, autônoma

15h35 – Perguntas

15h45 – Patologia Forense nas investigações de maus-tratos aos animais. Prof. Dr. Raimundo Tostes, UFPR.

16h05 – Perguntas

16h15 – Investigação de crimes contra a fauna doméstica e silvestre. Dr. Jason Byrd, Universidade da Flórida.

16h50 – Perguntas

Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante

17h10 – Instituto PremieRpet®

Bloco Exposição de trabalhos em forma de poster

17h25 – Sessão Poster Falante.

18h00 – Finalização do primeiro dia.

SÁBADO

22/05/2021 | 7h30 - 18h30

MANHÃ

7h30 – Abertura da sala: Apresentação de trabalhos.

Bloco Apresentação de trabalhos (10 minutos apresentação e 5 minutos de perguntas)

8h00 – Eficácia dos métodos não cirúrgicos no controle populacional em cadelas – Maria Cecília Clarindo Pellissari, UNESP.

8h15 – C.E.D. nos bairros em realocação por acidente geológico em Maceió: dados preliminares do projeto integra animal UFAL – Rayane Caroline Medeiros do Nascimento, UFAL.

8h30 – Análise do manejo ético populacional de cães e gatos no campus Pampulha da UFMG – Gustavo Canesso Bicalho, UFMG.

8h45 – Perguntas

Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante

8h55 – Instituto PremieRpet®

Bloco Saúde Coletiva: Manejo populacional canino e felino – Mesa 1

- 9h00** – Avaliação e sustentabilidade de programas de MPCG. Elly Hiby, Bióloga, Diretora do ICAM, Inglaterra – (tradução inglês-português).
9h40 – Brasil e as inovações no MPCG. Rosangela Gebara - AMPARA Animal, IMVC, Brasil.
10h00 – Inovações latinas no MPCG. Melania Gamboa, Costa Rica (palestra em espanhol).
10h20 – Perguntas
10h40 – Homenagens

Bloco Saúde Coletiva: Manejo populacional canino e felino – Mesa 2

- Inovações no Estado de Minas Gerais: empoderando os municípios para um manejo populacional de cães e gatos efetivo.
10h50 – Luciana Imaculada, Promotora, Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
11h10 – Dr. Gustavo Xaulim – IMVC-ITEC.
11h30 – Dra. Ana Liz Bastos – IMVC-ITEC.
11h50 – Perguntas
12h10 – Almoço

SÁBADO

22/05/2021 | 7h30 - 18h30

TARDE

Bloco Apresentação de trabalhos (10 minutos apresentação e 5 minutos de perguntas)

- 13h00** – Projeto médicos-veterinários de rua: colocando em prática a Medicina Veterinária do Coletivo. – Stefanie Sussai, USP.
13h15 – Análise da coocorrência de casos de violência doméstica e maus-tratos aos animais – Bruno Pedon Nunes, UFPR.
13h30 – Relato de Caso: Proposta de rede de enfrentamento às formas de violências em MG e Curso Humanitário – Lorena Diniz Macedo Silva, UFMG.
Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante
13h45 – Instituto PremieRpet®

Bloco Saúde Coletiva e o Médico Veterinário

- 13h50** – Animais de estimação e o COVID-19 – Prof. Dr. Paulo Brandão – USP.
14h10 – Perguntas
14h20 – Experiência em Saúde Única na Atenção Básica – Prof. Dr. Daniel Brandespim- UFRPE.
14h40 – Perguntas
14h50 – Transtorno de Acumulação de Animal: experiência de um grupo técnico de MG – Profa. Dra. Danielle Magalhães – UFMG.
15h10 – Perguntas
15h20 – Pausa

Bloco Saúde Coletiva: Teoria do Elo

- 15h40** – A atuação multidisciplinar e intersetorial. Dra. Laiza Bonela, UFMG, IMVC.
16h00 – Experiência no Paraná. Dra. Yasmin Gonçalves, UFPR.
16h20 – Trabalhando o agressor: experiência paulista. Dra. Luciana Vargas, autônoma.
16h30 – Perguntas
Espaço Instituto PremieRpet® - Patrocinador Diamante
16h50 – Instituto PremieRpet®

Sessão de Premiação

- 17h05** – Prêmio Werner Payne “in memoriam” – Melhor trabalho científico.
17h15 – Prêmio Maria Padilha – Melhor trabalho sobre a Teoria do Elo.

Bloco Medicina Veterinária Social: Bem-estar do médico veterinário

- 17h30** – Dr. Marcio Ferracioli, Universidade Federal do Paraná.
17h50 – Dr. Néstor Calderón, Universidad de La Salle, Colombia e IMVC Colombia.
18h10 – Dinâmicas finais
18h30 – Encerramento



PROGRAM

X International Collective Veterinary Medicine Conference

FRIDAY

May 21st - 7:30 am - 6:00 pm

MORNING

7:30 am - Opening of the conference virtual-room

Scientific paper's presentations session (10 min. for presentation and 5 min. of questions)

8:00 am - Animal welfare investigation protocol selected for the diagnosis of dog abuse collective shelters - Nathália Leijoto Pinto Lourenço, UFMG.

8h15 am - Welfare of sheltered dogs in the south of Minas Gerais: what points should we improve? - Diana Cuglovici Abrão, IFSULDEMINAS.

8:30 am - Prospective study of leptospirosis in dogs from a shelter in the municipality of Lavras, Minas Gerais, Brazil - Anna Cecília Trolesi Reis Borges Costa, UFLA.

8:45 am - Opening Ceremony – IMVC - CRMV-PR - CFMV - PAHO - UFPR

PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor

8h55 - PremieRpet® Institute

Shelter Medicine session: Fundamentals and practices

9:00 am - Brazilian experience in shelter medicine. Dr. Lucas Galdioli, UFPR.

9:20 am - American experience in shelter medicine. Dr. Simone Guerios, UFPR and Florida University.

9:40 am - Questions

10:00 am - Break (30min.)

Shelter Medicine session: Behavioral Management

10:30 am - The fundamentals of behavioral management. Dr. Nestor Calderón, IMVC.

10:50 am - Experience in behavioral programs in shelters. Dr. Fredy Manrique, Medellin, Colombia (Lecture in spanish).

11:10 am - Questions

Disaster Medicine Block

11:30 am - Group of Animal's Rescuers in Disaster (GRAD). Dr. Vania Nunes, IMVC, Animal Forum and City Hall of Jundiá.

11:50 am - Experiences with disaster medicine. Dr. Nuno Paixão, Bombeiro, Portugal.

12:10 pm - Project of Rescue of fauna affected by oil. Dr. Letícia Koproski, Funespar / Ceped-PR.

12:30 pm - Work of National Commission for Mass Disasters involving animals. Lieutenant Cláudio Zago Júnio, CBPMSP, CNDM / CFMV.

12:50 pm - Techniques for rescuing large animals in disasters. Dr. Leonardo Maggio de Castro, UNISO.

1:10 pm - Questions

1:30 pm - Lunch

FRIDAY

May 21st - 7:30 am - 6:00 pm

AFTERNOON

"I make a difference in 5 minutes" session - (5 min. presentation + 5 min. questions)

2:30 pm - Check Out Evaluation of Pets fostered by the Integra Animal Project - UFAL-Braskem in Maceió - Alagoas - Pierre Barnabé Escodro, UFAL.

2:40 pm - Awareness Project about Covid-19 and the Human-Animal bond in a People Settlement in the Municipality of Viçosa - Alagoas, Brazil. - Ibenny Emanuel dos Santos Souza, UFAL.

2:50 pm - Project "VetSaúde" as an Educational Tool in One Health - Maria Alice Pires Moreira, IFGOIANO (Instituto Federal Goiano).

3:00 pm - Support to the Creation, Implementation and Accomplishment of the Animal Welfare Policy of the Amazonas's state - Camila Martins Pires, Fundação Amazonia Sustentável.

PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor

3:10 pm - PremieRpet® Institute

Legal Veterinary Medicine session (simultaneous English-Portuguese translation)

3:15 pm - The reality of veterinary forensics in Brazil. Dr. Talia Tremori, self-employed.

3:35 pm - Questions

3:45 pm - Forensic pathology in the animal abuse investigation. Prof. Dr. Raimundo Tostes, UFPR.

4:05 pm - Questions

4:15 pm - Investigation of crimes against domestic and wild fauna. Dr. Jason Byrd, University of Florida.

4:50 pm - Questions

PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor

5:10 pm - PremieRpet® Institute

Exhibition of Posters

5:25 pm - Speaking poster session.

6:00 pm - Close of the first day.

SATURDAY

May 22nd - 7:30 am - 6:30 pm

MORNING

7:30 am - Opening of the virtual-room: Presentation of Scientific papers

Scientific Paper's presentation session (10 min. presentation and 5 min. of questions)

8:00 am - Efficacy of non-surgical methods in female dog's reproduction control - Maria Cecília Clarindo Pellissari, UNESP.

8:15 am - TNR in neighborhoods reallocating neighborhoods due geological accident in Maceió: preliminary data from the Integra project of UFAL -Rayane Caroline Medeiros do Nascimento, UFAL

8:30 am - Analysis of an ethical dog & cat population management in the Pampulha campus of UFMG - Gustavo Canesso Bicalho, UFMG.

8:45 am - Questions

PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor

8:55 am - PremieRpet® Institute

Public Health session: Canine and feline population management - Table 1

- 9:00 am** - Evaluation and sustainability of Dog and Cat population management programs (DCPM) Elly Hiby, Biologist, ICAM Director, England- UK - (English-Portuguese translation).
9:40 am - Brazilian Innovations in DCPM. Rosangela Gebara - AMPARA Animal, IMVC, Brazil.
10:00 am - Latin innovations in DCPM. Melania Gamboa, Costa Rica (Lecture in spanish).
10:20 am - Questions
10:40 am - Acknowledgements

Public Health session: Canine and feline population management - Table 2

- Innovations in the State of Minas Gerais: empowering municipalities for a effective dog and cat population management.
10:50 am - Luciana Immaculada, State Prosecutor, Public Ministry of the State of Minas Gerais.
11:10 am - Dr. Gustavo Xaulim - IMVC-ITEC.
11:30 am - Dra. Ana Liz Bastos - IMVC-ITEC.
11:50 am - Questions
12:10 pm - Lunch

SATURDAY

May 22nd - 7:30 am - 6:30 pm

AFTERNOON

Scientific Paper's presentation session (10 min. presentation and 5 min. of questions)

- 1:00 pm** - "Street veterinarians' project": putting into practice the Shelter Medicine - Stefanie Sussai, USP.
1:15 pm - Analysis of the co-occurrence of cases of domestic violence and animal abuse - Bruno Pedon Nunes, UFPR.
1:30 pm - Case Report: Proposed network to confront forms of violence in Minas Gerais and a Humane Course - Lorena Diniz, UFMG.
PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor
1:45 pm - PremieRpet® Institute

Public Health Block and the Veterinary Doctor

- 1:50 pm** - Pets and COVID-19 - Prof. Dr. Paulo Brandão, USP.
2:10 pm - Questions
2:20 pm - Experience in Unique Health in Primary Care - Prof. Dr. Daniel Brandespim, UFRPE.
2:40 pm - Questions
2:50 pm - Animal Accumulation Disorder: experience of a technical group from MG - Profa. Dr. Danielle Magalhães, UFMG.
3:10 pm - Questions
3:20 pm - Break

Public Health Block: Link Theory

- 3:40 pm** - Multidisciplinary and intersectoral action. Dr. Laiza Bonela, UFMG, IMVC.
4:00 pm - Experience in Paraná. Dra. Yasmin Gonçalves, UFPR.
4:20 pm - Working the aggressor: São Paulo experience. Dr. Luciana Vargas, self-employed.
4:30 pm - Questions
PremieRpet® Institute - Diamond Sponsor
4:50 pm - PremieRpet® Institute

Awards Session

- 5:05 pm** - Werner Payne Award "in memoriam" - Best Scientific work on DCPM
5:15 pm - Maria Padilha Award - Best work on Link Theory

Social Veterinary Medicine Session: Veterinarian's well-being

- 5:30 pm** - Dr. Marcio Ferracioli, Federal University of Paraná.
5:50 pm - Dr. Néstor Calderón, Universidad de La Salle, Colombia and IMVC Colombia.
6:10 pm - Final dynamics
6:30 pm - Closing

Instituto PremieRpet®

Uma **associação sem fins lucrativos**, criada em 2013, que tem por finalidade apoiar e incentivar pesquisas, estudos e ações em prol da saúde de cães e gatos, bem como iniciativas que gerem qualidade de vida e longevidade a eles e, também, ações sociais diversas.



A criação do Instituto **PremieRpet®** ocorreu em paralelo ao lançamento da linha **PremieR Nutrição Clínica**. Por ser uma linha alimentos coadjuvantes ao tratamento de animais debilitados, direcionamos parte da renda obtida com a sua venda ao desenvolvimento de **pesquisas** que contribuam para **prevenção de doenças de cães e gatos**, assim como para manutenção do **pleno estado de saúde dos pets**.

Além disso, o Instituto **PremieRpet®** possui um **programa de venda de alimentos** para cães e gatos que vivem em abrigos a um **valor simbólico**, cuja arrecadação mantém projetos que visam:

- Apoiar ONGs através do **Projeto de Medicina Veterinária de Abrigos**;
- Apoiar **projetos sociais** diversos;
- Apoiar **eventos e campanhas** em prol da Saúde Única.

PESQUISAS



Nascemos acreditando na importância do conhecimento científico para melhorar a **qualidade de vida** e saúde de cães e gatos. Por isso, desde 2013, apoiamos **pesquisas e pesquisadores** em diversas instituições no Brasil.

Já foram idealizadas, finalizadas ou estão em curso, pesquisas sobre diferentes temas da Medicina Veterinária, principalmente sobre a **nutrição de cães e gatos**.

Nos orgulhamos de, por meio da ciência, contribuir sempre para **um futuro melhor** para cães, gatos e seus tutores!

PROJETO MEDICINA VETERINÁRIA DE ABRIGOS



PROJETO **MEDICINA**
VETERINÁRIA
DE ABRIGOS

Buscamos oferecer bem-estar, qualidade de vida e longevidade não só para os cães e gatos que já possuem lares amorosos, mas também para aqueles que estão em busca de uma segunda chance.

Auxiliamos **ONGs** a desempenharem seu trabalho cada vez melhor, fornecendo suporte técnico gratuito e realizado por uma equipe de médicos-veterinários especializados em Medicina Veterinária do Coletivo. Este projeto é realizado em parceria com a equipe da **UFPR – Universidade Federal do Paraná** e personalizado de acordo com a realidade de cada ONG. Juntos, através desta iniciativa, promovemos aumento do bem-estar dos animais nos abrigos e as taxas de adoções.



APRESENTAÇÕES DE PALESTRANTES



A CONTRIBUIÇÃO DA MEDICINA VETERINÁRIA NO PROGRAMA INTITULADO: “HOMEM SIM, CONSCIENTE TAMBÉM” REALIZADO PELA DELEGACIA DA MULHER DE DIADEMA, SÃO PAULO, BRASIL.

Luciana Vargas Sant’Ana

Médica Veterinária

Renata de Lima Cuppri

Delegada Titular da Delegacia de Polícia da Defesa da Mulher de Diadema/SP

Palavras-chave: Violência doméstica; violência contra os animais; tratando o agressor

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) do município de Diadema lançou em 2015, oficialmente, um programa pioneiro que consiste em convidar homens com traços de agressividade para uma reflexão sobre seu comportamento, voltado à harmonia familiar, especialmente no enfrentamento efetivo da violência doméstica e familiar (1).

O programa é pautado na proposta de trabalhar o fortalecimento, o direcionamento e a conscientização do homem, visando facilitar o processo de ressignificação sobre suas ações dentro da família e da sociedade.

A principal proposta do programa é a prevenção, portanto, são abordados os homens que tiveram revelada sua agressividade na primeira fase do ciclo da violência doméstica, caracterizada pela fase da tensão, caracterizada por irritação e/ou acesso de raiva do agressor, provocando humilhações, ameaças e medo nas vítimas (2).

Por intermédio de carta-convite, o homem com perfil agressor é chamado para participar do programa, independentemente, da instauração de inquérito policial ou da existência de processo criminal em andamento, pois, são abordagens independentes e autônomas, tendo objetos e objetivos diferentes.

O programa prevê seis encontros, os quais ocorrem a cada quinze dias, e, que são conduzidos por profissionais, independente do gênero, com *expertise* no tema proposto.

Os temas são abordados de modo que o homem passe a refletir sobre sua própria perspectiva de quem é ele, como ele se autoavalia nas diversas áreas da vida e como se vê dentro da própria família. Ainda, são convidados a enxergar o padrão de violência internalizada, o patriarcado, o machismo e como a sociedade trata a mulher, buscando-se romper padrões.

Os conteúdos perpassam desde a saúde do homem, vícios, masculinidades, construção social, legislação e economia familiar até as relações com os animais dentro do lar.

Desde 2017, o tema sobre a conexão entre as violências domésticas e violências contra os animais passou a ser inserido no programa “Homem Sim Consciente Também”. A inserção do tema animais ao programa foi motivada após o início da pesquisa científica realizada na própria DDM de Diadema, sobre mulheres vítimas de violência que também presenciavam a violência contra os seus animais.

Esse estudo foi conduzido por profissional das áreas da medicina e medicina veterinária, cujo objetivo era entrevistar mulheres vítimas de violência, tendo por finalidade de identificar e quantificar animais e crianças que também estivessem sofrendo violências no seio da família, e, conhecer o perfil do agressor sob a ótica das vítimas.

Os principais resultados desse estudo, ainda não publicado, foram: das 100 mulheres entrevistadas, 33% informaram que seus animais também sofriam violência dentro do lar, e, desses casos, 46% relataram que o motivo da violência contra os animais era com intenção de atingir a mulher. Outro dado importante é que 91% dos casos os animais foram vítimas de violência antes das mulheres, nos mostrando que a violência doméstica pode indicar um fator de risco para os animais e que a violência contra os animais pode ser somente a “ponta do iceberg” em relação à violência doméstica e familiar.

Portanto, durante esse estudo, a Delegada de Polícia titular da unidade especializada e a Médica Veterinária responsável pelo levantamento e análise, entenderam a importância de inserir o tema ao programa “Homem Sim, Consciente Também”, partindo do princípio de que nos casos de violência doméstica e familiar os animais são atingidos não para a intenção fim de maus-tratos, mas estes se tornam a intenção meio para atingir a saúde mental das vítimas, subjugando-as efetivamente, também por este método.

Os principais temas na área da Medicina Veterinária trabalhados com os homens agressores foram: os animais como seres sencientes e conscientes; a importância do ensinamento sobre os cuidados e respeito aos animais desde a primeira infância; o ciclo intergeracional das violências; identificação de comportamento violento com os animais e por fim, legislação acerca do crime de maus-tratos correlacionado com a Lei Maria da Penha nos casos dos animais submetidos a sofrimento com objetivo de punir a vítima.



Durante o programa foram capacitados aproximadamente seiscentos homens.

Ao longo dos encontros foi possível perceber a curiosidade e a interação dos participantes com o tema, a maioria mostrando-se disponível a aprender e a compartilhar a sua rotina de vida com os seus animais.

Ao final do programa os participantes eram convidados a avaliar os conteúdos apresentados pelos diversos profissionais, bem como, a expor sobre as suas mudanças (ou não) de comportamento e percepções de sua vida após o programa.

De modo geral o programa apresentou como resultado real melhora sobre a percepção do agressor sobre si, sobre a sua relação familiar e com a sociedade, vez que eram avaliados na evolução de sua conscientização e avaliados pela percepção da vítima pós-programa.

Com relação a inserção do conteúdo sobre os animais, os homens com perfis agressores relataram que foi relevante, pois muitos afirmaram que não tinham o entendimento referente às questões de cuidados, às questões legais e a representatividade do animal na família e na sociedade.

A inserção desse tema, também trouxe desdobramento real de intervenção importante no que concerne à família de um dos participantes, pois, após os ensinamentos sobre o tema animais, ele buscou respaldo na equipe multidisciplinar do programa para o filho de 6 anos, o qual apresentava transtorno de conduta, ante as demonstrações de enurese e de crueldade com seus animais. Ressalte-se que o genitor, inicialmente, sem conhecimentos básicos diversos, incluindo sobre animais domésticos, no conjunto do aprendizado, entendeu, durante o programa, que seu filho precisava de ajuda, evitando, assim, um desconforto à longo prazo.

Diante disso, conclui-se que os homens agressores necessitam de informações e escuta ativa, ante as fragilidades que o patriarcado impediu que fossem enfrentadas e trabalhadas efetivamente.

O objetivo é que as feridas sejam curadas, e o perfil agressor dê lugar para o homem com autoconhecimento e forte o suficiente para não ceder à cultura deturpada ou cobranças sociais desagregadoras, rompendo em definitivo o ciclo da violência de gênero, especialmente no âmbito doméstico e familiar, incluindo a mulher, os filhos, os animais e o próprio homem.

Referências:

1. Brasil. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/em-diadema-programa-conscientiza-homens-sobre-violencia>.
2. Walker, L. E. (1984). The battered woman syndrome. _ New York: Springer.



ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS: EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO TÉCNICO DE MINAS GERAIS

Danielle Ferreira de Magalhães Soares (Representante do GT de Acumulação de MG)

Titulação: Doutora

Escola de Veterinária da UFMG

Palavras-chave: Acumulação de animais; Política pública; Saúde Única.

Uma triste realidade está se tornando visível em muitos municípios brasileiros, com consequências negativas para a saúde humana, animal e ambiental. Trata-se da situação de acumulação de animais, encontrada em domicílios nos quais convivem pessoas solitárias e vulneráveis do ponto de vista social, sanitário e psicológico, animais com níveis de bem-estar comprometidos, e uma vizinhança enfurecida. Esta vizinhança é comumente responsável pelas denúncias aos órgãos ambientais pelos inúmeros incômodos relacionados ao mau cheiro, ao barulho, e a presença de insetos e animais sinantrópicos. A maioria dos gestores públicos desconhece que tal situação é um problema sério de saúde pública, não existem registros ou mapeamento de casos nas secretarias de saúde ou meio ambiente municipais e por isso as responsabilidades para o atendimento integral dos envolvidos não estão claras nem definidas. Como consequência, muitas situações de acumulação viram casos de polícia e são encaminhados ao Ministério Público para ações judiciais. O atendimento isolado e de forma compulsória dos indivíduos que acumulam, a retirada forçada dos animais sem local adequado para destinação e a limpeza extrema dos imóveis conduzem a recidiva de praticamente todos os casos. Dessa forma, há um desgaste dos trabalhadores envolvidos, que se vêm perdidos em inúmeros relatórios técnicos, muitas vezes repetidos e enviados a diferentes setores, dificuldade de acesso ao morador, comportamentos inadequados nos animais, que dificultam a ressocialização dos mesmos, além da sobrecarga de trabalho e falência financeira de muitos protetores de animais, que assumem a responsabilidade pelos cuidados e acolhimento dos animais. A boa notícia é que alguns municípios do sudeste brasileiro têm se destacado na criação de políticas públicas integradas para atenção às pessoas em situação de acumulação, e o exemplo desses municípios serviu de inspiração para a criação do Grupo de Trabalho (GT) em Minas Gerais, no ano de 2020. A implantação desse GT é o objetivo da presente apresentação nesta Conferência. É um grupo composto por representantes do Ministério Público (MP) de MG, Universidade Federal de Minas Gerais, Polícia Civil de MG, Secretaria de Meio Ambiente de MG e Belo Horizonte, Secretarias de Saúde de diferentes municípios de MG, Movimento Mineiro pelo Direito dos Animais, Fórum de Defesa Animal, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho, além de clínicos veterinários, psicólogos, psiquiatras, biólogos, representante do Conselho de Saúde Mental de Belo Horizonte e da proteção animal. Participam também como consultores referências técnicas no assunto de outros estados como São Paulo, Paraná e Recife. Em 2020 foram realizados 20 encontros noturnos de duas horas de duração para discussão ampla do tema, com apresentações de casos e experiências de diferentes atores. Em 2021, foi publicado um Informe técnico para orientação dos promotores de justiça de MG perante um caso de acumulação, que encontra-se disponível de forma online no site do MPMG. Em 2021 foi criada uma disciplina de Pós Graduação no Programa de Ciência Animal da Escola de Veterinária da UFMG e um Projeto de Extensão Universitária para produção de um Guia completo de orientação a todos os 853 municípios mineiros. Esse Guia será lançado até o final deste ano, contendo nove capítulos a saber: 1) Diagnóstico de situação, histórico da acumulação de animais, distribuição e perfil dos acumuladores no Brasil; 2) Criação dos comitês locais de acolhimento dos casos de situação de acumulação; 3) Atendimento a pessoa em situação de acumulação de animais; 4) Atendimento aos animais em situação de acumulação; 5) Manejo ambiental; 6) Estratégias de educação em saúde para prevenir e atuar nos casos de acumulação de animais; 7) Modelos de atuação para pequenos municípios; 8) Procedimentos operacionais padrões e 9) Responsabilidade civil da família multiespécie no cuidado de animais em situação de acumulação; responsabilidade administrativa e criminal; atuação do Ministério Público. Após a publicação do Guia, o GT irá promover, por meio do projeto de extensão, 28 capacitações nas regiões administrativas do Estado, de forma a fomentar a implantação de políticas públicas de atenção aos acumuladores de animais no Estado. O desafio é grande e crescente, especialmente no momento atual de pandemia, que agravou o abandono de animais e consequentemente novos acumuladores de animais (antigos protetores) estão surgindo a cada dia. Além disso, o sucateamento da saúde pública no Brasil causou retrocessos nos equipamentos sociais de atenção à saúde mental e nos programas de manejo populacional de cães e gatos, com redução de vagas de cirurgias de esterilização, encerramento de convênios e parcerias com lares temporários e ações de adoção de animais. Mas é nítido que em um ano de trabalho do GT em MG, muitos avanços foram possíveis e muitos esforços somados para consolidação de



soluções que já estão sendo analisadas em alguns municípios mineiros e em breve estarão disponíveis para a comunidade científica.



DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E PLANO DE MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Ana Liz Ferreira Bastos

Médica-veterinária. Doutora em Ciência Animal

Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo

Palavras-chave: diagnóstico situacional; MPCG; planejamento estratégico

Um programa de MPCG é composto de múltiplas estratégias, medidas e atores, caracterizando a ação na sua integralidade, desde o entendimento dos problemas que envolvem todo o processo até as propostas deles. O conhecimento do tamanho e dos estratos da população de cães e gatos é imprescindível para planejar ações de manejo populacional de cães e gatos e nortear o destino de recursos para a promoção da saúde única¹. A investigação acerca da situação em que se encontra a população de cães e gatos em uma comunidade deve incluir parâmetros demográficos, epidemiológicos e análises sociológicas que explicitem como a população local avalia os problemas existentes e as possíveis soluções. O diagnóstico inicial também deve incluir quem são os atores envolvidos, quais as legislações e políticas públicas existentes e os recursos humanos e econômicos que serão empregados para estabelecer o programa de manejo em curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que um erro recorrente de gestores é replicar modelos de outras localidades, contudo não existe modelo único de manejo populacional e daí entende-se a importância de conhecer a própria realidade e estabelecer um plano local. Então, o conhecimento da dinâmica populacional permite definir as estratégias para seu manejo². Após o diagnóstico é o momento do planejamento que é um instrumento indispensável para a formação e gestão de políticas públicas, como também para apresentar resultados significativos. É um processo-chave para toda gestão, que deve elaborar um plano adequado, no qual formalize as estratégias de forma a ficar claro para toda a equipe e colaboradores. O resultado do planejamento é o plano que deve definir metas e objetivos, mensuração e indicadores para acompanhamento de resultados. Para facilitar a elaboração do plano, o responsável pelo MPCG deve se reunir com os atores envolvidos no contexto no qual ele será implantado e pedir a eles que apontem a melhor forma de proceder. A criação de um grupo de trabalho no município para discutir sobre o programa de MPCG é de vital importância, pois proporciona ao responsável pelo programa uma série de opiniões que pode servir como base para apontar o caminho desejado pelos segmentos sociais, auxiliando na escolha e contribuindo com a legitimidade do plano. O plano precisa prever recursos financeiros; recursos técnicos e humanos; base legal; diagnóstico situacional; planejamento; ações preventivas e de controle; monitoramento; avaliação; divulgação e ajustes permanentes. A construção do plano de MPCG é a garantia da continuidade dessa política pública no município, além de fornecer recursos e orientações técnicas para garantir que indicadores significativos sejam monitorados e que dados sejam analisados, avaliados e resultados e aprendizados compartilhados para o benefício da comunidade, dos animais e do ambiente.

Referências:

1. Baquero OS, Ferreira F. Dinâmica e manejo populacional. In: GARCIA, Rita de Cássia (Org.). Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Ed. Integrativa Vet. 2019. p. 194.
2. Gebara RR. Como iniciar um programa de manejo populacional de cães e gatos. In: GARCIA, Rita de Cássia (Org.). Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Ed. Integrativa Vet. 2019. p. 187-190.



EVALUATION AND SUSTAINABILITY OF CANINE AND FELINE POPULATION MANAGEMENT PROGRAMS

Elly Hiby
Director

International Companion Animal Management (ICAM) Coalition

Palavras-chave: Cat; dog; population management; roaming; stray.

People care deeply about dogs and cats and managing their populations can help reduce public health risks and associated economic burdens. But years of ineffective or inhumane ‘stray control’ can leave the public outraged and governments frustrated at the lack of progress.

The International Companion Animal Management (ICAM) Coalition’s mission is to support the use of effective, evidence-based and humane dog and cat population management worldwide. In pursuit of this mission, we have identified 6 key principles of population management:

1. Humane and ethical. Population management must be humane and ethical, minimising harm and maximising benefits for the animals involved and the human communities. In the Terrestrial Animal Health Code Chapter 7.7 “the OIE recognises the importance of controlling dog populations without causing unnecessary animal suffering.” And states that “euthanasia of dogs, used alone, is not an effective control measure. If used, it should be done humanely and in combination with other measures to achieve effective long term control.” So population management cannot be considered humane if it includes indiscriminate killing of animals, killing roaming animals in the street or using killing as a sole measure of population management. It is ultimately also ineffective as it focuses only on the symptom of the current roaming population and does not address the sources of these animals. However, humane euthanasia of animals that are suffering for health or behavioural reasons or where treatment is not possible is an important part of population management and access to vets that can perform euthanasia using humane methods will be essential for organisations, owners and carers to protect dogs and cats from suffering.
2. Population management must fit local dog and cat population dynamics, there is no ‘one size fits all’ model. Dog and cat population dynamics differ between communities. Most variation occurs in how people behave with dogs, sources and motivations for dog and cat acquisition, confinement/roaming, abandonment, tolerance and care of dogs and cats on the street. Intervention design should always be appropriate to the local conditions, and never replicated after a “model” that worked elsewhere. Important lessons can be learnt from interventions in other locations, but they must be interpreted through the lens of the local situation.
3. Population management must be sustainable and adaptive. Population management requires a permanent system of services; as long as people own dogs and cats there will always be a need to manage their populations. Once the permanence of population management systems is recognised, people start to make different decisions about how to implement services with sustainability inherent from the outset.
4. Following the ‘no one size fits all’ principle, and the abundance of assumptions about dogs and cats (e.g. that all roaming dogs are unowned and unwanted), we emphasise the importance of using an evidence base when designing interventions. We recognise that establishing a complete understanding of all aspects of population dynamics before intervention begins is beyond available resources in most cases. Hence we encourage the use of data collected through monitoring to evaluate the impact of population management allowing for regular adaptations of the intervention (see ICAM’s ‘Are we making a difference?’ guide for dog population management).
5. We recognise that stray control that focuses only on the ‘symptom’ of the current roaming dogs and cats fails; this includes reliance on culling or shelters to clear the streets of roaming animals. We describe what population management is and how realigning to work also on ‘sources’ of roaming animals can be so much more impactful. Whilst using a combination of rehoming and Trap/Catch, Neuter and Return applied as appropriate to the location, species and the individual animal can provide a humane response to the current roaming population.
6. Human behaviours are the single biggest driver of dynamic processes in dog and cat populations, so must work to influence human behaviour. Promoting and supporting the performance of humane and responsible behaviour by owners and carers of community animals.



Although there are many similarities between dog and cat population management, there are differences in population dynamic rates to take into account. Specifically, cats are more likely to be allowed to roam by their owners, have greater breeding capacity, greater ability to live independent of people (feral) and feral cats can be particularly limited their ability to cope with a shelter environment. As a result, Trap, Neuter and Return (TNR) of cats is likely to be a longer-term part of their population management than for dogs.

The following links are provided as resources for further information:

1. www.icam-coalition.org; several guidance documents and tools on population management of dogs and cats.
2. icatcare.org/unowned-cats/ and icatcare.org/unowned-cats/feral-street-community-cats/trap-neuter-return/; website with advice on cat population management.
3. www.ed.ac.uk/vet/jeanne-marchig-centre/cpd/dog-welfare/dog-welfare-videos; videos on how to conduct Catch, Neuter and Return (CNR) with dogs.
4. www.acc-d.org/population-modeling; findings from cat population modelling on how to improve impact on when conducting cat population management.



EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM MEDICINA DE ABRIGOS

Lucas Galdioli

Aluno de Pós-graduação em Ciências Veterinárias

Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR

lucasgaldioli@ufpr.br

Palavras-chave: Abrigos de Animais; Medicina de Abrigos; Medicina Veterinária do Coletivo.

Segundo a *Association of Shelter Veterinarians*, a Medicina de Abrigos é a área da medicina veterinária dedicada ao estudo dos fatores que influenciam a manutenção de animais no coletivo para promover a melhor qualidade de vida de animais abrigados ou outras instalações dedicadas a encontrar-lhes novos lares¹. Essa área foi reconhecida formalmente pela *American Veterinary Medical Association* (AVMA) como uma especialidade em 2014. Ela combina estratégias e princípios dos cuidados da saúde individual com as necessidades da população.

As recomendações podem diferir da prática privada ou da clínica médica e cirúrgica individual devido às considerações para um manejo em coletivo. Dessa forma, os veterinários que atuam em abrigo fornecem uma mistura de cuidados individuais e populacionais para uma variedade de animais com foco no bem-estar físico e comportamental.

Os abrigos têm como objetivo ser um refúgio seguro para os animais que deles precisam e funcionar como local de passagem, buscando reabilitá-los, ressocializá-los e reintroduzi-los na sociedade por meio da adoção, além de serem um núcleo de referência em programas de cuidados veterinários, controle, bem-estar animal e projetos educativos quanto à tutela responsável, trabalhando para a prevenção do abandono²⁻⁴. Podem ser de responsabilidade governamental, privada, de organização não governamental (ONG) ou mista^{2,5}. Suprir as necessidades dos animais nos abrigos não é uma tarefa simples, e requer muito planejamento e comprometimento. Para isso, é necessário existir uma gestão interdisciplinar ativa e engajada, aplicando políticas rigorosas, protocolos bem definidos com métricas e metas, estrutura e recursos disponíveis e equipe capacitada.

É importante compreender que os abrigos são uma das estratégias de um programa de manejo populacional nos municípios, recuperando os animais abandonados e reintroduzindo-os na sociedade por meio da adoção, mas não resolvem a fonte do problema que é a presença desses nas ruas e nem do abandono. Ainda, segundo a *International Companion Animal Management Coalition* (ICAM), em locais em que existam muitos cães e gatos em situação de rua e as taxas de adoção sejam mínimas, os abrigos não se tornam uma estratégia eficaz de manejo populacional, apenas relata um sintoma dessa problemática que pode estar, principalmente, ligada aos aspectos culturais e socioeconômicos daquela população⁶.

Um levantamento de um censo de animais no Brasil foi realizado pelo Instituto Pet Brasil (IPB) e divulgado em 2019. Segundo os dados, de acordo com números levantados pelo IBGE e atualizados pela inteligência comercial do Instituto Pet Brasil, em 2018 foram contabilizados no país 54,2 milhões de cães e 23,9 milhões de gatos, sendo que houve um crescimento de casas que escolhem o gato como animal de estimação, com alta de 8,1% desde 2013, enquanto que houve um crescimento de 3,8% de cães⁷. Do total de cães e gatos (78,1 milhões), 5% são Animais em Condição de Vulnerabilidade (ACV), ou seja, aqueles que vivem sob tutela das famílias classificadas abaixo da linha de pobreza, ou que vivem nas ruas, mas recebem cuidados de pessoas. Esse dado representa 3,9 milhões de pets, sendo cães representando 69% (2,69 milhões) e gatos 31% (1,21 milhões). O levantamento do IPB também apurou a existência de 370 ONGs atuando na proteção animal. Dessas 46%, ou 169 ONGs, estão na região Sudeste, seguida pelas regiões Sul (18%), Nordeste (17%), Norte (12%) e, por fim, Centro-Oeste (7%). Essas instituições tutelam mais de 172 mil animais. Desses, 165.200 (96%) são cães e 6.883 (4%) são gatos⁸.

Dessa maneira, os estudos da Medicina de Abrigos no Brasil foi uma demanda das mudanças nas políticas públicas para o manejo populacional de cães e gatos. Visto que é uma área pouco abordada na Medicina Veterinária e que exige protocolos e manejos específicos para animais em coletivo, é extremamente necessário que pesquisas e capacitações sejam realizadas.

Essa ciência é desafiadora e exige conhecimentos e habilidades que excedem o que se adquire na formação acadêmica, sendo uma área de estudos e abrangência da medicina veterinária do coletivo que está se tornando uma nova opção de carreira para médicos-veterinários. Origina-se na tentativa de suprir as dificuldades que os médicos-veterinários, gestores e funcionários de abrigos encontram para garantir a saúde e o bem-estar dos animais, além da sanidade de toda a comunidade pela qual são responsáveis. As suas vastas aplicabilidades e a exigência de saberes específicos demonstram a necessidade do desenvolvimento de



protocolos e de linhas orientadoras cujos objetivos finais se expressarão na melhora do estado hígido e das condições higiênico-sanitárias dos animais abrigados, e também no aumento do número de animais adotados.

As atuações dentro dos abrigos geralmente são voltadas para aumentar a taxa de saída dos animais por meio da adoção, porém é extremamente importante que a busca central esteja associada em diminuir a taxa de abandono dos animais pela sociedade. Para isso são extremamente necessários os abrigos articularem de forma adequada aos órgãos competentes em garantir políticas públicas voltadas para a promoção da saúde, educação humanitária, valorização dos cuidados e na diminuição de animais não domiciliados, para, dessa forma, construir uma cultura na sociedade que corresponda com uma tutela responsável e valorize os animais como seres dignos à vida.

As problemáticas dos abrigos são inúmeras, desde falta de conhecimento, até falta de correto planejamento e gestão. Isso pode refletir em diversas situações negativas aos animais, privando-os de uma adequada saúde física e mental. Em nosso país, a maioria dos abrigos privados são adaptações de moradias próprias e sem alterações para uma estrutura física apropriada para garantir princípios de sanidade e de bem-estar dos animais abrigados coletivamente. Nos abrigos públicos, grande parte deles tem sua estrutura construída voltada para o controle de zoonoses, especialmente para o controle da raiva, seguindo protocolos de cuidados individuais aos animais com enfoque na saúde humana, assim, não levam em conta aspectos da saúde mental e comportamental dos animais abrigados.

Diante deste contexto, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) começaram a trabalhar com a Medicina de Abrigos, com o objetivo de consolidar e aplicar essa ciência no Brasil, visto que é uma área pouco profissionalizada e com alta demanda pela sociedade. Uma das formas de atuação é na capacitação de colaboradores que atuam direta e indiretamente em abrigos por meio de cursos, palestras e consultorias, com o objetivo de garantir melhorias nas políticas internas dos abrigos e garantir um bom nível de bem-estar dos animais abrigados, além dos trabalhadores.

Na UFPR, a abordagem ocorre na graduação e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde na área de Medicina Veterinária do Coletivo, em que os médicos veterinários residentes fornecem consultoria para os abrigos privados parceiros, realizando a identificação dos pontos críticos para a indicação de soluções e melhoria do nível de bem-estar dos animais e aumento das taxas de adoção. Essa experiência está vinculada frente a uma parceria com o Instituto PremieRpet®, com objetivo de difundir e fomentar conhecimentos e boas práticas da Medicina de Abrigos junto aos médicos-veterinários, profissionais e voluntários que atuam nas ONGs de cães e gatos. Este trabalho da UFPR com a empresa PremieRpet® fomenta, também, pesquisas e compartilhamento de conhecimentos. Temas referentes à área como diretrizes e protocolos são gerados com as observações da equipe da UFPR durante as vistorias e observações analisadas dos desafios e dificuldades que os abrigos parceiros vêm enfrentando.

O método de consultoria consiste como primeiro passo em realizar uma visita para o levantamento de um diagnóstico situacional do abrigo. Essa etapa tem o intuito de analisar o abrigo como um todo, desde o histórico, fazer o primeiro contato com o gestor e funcionários, avaliar os manejos e políticas internas em relação às documentações e dados do abrigo, recursos materiais e humanos disponíveis, protocolos de admissão, estrutura física e ambiente, procedimentos de higienização e destinação de resíduos, manejo nutricional, sanitário, comportamental, procedimentos operacionais padrões, entre outros. Além disso, também é questionado sobre as políticas externas ao abrigo, para entender qual é a realidade do município e o engajamento dos órgãos responsáveis em relação as políticas públicas voltadas aos animais, as quais refletem diretamente no abrigo.

A partir disso, pontos críticos primários e secundários são levantados pela equipe técnica, em que, posteriormente eram apresentados aos gestores e funcionários com propostas de melhorias, junto a um plano de ação de acordo com a realidade e viabilidade da ONG. São priorizados elencar três pontos críticos primários e trabalhar neles até sua solução ou melhora significativa. Pontos positivos também são retratados durante a capacitação. De forma geral, a periodicidade das visitas pela equipe técnica acontece mensalmente ou trimestralmente, dependendo da localização do abrigo. Porém, os funcionários podem contatar a equipe virtualmente a qualquer momento em horário comercial para retirada de dúvidas.

De acordo com as experiências práticas pela equipe da UFPR, alguns pontos foram observados em comuns nos abrigos em que foram realizadas as consultorias. O primeiro ponto importante a se elencar, era o desconhecimento das pessoas atuantes em abrigos da existência da Medicina de Abrigos. São poucos os locais que aplicam o conhecimento dessa ciência, cujos gestores têm consciência de que as necessidades dos animais vão além da alimentação e de um local para dormir. A estrutura física básica, composta de áreas para animais saudáveis, quarentena e isolamento, não existe na maioria deles, ou é usada de maneira errada. Em abrigos de gatos, é frequente a falta de verticalização do espaço, da presença de esconderijos em números adequados pela quantidade de animais abrigados, do número de caixas para eliminação em número e localização adequadas,



além de alta prevalência de doenças do trato respiratório que muitas vezes de forma equivocada são consideradas normais pelos gestores e médicos-veterinários. Em abrigos mistos, é frequente observar recintos de gatos próximos de cães, causando um nível alto de barulho e estresse.

Uma prática inaceitável que acontece na totalidade dos abrigos consultados, é trabalharem acima de sua capacidade de prover cuidados (CPC), isto é, não respeitar o limite do número de animais adequado, o que os impede de manter bons níveis de bem-estar, segundo os recursos materiais, físicos e humanos disponíveis. Esse ponto deve ser bastante conversado e considerado, pois exige um correto planejamento e diversas estratégias, para que, dessa forma, os abrigos consigam atender às necessidades de cada animal, independentemente de como entrou, quando entrou ou sua idade, estado de saúde e temperamento. Cada organização de abrigo deve reconhecer sua CPC e funcionar dentro dele para permitir que sejam o melhor recurso para os animais e pessoas em sua comunidade. Isso reflete diretamente no tempo de permanência dos animais nos abrigos, na redução de transmissão de doenças infecciosas, aumento das adoções e, objetiva, principalmente, garantir as cinco liberdades dos animais. Além disso, a consequência desse trabalho acima da capacidade reflete na saúde laboral dos funcionários. É comum ouvir os relatos deles sobre sua saúde física e mental serem debilitadas e prejudicadas por conta do trabalho excessivo.

Dos abrigos que foram dadas consultorias, quase totalidade deles não tinham registros dos animais ou algum banco de dados, sendo que alguns deles não tinham a ciência do número de animais abrigados. Outros fatos elencados nos pontos críticos primários e secundários foram: presença de sinais clínicos sugestivos à doenças infecciosas, ausência de manejo nutricional ou supervisão durante as alimentações, falta de incentivo a adoção, falta de enriquecimento ambiental e socialização dos animais, ausência de conforto aos animais, ausência de fluxo adequado, presença de animais sinantrópicos, pontos de riscos aos animais, ausência de procedimentos operacionais padrão, ausência de protocolos de vacinação, ausência de protocolos de limpeza/higienização, ausência de protocolos para admissão, falta de local adequado para armazenamento de ração, falta de parcerias como lares temporários e saúde laboral dos funcionários prejudicada.

Isso reforça a necessidade de capacitar as pessoas que estão à frente dessa luta social, de profissionalizar mais essa ciência e garantir um bem-estar único e maior conscientização da população. Iniciativas da UFPR, do Instituto PremieRpet® e do IMVC tem como objetivo auxiliar os abrigos para uma correta gestão, planejamento e organização. O objetivo desses trabalhos são implementar a saúde e bem-estar de animais abrigados por meio da prevenção, visando a economia de recursos gastos com tratamentos de doenças preveníveis, diminuição do tempo de permanência dos animais e diminuição da morbidade e mortalidade de animais doentes.

Como ponto principal, o médico-veterinário deve, primariamente, ter a compreensão do histórico da ONG, o vínculo dos administradores e funcionários e o entendimento de que cada ONG é única. É necessário conhecer os protocolos de cuidados aos animais, mas ao mesmo tempo é difícil estabelecer um protocolo-padrão que possa ser aplicado a todos os casos. Portanto, os protocolos precisam ser ferramentas auxiliares de cuidado em diferentes setores, mas necessitam ser considerados em situações excepcionais ou especiais que possam surgir. É essencial que todo protocolo seja embasado na ciência da Medicina de Abrigos, que difere da medicina veterinária tradicional, em especial pelos aspectos coletivos de cuidados aos animais que prescindem de ações que garantam a segurança sanitária dos animais, minimizem riscos sejam eles de saúde ou comportamentais, e que comprometam a segurança de todos. Os espaços são projetados para acolher os animais, cuidar deles e encaminhá-los para adoção o mais brevemente possível, e muitos não estão preparados para atender às demandas (tanto físicas quanto comportamentais) em situações de longas permanências.

Diante de todo o exposto, é intrínseco que todo abrigo deve ter um planejamento e uma gestão consolidada e efetiva para atingirem o ponto principal, ser uma casa de passagem e garantir qualidade de vida aos animais que estão abrigados. Segundo um estudo do Reino Unido em que explorou o papel que o empreendedorismo social pode desempenhar para ajudar a melhorar a as taxas de eutanásia e as taxas de adoção em abrigos para animais, comparando dois grandes abrigos de animais dos Estados Unidos e da Austrália, observaram que existem três fatores principais que podem contribuir para a transformação dos abrigos sem fins lucrativos e resultar em menores taxas de eutanásia e maiores taxas de adoção, bem como diminuição de *Burnout* nos funcionários, são eles: (1) profissionalização do gerenciamento de abrigos, (2) envolvimento com atividades de empreendimentos sociais sem fins lucrativos, e (3) melhoria da eficiência das operações diárias. No artigo eles afirmam que o objetivo não é a inclusão de práticas comerciais no abrigo, mas sim argumentam que profissionalizar a administração e as operações que incluem fluxos de renda diversos e autossustentáveis é uma forma de ter um maior efeito no bem-estar e resultados positivos ⁹.

Outro estudo relevante a se mencionar é sobre a investigação da percepção de trabalhadores em abrigos de animais e os problemas que enfrentam. A pesquisa foi realizada em abrigos no Reino Unido e, pelo menos uma das duas perguntas abertas questionadas foram respondidas. Foi observado que as principais preocupações



dos entrevistados se centraram na incompatibilidade entre a demanda contínua por seus serviços, ou seja, pela solicitação de resgates e admissão de animais e os limitados recursos dos abrigos, também relataram a falta de voluntários e funcionários. Como sugestões sobre a causa do problema, muitos entrevistados relataram a falta de educação e conscientização do público sobre as necessidades essenciais e o compromisso envolvido em manter um animal de estimação e em controlar a reprodução por meio da castração. Como sugestões, foram mencionadas intervenções como programas de educação e melhorias nas legislações. Esse estudo vai de encontro com as experiências relatadas pelos trabalhadores consultados durante as vistorias da equipe técnica da UFPR¹⁰.

Em suma, em nosso país, a Medicina de Abrigos é uma área ainda incipiente e desafiadora para os médicos-veterinários e para os trabalhadores que estão na prática diariamente pois exige um conhecimento multidisciplinar, é pouco difundida no país e tem pouca visibilidade e fomento de recursos. É um assunto que depende de diversos fatores externos associado à cultura e educação da sociedade, dos valores éticos e políticas públicas. A maior dificuldade dos médicos-veterinários que trabalham nessa área é gerenciar o manejo da saúde no coletivo, prestando assistência médica de qualidade para garantir que os animais, individualmente, estejam física e mentalmente saudáveis. Para isso, devem ter conhecimentos de gestão, políticas internas, arquitetura (parte estrutural), programas preventivos (protocolos de imunização, controle de parasitas, limpeza); manejo nutricional; enriquecimento ambiental e etologia (avaliação, reconhecimento dos problemas e tratamento comportamental); e gerenciamento de recursos humanos e de protocolos relativos a possíveis surtos, além de entender de fluxogramas e das estratégias de entrada e saída dos animais⁴. Ela também envolve o controle de zoonoses, o manejo populacional canino e felino, a bioética e o gerenciamento de recursos humanos, entre outros importantes assuntos relacionados à profissão da medicina veterinária com enfoque na saúde única¹¹. São necessários estudos e pesquisas na área, promover a educação humanitária da sociedade, garantir articulação governamental com as ONGs na construção de legislações e políticas públicas, e ocorrer capacitação periódica de todos os profissionais que trabalham no abrigo sobre os princípios e diretrizes da medicina de abrigos, além de garantir o seu próprio bem-estar físico e mental e interação harmoniosa com os animais.

Referências:

1. Association of Shelter Veterinarians - ASV. Why is Shelter Medicine 2013. Disponível em: <https://www.sheltervet.org/assets/docs/smp-faq-final-2013-may.pdf>. Acesso em 06 maio 2021.
2. Souza FP. Guia técnico para construção e manutenção de abrigos e canis. Curitiba: CRMV-PR. 2016; 35 p.
3. Miller L, Zawistowski S. Shelter medicine for veterinarians and staff. 2. ed. Iowa: Wiley-Blackwell. 2013; 744 p.
4. Garcia RCM. Introdução à medicina de abrigos. In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa. 2019; 274-286 p.
5. Arruda EC, Noronha J, Molento CFM, Garcia RCM, Oliveira ST. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019; 71(10); 232-242 p.
6. ICAM, CI. Guia para el Manejo Humanitario de Poblaciones Caninas. Coalición Internacional para el Manejo de Animales de Compañía. 2019. Disponível em: <https://www.icam-coalition.org/wp-content/uploads/2019/09/ICAM-ManejoHumanitario-2020.06.21.pdf>. Acesso em 02 maio 2021.
7. Instituto Pet Brasil – IPB. Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil. 2019. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>. Acesso em 05 maio 2021.
8. Instituto Pet Brasil – IPB. C País tem 3,9 milhões de animais em condição de vulnerabilidade. 2019. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/imprensa/pais-tem-39-milhoes-de-animais-em-condicao-de-vulnerabilidade/>. Acesso em 05 maio 2021.
9. Thomsen J, Thomsen B, Copeland K, Coose S, Blackwell S, Dante V. Social Enterprise as a Model to Improve Live Release and Euthanasia Rates in Animal Shelters. Front. Vet. Sci. 2021.
10. Stavisky J, Brennan ML, Downes MJ, Dean, RS. Opinions of UK rescue shelter and rehoming center workers on the problems facing their industry. Anthrozoös. 2017; 30(3); 487-498 p.
11. Galdioli L, Ferraz CP, Lima LCF, Garcia RCM. Medicina de abrigos – desafios e avanços no Brasil. Revista Clínica Veterinária. 2020; 144; 28-34.



EXPERIÊNCIAS EM SAÚDE ÚNICA NA ATENÇÃO BÁSICA

Daniel Friguglietti Brandespim

Médico-veterinário/Doutor em Medicina Veterinária Preventiva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Palavras-chave: Atenção Básica; Vigilância em Saúde; Saúde Única

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) é uma nova área multidisciplinar da Medicina Veterinária que utiliza conhecimentos da Saúde Coletiva, da Medicina de Abrigos e da Medicina Veterinária Legal para promover a saúde e o bem-estar dos indivíduos, família, comunidades e entorno, considerando os animais como parte integrante e indissociável dessas representações e gerando diversas possibilidades de interação com outras disciplinas e novas áreas para atuação do profissional¹.

A partir de uma demanda para práticas intersetoriais e interprofissionais direcionadas à melhor qualidade de vida para seres humanos, animais e o entorno que eles habitam, em ressonância com uma evolução de ética social das comunidades relacionado com o status moral/legal dos animais, as novas formas de relacionamento humano-animal-ambiente e o fortalecimento de novos paradigmas na medicina veterinária, principalmente na saúde pública, surge então a Medicina Veterinária do Coletivo, inserindo os conceitos e práticas nas comunidades e territórios, de uma Saúde Única, termo derivado da One Health².

O conceito de Saúde Única (*One Health*, em inglês) foi fundado como uma advertência, em relação às principais formas de proteger a saúde pública, por meio de políticas que previnem e controlam patógenos nas populações animais, com a interface seres humanos-animais-meio ambiente³, portanto, Saúde Única pode ser definida como uma abordagem interdisciplinar e multisetorial – em nível local, regional, nacional e global – com o objetivo de promover a saúde dos seres humanos, animais e meio ambiente, de uma forma interligada e contínua^{4,5}.

A medicina veterinária se incorpora ao grupo de categorias profissionais de saúde de modo natural por estar habilitado a proteger a população contra as enfermidades coletivas e, portanto, é descrita como a primeira ciência do coletivo⁶. O profissional da medicina veterinária recebe uma formação que leva em consideração fatores determinantes à saúde coletiva, não se limitando apenas às necessidades do indivíduo, corroborando com o conceito de saúde pública⁷.

A Medicina Veterinária está apta para atuar no âmbito da interface humana, animal e ambiente desde 1998 quando foi considerada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) como categoria profissional de saúde e a partir do ano de 2011, o médico-veterinário foi inserido como profissional atuante nas equipes de Atenção Básica por meio de ações no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica. O Nasf-AB foi criado como uma estratégia inovadora que tem por objetivo apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde na Atenção Básica/Saúde da Família. Além do conhecimento técnico, incluem-se, em seus requisitos, a responsabilidade por determinado número de equipes e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao paradigma Saúde da Família. Nesse contexto, o Nasf-AB não constitui porta de entrada do sistema para os usuários, mas de apoio às equipes de Saúde da Família⁸. Portanto, as atribuições do médico-veterinário no Nasf-AB encontram-se voltadas para o olhar sanitário entre a interação homem-animal-ambiente nas equipes multiprofissionais de saúde, corroborando para a prática efetiva de ações nas áreas de Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única, no território da Atenção Básica.

A atuação do médico-veterinário no NASF possibilita a avaliação dos fatores de riscos à saúde na interface ser humano, animal e meio ambiente de forma multiprofissional e atuação de forma intersetorial nas ações da vigilância epidemiológica, ambiental e/ou sanitária, assim como em outros órgãos, como por exemplo, Centros de Apoio Psicossocial (Caps) ou Equipes de Consultório na Rua (eCR) de forma intrasetorial, ou até mesmo extra-setorial em parcerias com Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente, entre outras, tendo em vista trazer benefícios para as comunidades locais nas três dimensões da Saúde Única⁹, configura-se como uma das várias práticas inseridas na MVC que envolvem uma abordagem com a interface humana-animal-ambiente¹⁰.

O médico-veterinário atua em reuniões e matriciamento das equipes de Saúde da Família (eSF) e Nasf-AB, visitas domiciliares, atividades coletivas, consulta compartilhada e sala de espera.

Em relação ao matriciamento, este deve ser realizado com foco nas principais atividades de atuação do médico-veterinário na Atenção Básica, a partir da demanda do território, que posteriormente será identificada pelos próprios profissionais de saúde, como por exemplo, problemas relacionados ao lixo e esgoto a céu aberto no ambiente, acumuladores de entulhos e animais no território, além da identificação de outras



questões relativas à zoonoses (esporotricose e leptospirose, entre outras), além da presença de animais agressores e comércio clandestino de alimentos, com exposição de carcaças de frango sem condições adequadas para o comércio, nas regiões apoiadas pela equipe Nasf-AB.

As reuniões nas eSF e entre os profissionais do Nasf-Ab são de extrema importância em um momento inicial, onde o médico-veterinário deve ser apresentado aos profissionais da eSF, para a pactuação de uma pauta e esclarecimentos sobre suas competências e saberes durante o seu processo de trabalho, pois na maioria das vezes, percebe-se o pouco conhecimento dos médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde que compõem as eSF, por associarem a ação do médico-veterinário na Atenção Básica à clínica médica e prescrição de medicamentos para animais, conforme relatado por Epifanio;Brandespim¹¹, inclusive solicitando que o profissional receitasse medicamentos para os animais dos próprios profissionais que participavam da reunião.

As visitas domiciliares são realizadas a partir da demanda do território, sempre acompanhadas pelos agentes comunitários de saúde (ACS) ou até mesmo pelo profissional de serviço social e pela equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), quando relacionadas à casos de saúde mental. Durante a realização das visitas domiciliares, o médico-veterinário será capaz de diagnosticar riscos que envolvam animais e o ambiente bem como orientar as famílias e incluir também tais temas no matriciamento das equipes, sobre a prevenção, controle e diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais vertebrados e/ou invertebrados (raiva, leptospirose, brucelose, tuberculose, leishmanioses, dengue, febre amarela, etc.) e outros fatores determinantes do processo de saúde-doença; prevenção e controle de doenças transmissíveis pelos seres humanos aos animais, como o complexo teníase/cisticercose.

Já entre as ações de educação em saúde, com foco na promoção, na prevenção e no controle de doenças de caráter antroponozoonótico e demais riscos ambientais, incluindo desastres naturais e aqueles provocados pelo ser humano, o profissional pode contribuir para o desenvolvimento de ações educativas e mobilização da comunidade contínuas, relativas ao controle das doenças/agravos na área de abrangência, no uso e manejo adequado do território, com vistas à relação saúde/ambiente (desmatamentos, uso inadequado de pesticidas, uso indiscriminado de medicamentos veterinários); estudos e pesquisas em saúde pública, que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção; cuidado com os resíduos sólidos; ações de educação em saúde nas escolas, divulgação nos meios de comunicação e sensibilização às comunidades e às sociedades organizada e não organizada; prevenção e controle de doenças transmissíveis por alimentos; respostas às emergências de saúde pública e eventos de potencial risco sanitário nacional, de forma articulada com os setores responsáveis; identificação e orientações sobre os riscos de contaminação por substâncias tóxicas (agrotóxicos e inseticidas)¹².

Este relato possibilita a percepção da função do médico-veterinário inserido na Atenção Básica que é portanto, um dos profissionais de fundamental importância para a prática da saúde única e da medicina veterinária do coletivo, sendo um profissional de saúde capacitado para atender as demandas territoriais que envolvem a interação homem-animal-ambiente, proporcionando suporte as eSF e aumentando a resolubilidade do serviço de saúde para a coletividade^{13,14}.

Referências:

- 1 Garcia RCM, Brandespim DF, Calderón N. Medicina Veterinária do Coletivo: promovendo a saúde por meio da estratégia de saúde única. In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF. Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 30-3.
- 2 Garcia RCM, Vieira AML, Calderón N, Brandespim DF. Como nasceu a Medicina Veterinária do Coletivo? In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF. Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 20-9.
- 3 Food and Agriculture Organization of the United Nations, World Organisation for Animal Health, World Health Organization [homepage na internet]. The Tripartite's Commitment: providing multi-sectoral, collaborative leadership in addressing health challenges [Acesso em 21 jan 2019]. Disponível em: http://www.who.int/zoonoses/tripartite_oct2017.pdf.
- 4 Evans BR, Leighton FA. A history of One Health. Sci Tech Rev Off Int Epizoot 2014;33(2):413–20.
- 5 Anon. HIPPO Dilemma. In: Windows on the wild: science and sustainability – a book of environmental education studies. Claremont: New Africa Books; 2005.p. 47–66.
- 6 Almeida FN. Epidemiologia sem números: uma introdução crítica a ciência epidemiológica. Rio de Janeiro: Campos,1989. 108 p.
- 7 Organización Mundial de la Salud. Grupo Consultivo sobre Veterinária de Salud Pública. Ginebra, 1957. p. 3-29. (Série de Informes Técnicos, 111).



- 8 Ministério da Saúde (BR). Portaria no 154/GM, de 24 de janeiro de 2008. Dispõem sobre a criação dos Núcleos de Apoio as Equipes de Saúde da Família. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 jan. 2008.
- 9 Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) [homepage da internet]. CRMV-PR tem a primeira comissão de Saúde Única do Brasil [acesso em 28 jan 2019]. Disponível em: https://www.crmv-pr.org.br/noticiasView/5055_noticia.html.
- 10 Leite LO, Teixeira VN. Uma saúde para todos. O que é Saúde Única? In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF. Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 47-56.
- 11 Epifanio IS; Brandespim DF. Contribuição do médico-veterinário na atenção primária à saúde: um relato de experiência. Ars Veterinaria, Jaboticabal, v 35, n. 2, p. 50-55. Doi: <http://dx.doi.org/10.15361/2175-0106.2019v35n2p50-55>
- 12 Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV. Perguntas e respostas sobre o NASF. 2011. [internet]. Brasília: CFMV; 2018 [acesso em 22 out 2018]. Disponível em: <http://www.cfmv.org.br/portal/pagina.php?cod=42>
- 13 Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília, DF. 2014, 118p. (Caderno de Atenção Básica, n. 39).
- 14 Almeida WNM, Epifânio IS, Brandespim DF. O médico-veterinário na Atenção Primária à Saúde (APS). In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF. Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 78-83.



MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO NO ESTADO DA FLÓRIDA/EUA

Simone Guérios
Médica Veterinária, Msc, PhD.

University of Florida – College of Veterinary Medicine; Universidade Federal do Paraná – Curitiba

Palavras-Chave: Cão; eutanásia; gato; medicina veterinária de abrigos; medicina veterinária do coletivo.

O estado da Flórida apresenta o maior número de animais per capita admitidos em abrigos e a maior taxa de eutanásia, quando comparados a outros estados americanos. O problema da superpopulação de animais de estimação, que sobrecarrega os abrigos do estado, se deve principalmente ao clima quente, as altas taxas de pobreza, a presença de grandes comunidades rurais e a falta de cuidados veterinários. No entanto, nos últimos anos, a realização de campanhas de castração, o envolvimento e educação da comunidade e a colaboração entre abrigos e grupos de resgate obtiveram sucesso na redução destes números.

Em 2020, o censo realizado anualmente pelo programa de medicina veterinária do coletivo da Universidade da Flórida – “Maddie’s Shelter Medicine Program”, revelou um recorde no salvamento de vidas de cães e gatos no estado da Flórida. O censo teve a participação de 147 abrigos, de um total de 154 abrigos que operam no estado, representando 95% de todos os abrigos e 99% de todos os animais abrigados. No ano de 2020, 312.157 cães e gatos foram admitidos em abrigos na Flórida, sendo que mais de 50% entraram como animais de rua, sem tutor. O estudo demonstrou que foram salvos 9 em cada 10 animais admitidos nos abrigos, revelando uma taxa de sobrevivência de 88%, um aumento de 34% quando comparado ao ano de 2013. A porcentagem aumenta para 91% se forem excluídos 10.697 animais que deram entrada nos abrigos, pelos tutores, especificamente para eutanásia. Dentro dos animais salvos, 63% foram adotados, 17% transferidos para outros grupos de resgate, 10% reunidos com seus tutores e 8% retornaram ao local de origem após vacinação e castração, pois representam os animais comunitários.

O número de gatos salvos, em abrigos da Flórida, ainda se manteve baixo quando comparado ao sucesso obtido com os cães. Foi observado 97% para a taxa de cães salvos e apenas 86% para os gatos. Com relação aos animais salvos é interessante notar que apenas 3% dos gatos foram reunidos com seus tutores, o número de eutanásia em gatos foi quase o dobro quando comparada aos cães, e houve aumento na admissão de gatos e redução na admissão de cães em 2020. Existem inúmeras razões pelas quais os gatos correm maior risco em abrigos, incluindo baixa taxa de identificação dos animais, por exemplo com coleiras ou microchip, e a superpopulação de gatos no país que supera a capacidade de adoção. O grande número de gatos comunitários, que são alimentados e cuidados por residentes solidários, contribui para a entrada desta espécie de animais nos abrigos. No entanto, a força tarefa adotada no estado que inclui programas de castração e vacinação em massa e o retorno destes gatos à comunidade, tem se mostrado eficaz na redução e controle humanitário da população de gatos.

O censo também observou diferenças importantes entre os abrigos localizados em regiões urbanas e rurais. Os municípios rurais recebem orçamentos menores, trabalham com menor número de funcionários e apresentam instalações precárias quando comparados aos abrigos de áreas urbanas. Observou-se que os abrigos em municípios urbanos admitem em média 10 animais por 1.000 residentes e os municípios rurais admitem em média 26 animais por 1.000 residentes, representando mais do que o dobro de animais admitidos. A combinação entre o maior número de admissão de animais e menor recurso disponível em municípios rurais, acarretou em um aumento de aproximadamente 5 vezes ao número de eutanásia em cães e gatos nestes abrigos (em média 7 animais/1.000 residentes) quando comparado aos abrigos urbanos (1,5 animais/1.000 residentes).

O ano de 2020 foi marcado com a pandemia de COVID-19, que impactou as operações dos abrigos de animais em todo os Estados Unidos. A quarentena fez com que os abrigos interrompessem diversos serviços oferecidos as comunidades, como exemplo as clínicas de baixo custo de vacinação e castração de cães e gatos, e os programas de castração de gatos ferais e comunitários. No início da pandemia, houve um grande esforço para retirar os residentes saudáveis dos abrigos e relocar em lares temporários ou permanentes. Apesar de um menor número de animais dentro dos abrigos, observou-se redução no número de adoções na Flórida, de 172.269 em 2020 para 204.215 em 2019. Ainda não sabemos qual será o impacto na população de cães e gatos nos anos subsequentes a pandemia, mas, espera-se um aumento na população de animais, principalmente devido à redução de 50% ou mais no número de animais castrados, redução no número de adoções e redução na renda per capita do país.



Referências:

1. Parry NMA. COVID-19 and Pets: When pandemic meets panic. Forensic Science International: Reports (2) 2020
2. Levy JK; Isaza NM; Scot KC. Effect of high-impact targeted trap-neuter-return and adoption of community cats on cat intake to a shelter. The Veterinary Journal (201) 2014.
3. Florida Shelter Animal Census: A snapshot of statewide intake and disposition. Maddie's Shelter Medicine Program (2021). <https://sheltermedicine.vetmed.ufl.edu/research-studies/current-studies/florida-animal-sheltering/>
4. Overcoming COVID-19's Challenges to Vital Spay/Neuter Services. ASPCA (2021). <https://www.asPCA.org/news/overcoming-covid-19s-challenges-vital-spayneuter-services>.



O ELO ENTRE OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E A VIOLÊNCIA INTERPESSOAL: EXPERIÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

Yasmin da Silva Gonçalves da Rocha
Doutoranda em Ciências Veterinárias
Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Maus-tratos aos animais; Saúde coletiva; Violência interpessoal; Violência única.

Quando pensamos na relação humano-animal, percebemos uma valorização desse vínculo afetivo a ponto de tornar-se mais um tipo de configuração familiar chamada família multiespécie. No ambiente familiar, esse vínculo humano-animal pode apresentar interações negativas, permitindo que os animais vivenciem as mesmas condições de vulnerabilidade¹⁻².

A violência é um problema vivenciado mundialmente que não se restringe apenas a espécie humana. Todas as violências possuem uma raiz única que é a dessensibilização pela vida. Diversos estudos comprovam a existência da relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal, conhecida como Elo, provocada por um ciclo de violência intergeracional como reflexo das experiências negativas vivenciadas por um indivíduo desde a infância no âmbito familiar^{1,3-5}.

O reconhecimento desse elo por profissionais de diferentes áreas é de extrema importância para a promoção da saúde e a quebra desse ciclo de violência, a fim de desenvolver uma visão holística e integrada com uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional^{5,6}. Segundo Randour et al. (2021)⁷, especialistas acreditam numa prevenção proativa como uma estratégia fundamental para a quebra desse ciclo de violência, com a incorporação de intervenções precoces e eficazes. Assim, propuseram que a maneira ideal para melhorar as ações preventivas e de intervenção é reconhecer os maus-tratos aos animais como parte importante na dinâmica da violência doméstica, promovendo uma resposta por meio de cooperação contínua, coordenação mútua, treinamento cruzado e consultoria entre os profissionais que atuam na proteção de pessoas e animais.

O Paraná, em 2020, recebeu mais de 50,6 mil denúncias anônimas em todo o estado pelo disque-denúncia 181, sendo considerado o maior número de denúncias recebidas pelo programa, em um ano, desde a sua criação em 2003⁸. Os crimes mais denunciados foram tráfico de drogas (20.326 denúncias), crimes ambientais (7.817 denúncias) e maus-tratos aos animais domésticos (7.076 denúncias). Além disso, casos de violência contra crianças (1.695 denúncias), contra idosos (1.497 denúncias) e contra a mulher (1.415 denúncias) também foram crimes denunciados com mais frequência. Portanto, esses dados mostram a importância da abordagem sobre violência única e o elo, assim como a necessidade de ações conjuntas para traçar estratégias de prevenção e intervenção dos diversos tipos de violência.

Pesquisas sobre essa temática são essenciais para estabelecer um diagnóstico e conhecer o cenário real desse ciclo de violência, encontrando melhores estratégias para o seu enfrentamento. Assim, estudos promovidos pela Universidade Federal do Paraná vêm capacitando profissionais de diversas áreas sobre esse elo, a fim de permitir uma apropriação sobre o tema; bem como ampliando e criando métodos que visem o trabalho intersetorial e interprofissional envolvendo instituições policiais, promotorias públicas, profissionais da assistência social, saúde, educação e meio ambiente (defesa e proteção animal).

Um desses estudos discutiu a importância do médico-veterinário na área social e criou uma parceria intersetorial entre Secretaria Municipal de Assistência Social e Seção de Defesa e Proteção Animal com a finalidade de atender integralmente os casos de famílias em situação de vulnerabilidade considerando os animais como membros⁹. Além disso, demonstrou que as dificuldades financeiras, o nível educacional e a situação de violência doméstica na família são alguns aspectos associados com a ocorrência de maus-tratos aos cães e gatos; assim como a promoção de educação sobre tutela responsável é fundamental na criação de programas para prevenir e controlar a apresentação desse crime^{9,10}.

O estudo conduzido por Rocha (2020)¹¹ analisou casos de maus-tratos aos animais e violência contra mulher no município de Pinhais/PR com o intuito de verificar a existência de uma correlação que pudesse ser mapeada. Contudo, notou-se que as informações obtidas separadamente não demonstraram correlação por necessitar de uma avaliação de outros fatores inerentes a família multiespécie, reforçando a necessidade da integralização das informações entre as instituições responsáveis pela prevenção e combate das violências. Nesse contexto, Rocha et al. (2020)¹² propuseram um instrumento que incluísse os animais na rotina de instituições que fazem o acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica, o que permite o rastreamento de casos de maus-tratos aos animais nesses lares caóticos.

Buscando promover educação sobre o elo, um curso de capacitação foi realizado em 2020, no formato de educação à distância, que reuniu participantes de diversas áreas e diferentes estados. O curso permitiu uma



discussão de abrangência nacional, assim como possibilitou o conhecimento da percepção de estudantes e profissionais sobre o tema antes e depois dessa capacitação. No geral, a maioria dos participantes demonstraram ter entendimento superficial sobre o elo e suas vertentes, achavam que o principal motivo pelo qual os médicos-veterinários não denunciavam maus-tratos aos animais era o medo de represália e entendiam a importância do médico-veterinário na área social. Já os profissionais de outras áreas afirmaram entender como sua área de formação/atuação se relacionava com os maus-tratos aos animais. Dentre os participantes da área veterinária, previamente ao curso, 73% (128/176) mostraram desconhecimento em relação a indicar quando uma lesão é intencional ou não intencional, diminuindo para 44% após o curso. O conhecimento sobre o tema quando questionado no final do curso foi de 93,65%, em comparação com 80,8% da indagação prévia, mostrando, dessa forma, a importância da promoção da educação sobre o elo para um aprofundamento da sua complexidade¹¹.

Diversos materiais de divulgação vêm sendo criados e divulgados em redes sociais a fim de repassar esse conhecimento para a comunidade em geral. O ano de 2020 e o primeiro semestre de 2021 estão marcados por diversas entrevistas, mesas-redondas, podcasts, vídeos e informativos sobre o elo, principalmente nesse contexto de pandemia. O isolamento social trouxe esse debate com mais afinco, devido a possibilidade de um agravamento dos casos nesse cenário, já que o agressor encontra-se mais tempo dentro de casa. Um reflexo dessa preocupação são as estratégias criadas por grandes empresas para facilitar a denúncia em relação a violência doméstica.

Por fim, percebe-se que o estado do Paraná compartilha uma realidade comum com outros estados que é o trabalho isolado dos diversos tipos de violência. Porém, avanços no debate sobre o elo têm permitido o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e promoção de educação da comunidade em geral. Como perspectivas futuras, espera-se que haja um amadurecimento de estratégias intersetoriais para um enfrentamento eficiente dos diversos tipos de violência no âmbito da família multiespécie e o estabelecimento de políticas públicas que reconheçam essa relação.

Referências:

1. Faraco CB. Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie. Porto Alegre. Tese [Doutorado em Psicologia] - Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2008.
2. Monsalve S, Rocha YSG, Garcia RCM. Teoria do Elo: a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF, editores. Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 160-71.
3. Carlisle-Frank P, Frank JM, Nielsen L. Selective battering of the family pet. *Anthrozoos* 2004; 17(1):26-42.
4. Monsalve S, Ferreira F, Garcia R. The connection between animal abuse and interpersonal violence: A review from the veterinary perspective. *Res. Vet. Sci.* 2017; 114:18–26.
5. Gomes LB, Soares DFM. Teoria do elo: a conexão entre maus-tratos a animais e violência intrafamiliar. *Rev. CFMV* 2019; 81(Ano XXV):32-33.
6. Souza PV, Rolim LKL, Monsalve S, Leite LO, Garcia RCM. Teoria do Elo: experiência em capacitação de alunos, professores e profissionais da área. In: Garcia RCM, Calderón N, Brandespim DF, editores. Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Integrativa Vet; 2019. p. 496-503.
7. Randour ML, Smith-Blackmore M, Blaney N, DeSousa D, Guyony AA. Animal abuse as a type of trauma: lessons for human and animal service professionals. *Trauma, Violence & Abuse* 2021; 22(2):277-88.
8. Secretaria da Segurança Pública do Paraná [homepage na internet]. Disque Denúncia recebeu mais de 50 mil denúncias anônimas em 2020 [acesso em 06 mai 2021]. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Denuncias-de-violencia-contra-mulher-embasam-atuacao-das-forcas-policiais>
9. Barrero SM. A vulnerabilidade na família como determinante de maus-tratos aos animais de companhia. Curitiba. Dissertação [Mestrado em Ciências Veterinárias] – Universidade Federal do Paraná; 2017.
10. Monsalve S, Hammerschmidt J, Izar ML, Marconcin S, Rizzato F, Polo G, Garcia R. Associated factors of companion animal neglect in the family environment in Pinhais, Brazil. *Prev Vet Med* 2018; 157:19- 25.
11. Rocha YSG. Maus-tratos aos animais como indicador de violência doméstica. Curitiba. Dissertação [Mestrado em Ciências Veterinárias] – Universidade Federal do Paraná; 2020.
12. Rocha YSG, Galdioli L, Garcia RCM. Estratégia para avaliação de violência no âmbito da família multiespécie: Proposta de inclusão do animal de estimação na ficha de atendimento de mulheres vítimas de violência para rastreamento e avaliação de violência multiespécie. *Rev Clin Vet* 2020; 25(46):46-50.



O TRABALHO DO G.R.A.D - GRUPO DE RESGATE DE ANIMAIS EM DESASTRES.

Vania de Fátima Plaza Nunes

Médica veterinária

Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal- Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo

Palavras chave: desastres ambientais, resgate animal, proteção animal

A ocorrência de desastres não é algo novo na história da humanidade¹. O termo desastres ou catástrofe pode ser empregado de forma geral em toda situação calamitosa envolvendo problemas que ocorram de forma intencional ou não, que afetem um grupo social ou localidade, e que leve a perdas materiais, econômicos ou ambientais disseminados além de afetar e impactar humanos. Em geral essas ocorrências excedem a capacidade da comunidade afetada de lidar com o problema empregando seus próprios recursos. Podem ser classificados como de ocorrência natural ou por ação antrópica, mas independente dessa classificação prescindem de apoio de setores da sociedade previamente organizados, habilitados e capacitados a atuar².

No Brasil apesar de sua ocorrência recorrente só a partir da segunda metade do século XX, essas catástrofes, passaram a ser registrados e avaliados seja pelo tipo de desastre, pelo tamanho dos danos causados², mas em geral apenas se encontram registros oficiais dos danos materiais e aqueles relacionados a vida humana nos serviços estaduais ou municipais da Defesa Civil³.

O advento da preocupação humana com o meio ambiente e os impactos da ação antrópica aparecem de forma organizada e se tornam mais fortes em todo mundo no final dos anos 80 e em especial nos anos 90⁴. Ainda assim não se consideravam os animais em ações de resgate, apoio e recuperação nos casos de enchentes, deslizamentos, soterramento, incêndios e queimadas, entre outros. Exemplos de ocorrência cada vez mais comum graças ao desenvolvimento desordenado humano, o crescimento populacional, a ocupação irregular ou regular de áreas de risco com riscos de deslizamento, ocupação de áreas de segurança para transbordamento de rios como várzeas e APP (áreas de preservação permanente) em municípios, alta impermeabilização do solo, o implemento de ações desenvolvimentistas que não consideram os impactos ambientais e sociais envolvidos, além das mudanças climáticas cada vez mais evidentes neste século¹. A ação humana desordenada tem sido um dos principais desencadeadores de situações de catástrofe no mundo⁴.

Apenas no século XXI após o colapso das Torres Gêmeas (World Trade Center), nos EUA a medicina veterinária de desastres passa a ser considerada e desenvolvida a partir da necessidade de minimização dos impactos aos cães de salvamento envolvidos em resgates, trazendo uma visão inovadora e fundamental ao serviço veterinário mundial de resgate⁴.

Os animais, entretanto, nunca foram alvo de preocupação no resgate a não ser em situações pontuais, não existindo nem preocupação de resgate, nem preocupação com as medidas preventivas e de recuperação pós-desastres necessárias a recuperação dos danos e apoio social as comunidades afetadas, ou a necessidade humanitária de reconhecer e agir pelos animais.

A perturbação ocasionada pelos eventos acima narrados, causam uma perturbação ambiental e sanitária de consequências imprevisíveis em especial se não se conhece epidemiologicamente aquele cenário, suas interações inter espécies, sejam elas as ligadas a fauna, flora ou humanos¹. A ocorrência desses fenômenos naturais ou tecnológicos, expõem fragilidades e riscos que vão além dos danos materiais ou físicos imediatos, como a possibilidade de ocorrência de doenças de caráter vetorial, aumento de casos de zoonoses em áreas endêmicas pelo alto impacto e destruição no ambiente afetado². Um exemplo disso pode ser o do rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, que ao atingir rios próximos conduziu esses rejeitos pelo curso d'água e danificou e comprometeu não apenas o ambiente do entorno e seus habitantes sejam humanos ou animais mas uma mega-região de mais de 600 km pela migração pelo Rio Doce afetando ainda a comunidade marinha a partir da foz do rio no estado do Espírito Santo.

No Brasil os primeiros relatos de ação voluntária pelos animais são pontuais, mas de grande relevância na região Serrana de Santa Catarina em diferentes eventos a partir primeira década deste século e envolvem as entidades de proteção animal, sejam nacionais ou internacionais atuando em especial de forma assistencial. Também em 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, mostrando a necessidade de habilitação, capacitação, seja para ação direta do resgate, na condução da atenção a saúde dos animais afetados, na destinação dos animais, seja no planejamento de ações, mas em especial no estabelecimento de parcerias oficiais entre os resgatistas de animais e os organismos oficiais do país responsáveis por essas ações como a Defesa Civil e o corpo de bombeiros e polícia ambiental¹.



A formação do GRAD

O Grupo de resgate de animais em desastres - GRAD, nasce definitivamente em 2019 quando do rompimento da Barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho. Diferentes profissionais médicos-veterinários, bombeiros civis e integrantes de entidades de proteção aos animais que já haviam atuado na região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, e/ou em Mariana em 2015, já estavam se organizando em especial em Minas Gerais para essa força tarefa.

O envolvimento de cada profissional que hoje integra a equipe, se iniciou de forma individual ou em pequenos grupos de amigos nesses eventos, vivenciando momentos distintos de aproximação com o tema, através de ações diretas em situações específicas, ou pela capacitação sobre o tema desde de 2010 num evento internacional realizado no Rio de Janeiro sobre o tema. A ocorrência dos dois grandes eventos acima apontados com características de desastres de grandes proporções na região sul, no estado de Santa Catarina e na região Serrana do Rio de Janeiro, foram determinantes na luta para que os animais de estimação, produção, silvestres nativos ou exóticos fossem incluídos nas ações de resgate de forma cada vez mais qualificada. O papel da proteção e defesa dos animais foi central na definição e busca de parcerias e apoio uma vez que a ação é voluntária por parte de todos os envolvidos.

O que é o GRAD

É um Grupo de Voluntários com experiência em resposta à fauna atingida por desastres. Composto atualmente por 60 membros todos voluntários, como Médicos-veterinários, Biólogos, Bombeiros Civis, Acadêmicos de Medicina Veterinária, profissionais de áreas diversas como comunicação, informática entre outros de diferentes estados do país, em especial Minas Gerais⁵.

Sua visão é demonstrar através de suas ações para a sociedade que todos os animais são seres sencientes e podem ser vítimas em desastres assim como os humanos, necessitando de resgate rápido por equipe capacitada e com direito a receber tratamento e destinação humanitária e adequada as suas necessidades¹. Toda equipe tem como objetivo promover ajuda humanitária aos animais em circunstâncias de vulnerabilidade em desastres, contemplando sempre técnicas de manejo etológico e humanitário, observando os princípios de bem-estar animal da espécie atendida. Todos integrantes são qualificados e capacitados periodicamente tanto com medidas de segurança como tecnicamente, para agir em diferentes situações de resgate em desastre, promovendo o atendimento clínico, cirúrgico emergencial se necessário, orientando equipes de apoio locais, supervisionando o retorno seguro aos tutores.

O GRAD é uma força tarefa ligada ao Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA). Hoje conta com o apoio dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária dos Estados atingidos, bem como do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e Conselho Federal de Medicina Veterinária. Apesar de possuir um grande grupo de voluntários, o GRAD conta sempre com o apoio de voluntários e médicos veterinários locais, atuando alinhado com os órgãos oficiais como, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Guarda Municipal, Poder Executivo local, entre outros. Se mantém em constante desenvolvimento aprimorando sua capacidade técnica para aceitar grandes desafios nas situações diversas de catástrofes e conduzi-los até o final. Tem como missão, “resgatar e assistir animais em circunstâncias de vulnerabilidade em desastres, com equipe técnica capacitada para atuar em diferentes situações”⁵. Como valores centrais age em respeito aos animais vítimas dessas situações, reconhecendo-os como seres dignos de atenção e cuidados garantindo que todo o trabalho feito mantenha a ética e responsabilidade, observando os preceitos legais para situações de desastres. Colabora ainda para que os animais resgatados sejam reinseridos à comunidade que vivem ou sejam realojados próximos aos seus tutores ou responsáveis.

Referências:

1. DE SOUZA, Marcos Vinícius. Medicina veterinária de desastres e catástrofes: plano de ação. PUBVET, v. 13, p. 176, 2019.
2. Garcia, R.C.M., Calderon, N., Brandespin, D.- Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e práticas, 2019.
3. Ministério do Desenvolvimento Regional. Proteção e Defesa Civil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil>. Acesso em: 18 mai. 2021.
4. VIEIRA, José Filipe Miranda et al. Medicina veterinária de desastres e catástrofes: contributo para a extensão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa aos animais de companhia. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Medicina Veterinária.
5. Grupo de Resgate de Animais em Desastres. GRAD Brasil. Disponível em: <https://www.gradbrasil.org.br/>. Acesso em: 18 mai. 2021.



PATOLOGIA FORENSE NAS INVESTIGAÇÕES DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

Raimundo Alberto Tostes
Doutor em Patologia Animal
Professor Associado da Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Lesão Induzida; Agressão; Crueldade; Violência interpessoal; Medicina Veterinária Legal; Multidisciplinaridade.

A caracterização de maus-tratos a animais é fundamental para estabelecer um nexo de causalidade entre condições que se configurem como potencial agressão e as consequências para a vítima. De acordo com a Resolução CFMV 1236/2018, caracteriza-se como "maus-tratos qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais"; no mesmo diploma caracteriza-se crueldade como "qualquer ato intencional que provoque dor ou sofrimento desnecessários nos animais, bem como intencionalmente impetrar maus tratos continuamente aos animais". Contudo, tais caracterizações eventualmente são desafiadoras no sentido de torná-las evidentes mediante os recursos analíticos disponíveis para análise. Muitas condições de maus-tratos não se evidenciam por alterações estruturais visíveis, sejam estas macro ou microscópicas, requerendo uma abordagem com repertórios diagnósticos mais amplos. Na abordagem de maus-tratos do ponto de vista da patologia é de primeira importância a caracterização de lesões, isto é, qualquer dano estrutural produzido em um tecido ou órgão. Como caracterização é necessário definir se a(s) lesão(ões) é(são) do tipo traumático, bem como a natureza do trauma (músculo-esquelético, abdominal, torácico, etc.). Com relação às lesões há diversas maneiras de caracterização. Como segue. As lesões podem ser transitórias ou permanentes, quanto à consequência do dano. Podem ser caracterizadas em relação à extensão do dano como leves, graves ou gravíssimas. Em relação à sua origem como intencionais ou acidentais. Também são caracterizáveis pela sua morfologia (perfurante ou punctória, incisa ou cortante, contusa) e pela natureza da força que a produziu (física, mecânica, elétrica, química, dentre outras). A caracterização de lesões também envolve a combinação destes vários aspectos para esclarecer e definir a origem da lesão e suas repercussões. Destaque-se que a caracterização de condições de maus-tratos do ponto de vista da Patologia Forense requer um repertório amplo de análises, dificilmente assertivas e precisas se analisadas de forma isolada.



POLÍTICAS DE MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS EM MINAS GERAIS: PARCERIA MINISTÉRIO PÚBLICO E INSTITUTO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO.

Gustavo de Moraes Donancio Rodrigues Xaulim
Médico-veterinário. Mestrando em Ciência Animal
Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo - IMVC

Palavras-chave: Capacitação; MPCG; Prodevida; Termo de Compromisso Positivo

O Programa Regional de Defesa da Vida Animal (PRODEVIDA) é um projeto da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais (CEDEF/MPMG), com a finalidade de fomentar e apoiar os municípios mineiros na implementação de políticas públicas de manejo populacional de cães e gatos, visando o cumprimento da Lei Federal nº 13.426/2017¹ e da Lei Estadual nº 21.970/2016². O PRODEVIDA trabalha preferencialmente com municípios organizados localmente, como por exemplo, associações de municípios e consórcios intermunicipais.

A adesão ao programa é voluntária e feita mediante assinatura de Termo de Compromisso Positivo (TCP) com o MP, no qual são previstas obrigações do município, dentre as quais: regulamentação do tema localmente; castração de no mínimo 10% da população de cães e gatos; implementar medidas de educação; registrar e identificar os animais; realizar e incentivar campanhas de adoção; fiscalizar casos de maus-tratos e de comércio irregular de animais; recolher de forma seletiva os animais; adotar boas práticas no cuidado aos animais abrigados; e seguir as normativas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) de eutanásia. Como contrapartida, a CEDEF busca recursos para financiar as ações, por meio de emendas parlamentares ou de medidas compensatórias, e faz a articulação com os promotores titulares das comarcas.

O PRODEVIDA contava, até abril de 2021, com 151 municípios participantes. A população humana atingida pelo programa nesses municípios é de quase 5 milhões de pessoas. As cláusulas propostas no TCP envolvem medidas fundamentais para que o município tenha uma política pública de manejo populacional de cães e gatos técnica, ética, humanitária e sustentável.

Primeiro, fica determinado que os municípios devem regulamentar localmente o manejo populacional. As legislações municipais têm grande importância na adequação das legislações federal e estadual à realidade financeira, estrutural e cultural do município.

Na sequência ficam os municípios obrigados a esterilizar cirurgicamente no mínimo 10% da população estimada de cães e gatos. A estimativa da população total é feita utilizando os dados de vacinação antirrábica disponíveis no DATASUS³. Para o cálculo considera-se que a meta da campanha de vacinação antirrábica é atingir uma cobertura vacinal de 80% da população e que nem todos os animais são vacinados na campanha pública. Sendo assim, é feito um acréscimo de 20% ao número de animais vacinados de modo a obter a estimativa da população total (100%).

Já a taxa de castração é baseada no estudo de Gutjahr (2013)⁴, em que fica demonstrado que utilizando-se taxas de esterilização de 60% ao ano, verificou-se que houve uma redução de 56,05% da população após 20 anos, enquanto com taxas de 10% ao ano a redução, no mesmo período, é de 8,81%. Porém, levando-se em consideração a realidade financeira e estrutural dos municípios mineiros, opta-se por propor a utilização de 10% de esterilizações por ano, por se tratar de uma indicação mais factível.

Ainda referente a castração, é reproduzido no termo o conteúdo da Lei Federal nº 13.426/2017 que estabelece que sejam criados critérios de priorização do serviço. Fica determinado como público prioritário: animais de tutores de baixa renda e/ou inscritos em programas sociais; áreas de superpopulação de cães e gatos e/ou áreas com quadro epidemiológico que necessitem de atendimento emergencial. Além destes, animais em situação de rua e animais de entidades protetoras também são incluídos como prioritários.

Também fica determinado que os municípios que devem realizar ações de educação, como determina a Lei Estadual nº 21.970/2016, envolvendo como temas a guarda responsável, cuidados básicos de saúde, a importância da castração e os benefícios da adoção de cães e gatos. O processo educativo pode auxiliar na redução do abandono, na melhoria da relação homem-animal e, por consequência, na redução da população de cães e gatos em situação de rua⁵.

Fica estabelecido também que os municípios implementem programas de registro e identificação de cães e gatos, como determina a Lei Estadual nº 21.970/2016. Esta medida tem grande importância, pois permite o monitoramento do tamanho da população, o dimensionamento de animais nas vias públicas, o cálculo da taxa de sobrevivência, o manejo ambiental e a identificação dos guardiões⁶.



Outra cláusula do TCP determina que o município realize, por si ou por meio de parcerias, ações de adoção de cães e gatos que não tenham tutor. Esta medida, segundo Bastos (2013)⁷ é uma das principais formas de entrada dos animais nas residências e permite a reinserção em lares dos animais recolhidos nas ruas.

Ações de fiscalização de maus-tratos e de comércio de cães e gatos também estão presentes no TCP assinado com os municípios. A primeira em cumprimento a Lei Federal nº 9.605/1998 e a Lei Estadual nº 22.231/2016 que tipificam o crime de maus-tratos. Já a segunda visa regulamentar a atividade de comércio de cães e gatos, para que os animais vendidos tenham maior controle sanitário (sejam vacinados e desverminados) e para que não possam contribuir com o aumento da população de animais abandonados, idealmente sendo vendidos castrados e registrados.

Caso o município envolvido realize ações de recolhimento e abrigamento de animais, fica determinado que o recolhimento seja feito de forma extremamente seletiva, com critérios bem definidos para evitar superlotação do abrigo, e que os animais abrigados sejam bem tratados, para atingirem níveis altos ou muito altos de bem-estar animal.

Objetivando auxiliar os municípios participantes do PRODEVIDA na execução destas ações acordadas no TCP e entendendo o teor altamente técnico, a CEDEF, em parceria com o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC), viabilizou o Curso de Capacitação para Gestão do Manejo Populacional de Cães e Gatos. O curso tem como público alvo servidores municipais (médicos-veterinários, ACS, ACE, coordenadores das vigilâncias, secretários municipais, etc), protetores locais, médicos-veterinários parceiros (clínicas/hospitais locais e profissionais de unidades móveis) e outros atores que forem atuar diretamente na política de manejo populacional de cães e gatos.

O curso é realizado totalmente on-line e estruturado em três etapas, sendo cada etapa constituída de dois dias inteiros de capacitação. Entre a primeira e a segunda etapa há um espaçamento de aproximadamente 40 dias e entre a segunda e terceira etapa de aproximadamente 90 dias.

Na primeira etapa do curso são abordados os pontos mais importantes que uma política pública de manejo populacional de cães e gatos deve trabalhar: estimativa populacional; registro e identificação; recolhimento seletivo; abrigamento de animais; adoção; eutanásia; vigilância e controle das principais zoonoses (leishmaniose, esporotricose e raiva); controle reprodutivo; animais comunitários; gatos ferais; fiscalização de maus-tratos; fiscalização de comércio de animais; acumuladores de animais; planos de contingência para animais em situação de desastres; participação das ONGs/OSCs; e educação humanitária e transformadora.

Ao final da primeira etapa os municípios recebem um questionário de diagnóstico situacional para responderem e apresentarem na segunda etapa. Desta forma, os participantes conseguem entender onde e como melhorar suas ações.

Na segunda etapa, após a apresentação dos diagnósticos de cada município, são apresentadas aulas voltadas para a parte prática da gestão da política como: bem-estar animal e ética; projetos de leis municipais; formulários, documentos e ferramentas de gestão para auxílio na política de MPCG; indicadores para avaliação da política pública; manejo populacional em tempos de pandemia; e fonte de recursos financeiros.

Ainda na segunda etapa os municípios iniciam a montagem de um Plano Municipal de Manejo Populacional de Cães e Gatos. Neste documento são inseridas informações do município e são previstas as ações as serem realizadas, adaptado a realidade de cada município. As ações são divididas em curto, médio e longo prazo e, para cada ação, são previstas ferramentas para gestão e indicadores para avaliação.

Já na terceira etapa os municípios apresentam sua ideia de Plano Municipal que é discutida com a equipe técnica do IMVC e com os demais participantes. Na terceira etapa também são ministradas palestras sobre busca de recursos e parcerias com instituições públicas e privadas, bem como vídeos de experiências de outros municípios.

Portanto, os participantes finalizam o curso com o Plano Municipal de Manejo Populacional de Cães e Gatos, já estruturado e praticamente pronto, para ser aplicado permitindo, assim, que seu município implemente uma política pública altamente eficiente, que utilize recursos de forma racional e que trate seus animais de forma ética e humanitária.

Referências:

1. BRASIL. Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13426.htm>.
2. MINAS GERAIS. Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos. Diário Oficial do Executivo de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 18 jan 2016. Disponível em:



- <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21970&ano=2016&tipo=LEI>>.
3. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI). Doses aplicadas e cobertura vacinal dos municípios do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <pni.datasus.gov.br/consulta_antirabica_17_selecao.asp?enviar=ok&sel=doses01&UF=MG>.
 4. GUTJAHR, M. Estudo do impacto da esterilização cirúrgica no controle populacional canino por distrito administrativo no município de São Paulo – SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
 5. WAP. World Animal Protection. Manejo Humanitário de Cães. p. 40. 2015. Disponível em: <https://d31j74p4lpxrfrp.cloudfront.net/sites/default/files/br_files/manejo_humanitario_de_caes_wap_portugues_pg2_alta.pdf>.
 6. GARCIA, R. C. M. et al. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 32, p. 140-144, 2012.
 7. BASTOS, A. L. F. Estudo da dinâmica populacional e das estratégias de manejo da população canina no município de Itabirito, MG, Brasil de 2007 a 2011. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



PREPARAÇÃO PARA RESGATE DE FAUNA OLEADA EM ÁREAS PORTUÁRIAS, NO COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ, PARANÁ.

Letícia Koproski

Médica Veterinária, Doutora. Coordenadora Técnica do Projeto Fauna Paraná.
Pesquisadora do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED-PR e
Fundação de Apoio à Universidade Estadual do Paraná - FUNESPAR

Palavras-chave: Derramamento de Óleo; Manejo da Fauna em Desastres; Capacitação de voluntários em desastres; Atuação da Comunidade em Desastres; Estruturação da resposta da fauna em desastres.

Áreas portuárias estão suscetíveis a ocorrência de desastres tecnológicos como o derramamento de petróleo e seus derivados, tanto devido ao elevado fluxo de embarcações e aos seus abastecimentos, quanto a presença de navios que transportam combustíveis e as atividades de carregamento e de descarregamento associadas. As respostas a essas ocorrências devem ser operacionalmente desenvolvidas, logisticamente planejadas e cientificamente fundamentadas para responder aos desafios dos danos e prejuízos ecológicos, econômicos e sociais gerados pelos eventos. A resposta da fauna é um dos componentes desse sistema, e seguindo essas premissas, necessita atuar integradamente com as ações da resposta primária de contenção do óleo e limpeza do ambiente, desenvolvendo ações para o atendimento dos animais, visando a sua sobrevivência, saúde, bem-estar e conservação. A explosão do navio chileno *Vicuña*, ocorrida em 2004, evidenciou a necessidade do estabelecimento de uma estrutura adequada e de prontidão para minimizar os impactos que possam afetar a sobrevivência da biota nas áreas portuárias do Complexo Estuarino de Paranaguá, no estado do Paraná. Assim, foi estabelecido um convênio com os objetivos de criação e gerenciamento de uma Unidade de Despetrolização da Fauna - UDF e de uma Brigada Voluntária, bem como o estabelecimento de equipe técnicas permanente e mobilizável para atuação em possíveis eventos. A estruturação da UDF e a gestão das equipes é baseada nas premissas do Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Uma das principais características da padronização das instalações, foi a distinção entre duas grandes áreas de trabalho do atendimento da fauna em Área Contaminada e Área Não Contaminada, tendo a etapa da lavagem como ponto referencial, por ser uma etapa crucial no processo de reabilitação dos animais oleados. A gestão das equipes técnicas considera o estabelecimento de uma cadeia de comando composta por uma coordenação principal e duas coordenações acessórias: Coordenação Geral de Fauna, Coordenação de Busca e Resgate e Coordenação de Atendimento Veterinário, respectivamente. A Brigada Voluntária foi criada para incluir a sociedade na recuperação da fauna impactada, visando tanto o envolvimento da comunidade acadêmica, quanto da comunidade local e tradicional. A atuação de voluntários auxilia na resposta ao incidente, desde que exista uma estrutura organizacional e capacitações adequadas. Assim, preconiza-se que os voluntários participem de Curso de Voluntariado, Curso de Sistema de Comando de Incidentes e Cursos Teórico e Prático de Formação em Despetrolização da Fauna. Estas medidas são necessárias para diminuir os riscos que um cenário de contaminação por produtos químicos e manejo de fauna pode causar à saúde e evitar a execução do trabalho de forma incorreta. Pode-se observar que as atividades e estruturações propostas seguem as premissas da preparação para desastres que preconiza que a partir da consideração dos riscos iminentes de ocorrências de eventos desastrosos, sejam estabelecidas formas de ação, para redução das perdas e dos danos caso a ocorrência se concretize.



PROJETOS INOVADORES E EFETIVOS NO MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO BRASIL

M.V MSc. Rosangela Ribeiro Gebara
Mestre em Ciências Animais - FMVZ- USP
Gerente de Projetos – ONG AMPARA Animal

Palavras-chave: manejo, populações; cães; gatos; inovadores

Diversos municípios brasileiros estão lidando de forma inovadora e humanitária com questões relacionadas ao manejo de populações de cães e gatos. Estes projetos estão sendo responsáveis pela melhoria na convivência entre homens e animais e estão em sua maioria relacionados ao conceito de “Uma só saúde”. Apesar do Brasil ter características culturais comuns, cada município tem seu desafio em relação às populações de cães e gatos, e cada município difere em recursos econômicos, humanos e em gestores com menor ou maior capacidade e vontade de implementar projetos que nem sempre são fáceis de se implementar.

Apesar de todas as dificuldades econômicas e sociais atuais, muitas cidades se destacam em seus subprojetos em diferentes áreas do manejo de populações, como as grandes áreas - Estruturas e políticas efetivas e sustentáveis; Controle da densidade populacional e da taxa de Renovação; Bem-estar dos animais em situação de rua; Gestão eficiente de instalações de triagem e realocação (abrigos, canis, gatis, lares temporários); Saúde pública de qualidade; Guarda responsável de animais; Prevenção e atendimento dos maus-tratos contra animais; Gerenciamento de conflitos entre animais de companhia e animais silvestres e/ou de fazenda; e algumas conseguem implementar vários projetos de forma harmônica atingindo um grau de eficácia e sustentabilidade ímpares como é o caso de Curitiba, capital do Paraná.

Os projetos de sucesso possuem características semelhantes no que tange o envolvimento do governo como também a sinergia dos projetos com os anseios da comunidade local, a participação e apoio de empresas privadas, de protetores independentes, de organizações de proteção animal, e ainda contam com a chancela de políticas públicas bem estruturadas, trazendo a tal importante sustentabilidade.

Em relação as políticas públicas efetivas e sustentáveis, diversos municípios brasileiros se destacam por possuírem já há mais de uma década leis, regulamentos e políticas que promovem e amparam o manejo humanitário das populações de cães e gatos. Cidades que, além de legislação, possuem uma estrutura ordenada de apoio e facilitação à aplicação dessas leis, que possuam mecanismos que garantem a continuidade dos seus projetos e processos e que tem também recursos humanos e econômicos suficientes para que os projetos sejam sustentáveis e viáveis ao longo de vários governos.

Dentre estas cidades, podemos destacar a cidade de Curitiba que possui farta legislação relacionada ao tema como por exemplo, uma lei que institui o Programa Banco de Ração para animais (lei 15.449/2019), outra que estabelece sanções e penalidades para quem pratica maus-tratos aos animais (lei 13.908/2011), outra que regulamenta o comércio de animais de estimação (lei 13.914/2011), assim como outras leis que garantem o controle reprodutivo através da castração, o registro e identificação animal, que reconhece e protege os animais comunitários, dentre outras. Além deste arcabouço legal, Curitiba e destaca por ter um Conselho Municipal de Proteção aos Animais (COMUPA), que conta com a participação de representantes das secretarias municipais do Meio Ambiente, da Saúde, da Educação e da Defesa Social, além de representantes da sociedade civil da academia e órgãos de Medicina Veterinária. Esse órgão colegiado de caráter permanente possui papel deliberativo e consultivo para os temas relacionados à defesa e proteção dos animais no município de Curitiba e também tem papel relevante na construção e nas melhorias dos regimentos e processos municipais.

Em relação ao controle populacional, muitos municípios possuem programas de castração, mas poucos o fazem de maneira ordenada e com resultados comprovados na estabilização ou diminuição do número de animais errantes. Essas poucas cidades conseguem com ações permanentes e coordenadas diminuir a taxa de renovação da população, a reprodução desenfreada, o abandono e a perambulação de animais em situação de rua sem vigilância.

Neste quesito a cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo vem ganhando destaque e desde que criou Departamento de Bem- Estar Animal (DEBEA) em 2011, vem prestando de forma permanente os serviços de castração e microchipagem de cães e gatos; de captura, esterilização e devolução (CED) de colônias de felinos; de vistorias de maus-tratos; de atendimento veterinário para animais comunitários e de munícipes de baixa renda, de apoio às ONGs e protetores, entre outros serviços essenciais como - abrigamento de animais recolhidos que não podem ser devolvidos à origem; projetos educativos de guarda responsável; conscientização de agentes públicos sobre a questão; a adoção responsável e o acompanhamento de casos de acumulação compulsiva.



E em termos de números, a metrópole de São Paulo também se destaca, pois desde 2001 a prefeitura da cidade já castrou mais de um milhão de cães e gatos e atualmente possui uma ampla estrutura para realizar este serviço com várias clínicas e centros de cadastramento espalhadas em todas as regiões da cidade, cinco “castramóveis” e mutirões. O município tem se destacado por seus números expressivos, pela continuidade do programa e por adotar diferentes frentes de atuação para oferecer o serviço às diferentes populações residentes desta metrópole, oferecendo castração em clínicas veterinárias terceirizadas, para o munícipe que pode se deslocar e que transita nas áreas mais centrais e os mutirões de castração e os “castramóveis” nas áreas mais periféricas e vulneráveis.

Em relação a gestão eficiente de instalações de triagem e realocação, como abrigos, centros de triagem, canis e gatis municipais, lares temporários e outros, algumas cidades brasileiras destacam-se, pois, conseguem fazer esta gestão de forma eficiente, não acumulando um grande número de animais dentro de suas instalações, garantindo bons níveis de bem-estar aos animais albergados, criando programas com critérios bem definidos de resgate, e promovendo a adoção responsável de forma efetiva. Dentre as cidades, Barueri em São Paulo destaca-se por priorizar um resgate seletivo e eficiente de animais e por implementar estratégias para que a permanência dos animais nos abrigos municipais seja a menor possível.

Em relação as iniciativas que garantem uma saúde pública, cidades vem desenvolvendo estratégias para o controle zoonoses como a raiva, leishmaniose, esporotricose, doenças parasitárias, entre outras. Alguns municípios brasileiros também desenvolvem projetos para reduzir os agravos (mordeduras e agressões) e os acidentes de trânsito. Alguns conseguiram com sucesso inserir veterinários no sistema de saúde, como a cidade de Ponta Grossa que firmou um convênio com o Ministério da Saúde para aplicar o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, e que disponibiliza quatorze médicos-veterinários que trabalham diretamente com a população nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), educando a população em guarda responsável, educação em saúde e prevenção de zoonoses. Esse trabalho é feito junto com outros profissionais que integram a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, como enfermeiros, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, psicólogos, educadores físicos e assistentes sociais, entre outros. No total são mais de 80 profissionais que recebem informação técnica relacionada à causa animal.

Outra cidade que se destaca nesta área, é Conselheiro Lafaiete que em 2017 desenvolveu o Programa de Combate e Controle da Esporotricose, que foi pioneiro no país e inédito no trabalho voltado a essa zoonose com envolvimento de vários setores da sociedade e do governo. O Programa de Combate e Controle da Esporotricose Felina que tem como slogan “Esporotricose. A culpa não é do gato!”, inclui a capacitação de agentes de saúde e endemias, atualização para médicos humanos e veterinários, além de palestras em cursos técnicos de enfermagem e escolas das áreas mais atingidas, disponibilização de informação sobre a doença à população por divulgação virtual, em redes sociais e rádio e mutirão de castração de gatos de forma itinerante. Desde 2016 os casos humanos de esporotricose vêm caindo, demonstrando a eficácia do programa no controle da esporotricose humana.

Quando pensamos em educação em guarda responsável, pilar tão importante no manejo populacional de cães e gatos, a prefeitura de Vitória, capital do Espírito Santo, vem desenvolvendo uma série de ações e atividades voltadas à guarda responsável de animais na cidade de cerca de 365 mil habitantes. Para potencializar os processos educativos, multiplicar informações e sensibilizar a população quanto aos direitos, deveres, hábitos e condutas dos tutores em relação aos animais domésticos, foi criado o “Projeto de Educação Ambiental para a Guarda Responsável de Animais Domésticos”. Paralelamente foi elaborado também o “Projeto de Castração de Animais Domésticos”, e foi criado o site “Portal Bem-estar animal”. A cidade de Vitória já atendeu milhares de alunos, de diferentes instituições e faixas etárias. E o trabalho educativo é sempre adaptado de acordo com faixa etária dos alunos, realidade social do bairro onde as escolas estejam localizadas e envolvimento dos colaboradores das escolas.

Em relação a prevenção e combate aos maus-tratos, cidades estão se organizando através de políticas, práticas e serviços inter setoriais e algumas estão desenvolvendo métodos para identificar as relações entre maus-tratos e vulnerabilidade social, que sabidamente acompanha o abuso de animais, atuando em articulação e em parceria com os setores de assistência social. E neste setor, Curitiba - PR, Porto Alegre - RS e Jundiaí - SP têm se destacado em trabalhar com diversos setores, implementando protocolos para auxiliar e padronizar os procedimentos nas vistorias de maus-tratos, em treinar os agentes e guardas municipais na identificação e combate aos maus-tratos, no acompanhamento dos casos de acumulação patológica e na prevenção de maus-tratos através de campanhas de conscientização e educação em guarda responsável.

Apesar de todos os esforços de gestores e secretários governamentais, muitos projetos inovadores de manejo de população de cães e gatos lutam para manter sua sustentabilidade e sofrem com trocas governamentais e com a falta de recursos humanos e econômicos que muitos municípios enfrentam. Por esta



razão, necessitamos de políticas públicas federais e um ministério que coordene estas ações em nível federal, auxiliando estados e municípios em seus programas.

Referências:

1. Hiby, E. (2013) Dog Population Management IN: C.N.L. Macpherson. C. et al. (Eds) Dogs, Zoonoses and Public Health. CABI Publishing. Pp 177-204.
2. Garcia RCM, Calderón Maldonado NA. 2009. Medicina Veterinária do Coletivo: um novo desafio para os veterinários. Clínica Veterinária, Ano XIV, n. 82, setembro/outubro, 2009.
3. Prêmio Cidade Amiga dos Animais. Experiências 2020. World Animal Protection, Brasil, 2020
4. Manejo humanitário de cães. World Animal Protection, Brasil, 2020



TÉCNICAS DE RESGATE DE GRANDES ANIMAIS EM DESASTRES

Leonardo Maggio de Castro
Mestre em Cirurgia Veterinária
Universidade de Sorocaba - UNISO

Palavras-chave: Emergência; Equinos; Ruminantes

O resgate técnico de grandes animais (RTGA), visa assistir prioritariamente equídeos (equinos, asininos e muares), ruminantes (bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos) e suínos, mas que também em algumas ocasiões prevê apoio à equipes especializadas em animais silvestres de médio e grande porte.

Historicamente, os primeiros relatos que comprovam o início das atividades do RTGA no mundo, podem ser encontrados entre os anos de 1852 a 1923, inicialmente por Johan Sinck Jr., que em Amsterdam na Holanda, desenvolveu o “Aparelho de Sinck”, destinado à remoção de equinos de dentro de rios em centros urbanos, uma vez que naquela época, a tração de carruagens por meio desses animais era comum, assim como consequentemente os acidentes. Outras atividades precursoras do que viria a ser o RTGA, também foram utilizadas em larga escala durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando na oportunidade a *Blue Cross* (segmento que provia cuidados aos animais feridos em guerra), deu suporte a milhares de equídeos enfermos durante todo esse período. Com a evolução do conhecimento e com o desenvolvimento de equipamentos, surgiram novas técnicas e procedimentos, que na década de 90, nos Estados Unidos, liderado pelo Dr. Tomaz Gimenez e subsequentemente pela Dra. Rebecca Gimenez, consolidaram o *Technical Large Animal Emergency Rescue* ou mais conhecido como TLAER, como uma nova área de atuação para diversos profissionais envolvidos diretamente na resposta à acidentes envolvendo grandes animais. Exponencialmente, por meio de capacitações, o esse segmento foi difundido, alcançando Canadá, Europa, Austrália e diversos outros países ao redor do mundo. No Brasil, o resgate de grandes animais em situação e/ou local de risco, é atribuído às atividades de bombeiros, principalmente aqueles pertencentes às corporações militares de cada estado. Apesar dos imensuráveis esforços e boas intenções de seus integrantes, os procedimentos de resgate desses animais, não apresentam padronizações, e em determinadas situações, não levam em consideração aspectos fundamentais como comportamento, anatomia, fisiologia e tantos outros indispensáveis à essa atividade. No entanto, recentemente, a temática sobre o RTGA, vem sendo difundida na medicina veterinária, ganhando destaque em âmbito nacional, demonstrando ser um nicho obrigatório de atuação do médico-veterinário em parceria com outros profissionais aptos a exercer atividades nessas situações.

Para compreendermos a fundo este novo segmento, devemos diferenciar duas definições: resgate animal X resgate técnico animal. O resgate por si só, é definido como uma ação conjunta que visa auxiliar e retirar um indivíduo de uma determinada situação, em virtude de que por meios próprios ele não é capaz de fazê-lo. Já o resgate técnico se baseia em alguns pilares para sua execução: ações planejadas, baseadas em táticas, técnicas e procedimentos, desempenhada por profissionais especializados (previamente treinados), que fazem o uso de materiais e equipamentos específicos para aquela determinada ação. Vale ressaltar, que o RTGA é um segmento de apoio e que deve obrigatoriamente sempre estar associado a condutas já consagradas da medicina de grandes animais. Destaca-se também, que essa grande e nova área de atuação, tem seu emprego única e exclusivamente direcionado para emergências poucos convencionais (até o presente momento) à medicina de grandes animais, tais como ocorrências “cotidianas” (animais caídos em buracos, poços, fossas, valas, “mata-burros”, ribanceiras; retidos em piscinas, córregos, lagos e rios; atropelamentos; etc), provenientes de desastres e catástrofes de diferentes ordens, ou até mesmo apoio à alguns atendimentos veterinários convencionais (casos de emergências ortopédicas e neurológicas principalmente). Atualmente, as ocorrências envolvendo grandes animais em desastres e catástrofes tem uma maior conotação midiática, visto que geralmente resultam maiores taxas de morbidade e mortalidade. No entanto as situações citadas anteriormente, representam uma pequena fração do percentual das ações do RTGA, que são massivamente maiores nas atuações cotidianas, que se mostravam até então como uma “demanda oculta”, mas que, com o destaque dessa área, ganham maior visibilidade e consequentemente maior importância dia após dia.

É determinado também, que o RTGA não deve ser atribuído aos grandes animais abandonados, abusados e/ou negligenciados, exceto quando forem enquadrados nos critérios emergenciais, estabelecidos por meio de protocolos de triagem adaptados da medicina humana e/ou específicos da medicina veterinária. De modo geral são assistidos aqueles indivíduos que se encontram em local e/ou situação de risco; os que sofrem risco eminente ou o oferecem à terceiros; grandes animais com restrição física em meios instáveis; ou os que apresentam comprometimento orgânico grave, seja agudo ou crônico, de caráter incapacitante.



Importante destacar, antes mesmo que sejam abordados assuntos mais profundos desse segmento, a necessidade de o médico-veterinário desenvolver conhecimentos, características e habilidades operacionais, além da expertise base da medicina de grandes animais. Tal feito, permitirá que esse profissional frequente de maneira efetiva as equipes de resposta a emergência, sendo membro efetivo das ações, estando padronizado nas mais variadas diretrizes já existentes dentro do gerenciamento de crise, em cenários de risco e alto risco.

Com isso, podemos destacar os principais objetivos do RTGA, sendo o primeiro e mais importante, a garantia do bem-estar dos grandes animais nessas condições desfavoráveis, além de prover suporte médico-veterinário avançado, especializado, *in loco*, com a utilização de recursos específicos, facilitando o manejo desses pacientes grandes, pesados e com particularidades comportamentais, anatômicas e fisiológicas, retirando-os em segurança de uma situação de perigo, colaborando para sua sobrevivência.

Inúmeras condutas podem ser adotadas frente às emergências pouco convencionais que envolvem os grandes animais, no entanto, cabe colocar, que deverão ser escolhidas de acordo com a natureza da ocorrência, bem como com base nos possíveis desafios envolvidos naquele determinado tipo de ação. Dentro da grande área do RTGA, existem diversas modalidades (também denominadas de subáreas), e que se subdividem em diversos outros tópicos de ação, havendo para cada uma delas diferentes equipamentos e protocolos a serem utilizados. Importante lembrar que, em um cenário de ocorrência, por conta da dinâmica do incidente, pode haver confluência de uma ou mais modalidades. As subáreas citadas anteriormente seguem uma padronização próxima da aplicada às atividades de bombeiro, tais como busca e salvamento terrestre, salvamento vertical, salvamento aquático e medicina de emergência de grandes animais.

Além das ações de resgate técnico aplicadas aos grandes animais, não menos importante são os segmentos de prevenção e logística voltadas a eles, principalmente nos cenários de desastres e catástrofes. À primeira vista, durante uma possível atuação em uma situação extrema, envolvendo um grande número de animais afetados, é necessário que se estabeleça um local, denominado de hospital de campanha ou posto médico-veterinário avançado, específico para as espécies enquadradas nessa categoria animal. Geralmente, podem ser utilizadas estruturas já prontas, como parque de exposições, hospitais veterinários de universidades, unidades militares, fazendas, haras, sítios ou chácaras que dispõem e disponibilizam seu espaço para essa finalidade, ou até mesmo grandes terrenos em que possam ser instaladas estruturas de rápida montagem (baías e currais metálicos), provendo assim um espaço específico à esses animais. Indispensável também são os recursos hídricos e alimentares específicos aos herbívoros, a base principalmente de fardos de feno, alfafa e concentrado, que serão utilizados para manutenção nutricional desses indivíduos. A identificação dos animais é indispensável, podendo ser feita de diversas maneiras, de acordo com os recursos disponíveis para aquela determinada localidade. Tal etapa não deve ser menosprezada, uma vez que é com base nela que esses animais serão posteriormente devolvidos aos seus responsáveis ou destinados à uma determinada localidade apropriada. Métodos como microchipagem, marcação corporal ou a utilização de dispositivos não invasivos presos ao corpo do animal (crina, pescoço, membros, etc), desempenham muito bem o papel de identificação e consequentemente organização dentro dos locais de abrigos temporários durante o período crítico nos desastres e catástrofes.

O trabalho de campo desempenhado pelas equipes de RTGA durante eventos extremos indesejáveis, segue uma diretriz geral de cautela na aproximação de um ou mais indivíduos, devendo haver o operador a premissa de que todas as espécies enquadradas nesse segmento, tem comportamento de presa e podem adotar comportamento hostil colocando em risco profissionais e demais animais naquele determinado ambiente. Preconiza-se o reconhecimento do animal mais dócil e uma aproximação amistosa com comida, para que uma vez estabelecida a contenção física por meio de cabresto de rápida colocação, haja a condução dele e dos demais (que o seguirão pelo instinto de bando), até um local seguro. Quando não é possível a contenção física de um ou mais indivíduos, adota-se o distanciamento monitorado e subsequente isolamento da área. Em conjunto, o isolamento será estratégico, pois ele criará uma barreira visual por meio de cerca flexível ou painéis de rápida montagem, direcionando os animais à um local seguro, quando estimulados calmamente à seguirem aquela direção.

Ademais, em uma visão holística geral, a organização da evacuação e transporte das áreas de risco e/ou afetadas, deve ser estabelecida previamente, pautada na calma, de maneira ordenada e sequencial, sem que os condutores dos animais transpareçam ou adotem atitudes de nervosismo e/ou descontrole, adotando o método de “fila indiana”, a fim de mimetizar a movimentação em rebanho/tropa, tornando esse processo o menos traumático possível à eles.

Por fim, podemos considerar que este segmento é de suma importância para o mundo, e em especial para o Brasil, pois hoje nosso país se destaca como um dos principais a desempenhar intensas atividades, de mais variadas ordens, envolvendo as várias espécies de grandes animais. Com isso, é imprescindível o crescimento do RTGA bem como sua divulgação, a fim de capacitarmos cada vez mais profissionais a



proverem de maneira correta e efetiva suporte aos equídeos, ruminantes e suínos que se encontrarem em situações de emergência.

Referências:

1. Gimenez, R.; Gimenez, T.; May, K. A. Technical Large Animal Emergency Rescue. 1. ed. 2007. 352 p.
2. Leighton, M.; Staples, M. Equine Emergency Rescue: a horse owner's guide to Large Animal Rescue. 1 ed. 2010. 129 p.
3. Staples, M. Save Your Horse! A owner's guide to Large Animal Rescue. 1 ed. 2014. 176 p.
4. Firrilly, T.; Leighton, M.A.; Riley, C. Helping hands, hurting hooves: Towards a multidisciplinary paradigm of large animal rescue. Australian Journal of Emergency Management, 30, 2, 2015.
5. Madigan, J.; Costa, L.; Nieves, S.; Horgan, M.; Weberg, K.; Aleman, M. Description of Placement Procedures for Common Methods Used in Equine Emergency Rescue Using a Simplified Loops System. Animals, 9, 529, 2019.



TEORIA DO ELO: A ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR E INTERSETORIAL

Laiza Bonela Gomes
Doutoranda em Ciência Animal
Universidade Federal de Minas Gerais
Professora adjunto FAMINAS

Palavras-chave: Maus-tratos aos animais; Saúde Coletiva; Violência interpessoal; Atuação intersectorial; Multidisciplinaridade.

A conexão entre a violência contra os animais e contra os seres humanos denominada “Teoria do Elo” vem sendo abordada de forma incipiente sob a perspectiva da saúde coletiva. É importante destacar que ao se considerar os aspectos da Teoria do Elo, a saúde coletiva tem a possibilidade de ser trabalhada de forma holística, porque a ocorrência das diferentes formas de violência não é um fator isolado na sociedade. Estudos comprovam a relação entre a violência contra animais ou humanos sendo cometida por pessoas que possuem o histórico de sofrerem ou presenciarem agressões e abusos durante a infância em seu núcleo familiar. De forma geral, os estudos que abordam o tema demonstram que as violências estão, quase sempre, de alguma forma, inter-relacionadas, principalmente no âmbito familiar. Algumas pesquisas apontam a mulher como a principal vítima nesse contexto de intercessão entre as violências, que se configuram como a violência doméstica. Mesmo diante deste contexto, infelizmente, as violências no Brasil não são ainda trabalhadas de forma integrativa. Um dos fatores que explicam a dificuldade da integração entre os órgãos públicos responsáveis pela atuação no enfrentamento às violências é a deficiência da percepção integral e da complexidade que envolvem estes cenários. Em casos de violência no âmbito familiar, cometido contra animais, e/ou mulheres, e/ou crianças, e/ou idosos, as abordagens dos órgãos deveriam considerar o contexto do núcleo familiar como sendo vulnerável a novas e outras formas de violência, devendo também considerar os aspectos culturais das pessoas envolvidas nos casos, bem como o histórico dos envolvidos, sejam eles o agressor e as vítimas humanas e/ou animais. Para isso, é fundamental a criação de estratégias integrativas de atuação, que através do envolvimento de múltiplos órgãos e setores, contribuem com estratégias que podem efetivamente colaborar para quebrar os ciclos de violência, diminuindo a ocorrência da violência familiar. É fundamental que ocorra a capacitação do máximo possível de atores envolvidos e que as ações sejam executadas de forma comprometida e contínua.

As pesquisas envolvendo a “Teoria do Elo” estão gerando mudanças no olhar de políticas públicas pelo mundo e podem expandir para novas oportunidades sobretudo pela perspectiva da medicina veterinária do coletivo que fomenta abordagens colaborativas no intuito de se reduzir os números de maus-tratos aos animais, bem como a violência interpessoal, sobretudo, a violência intrafamiliar.



THE INVESTIGATION OF CRIMES AGAINST DOMESTIC AND WILDLIFE SPECIES

Jason Byrd, Ph.D., D-ABFE
College of Medicine
University of Florida

This presentation will focus on the integration of investigative techniques and resources between law enforcement agencies and academic institutions in cases of animal crime involving wildlife and domestic species. The role of the law enforcement organization as the agency of jurisdiction, and academic institutions as the forensic specialists will be discussed. Emphasis will be placed on the successful implementation of law enforcement and academic partnerships for the investigation of animal crime for both domestic and wildlife species. Case examples will be given which highlight the need for increased research into the application of the forensic sciences into cases of animal crime, and instances of integration of research into forensic casework will be described. New and novel ways to integrate programs involving citizen scientists and their role in research and animal crime reporting will be discussed.



RESUMOS APRESENTADOS EM FORMA DE POSTER

ACUMULADORES



O TRANSTORNO DA ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS: IMPACTOS NA ESFERA COMPORTAMENTAL E MENTAL DOS ANIMAIS ENVOLVIDOS

Vitor Gonçalves Teixeira¹, Brunna Gabriela Gonçalves de Oliveira Ferreira², Laiza Bonela Gomes³.

¹Médico Veterinário – PUC Minas – Betim/MG – Brasil. E-mail: vitor_g_teixeira@hotmail.com

²Médica Veterinária – PUC Minas – Belo Horizonte/MG - Brasil

³Professora adjunto FAMINAS BH/MG - Brasil

O transtorno da acumulação de animais, também conhecido como Síndrome de Noé, é definido como uma psicopatologia humana, caracterizada pelo acúmulo de animais em quantidade que excede a capacidade de proporcionar qualidade de vida e bem-estar aos mesmos, afetando inclusive o bem-estar humano. Alguns indicadores devem ser observados para suspeita de um caso de acumulação de animais como a dificuldade em manter condições mínimas de higiene e nutrição, incapacidade em reconhecer os efeitos negativos desse transtorno e dificuldade no desapego dos animais. Animais vivendo em situações de acumulação são mais propensos a apresentarem distúrbios comportamentais devido ao estresse crônico e por viverem em ambientes inapropriados. O presente estudo objetivou conceituar essa síndrome e levantar os possíveis danos comportamentais sofridos por esses animais. Realizou-se uma revisão de literatura por meio de consulta nas bases de dados Public Medline (PubMed), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Science Direct, através das palavras-chave Noah syndrome, Animal hoarding e Acumuladores de animais, encontrados 1030 estudos desde o ano de 2015. Algumas hipóteses apontam que esse transtorno tem como fatores predisponentes a situação psicossocial, a solidão, a agressividade, o transtorno obsessivo compulsivo e a vivência de algum trauma. O desencadeamento do transtorno pode estar associado ao estresse psicológico e social, além do uso de drogas e álcool. O problema da acumulação impacta na saúde mental dos animais quando o número excede a capacidade de atendimento às necessidades básicas dos mesmos, resultando em baixo grau de bem-estar e em traumas psicológicos como resposta do organismo aos elevados níveis de estresse. Quando os animais se encontram em situação de acumulação, uma única situação de estresse aguda pode causar alterações neuroendócrinas de longa duração, mas o estresse crônico é mais determinante, sendo relacionado à restrição do espaço em que são mantidos, temperaturas elevadas dos ambientes, acesso limitado a contato com humanos e animais da mesma espécie, alimentos e água de má qualidade ou fornecidas em quantidade insuficiente, incapacidade de escapar de animais agressivos, má qualidade do ar, condições insalubres e condições médicas não solucionadas. Como consequência do estresse e pelas condições impostas, os animais podem desenvolver comportamentos anormais como hiperatividade, agressividade, ansiedade de separação, medo, angústia, hipersensibilidade ao toque, estereotípias na locomoção e posse excessiva por materiais e/ou alimentos. Além disso, a falta de higiene e condições sanitárias inadequadas aumentam a probabilidade da transmissão de doenças zoonóticas, que inicialmente afetam os ocupantes das residências e posteriormente a comunidade, se tornando um agravante para a saúde pública e para as condições de vida dos animais. Torna-se necessário um suporte multidisciplinar dos serviços de saúde locais e órgãos públicos responsáveis para garantir ao paciente o acesso à abordagem humanitária e integral. Em relação aos animais é fundamental que esses componentes sejam trabalhados para que os animais possam ter no futuro melhores condições de vida, de bem-estar e maiores chances de reinserção em outro núcleo familiar. O enfrentamento do transtorno da acumulação de animais demanda esforços multiprofissionais e multidisciplinares para promoção adequada da saúde única.

Palavras-chave: Distúrbios Comportamentais; Saúde Única; Síndrome de Noé.



CONTROLE REPRODUTIVO NÃO CIRÚRGICO (CONTROLE QUÍMICO) DE CÃES E GATOS



EFICÁCIA DOS MÉTODOS NÃO CIRÚRGICOS NO CONTROLE POPULACIONAL EM CADELAS

Maria Cecília Clarindo Pellissari¹, Juliana Viegas de Assis², Natália da Silva Santos², Bruno Medolago de Lima¹, Gisele Fabrino Machado³, Daniela Bernadete Rozza³.

¹Aprimorando(a) do Hospital Veterinário Luiz Quintiliano de Oliveira da FMVA, UNESP, Araçatuba, SP. – e-mail: mcc.pellissari@unesp.br

²Residente do Hospital Veterinário Luiz Quintiliano de Oliveira da FMVA, UNESP, Araçatuba, SP

³Professora Doutora do Departamento de Clínica, Cirurgia e Reprodução Animal (DCCRA) da FMVA, UNESP, Araçatuba, SP.

Um dos maiores desafios da atualidade é o controle populacional na espécie canina. Diversos métodos de prevenção ou interrupção da gestação têm sido estudados, dentre eles os métodos de esterilização cirúrgica (ovariosalpingohisterectomia), e medicamentoso (hormonal ou imunológico). A esterilização cirúrgica tem sido utilizada em animais que não são destinados à reprodução e no controle populacional, porém, trata-se de uma medida irreversível que pode trazer efeitos colaterais ao animal, como a obesidade e incontinência urinária. Em contrapartida, ainda restam dúvidas em relação à segurança e eficácia do uso de medicamentos contraceptivos, pelo fato de apresentarem diversos efeitos colaterais e pelo uso indiscriminado de fármacos pelos tutores, sem indicação e acompanhamento do médico-veterinário. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a eficácia de métodos não cirúrgicos no controle populacional em cadelas. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática utilizando sete artigos científicos retirados de bancos de dados PubMed, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, entre os anos de 2001 e 2018, que abordam os principais fármacos utilizados para este propósito. A administração de estrógeno e progesterona sintéticos demonstrou efeitos adversos, não sendo recomendado seu uso; agonistas do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH) são efetivos e seguros, não apresentando prejuízos à saúde dos animais, contudo, necessita de maiores estudos para se conhecer seus efeitos a longo prazo. Já as vacinas contraceptivas estudadas atualmente, são discutidas duas formulações vacinais aplicadas em cadelas: a primeira utiliza como antígeno as glicoproteínas extraídas da zona pelúcida porcina, a qual não tem sido totalmente efetiva quando aplicada em cadelas, devido ao fato de que o adjuvante utilizado nesta formulação causa efeitos adversos, como reações vacinais; a segunda vacina, conhecida como “Canine Gonadotropin Releasing Factor”, utiliza como antígeno o GnRH, e não está mais disponível no mercado. Em suma, pelo fato de que a resposta imune é individual, pouco se sabe sobre a duração dos efeitos contraceptivos destas vacinas. Embora a imun contracepção seja um método promissor de controle populacional em larga escala, são necessários mais estudos com relação a sua aplicação na população canina. Métodos abortivos como o uso de bromocriptina, dexametasona e benzoato de estradiol mostraram-se também efetivos e seguros no controle populacional desta espécie.

Palavras-chave: Efeito; Contraceptivo; Canino.



INCISÃO PARAMEDIANA ESQUERDA: MENOR TRAUMA NO ACESSO OVARIANO EM RATAS

Vitória Caroline Aires Silveira¹, Patrick da Silva Magalhães¹, Etiele Maldonado Gomes², Endreo Alan Pail dos Santos², Marília Teresa de Oliveira³, Maria Ligia de Arruda Mestieri³

¹Discente de graduação – Universidade Federal do Pampa.

E-mail: vitoriasilveira.aluno@unipampa.edu.br

²Discente de pós graduação – Universidade Federal do Pampa

³Docente do curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal do Pampa

Sabe-se que já são inúmeros os estudos buscando por métodos e drogas que sejam eficazes no auxílio à regeneração ovariana ou para promover a quimioesterilização em fêmeas domésticas. Logo, tendo em vista que, muitos desses estudos são realizados em animais de laboratório, têm-se a necessidade de que a técnica de acesso aos ovários seja rápida, eficaz e de fácil realização. A celiotomia mediana e a abordagem dorsal dupla são os acessos ovarianos mais utilizados em ratas, porém ambos requerem ampla incisão e/ou dois acessos refletindo em maior trauma cirúrgico. Assim, o objetivo desse trabalho é apresentar a agilidade, viabilidade e menor trauma cirúrgico do acesso paramediano esquerdo para exposição dos dois ovários em ratas. O estudo foi aprovado pela CEUA/UNIPAMPA (protocolo 025/2019). Para a realização do mesmo, 8 ratas Wistar híbridas foram submetidas à anestesia inalatória com isoflurano, tricotomia unilateral da região paracostal esquerda e antissepsia. Como referência para o local da incisão, utilizou-se a palpação renal esquerda, realizando uma incisão de máximo 2cm, caudal ao rim. Após a incisão, o ovário esquerdo era identificado e exposto para realização da injeção intraovariana objeto do estudo; em sequência, os cornos uterinos eram seguidos até a identificação e exposição do ovário direito para procedimento similar. Então, os órgãos eram reposicionados na cavidade abdominal e procedia-se a síntese, com suturas da camada muscular e subcutâneo continuamente e em conjunto, seguida pela pele, utilizando intradérmica, todos com mononylon 5-0. Vale ressaltar que, os procedimentos foram realizados pelo mesmo cirurgião, que não tinha treinamento para a técnica, sendo ainda inexperiente. Os tempos foram cronometrados a partir do início da incisão e término da sutura de pele. Então, após a tabulação dos dados obteve-se o tempo médio de 15,62 minutos, evidenciando-se agilidade na finalização da técnica. Ainda assim, o tempo de execução pode ser mais curto, levando-se em consideração o treino e a destreza do cirurgião. Vale ressaltar que, o trauma cirúrgico está diretamente correlacionado com possíveis complicações pós-operatórias tais como, infecção bacteriana, deiscência de sutura e dor, devido à manipulação excessiva de órgãos e/ou incisão mais longa. Desse modo, a técnica cirúrgica paramediana unilateral esquerda em ratas é um acesso cirúrgico aos ovários prático, viável, menos traumática e, possivelmente, com menores chances de complicações pós-operatórias que os acessos até o momento utilizados para ovários de ratas.

Palavras-Chave: Cirurgia; Controle Reprodutivo; Fêmeas; Ovário; Quimioesterilização.



ENSINO EM MVC



NÚCLEO DE ESTUDOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO SOBRE A MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO NA UFLA

Kelly Cristina De Souza¹, Blenda Araujo Martins Ferreira¹, Gabriela Cesar Policarpo de Oliveira¹,
Maria Raquel Isnard Moulin²

¹Graduanda em Medicina Veterinária, UFLA. E-mail: kelly.crz14@gmail.com

²Docente do Departamento de Medicina Veterinária, UFLA.

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) é uma área nova no Brasil, que nasceu da necessidade prática de estabelecer melhores condições de vida e o equilíbrio para animais, humanos e natureza, mas como campo em desenvolvimento no país, ainda é comum a sua ausência na graduação de Medicina Veterinária. O Núcleo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo (NEVEC), fundado em 2016, reúne estudantes de todos os períodos de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Lavras (UFLA), e discute temas relacionados à Medicina do Coletivo, conteúdo que ainda é ausente na grade curricular da Universidade. O objetivo deste trabalho é relatar as atividades desenvolvidas pelo núcleo de estudos nos anos de 2019 a 2020 e a sua importância para a difusão da MVC. Semestralmente, é feito um processo seletivo para integrar novos membros ao Núcleo, além da realização de encontros semanais com discussão de artigos, palestras abertas, projetos de extensão, como o “Veterinário Aprendiz Voluntário”, que possibilita a prática em Medicina de Abrigos e o “Veterinário Mirim”, que atua nas escolas do município de Lavras promovendo a educação sobre guarda responsável e a publicação de conteúdos técnicos nas redes sociais. Nos períodos de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, foram executadas 31 palestras, 5 discussões de artigos, 2 cursos e 38 informativos nas redes sociais. Para avaliar o impacto e o alcance dessas atividades na Universidade, foi feita uma pesquisa com alunos de variados períodos da graduação. No que diz respeito aos resultados, dos 92 alunos que responderam à pesquisa, 85,90% não tinham nenhum conhecimento sobre a Medicina Veterinária do Coletivo antes de entrar na faculdade e adquiriram o conhecimento da área pelo NEVEC, 66,30% participaram de eventos realizados pelo Núcleo, sendo que 34,80% tinham consciência prévia do tema e 28,30% não e 69,60% acompanham o Núcleo nas redes sociais. A partir dos dados coletados é possível inferir que o núcleo contribui para a difusão da área, no entanto, o alcance dos eventos e do perfil em redes sociais ainda é baixo quando comparado ao número de discentes do curso. É certo que há um longo caminho a ser percorrido para que a Medicina Veterinária do Coletivo seja incorporada no ambiente acadêmico, obtendo maior alcance e representatividade entre os alunos, sendo que tais fatos justificam a existência do Núcleo e mostram a relevância de suas atividades para a formação acadêmica dos discentes e para o processo de estabelecimento dessa área dentro da Medicina Veterinária.

Palavras-chave: Ensino; Medicina Veterinária do Coletivo; Universidade.



EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA AO ABANDONO DE CÃES E GATOS



ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM REGIÃO DO SERTÃO SERGIPANO

Anita de Souza Silva¹; Kamilla da Silva Pinto¹; Armando de Amorim Oliveira¹; Erik da Silva Pereira¹; Jessica Rosa Figueirêdo¹; Esteffany Oliveira de Sousa¹; Abraão dos Santos Alves¹; Tamires Resende Argolo¹; Nayone Lima Lantyer Cordeiro de Araújo²; Geyanna Dolores Lopes Nunes³; Débora Passos Hinojosa Schaffer³; Roseane Nunes de Santana Campos³

¹Discente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Sergipe – *Campus do Sertão*. E-mail: anitasouza581@gmail.com

²Médica Veterinária da Vet Special Care.

³Docente do Núcleo de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Sergipe- *Campus do Sertão*.

A pandemia do novo coronavírus mudou a paisagem das cidades, deixando as ruas do país vazias, entretanto aumentou o número de animais abandonados. A falta de informação sobre a forma de transmissão do COVID-19 repercute em maus-tratos e abandono de animais no mundo. O abandono de animais além de ser um problema social também é uma questão de saúde pública, pois aumenta a superpopulação de animais não domiciliados e a disseminação de doenças e zoonoses. No município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe, que está situado no sertão sergipano, local onde foi implantado recente o *Campus do sertão* da Universidade Federal de Sergipe, é observado constantemente alta presença de cães não domiciliados e semidomiciliados. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar as características de cães em situação de abandono, resgatados por protetores de animais da região e atendidos no ambulatório de medicina veterinária do *Campus Sertão*, durante o ano de 2020 em ações de extensão promovidas pelo Grupo de Estudos de Pequenos Animais do Sertão (GEPAS). Dessa forma, realizou-se um estudo epidemiológico do tipo descritivo, analisando as fichas clínicas dos cães atendidos, observando os aspectos referentes ao sexo dos animais, raça, faixa etária, presença de ectoparasitas e os agravos ou morbidades. Este estudo foi autorizado pela Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Sergipe (CEUA/UFS), protocolado sob o nº3678290519. Na avaliação das fichas clínicas, observou-se um predomínio de fêmeas não esterilizadas (77,77%), a falta de informações sobre tutoria responsável contribui para que alguns tutores abandonem seus animais, aumentando o número de cães de rua. Em relação a faixa etária, a maioria dos animais tem uma média de 1 a 3 anos e todos apresentavam infestação por carrapatos (100%). Das morbidades encontradas neste estudo, as mais prevalentes foram o tumor venéreo transmissível (37%), que ocorre com maior incidência em municípios subdesenvolvidos, com políticas de controle de natalidade e educação sobre tutoria responsável pouco eficientes, e doenças zoonóticas como a escabiose (3,7%) e a leishmaniose visceral (3,7%). Todos os cães atendidos não apresentavam raça definida (100%), sabe-se que algumas pessoas acreditam que animais sem raça definida não necessitam de cuidados adequados. Dessa maneira, existem inúmeros motivos para o abandono de cães, segundo a World Animal Protection (2020), os principais motivos do abandono de animais na atualidade é o pensamento de que animais de companhia transmitem o novo coronavírus e o desemprego ocasionado pela pandemia. Desse modo, ações de educação em saúde que sensibilizem a comunidade sobre tutoria responsável e a relação do COVID-19 com cães e gatos são necessárias para redução do abandono de animais, diminuição dos maus-tratos e zoonoses circulantes e, assim, promover melhorias para a saúde pública.

Palavras-chave: COVID-19; Tutoria responsável; Zoonoses.



INTERAÇÕES HUMANO, ANIMAL E AMBIENTE



AValiação DA INFECÇÃO DE CÃES DOMICILIADOS POR AGENTES DE LARVA MIGRANS E IMPACTO NA REDUÇÃO DA CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL APÓS DESVERMINAÇÃO.

Juliana Aparecida Dalsass Petri Yoda¹, Thayná de Araujo Francisco¹, Otávio Gualdi Sguarizi Corrêa¹, Maurilio Frattini Palácio¹, Dayane Ribeiro Timóteo¹, Vamilton Alvares Santarém²

¹Laboratório de Medicina Veterinária Preventiva II (Parasitologia Veterinária), Hospital Veterinário, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

E-mail: jj.petri@hotmail.com

²Pós-Graduação em Ciência Animal Unoeste

A convivência mútua entre o homem e os animais de companhia tem sido apontada como um dos principais fatores para a transmissão de parasitoses com potencial zoonótico. Os agentes de Larva Migrans (ALM) causam doenças de alta prevalência, conhecidas como causa de um importante problema de saúde pública. O presente estudo (aprovado pelo Comitê de Ética no Uso de Animais - Unoeste, protocolo 4512), foi realizado no período de fevereiro a abril de 2018, em dois bairros de vulnerabilidade social de Presidente Prudente, São Paulo. Apresentou como objetivo a avaliação da infecção de cães domiciliados por agentes de Larva Migrans (ALM) e o impacto na redução da contaminação após tratamento anti-helmíntico. Para avaliação da presença de ovos de ALM, foram coletadas 208 amostras de fezes de cães domiciliados e 228 amostras de fezes de cães depositadas em vias públicas dos bairros. Foram armazenadas em caixa térmica com gelo reciclável e processadas com no máximo 24 horas após a coleta que foram analisadas pelo método de Gordon e Whitlock, modificada e a contagem de ovos por grama (opg) avaliada em triplicata. Nos animais domiciliados, verificou-se que 38,46% estavam infectados por *Ancylostoma spp.* (média= 901 opg), 10,57% para *Toxocara spp.* (média= 929 opg), e 5,28% apresentavam infecção mista, com média de 578,8 opg e 1042,4 opg para *Ancylostoma spp.* e *Toxocara spp.* respectivamente. Nas amostras coletadas na via pública verificou-se que 54,38% foram positivas para *Ancylostoma spp.* (média= 1.238,6 opg), 10,96% para *Toxocara spp.* (média= 458,7 opg), e 5,7% apresentaram contaminação mista. Os animais infectados foram tratados, por via oral, com anti-helmíntico (pirantel+praziquantel). Decorridos 30 dias do tratamento anti-helmíntico, novas amostras de fezes dos animais foram colhidas para avaliação da eficácia do produto. Dos 80 animais tratados, 78 (97,5%) tiveram contagem de opg reduzida a zero. Os resultados obtidos no estudo mostram uma alta prevalência de ALM, tanto em animais domiciliados como nas vias públicas, representam impacto significativo após o tratamento anti-helmíntico. A desverminação de cães reduz a contaminação ambiental e os riscos de transmissão de agentes de larva migrans para humanos e podem servir para as autoridades como diretrizes para o bem-estar da saúde pública.

Palavras-Chave: *Ancylostoma spp.*; Anti-helmíntico; Larva Migrans; *Toxocara spp.*



EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA FAMÍLIAS COM POSSE DE MACACO- PREGO CEARÁ, BRASIL.

Victória Forte Viana¹, Raphael William Ponte Neres¹, Naylê, Francelino Holanda Duarte^{1,2}

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: victoria_forte_2015@hotmail.com

²Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Fortaleza, Ceará, Brasil.

O Brasil é um dos países que possui uma grande diversidade de animais terrestres, aéreos e aquáticos do mundo. E, ao longo dos anos, vem sofrendo um processo de extinção de forma significativa, podendo ser ocasionada de forma natural ou, principalmente, antrópica. Ações como destruições de habitats naturais, caça e tráfico ilegal de animais silvestres são algumas ameaças contra esses animais. Esse tráfico é sustentado pelo comércio de fins medicinais, alimentares ou pets para companhia. O aumento da proximidade entre humanos e animais silvestres, criados em cativeiro, vem tornando-se um agravante em virtude do desequilíbrio ambiental, ilegalidade no bem-estar animal, riscos de acidentes e disseminação de doenças, como zoonoses, tendo como exemplo a pandemia de COVID-19, onde estudos indicam que o surto da doença surgiu em um mercado livre que vende animais silvestres na China (Yan-RongGuo et al., 2020). Portanto, este trabalho tem como objetivo relatar ações de educação ambiental realizadas por acadêmicos e profissionais de medicina veterinária do estado do Ceará, de julho de 2019 a março 2020, visando à conscientização das famílias que mantêm macaco-prego em cativeiro domiciliar de forma ilegal. Para contactar as famílias que possuíam esses animais, contou-se com o apoio das Secretarias de Saúde de 13(7.6%) dos 184 municípios do estado. Após o levantamento, pesquisadores visitaram as residências e solicitaram a colaboração e autorização dos tutores dos animais para repassar as orientações sobre legislação, bem-estar e risco de transmissão de zoonoses. No ensino, foi feita avaliação clínica do estado de saúde dos macacos, do tipo de alimentação, morfometria, pesagem, hidratação subcutânea, observação do comportamento e a forma de aquisição dos animais. O estudo realizado com os animais foi autorizado pelo Sisbio/IBAMA, sob número: 71504-1. Foram localizados 35 primatas do gênero *Sapajus*, sendo 15 machos (43%) e 20 fêmeas (57%). Destes, 14 eram juvenis (40%), dois senis (5,7%) e 19 adultos (54,3%). Todos mantidos acorrentados ou presos em gaiolas há 10, 20, 30, ou até 50 anos, desde a sua chegada. Alguns apresentavam perda dentária, pois eram alimentados de maneira inadequada com doces, bebidas alcoólicas, pães, biscoitos e outros alimentos de consumo humano. Foi observada presença de estereotipias (comportamentos repetitivos anormais) em 91,42% dos animais, como locomoção aberrante e autoinjúria. Após o processo de análise do animal, foi realizada a conscientização das famílias sobre bem-estar animal, legislação ambiental, riscos de acidentes e agravos e disseminação de doenças que podem ser desencadeadas devido o contato humano e animal. Posteriormente a conscientização, 30% das famílias, optaram entregar voluntariamente os animais ao IBAMA para serem reabilitados, devolvidos a natureza e possam conviver com animais da mesma espécie, alimentar-se corretamente e reproduzir-se. A vista disso, a entrega voluntária proporciona a saúde animal, humana e ambiental, uma vez que auxilia na prevenção de doenças, acidentes e desequilíbrios ambientais. Destarte, percebe-se que a educação ambiental é uma ferramenta aliada para conscientizar indivíduos contra o tráfico de animais silvestres, uma vez que conscientes, estes atuam como exemplo para outros e disseminam conhecimentos e saberes, contribuindo assim para a saúde única.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Macaco-prego; Zoonoses.



ESPOROTRICOSE: QUÃO (DES)CONHECIDA É A DOENÇA ENTRE USUÁRIOS DO CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES DE BELO HORIZONTE, MG?

Brenda Oliveira Matias¹, Isadora de Andrade Nogueira Rocha², Stefanne Aparecida Gonçalves¹

¹Médica Veterinária, Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – MG

E-mail: le.brendaoliveira@gmail.com

²Médica Veterinária, Autônoma em Belo Horizonte - MG

A esporotricose é uma zoonose, causada pelo fungo *Sporothrix spp.*, presente em regiões de clima tropical e subtropical, que acomete principalmente gatos domésticos, sobretudo aqueles com acesso à rua, os quais podem adquirir a micose tanto mediante contato com ambiente contaminado, quanto por meio de arranhaduras, mordeduras e secreções de outros felinos acometidos. Para o homem, a enfermidade apresenta custo social indireto, devido às lesões causadas pelo agente etiológico, as quais podem comprometer o trabalho e também o relacionamento interpessoal. Por ser uma doença negligenciada, prevalece em condições de pobreza e contribui para a manutenção do quadro de desigualdade; representando grande desafio para países em desenvolvimento. Os primeiros casos da doença foram notificados em Belo Horizonte em 2016, em um surto na região conhecida pelo nome de Barreiro, e a partir de janeiro de 2017 a Secretaria Municipal de Saúde iniciou estratégias de enfrentamento dessa zoonose. Objetivou-se avaliar o conhecimento sobre esporotricose de tutores que levaram seus animais para esterilização no Centro de Controle de Zoonoses, da Prefeitura de Belo Horizonte, em 2018. Para tanto, um questionário com 23 questões de múltipla escolha foi aplicado a 52 munícipes selecionados aleatoriamente, dos quais 75% eram mulheres e 15,3% tinham como ocupação as atividades domésticas. Do total entrevistado, 92,3% afirmaram desconhecer a doença, bem como sua forma de transmissão, prevenção e tratamento, o que pode dificultar a suspeição, o diagnóstico e o controle da esporotricose, considerando que a população felina estimada no município é de 96.825 indivíduos. Nesse contexto, traçar o perfil dos tutores de animais é peça fundamental para a elaboração de medidas de educação em saúde e de prevenção da patologia, visto que a manutenção de animais sem tratamento certamente é causa de sofrimento e propicia a disseminação fúngica a partir do descarte incorreto de materiais e cadáveres infectados. É importante ressaltar que a adoção pelos serviços de saúde de medidas de prevenção e controle de epizootias reduzem os custos da assistência em humanos e contribui para o bem-estar de tutores e gatos domésticos - principais vítimas do agravo. Portanto, é fundamental a articulação entre o poder público e a sociedade civil com o intuito de promover campanhas permanentes de educação em saúde que enfatizem, além da castração em massa, a importância da guarda responsável e os transtornos que o crime de maus-tratos, na forma de abandono, acarreta ao animal e à população.

Palavras-chave: Castração; Conhecimento; Esporotricose.



IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE POR LIBERAÇÃO DE REJEITOS DE MINÉRIO.

Julia Mendes dos Santos¹, Alejandra Filippo Gonzalez neves dos Santos².

¹Graduanda em Medicina veterinária, Universidade Federal Fluminense

E-mail: julia.mendes.santos@outlook.com

²Doutora em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Federal Fluminense

A avaliação dos impactos no meio ambiente por liberação de rejeitos de minério se faz necessária. Uma vez que a sociedade demanda cada vez mais dos produtos advindos da extração para as mais variadas finalidades e as políticas de implantação e regulamentação não a acompanham. Como resultados têm degradação de recursos hídricos e vegetais e de seus organismos, assim como prejuízos aos animais selvagens, domésticos e humanos no âmbito social, de saúde coletiva, psicossocial e econômica. O intuito do presente trabalho é apresentar através de conteúdo expositivo, obtido de levantamento bibliográfico, os principais impactos ao meio ambiente causados pela liberação dos mais variados rejeitos de minério, utilizando os dados dos desastres de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019) visando relacionar meio ambiente as consequências socioeconômicas e de saúde única. O caso de Mariana foi o maior desastre ambiental da história do Brasil, por seus impactos por conta do volume e distancia percorrido pelos rejeitos de minério liberados. Já Brumadinho sofreu o maior desastre em termos de tragédia humana das últimas décadas, considerando o número de mortes confirmadas. Os desastres liberaram rejeitos inertes de minério de ferro, que por sua força dizimaram os locais por onde passaram, aniquilando anfíbios, répteis, mamíferos e flora. A compactação da lama ausente de matéria orgânica comprometeu a infiltração da água, extinguindo os microrganismos do solo necessários para a germinação de sementes e desenvolvimento das plantas, comprometendo a variabilidade genética das áreas atingidas, tornando o solo infértil e instável, inviável para a agropecuária e construção civil, assim como qualquer atividade industrial. Nos recursos hídricos ocorreram efeitos sobre a biodiversidade aquática, morte da fauna e ictiofauna dependentes da água da região, a interrupção do abastecimento de água para consumo humano, e agropecuária, além de todo o suprimento de água para as vegetações que margeiam esses rios e bacias e também processos de biomagnificação, pois os níveis de outros metais também se elevaram pelo revolvimento do fundo dos rios. Todas as alterações ecológicas impactaram diretamente no convívio entre animais selvagens, domésticos e humanos, uma vez que os mesmos perderam seus habitats delimitados e a aproximação foi necessária, inclusive de animais peçonhentos. Desse modo se faz necessária a compreensão de saúde única para manejar atendimentos de todas as espécies e formação de força tarefas com os mais variados profissionais. No entanto, abordagens de recuperação precisam ser desenvolvidas, pois a resiliência dos locais foi totalmente abalada. No Brasil temos 769 barragens de mineração, apenas 425 (55%) delas estão inseridas na política nacional de segurança de barragens. As barragens que romperam em 2015 e 2019 estavam inseridas na política nacional de segurança de barragens, classificadas como risco 1, ou seja, barragens de baixo risco de rompimento e baixo risco a população e meio ambiente, porém, seus rompimentos causaram os maiores desastres da história do país, com danos irreparáveis ao meio ambiente e consequentemente toda a população, humana e animal. Por isso é tão importante conhecer seus impactos e formas de recuperação, pois como a história comprova os riscos de liberação são contínuos.

Palavras-chave: Desastres; Impactos ambientais; Saúde única.



MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS (MPCG)



ANÁLISE DO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO CAMPUS PAMPULHA DA UFMG

Gustavo Canesso Bicalho¹, Camila Machado Torres¹, Werik dos Santos Barrado¹, Antônio Barbosa Júnior¹, Marcelo Teixeira Paiva¹, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira¹, Graciela Kunrath Lima¹, Christina Malm¹, Marcelo Pires Nogueira de Carvalho¹, Luiz Carlos Villalta², Vania Regina Goveia³, Fernanda Louro de Souza⁴, Danielle Ferreira de Magalhães Soares¹

¹Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: gustavocanesso@vetufmg.edu.br

²Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

³Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais

⁴Departamento de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais

A presença de cães e gatos nos *campi* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) gera sentimentos controversos de apego e repulsa entre usuários, servidores e visitantes. O abandono e os maus-tratos sempre ocorreram na Universidade e em 2018 foi estabelecida pela Reitoria uma comissão para produzir políticas públicas para os animais da UFMG. Objetivou-se descrever a implantação e analisar as ações de manejo ético populacional de animais domésticos no *campus* Pampulha da UFMG. Foi criado pela comissão um Programa de Extensão composto por 45 colaboradores, entre corpo docente, discente e técnico-administrativo. Até o momento, houve mobilização em 12 unidades do *campus*, com registro de todos os animais e, para cada unidade, responsáveis foram designados como representantes na comissão. Foram criadas oito subcomissões de trabalho (registro e identificação, educação, recolhimento e resgate, manejo clínico e cirúrgico, adoção, alimentação, vigilância de silvestres, política e recursos) e firmadas parcerias com o Hospital Veterinário e o Centro de Controle de Zoonoses municipal. Em 2020 foi feito o primeiro repasse de recursos financeiros para o Programa. A estratégia escolhida para o manejo reprodutivo foi a Captura-Esterilização-Devolução (CED), sendo a devolução para o local de origem realizada quando não houve sucesso na tentativa de adoção do animal. Entre julho de 2018 e fevereiro de 2021, foram registrados 199 animais (aproximadamente 5 registros de novos animais por mês), em 24 unidades diferentes, dos quais 147 gatos (32 machos, 54 fêmeas, 61 sem identificação de sexo) e 52 cães (22 machos, 19 fêmeas e 11 sem identificação de sexo), sendo 57,7% (115) em idade adulta. Foi realizada a esterilização cirúrgica, vacinação antirrábica e polivalente, além de testes de FIV/FelV em felinos e leishmaniose visceral em caninos, de 66 gatos (28 machos e 38 fêmeas) e 22 cães (9 machos e 13 fêmeas). Destes, foram adotados 15 gatos (6 machos e 9 fêmeas) e 7 cães (3 machos e 4 fêmeas), sendo 68% (15) na idade adulta. A partir de janeiro de 2021 todos os animais castrados também estão sendo submetidos à implantação de microchip para sua identificação. As unidades estabeleceram localização adequada para comedouros e bebedouros dos animais, que são padronizados e monitorados pela Comissão, assim como protocolo de alimentação e fornecimento de água. Fluxos para o atendimento de eventos relacionados à saúde dos animais foram desenvolvidos e aprimorados. Ações educativas para a comunidade acadêmica e público externo foram desenvolvidas, em parceria com o serviço público municipal, pois a origem da maior parte dos animais é o abandono e eles encontram no *campus* boas condições para sua sobrevivência, mesmo que nem sempre ideais. A gestão de conflitos entre técnicos, protetores de animais e trabalhadores do *campus* estão sendo resolvidas com acesso à informação, diálogo e procedimentos operacionais padrões. Ações para coibir o abandono de animais no *campus* são urgentes, estão sendo implementadas e devem ocorrer de forma constante. Dessa maneira será possível dar atenção à saúde e ao bem-estar dos animais do *campus*, minimizando os conflitos entre humanos e animais no ambiente da UFMG.

Palavras-chave: *Campus* Universitários; Manejo Populacional; Saúde Única.



C.E.D. NOS BAIRROS EM REALOCAÇÃO POR ACIDENTE GEOLÓGICO EM MACEIÓ: DADOS PRELIMINARES DO PROJETO INTEGRA ANIMAL UFAL

Rayane Caroline Medeiros do Nascimento¹, Maurício Carnaúba da Silva Mota², Ana Paula Menezes Félix³, Yana Gabriella Moraes Vargas³, Yane Fernandes Moreira⁴, Pierre Barnabé Escodro⁵

¹Mestranda em Ciência Animal pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: rayanecmedeiros@hotmail.com

²Biólogo e técnico UFAL;

³Discente do curso de Medicina Veterinária da UFAL;

⁴Médica Veterinária Projeto Integra Animal;

⁵Docente do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFAL e coordenador do Integra Animal.

Catástrofes e desastres naturais são comumente associadas à ação do homem, no caso do Município de Maceió -AL, ocorreu acidente geológico pela extração de sal-gema (matéria-prima do PVC) ocasionando rachaduras, crateras, desníveis, e risco de desabamento em quatro bairros. A empresa se responsabilizou pelo incidente e planejou um plano de realocação e indenização das famílias, que contabiliza mais de 10 mil. Com isso, muitos imóveis foram deixados às pressas e por falta de posse responsável, acarretou no abandono de muitos pets, principalmente felinos durante realocações. Sabe-se que uma estratégia eficaz para controle populacional de colônias de felinos é a Captura, Esterilização e Devolução ao local de origem (C.E.D.), auxiliando não apenas os felinos abandonados, mas os de colônias preexistentes na região. Visto isto, o Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL, aprovado pela Comissão de Ética de Uso de Animais da UFAL (CEUA) sob número 33\2020, surge neste contexto, visando reduzir fugas destes animais durante as mudanças, realização de esterilização e imunoprofilaxia e pregar a posse responsável aos tutores. O objetivo do presente trabalho é avaliar os impactos da CED na população felina nos bairros atingidos pelo fenômeno geológico. Para a realização desta pesquisa, foram analisados dados de planilhas provenientes de fichas cirúrgicas de castração, do período de 15/12/2020 à 15/02/2021 e analisados por meio de estatística descritiva. Segundo levantamento da Braskem, cerca de 40 mil pessoas viviam nesses bairros, e, considerando-se uma estimativa populacional por amostragem realizada em estudo brasileiro, estima-se que a proporção de felinos seja 1:15,1 pessoas. Ao considerar essa regra, pode-se estimar que a população felina que vive nesses bairros seja de aproximadamente 2649 gatos domiciliados e semidomiciliados, não incluindo animais errantes, que estima-se que esse valor seja o dobro. Durante o período inicial de três meses do projeto, foram esterilizados 234 felinos errantes, destes, aproximadamente 80% eram mansos, 15% semiferais e 5% realmente ferais. A idade média desses animais foi de $1,7 \pm 1,24$ anos e o peso de $2,5 \pm 1,02$ kg. Em relação às patologias, 21% dos animais possuíam algum tipo de enfermidade, sendo a maioria dermatológicas e respiratórias, acarretando em maior tempo de internamento. Em relação ao sexo, 33% eram machos e 67% eram fêmeas, estas cuja importância de esterilizar é maior para prevenir nascimentos. Destas fêmeas, 20% estavam prenhez, 5% apresentavam piometra, 5% hiperplasia mamária e 3% estavam lactantes. Ao considerar que uma fêmea felina entra na idade reprodutiva em média aos 7 meses de idade, e que em um ano pode ter em média quatro ninhadas com quatro filhotes, são 16 filhotes por ano. Portanto, estima-se que o projeto conseguiu prevenir inicialmente o nascimento de 2.512 animais por ano nos 3 primeiros meses de castração, com impacto direto na taxa de natalidade. Tendo em vista os aspectos mencionados, pode-se concluir que a partir da implantação do CED nesses bairros, pode-se reduzir inicialmente: reprodução, população, impacto causado à fauna nativa pela predação, o potencial zoonótico que estes podem causar; além da melhora da qualidade de vida e sanidade, visto que a redução do contingente irá acarretar menos brigas, disputas territoriais e transmissão de doenças nas colônias.

Palavras-chave: Colônia de felinos; Controle populacional de felinos; Desastre ambiental.



COMBINAÇÃO DE METODOLOGIAS DE C.E.D. E ADOÇÃO EM UMA POPULAÇÃO FELINA EM SITUAÇÃO DE RUA

Brunna de Andrade Lima Pontes Cavalcanti¹, Myrella Maria de Lima Souza², Elton Emilio Pereira da Silva³, Mayza Costa Brizeno⁴, Ariene Cristina Dias Guimarães Bassoli⁵

¹Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: brunnaandrade.ufpe@gmail.com

²Bacharel em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco

³Bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em Ciências Ambientais na Universidade Federal de Pernambuco

⁴Mestranda em Morfotecnologia na Universidade Federal de Pernambuco

⁵Professora do Departamento de Histologia e Embriologia na Universidade Federal de Pernambuco

A população do gato doméstico (*Felis silvestris catus*) em situação de rua tem aumentado de forma exponencial ao longo dos anos devido, principalmente, ao elevado potencial reprodutivo dessa espécie. Como resultado tem-se a formação de colônias, sendo urgentes estratégias de manejo e controle populacional. Apesar do método de Captura-Esterilização-Devolução (CED) ser utilizado em diversos países do mundo, reconhecido por grandes instituições de bem-estar animal e descrita como estratégia eficiente pela American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA), no Brasil, o método ainda é pouco aplicado e muitos protetores ainda utilizam o método do abrigo, onde os animais ficam em locais lotados, com recursos financeiros escassos, geralmente insalubres, resultando em poucas chances de adoção responsável e vida saudável. O Projeto de extensão Adote Um Vira-Lata da Universidade Federal de Pernambuco, atua desde 2007 com ações de castração, incentivo a adoção e campanhas de sensibilização em prol do bem-estar animal, além da utilização do CED. Nessa pesquisa, optou-se por relacionar a aplicação do CED à adoção de gatos não ferais de colônias em uma área urbana visando a diminuição da população desabrigada. A pesquisa foi realizada de março de 2017 a maio de 2018 em uma área urbana, com a identificação das colônias para o acompanhamento e captura dos animais para a castração. Os animais foram fotografados e identificados por observações e anotações das características físicas, como sexo, idade e pelagem. Os gatos foram capturados com armadilhas do tipo gatoeira, puçá e/ou manualmente, encaminhados para a clínica veterinária e realizada a castração cirúrgica (gonadectomia). Após a recuperação total da cirurgia, foram devolvidos ao local de origem ou, quando possível, encaminhados para lares temporários e adoção. Embora o mapeamento inicial das colônias tenha identificado 66 gatos, o número de capturados e castrados ao longo de 14 meses foi de 115 gatos. Essa diferença pode ser atribuída a animais ferais que não foram avistados no mapeamento inicial e a novos abandonos durante o tempo de pesquisa. No total, foram 81 indivíduos capturados manualmente (os mais dóceis), 31 capturas utilizando gatoeira e 3 com o puçá (utilizado com gatos onde nenhum dos outros dois métodos foi eficiente). Do total de animais castrados, 28 (24%) animais foram devolvidos à colônia de origem e 87 (76%) foram recebidos em lares temporários de voluntários para o intermédio de possíveis adoções. Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que práticas combinadas de CED e adoção podem ser eficientes para a diminuição de colônias de gatos em áreas urbanas. Contudo, para a estabilização das mesmas é necessário um trabalho contínuo de monitoramento e castração de novos indivíduos, bem como o investimento na prevenção do abandono.

Palavras-chave: Castração; Controle populacional; Ética Animal.



DESCRIÇÃO DO ABSENTEÍSMO DE PROPRIETÁRIOS PARA ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE SEUS ANIMAIS EM PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE MUNICÍPIO MINEIRO

Yara de Freitas Oliveira¹, Ana Izabel Brandão de Brito¹, Maria da Consolação Magalhães Cunha², Patrick de Moraes Hanriot³

¹Bacharelas em Medicina Veterinária, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.
E-mail: yara.freitas_oliveira@hotmail.com

²Professora do Departamento de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.

³Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Betim.

Para evitar a superpopulação de animais e consequente aumento de risco à população, em 2003 foi criado o programa de Posse ou Guarda Responsável em Belo Horizonte, cujo pilar de maior importância é o Controle Populacional de cães e gatos através das cirurgias de castração. Em 2018 e 2019, o número de animais cadastrados para esterilização cirúrgica nas Centrais de Esterilização de Cães e Gatos, distribuídos em nove distritos sanitários do município, era de 42.083 e 51.426 animais, respectivamente. No entanto, em 2018, 14.793 proprietários não compareceram ao agendamento com seus animais, caracterizando 35% de absenteísmo. Já em 2019, o mesmo ocorreu com 15.778 animais, caracterizando 31% de absenteísmo. Este presente trabalho identificou e analisou as causas de absenteísmo nas Centrais de Esterilização da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) e Diretoria de Zoonoses (DIZO), assim como os descreveu, permitindo a criação de propostas para redução dessas ocorrências. Foi realizada uma filtragem dos dados fornecidos pelas SMSA e DIZO, selecionando somente os tutores que não compareceram às castrações agendadas em 2018 e 2019. Foi realizado o cálculo da amostra necessária buscando um índice de confiabilidade de 95%, usando o software OpenPi (versão 3.01, CDC, 2013), considerando frequência de 50% de abstenção aos serviços. A população amostral necessária foi estipulada para cada uma das nove regionais que realizam os procedimentos (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova). Foram realizados contatos telefônicos, durante o mês de setembro de 2020, de maneira aleatória na escolha dos entrevistados. A obtenção dos dados foi através de entrevista não estruturada, buscando obter e entender os motivos do não comparecimento, o tempo de espera entre o agendamento e a data programada para a realização da cirurgia e o meio utilizado para realizar o agendamento, visto que pode ser realizado de maneira presencial ou telefone. Foram entrevistados 380 proprietários que agendaram e não compareceram. Na análise do banco de dados, foram observados os dados em relação ao sexo de cães e gatos, constatando que existe maior quantidade de fêmeas que se ausentam para o programa de castração, fato que pode acarretar um rápido crescimento populacional. Em relação as razões do não comparecimento dos tutores com seus animais no dia da castração, foram observados oito principais motivos: em primeiro lugar a morte do animal, seguido de dificuldade de transporte, fuga dos animais, esquecimento da data da cirurgia, prenhez das fêmeas, demora entre o agendamento e a data para realização da cirurgia, medo do procedimento, e por último, doação dos animais. Sugere-se que este trabalho possa ser usado na busca de melhorias do processo de castração de animais, visto que o monitoramento do programa desempenha papel fundamental no sucesso e efetividade no controle populacional. Além disso, ações na busca de redução dos motivos geradores do absenteísmo podem gerar melhoria de condições da saúde pública na Capital Mineira e aumento na efetividade dos gastos do setor público.

Palavras-chave: Controle Populacional; Esterilização Cirúrgica; Saúde Pública.



ESTIMATIVA DE COLÔNIAS FELINAS EM BAIROS ACOMETIDOS PELO FENÔMENO GEOLÓGICO NA CIDADE DE MACEIÓ-AL

Maurício Carnaúba da Silva Mota¹, Ana Paula Menezes Félix², Yana Gabriella de Moraes Vargas², Rayane Caroline Medeiros do Nascimento³, Yane Fernandes Moreira⁴, Pierre Barnabé Escodro⁵

¹Biólogo do Projeto Integra Animal da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

E-mail: mauriciocarnauba@gmail.com

²Graduandas do curso de Medicina Veterinária na UFAL.

³Mestranda do curso de Medicina Veterinária na UFAL.

⁴Médica Veterinária e Responsável Técnica do Projeto Integra Animal UFAL

⁵Professor Associado e Coordenador do Projeto Integra Animal- UFAL.

Nos bairros acometidos pelas falhas geológicas consequentes da mineração e extração de sal-gema em Maceió, ocorreu relevante aumento na quantidade de animais abandonados e errantes (principalmente felinos), associada ao processo de desocupação de mais de dez mil casas. Três são principais causas: abandono intencional por tutores, fugas durante mudança e abandono de animais de outras localidades, a partir da crença popular da criação de um possível abrigo, defendido por alguns setores da proteção animal. O presente trabalho, registrado sob o número 033/2020 no CEUA/UFAL, teve como objetivo principal estimar a quantidade de felinos errantes nos bairros da área de estudo (bairros Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Farol e Pinheiro), visando implementar medidas de controle populacional via Castração-Esterilização-Devolução (C.E.D). A área de risco determinada pela Defesa Civil e referenciada pelo Serviço Geológico do Brasil foi dividida, neste trabalho, inicialmente em zonas: CEPA (bairro do Farol), Pinheiro 1 (R. Coronel Lima Rocha a Al. São Benedito), Pinheiro 2 (Al. São Benedito a R. Luiz Rizzo), Pinheiro 3 (R. Luiz Rizo à R. Tereza de Azevedo), Sanatório (incluindo Vila Saem), Bebedouro (Ladeira do Calmom, Mercado Público e Praça Lucena Maranhão), Mutange e Bom Parto. Dentro dessas zonas, foram identificados 43 cuidadores, que informaram através de entrevistas pessoais e virtuais (através de whatsapp), estimativas da quantidade de animais que alimentavam nas antigas e nas novas colônias que vinham se configurando. Foram informados 75 pontos de alimentação espalhados, com uma estimativa de 4.000 mil gatos. No CEPA, foram informados 10 pontos de alimentação, estimando uma população de 300 animais, distribuídos em colônias. No Pinheiro 1, existem 15 pontos de alimentação, com estimativa de 600 animais. No Pinheiro 2, foram estimados com 20 pontos de alimentação e aproximadamente 350 animais. No Pinheiro 3, foram levantados 15 pontos de alimentação, com aproximadamente 350 animais. No Sanatório, 10 pontos de alimentação estimando 400 animais na região. No Bebedouro, 15 pontos de alimentação, alcançando 600 animais. No Mutange, apenas 5 pontos de alimentação, tendo por volta de 300 felinos errantes; e no Bom Parto, último trecho incluído, foram citados 5 pontos de alimentação, com aproximadamente 300 animais. Foram relatadas migrações dos animais de áreas evacuadas para áreas ainda povoadas, uma vez que poucos cuidadores retornam às antigas colônias para alimentar, sendo os animais obrigados a procurar comida nas áreas ainda habitadas. Logo, percebe-se que surge uma necessidade de promover o CED também em trechos dos bairros circunvizinhos, que servem como zona de amortecimento para a área. O número de felinos errantes nos bairros afetados oscila a cada dia, dada à conhecida rapidez na reprodução de felinos, além do fluxo de animais que está sendo observado entre áreas habitadas por humanos e áreas já evacuadas.

Palavras-chave: Desastre Geológico; Felinos errantes; População.



MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS PELO GRUPO DE APOIO AO BEM-ESTAR ANIMAL - UECE: DESAFIOS E AVANÇOS

Igor Gomes Socodato¹, Maiara Felipe Pereira¹, Daniele Vasconcelos Fernandes Vieira², Isaac Neto Goes da Silva²

¹Grupo de Apoio ao Bem-Estar Animal- GABA - E-mail: igorsocodato@gmail.com

²Universidade Estadual do Ceará- Faculdade de Veterinária

O Grupo de Apoio ao Bem-Estar Animal - GABA surgiu de um movimento entre docentes, discentes e servidores da Universidade Estadual do Ceará - UECE com o objetivo de dar suporte aos animais, especialmente cães e gatos, que vivem em situação de abandono no Campus do Itaperi, onde foram implementadas ações visando o controle, à prevenção e à fiscalização do abandono animal somadas às ações de proteção e promoção do bem-estar. Este trabalho tem como objetivo relatar a atuação de estudantes voluntários de um Campus universitário no manejo populacional de cães e gatos - MPCG, destacando desafios e avanços. O relato de experiência foi realizado em fevereiro de 2021, tendo como recorte temporal o período de janeiro de 2020 a janeiro de 2021, por meio do qual se destacam as ações de proteção e promoção do bem-estar animal implementadas pelo GABA, além dos resultados alcançados quanto às metas de redução dos casos de abandono no Campus. O GABA conta com voluntários que se organizam em três grupos: Limpeza, Alimentação e Marketing. Esses grupos possuem duas vertentes que são atividades direcionadas aos cães e outro aos gatos. O campus, no ano de 2021, alberga, aproximadamente, uma população de 300 gatos e 50 cães, na faixa etária de 6 meses à 10 anos, com prevalência no número de machos. É realizado, mensalmente, o levantamento dos casos de abandono, por espécie, raça, sexo, estado de saúde. Os animais, como rotina, são acolhidos, higienizados, alimentados, avaliados, vacinados, castrados e, simultaneamente, o Marketing atualiza as campanhas de adoção que, em tempos de pandemia passaram para o formato virtual. Os desafios nas estratégias de MPCG no campus são perceptíveis a toda comunidade universitária. Os obstáculos, apesar dos avanços em parcerias interna e externa, e do reconhecimento Institucional, por meio da criação do Comitê Gestor e da ampliação do GABA também como projeto de extensão, ainda são presentes, mas o grupo segue pautando ações que visem à: (re)alocação dos animais em situação de vulnerabilidade em lares seguros e a procura de tutores qualificados; arrecadação de doações e cadastro de novos voluntários, como também de novos doadores; venda de rifas, realização de bazares e de eventos; atendimento rápido aos casos de urgência e emergência veterinárias; manutenção do fornecimento institucional de ração; controle da prevalência de abandonos. Durante o trabalho descrito, as ações de castrações em cães totalizaram 11; as ações de castrações de gatos, totalizaram 14. Quanto às arrecadações de rações, contabilizou-se 3.940 kg, mediante apelo do marketing nas redes sociais. No tocante à adoção permanente e ao lar temporário, o Grupo registrou 49 casos; possibilitando a redução do impacto nos casos de abandono, quais sejam. Na atual conjuntura, este momento ímpar de isolamento social dificulta ainda mais a atuação do grupo. Os voluntários entendem que é indispensável o espírito criativo, determinado e engajado para o êxito do MPCG em estado de abandono no campus bem como a utilização do Marketing para a captação de novos tutores capazes de assumir a responsabilidade de acolhimento desses animais.

Palavras-chave: Voluntariado; Campus Universitário; Abandono Animal.



MEDICINA DE ABRIGOS



BEM-ESTAR DE CÃES ABRIGADOS NO SUL DE MINAS GERAIS: QUAIS PONTOS DEVEMOS MELHORAR?

Diana Cuglovici Abrão

M.V., Profa. Dra., IFSULDEMINAS Campus Muzambinho

E-mail: diana.abrao@muz.ifsuldeminas.edu.br

Tendo em vista o grande número de cães circulando ou vivendo nas ruas, chamados de cães irrestritos ou cães em situação de rua, diversos municípios brasileiros, por meio de órgão públicos ou OSCs (Organizações da Sociedade Civil), acabam por adotar a política de recolhimento destes em abrigos. No Estado de Minas Gerais a Lei Nº 21.970/2016 dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional humanitário de cães, mas ainda carece de estudos e recursos para implementar as ações necessárias. Aplicando-se o *Shelter Quality Protocol SQP* (BARNARD et al., 2016), objetivou-se gerar uma análise descritiva do grau de bem-estar de abrigos de cães da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas Gerais tanto públicos quanto privados, comparando-os com abrigos referências e com o preconizado em guias internacionais, pontuando melhorias necessárias em curto a médio prazo. Para tanto, 19 abrigos (10 públicos, 07 privados e 02 mistos) pertencentes a 13 municípios da região foram visitados entre novembro de 2019 e janeiro de 2020. Um total de 201 baias e 588 cães foram avaliados conforme preconizado pelo SQP. Gerou-se uma análise descritiva e alguns pontos críticos relacionados às exigências físicas e comportamentais dos cães foram identificados em abrigos sob administração pública e privada. Os pontos críticos observados e que necessitam de intervenção em curto-médio prazo visando garantir o bem-estar dos cães foram: (i) políticas efetivas de adoção de cães; (ii) políticas mais claras de admissão dos animais; (iii) controle do número de entradas e saídas de cães; (iv) programas de saúde preventiva; (v) controle de reprodução; (vi) treinamento da equipe, incluindo gestores, funcionários e voluntários; (vii) cama em quantidade e qualidade necessárias para que os cães se deitem confortavelmente quando alojados nos recintos; (viii) áreas para soltura dos cães como forma de implementar rotina de exercícios; (ix) reabilitação comportamental, incluindo a implementação de programas de enriquecimento ambiental; (x) adequação de regime alimentar; (xi) diminuição da população dos abrigos e aumento do número de funcionários. Concomitantemente, os municípios devem implementar programas efetivos de manejo populacional de cães e gerenciamento de recursos públicos necessários para a manutenção adequada dos animais, tornando os abrigos locais temporários, onde os animais são reabilitados, ressocializados e reintroduzidos na sociedade por meio de adoção.

Palavras-chave: Bem-Estar Único; Manejo Populacional de Cães; Saúde Pública.



PREVALÊNCIA DE HEMOPATÓGENOS NA POPULAÇÃO CANINA DE UM ABRIGO EM MINAS GERAIS, BRASIL

Raisa Abreu Bragança Colucho¹, Blenda A. M. Ferreira², Cristiane A. M. Mesquita³; Dircéia A. da C. Custódio³, Amanda C. R. Ferreira⁴, Érika A. Oliveira³, Anna Cecília T. R. B. Costa³, Isaac David P. Sirias⁴, Sérgio N. de Melo⁴, Ana Beatriz B. Souza², Elizabeth Beraldo², Bruna R. Pereira², Eduarda M. M. Silva², Júlia A. G. da Silveira⁵, Antônio M. Guimarães⁶, Christian Hirsch⁶, Christiane M. B. M. da Rocha⁶, Elaine M. Seles Dorneles⁶

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, UFLA.

E-mail: raisa.braganca@estudante.ufla.br

²Graduanda em Medicina Veterinária, UFLA.

³Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, UFLA.

⁴Mestrando (a) no Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, UFLA.

⁵Professora do Departamento de Parasitologia, UFMG.

⁶Professor (a) do Departamento de Medicina Veterinária, UFLA.

As doenças transmitidas por vetores artrópodes têm aumentado cada vez mais em todo o mundo. No Brasil, o clima tropical favorece a circulação de carrapatos, um dos ectoparasitos de maior ocorrência nos cães e carreador de vários agentes patogênicos. A anaplasmosse é uma zoonose causada por bactérias do gênero *Anaplasma*, transmitida pela picada do carrapato vetor. Os cães são comumente acometidos pelas espécies *A. platys* e *A. phagocytophilum*, que infectam principalmente as plaquetas e os granulócitos, respectivamente, sendo ambas capazes de causar doenças também em seres humanos. O objetivo deste trabalho foi determinar a prevalência de hemopatógenos do gênero *Anaplasma* na população canina do abrigo Parque Francisco de Assis (PFA), localizado no município de Lavras, Minas Gerais. Este estudo foi realizado de acordo com as normas que regulamentam o uso de animais em pesquisa, já tendo sido aprovado sob o protocolo 117/2018, na Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA/UFLA. Foi conduzido um estudo epidemiológico transversal censitário. Toda a população canina foi microchipada, identificada em fichas com as características individuais de cada animal e avaliada clinicamente por médicos-veterinários. Obteve-se amostras de sangue total e soro de 329 cães nos meses de julho-agosto de 2019. O diagnóstico da anaplasmosse consistiu na observação de mórulas em células no esfregaço sanguíneo durante a realização do hemograma e pesquisa de anticorpos anti-*A. phagocytophilum* por meio da Reação de Imunofluorescência Indireta. Os soros reagentes com títulos $\geq 1:320$ foram considerados positivos. Os resultados demonstram uma prevalência de 5,47 % (18/329) (intervalo de confiança 95%; 3,27 - 8,51%) de *A. platys* pelo esfregaço sanguíneo e de 4,56 % (15/329) (intervalo de confiança 95%; 2,57 - 7,41%) de *A. phagocytophilum* pela sorologia na população canina do abrigo, sendo o maior título encontrado de 1:10.240. A maior parte dos animais positivos para *A. platys* eram fêmeas (66,67%), adultos (94,44%), pelo curto (72,22%), porte médio (72,22%) e condição corporal normal (77,78%) e para *A. phagocytophilum*, fêmeas (80,00%), adultos (86,67%), pelo curto (60,00%), porte médio (53,33%) e condição corporal normal (66,67%). No que se refere a avaliação clínica e hematológica desses animais, observou-se maior ocorrência de febre (38,88%), neutropenia (44,44%), trombocitopenia (38,88%) e aumento da proteína plasmática total (88,89%) em cães infectados por *A. platys* e febre (40,00%), linfadenomegalia (66,66%), lesão de pele (53,33%), trombocitopenia (33,33%) e aumento da proteína plasmática total (93,33%) em cães infectados por *A. phagocytophilum*. Conclui-se que a população canina do abrigo Parque Francisco de Assis possui animais infectados por hemopatógenos do gênero *Anaplasma*, sendo esses cães possíveis fontes de zoonoses, mas também importantes sentinelas para uma melhor vigilância em saúde da comunidade.

Palavras-chave: Doenças transmitidas por Vetores; Medicina de Abrigos; Saúde Pública Veterinária.



PROTOCOLO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL APLICADO PARA DIAGNÓSTICO DE MAUS-TRATOS DE CÃES EM ABRIGOS COLETIVOS

Nathália Leijoto Pinto Lourenço¹, Lucas Belchior Souza de Oliveira², Helena de Castro Teotonio³, Vânia de Fátima Plaza Nunes⁴, Ana Liz Bastos⁵, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira⁶

¹Graduanda em Medicina Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: @nathileijoto@yahoo.com.br

²Médico veterinário, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

³Médica veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais

⁴Médica veterinária, Fórum Animal

⁵Médica veterinária

⁶Médica veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais

Ainda que a relação entre os animais domésticos e os humanos venha se estreitando, a sociedade ainda apresenta graves questões relacionadas ao abandono animal, que promovem o aumento constante de animais errantes nas cidades e centros rurais. Sabendo-se que é dever do estado se responsabilizar por animais em situação de abandono e maus-tratos, os animais abandonados são muitas vezes destinados à abrigos municipais, fazendo-se necessária a fiscalização e controle dessas organizações. O objetivo desse trabalho foi o relato da utilização, para validação, de um protocolo de diagnóstico de bem-estar animal, baseado nas diretrizes do protocolo de gestão de qualidade de vida de cães de abrigo, *Shelter Quality*, com a finalidade de identificação e correção de maus-tratos contra cães residentes em abrigos coletivos. Foi realizada uma diligência técnica em um abrigo municipal, por solicitação de órgão competente estadual, o qual utilizou-se de 285 cães para aplicação do protocolo descrito. O trabalho realizado constituiu em uma avaliação coletiva e individual desenvolvida pela análise de indicadores comportamentais, nutricionais, de conforto e de saúde, que foram classificados em bom, satisfatório e ruim. Em seguida foi realizada a categorização do grau de bem-estar dos animais em muito alto, alto, regular, baixo e muito baixo. A princípio, constatou-se a necessidade de aumento do número de equipe fixa de trabalhadores, melhoria dos EPI utilizados, além de aperfeiçoamento dos métodos de controle da adoção dos animais. Os cães eram acomodados em sistemas de baias coletivas e algumas individuais, com critérios de separação por afinidade, tamanho, idade dos cães e qualidade de saúde. Os principais aspectos a serem pontuados na análise coletiva sugerem que o local apresenta precariedade na conservação dos medicamentos, inadequação nos métodos de conservação de alimentos, além de ausência de fichas de identificação dos animais. Na avaliação individual, foram verificadas condições consideradas boas (99,65%) e satisfatórias (0,35%) para os indicadores de conforto, e todas as condições nutricionais foram classificadas como boas. A maior parte dos cães avaliados (88,78%) tiveram as condições de saúde consideradas satisfatórias, assim como os indicadores comportamentais (98,60%). Através do teste exato de Fisher, observou-se uma associação estatisticamente significativa entre o porte dos animais e os indicadores de saúde ($p > 0,01$), sendo que entre os cães de médio porte (10 a 20 kg), foram mais frequentes as condições de saúde consideradas satisfatórias (60,7%) e as condições ruins foram mais frequentes entre os cães de pequeno porte (4,91%). Após relato de situação, pode-se concluir que esse tipo de ferramenta é adequado para avaliação dos abrigos, tendo em vista que o desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas para diagnóstico de maus-tratos possibilita o combate e a solução de situações inadequadas de maneira mais eficiente.

Palavras-chave: Bem-estar; Perícia; Abrigos; Cães.



RELATO DE CASO: EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE, MANEJO ETOLÓGICO EM ABRIGO DE CÃES E SUCESSO PÓS ADOÇÃO

Mariana Augusta Mansini¹, Diana Cuglovici Abrão²

¹Discente do curso de Medicina Veterinária do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho.

E-mail: 12172004621@muz.ifsuldeminas.edu.br

²M.V., Dra., docente do curso de Medicina Veterinária do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho.

Estudos atuais já comprovam que abrigos de cães podem impactar tanto na saúde física quanto emocional dos animais. Abrigos devem servir como refúgios temporários para animais resgatados por motivos tais como maus-tratos e devem ter como objetivo fornecer um ambiente seguro e confortável enquanto buscam-se lares para eles. Em uma Instituição de ensino da cidade de Muzambinho (MG) um abrigo com a proposta de recolhimento de cães em situação de rua para manejo populacional foi criado no ano de 2011. Em um primeiro momento, os cães eram recolhidos sem critério definido e, dentro do abrigo, não recebiam o manejo recomendado por guias internacionais. Entre 2011 e 2015 a população média do abrigo chegou a 84 cães. Devido ao fato de que tais animais não eram esterilizados e vacinados, muitos vieram a óbito tanto por doenças infecto-contagiosas, quanto por ferimentos em decorrência de brigas. No ano de 2018, quando a média da população do abrigo era de 20 cães, teve início um projeto de extensão com objetivo de reestruturar as instalações e implementar manejo etológico dos animais

visando sua adoção. Discentes e docentes dos cursos de Medicina Veterinária e Ciências Biológicas, realizaram atendimentos veterinários, castração de todos os animais e implantação de um manejo etológico baseado na execução de exercícios de socialização e enriquecimento ambiental realizados diariamente. Nenhum novo animal foi admitido. Os animais aptos à adoção foram encaminhados à lares definitivos após a assinatura de um termo de responsabilidade do tutor e o acompanhamento da adoção foi realizado ao longo de 12 meses. Uma abordagem multidisciplinar de educação em guarda responsável foi realizada com a comunidade acadêmica por meio de reuniões com gestores e eventos acadêmicos e abertos à população, além da implantação de um programa de manejo humanitário dos cães comunitários dentro do Campus universitário. Ao longo de 12 meses foram registrados 4 óbitos (1 por doença infectocontagiosa e 3 por neoplasias) e 4 adoções, sendo que nenhum cão adotado foi devolvido. Sabe-se que o tempo de permanência pode afetar os animais individualmente de maneiras diferentes e a implantação de programas de enriquecimento ambiental e programas eficientes de adoção são essenciais. Aumentar o grau de bem-estar em canis não só melhora a qualidade de vida dos animais, como também aumenta suas chances de serem adotados. A educação da população tem impacto significativo na redução do abandono e, consequentemente, do abrigamento de cães. Tanto o programa de manejo comportamental, quanto as ações educacionais aqui propostas devem ser continuadas na comunidade. Este trabalho tem aprovação do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA) do IFSULDEMINAS (protocolo nº 017/2018).

Palavras-chaves: Abrigos; Etologia; Medicina Veterinária do coletivo.



SAZONALIDADE DA PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM CÃES DE UM ABRIGO NO MUNICÍPIO DE LAVRAS, MINAS GERAIS

Blenda Araujo Martins Ferreira¹, Raísa Abreu Bragança Colucho², Dircéia Aparecida da Costa Custódio³, Christian Hirsch⁴, Elaine Maria Seles Dorneles⁴

¹Graduanda em Medicina Veterinária, UFLA - E-mail: blenda.ferreira1@estudante.ufla.br

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, UFLA.

³Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, UFLA

⁴Professor (a) do Departamento de Medicina Veterinária, UFLA.

As dermatozoonoses são doenças com manifestação clínica na pele, transmitidas entre animais e o homem, podendo ser bacterianas, fúngicas e parasitárias, como a leishmaniose, dermatofitose, escabiose canina, otocariase e infecção por ectoparasitas. Os cães errantes e de abrigos são mais suscetíveis às doenças infecciosas devido aos ambientes com elevada densidade populacional, sendo importantes reservatórios de agentes zoonóticos em todo o mundo. O objetivo deste trabalho foi verificar as alterações dermatológicas por meio de avaliação clínica na população canina do abrigo Parque Francisco de Assis (PFA), localizado no município de Lavras, MG. Este estudo foi realizado de acordo com as normas que regulamentam o uso de animais em pesquisa, já tendo sido aprovado sob o protocolo 117/2018, na Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA/UFLA. Foi realizado um estudo epidemiológico longitudinal censitário, com duas amostragens da população, uma no período seco (julho-agosto de 2019) e outra no período chuvoso (janeiro-fevereiro de 2020). Todos os cães foram microchipados, avaliados clinicamente e identificados em fichas com suas características individuais, diferenciando os padrões lesionais macroscópicos presentes nas alterações dermatológicas. As análises descritivas foram realizadas a partir da avaliação da distribuição de frequência das variáveis categóricas em tabelas de contingência e gráficos de barra e variáveis numéricas que foram categorizadas. Os resultados do período seco indicaram 329 (100,00%) animais examinados, sendo que 116 (35,26%) apresentaram lesões de pele, dos quais 110 (36,27%) tinham alopecia, 21 (6,38%) descamação, 21 (6,38%) seborreia, 2 (0,61%) eritema e 3 (0,91%) úlcera. Desses, 66 (56,90%) eram fêmeas e 50 (43,10%) machos; 3 (2,59%) jovens (1 a 4 anos), 100 (86,21%) adultos (5 a 8 anos) e 13 (11,21%) idosos (mais que 8 anos). Em relação aos demais dados clínicos observados, 27 (23,27%) cães evidenciaram hipertermia, 64 (55,17%) linfadenomegalia, 19 (16,38%) presença de secreção (auricular, nasal, ocular ou genital) e 10 (8,62%) onicogribose. No que diz respeito ao período chuvoso, 310 (100,00%) animais foram avaliados, sendo 86 (27,74%) com lesões de pele, dos quais 81 (26,13%) exibiam alopecia, 21 (6,77%) descamação, 14 (4,52%) seborreia, 4 (1,29%) úlcera. Desses, 41 (47,67%) eram fêmeas e 45 (52,33%) machos; 3 (3,49%) jovens (1 a 4 anos), 79 (91,86%) adultos (5 a 8 anos) e 4 (4,65%) idosos (mais que 8 anos). Constatou-se ainda, 11 (12,79%) cães com hipertermia, 38 (44,19%) com linfadenomegalia, 36 (41,86%) com presença de secreção (auricular, nasal, ocular ou genital) e 8 (9,30%) com onicogribose. Foi observado maior ocorrência de lesão de pele no período seco, com maior incidência de alopecia e seborreia, quando comparado com o período chuvoso. O período seco (inverno) pode ter contribuído para a fragilidade da pele desses animais e uma maior aproximação entre eles para se aquecerem, criando um ambiente favorável para a propagação de patógenos e ocorrência de diferentes alterações dermatológicas. Conclui-se que existem cães com possíveis dermatozoonoses no abrigo PFA, revelando a necessidade da instituição de medidas preventivas, curativas e de controle dessas doenças, a fim de se reduzir a propagação de patógenos entre os animais, os riscos ocupacionais e de futuros adotantes.

Palavras-chave: Dermatologia Canina; Medicina de Abrigos; Saúde Pública Veterinária.



MEDICINA DE DESASTRES



ASPECTOS DE SAÚDE ÚNICA EM COMUNICAÇÕES DA MÍDIA SOBRE O DESASTRE DE DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO NORDESTE DO BRASIL

Letícia Koproski¹, Leonardo José Duda², Maíra Zacharias², Éder Paetzhold², Danyelle Stringari³,
Marina Balbuena⁴, Thaiany Soares²

¹Médica veterinária, Dra. CEPED-PR, FUNESPAR, Instituto TRIÁDE.

E-mail: leticiakoproski@ceped.pr.gov.br

²Biólogo(a), CEPED-PR, FUNESPAR.

³Bióloga, Dra. CEPED-PR, FUNESPAR.

⁴Graduanda de Medicina Veterinária UFPR. CEPED-PR, FUNESPAR.

Um desastre envolvendo o aparecimento de petróleo na costa nordeste do Brasil no ano de 2019, perdurou durante meses, atingiu 4.334 km de costa litorânea, onze estados da federação e 120 municípios brasileiros. A extensão do evento apontou a necessidade de ações de respostas articuladas entre as esferas municipal, estadual e federal. Este episódio evidenciou a severidade dos impactos de derramamento de petróleo sobre a saúde, em função da toxicidade dos contaminantes liberados nos ecossistemas que podem afetar as saúdes animal, humana e ambiental. O desastre recebeu significativa cobertura da mídia devido a extensão, duração e aos danos sociais e ambientais que causou e, conseqüentemente, as informações publicizadas fomentaram a percepção pública sobre o evento. No intuito de avaliar como aspectos de saúde única foram comunicados pela mídia durante esse evento historicamente significativo, esta pesquisa analisou notícias veiculadas pela imprensa escrita e difundidas publicamente pela internet, aleatoriamente selecionadas. Para entendimento da construção da informação, foram avaliadas 100 notícias produzidas no período entre setembro de 2019 e dezembro de 2020. A partir da leitura flutuante, foram definidas 06 categorias de avaliação. Estas categorias foram determinadas com relação às três esferas da saúde abordadas em Saúde Única – ambiental, animal e humana. Para cada esfera foram estabelecidas duas categorias de avaliação. As categorias definidas seguem a exclusão mútua e durante a leitura flutuante não foram formuladas hipóteses. Quanto à saúde do ecossistema, 89% das notícias abordaram a poluição ambiental e 62% das reportagens mencionaram a perda da diversidade biológica. Sobre a esfera da saúde animal, 50% abordaram aspectos dos efeitos imediatos da contaminação do petróleo sobre a fauna e 52% mencionaram os impactos tardios da toxicidade nos organismos animais pelo acúmulo dos contaminantes. Com relação à saúde humana, 27% indicaram a possibilidade da intoxicação pelo contato direto com o óleo e somente 15% apresentaram questões referentes à segurança alimentar frente ao perigo de consumo humano de peixes e demais organismos aquáticos contaminados. Pela avaliação global das reportagens, em aproximadamente 50% das notícias foi apresentada alguma informação que pode correlacionar o aparecimento de petróleo com danos à saúde. No entanto, ainda existe uma lacuna tanto quantitativa, quanto qualitativa das informações divulgadas para que ocorra o entendimento da interligação entre os três pilares da saúde única que podem ser afetados nos desastres de derramamento de petróleo.

Palavras-chave: Cobertura da mídia em desastres; Saúde animal em desastres; Saúde pública em desastres.



MEDICINA VETERINÁRIA LEGAL (APLICADA À MVC)



LEVANTAMENTO DE BEM-ESTAR DE ANIMAIS ALOJADOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE TOLEDO/PR

Júlia de Noronha¹, Cintia Midori Kaminishikawahara², Nara Cristina Silva², Rafael Stedile²,
Vanessa Carli Bones²

¹Acadêmica de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Paraná (UFPR)

²Médico(a) Veterinário(a) do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná (CRMV-PR). E-mail: vanessa.carli@crm-pr.org.br

A avaliação do bem-estar animal pode se dar por meio das cinco liberdades: nutricional, ambiental, sanitária, comportamental e psicológica. Ainda há pouco conhecimento, da população em geral, acerca das necessidades dos animais para promover o atendimento dessas liberdades, a exemplo do que ocorre nos cenários de criação, manutenção e exposição de animais para fins de comércio. O presente trabalho objetivou apresentar o resultado da avaliação do grau de bem-estar de animais alojados em estabelecimentos comerciais na cidade de Toledo/PR em 2019. Foram avaliados 30 relatórios técnicos de diagnóstico de bem-estar animal em comércio (2617 indivíduos), elaborados pela assessoria do CRMV-PR, os quais foram encaminhados para o Ministério Público. Para o diagnóstico de bem-estar, foi adaptado o protocolo desenvolvido pelo Laboratório de Bem-estar Animal (LBEA)/UFPR. As liberdades em cada recinto verificado foram avaliadas a partir dos seguintes indicadores: nutricional, de conforto, sanitário e comportamental. A liberdade psicológica não foi avaliada de forma direta, mas está relacionada ao atendimento das outras liberdades, que em conjunto ou separadamente podem afetar o indicador psicológico. O diagnóstico do grau de bem-estar se deu a partir da análise integrada da classificação dos quatro indicadores. Assim, o grau de bem-estar variou em cinco graus: muito alto (todos os indicadores adequados); alto (apenas um dos indicadores considerado regular e os demais adequados); regular (dois ou mais indicadores regulares e os demais adequados); baixo (um ou dois indicadores inadequados) e muito baixo (três ou mais indicadores inadequados). Cada indicador avaliado recebeu a classificação final como adequado, regular ou inadequado. Os principais grupos taxonômicos avaliados foram: aves (psitacídeos, passeriformes, galináceos e codornas), peixes, roedores e coelhos. O indicador nutricional foi considerado adequado para 67% (1743) dos animais, regular para 31% (820) e inadequado para 2% (54). O indicador de conforto foi considerado adequado em 50% (1295) dos casos e inadequado para 41% (1085). O indicador sanitário foi considerado adequado em 83% (2176) dos casos, e inadequado em 1% (18). O pior indicador para a maioria dos animais alojados foi o comportamental, considerado inadequado para 89% (2340) dos animais avaliados e adequado em apenas 8% (200) dos casos. Graus de bem-estar baixo ou muito baixo configuram maus-tratos, a menos que estejam sendo tomadas medidas corretivas. Ao todo, 90,79% dos animais apresentaram grau de bem-estar compatível com maus-tratos, sendo que dos 2617 animais avaliados, 2344 apresentaram grau de bem-estar baixo e 32 apresentaram grau muito baixo. Apenas 241 animais (9,21%) apresentaram grau de bem-estar muito alto, alto ou regular. Os resultados demonstram que diversas liberdades básicas são sistematicamente negligenciadas e têm um grande impacto negativo sobre o bem-estar dos animais. O indicador de conforto foi afetado principalmente pelo recinto inadequado (superfícies e tamanho), o nutricional pela falta de higiene nos bebedouros e comedouros, o sanitário pela ausência de assistência veterinária e o comportamental pela falta de itens de enriquecimento ambiental espécie-específicos. Conclui-se que há necessidade de os estabelecimentos disporem de assistência técnica especializada, intervindo positivamente com conhecimentos técnico-científico no bem-estar animal.

Palavras-chave: Bem-estar animal; Cinco liberdades; Diagnóstico de maus-tratos.



PROJETOS DE EXTENSÃO E OUTRAS VIVÊNCIAS EM MVC



CASUÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO “VETERINÁRIO APRENDIZ VOLUNTÁRIO” DE 2017 A 2019

Paula Oliveira Duarte¹, Amanda Nobre de Souza¹, Amanda Silva Ferreira¹, Blenda Araujo Martins Ferreira¹, Maria Raquel Isnard Moulin²

¹Graduanda em Medicina Veterinária, UFLA. E-mail: paula.duarte@estudante.ufla.br

²Docente do Departamento de Medicina Veterinária, UFLA.

Os abrigos são locais de passagem, com objetivo de proteger, reabilitar, ressocializar e doar os animais. O projeto de extensão “Veterinário Aprendiz Voluntário”, fundado em 2015, realiza atividades com foco em medicina de abrigos na ONG Parque Francisco de Assis (PFA), localizado no município de Lavras, Minas Gerais, que abriga cerca de 400 cães em situação de abandono. O objetivo deste resumo é relatar as atividades realizadas pelos integrantes do projeto no período de abril 2017 a dezembro 2019 e a importância para a prática em Medicina Veterinária de Abrigos. Semestralmente são realizadas seleções de alunos de medicina veterinária para integrar o projeto, no PFA estes desenvolvem atividades como o manejo dos cães com feridas, administração de medicação, acompanhamento em consultas e cirurgias, auxílio em mutirões de banho, limpeza otológica, vacinação e vermifugação, além da participação em um curso de capacitação e reuniões mensais para organização das atividades a serem cumpridas e discussão sobre doenças infecciosas, bem-estar e métodos de tratamento em abrigos. No período de 2017 a 2019, houve a participação de 48 alunos voluntários, sendo que destes 78,3% permaneceram mais de um ano como extensionistas. Foram realizados 3807 atendimentos, sendo 34,35% manejo de feridas, 8,69% Limpeza otológica, 4,04% cuidados oftálmicos, 11,08% administração de medicamentos, 5,01% banho e 3,30% recreação na área de lazer e 33,36% outros, além disso foi feita uma parceria com Hospital Veterinária da UFLA, para a realização de exames complementares permitindo o diagnóstico e tratamento correto para os cães. Quanto à percepção dos alunos que participaram do projeto sobre o aprendizado prático em Medicina Veterinária, 60,90 % avaliaram como excelente, 39,10% como bom e 100% confirmaram ter ampliado sua compreensão sobre o trabalho do médico-veterinário do coletivo em abrigos. O elevado número de atendimentos curativos reflete a importância dos alunos voluntários que contribuem para o manejo do bem-estar e auxílio na reabilitação dos cães do PFA, além disso, o projeto complementa o conhecimento teórico no ambiente acadêmico e possibilita aquisição de vivência prática na rotina do canil, o que contribui, tanto para o bem-estar desses animais e melhora das condições do abrigo, como para a formação de profissionais mais capacitados que saibam lidar com as adversidades encontradas na atuação futura.

Palavras chaves: Abrigos de animais; Cães; Saúde animal.



PROJETO MÉDICOS-VETERINÁRIOS DE RUA: COLOCANDO EM PRÁTICA A MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO.

Stefanie Sussai¹, Fernanda Mantovani Coqui¹, Lilian Lucon Wahler¹, André Stroebe De Gerone¹,
Thaís Andrade dos Santos².

¹Médicos-veterinários da Associação Médicos do Mundo – Email: medvetderua@gmail.com

²Graduanda de Medicina Veterinária da Associação Médicos do Mundo

O projeto Médicos-Veterinários de Rua (MVR) compõe a Associação Médicos do Mundo (MDM), uma iniciativa privada e filantrópica presente em algumas cidades brasileiras e nos países Benim, Angola e Moçambique. O objetivo do MVR é promover atendimento humanitário para os animais em situação de vulnerabilidade social, sejam eles de tutores em situação de rua, em comunidades carentes, ou animais em abrigos. Os animais de estimação ocupam um espaço importante na vida dos humanos e o laço afetivo construído pode ser muito forte ou representar o único elo afetivo da pessoa em situação de rua. A medicina de rua, área da medicina humana desenvolvida na década de 90 nos Estados Unidos, presta cuidados de saúde diretamente às pessoas que vivem nas ruas e que são frequentemente marginalizadas. Esse campo representa uma tendência tanto na prestação de serviços de saúde, quanto na educação médica, em que a realidade das pessoas atendidas é central, incluindo o ambiente em que vivem e dialoga com a medicina veterinária do coletivo, que aborda os animais em situação de vulnerabilidade, nas suas diversas condições. O MVR está presente em diversas regiões como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Caxias do Sul, Curitiba, Itajubá, Muriaé, Pato Branco, Porto Alegre, Tubarão e Ponta Grossa. As ações tradicionais do MVR são realizadas mensalmente em conjunto aos outros projetos da MDM, que equivalem às diferentes ocupações das áreas da saúde e das ciências sociais, de maneira integrada e multiprofissional, por meio de encaminhamentos entre os projetos de acordo com as necessidades e anseios dos pacientes humanos. Há ainda ações pontuais, em que o MVR age de maneira independente, quando o foco são os animais que estão em abrigos. A atuação é semelhante à de um consultório veterinário de rua, tendo como foco o atendimento clínico dos cães e gatos em vulnerabilidade, por meio de anamnese, exame físico, medidas profiláticas com vacinação espécie-específica e antirrábica, desverminação e desparasitação, microchipagem, tratamento de enfermidades e primeiros socorros. Os casos que necessitam de procedimentos não autorizados para serem realizados em consultórios são encaminhados para serviços veterinários não pertencentes à associação. Existe também um trabalho de conscientização em educação em guarda responsável, bem-estar animal e saúde única, além da distribuição de ração, coleiras, roupas, camas e medicamentos para os animais. De julho de 2017 a março de 2021, foram atendidos mais de 811 animais em São Paulo, sendo doenças parasitárias e infecciosas as principais queixas atendidas. O Projeto Médicos-Veterinários de Rua continua com a missão de promover saúde, educação, cultura e direito a todos que necessitem, seguindo sempre os princípios e valores de ética, equidade e sustentabilidade aos atendimentos de animais e pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo dessa forma o conceito de saúde única e praticando a medicina veterinária do coletivo.

Palavras-chaves: Animal em situação de rua; saúde única; vulnerabilidade.



PROJETO SANTUÁRIO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

Natayane do Vale Torquato¹, Luana Helena Antonini Gaia¹, Gabriela Cristina de Oliveira Santos¹, Nicole Nascimento Mesquita¹, Laisa Garces Moço¹, Amanda Novais Grecco², Loren D'Aprile², Stefanie Sussai², Evelise Oliveira Telles³.

¹ Graduandas da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP). E-mail: natayane.torquato@usp.br

² Médicas-veterinárias. Pós-graduandas FMVZ/USP

³ Profa. Dra. FMVZ/USP

A extensão universitária é uma ação dialógica com a sociedade para juntas, identificar problemas reais e propor soluções para superá-los, ao tempo em que os alunos vivenciam e se preparam para as diversas realidades sociais de sua profissão. O Projeto Santuário é uma atividade de extensão universitária que desde 2009 sensibiliza e educa famílias sobre a tutela responsável de animais de companhia na perspectiva da intrínseca relação com as saúdes animal, humana e o equilíbrio dos ecossistemas. A metodologia empregada varia com o público-alvo, o local, o espaço e o material disponível no momento. Como filosofia de trabalho, há interação com outros projetos e o aproveitamento de material desenvolvido por eles, para maximizar esforços e investimentos já empregados, bem como estimular o trabalho cooperativo. As atividades presentes no portfólio envolvem teatro, contação de histórias, pintura, jogos, vídeos e palestras, sempre de maneira interativa e que são realizadas em escolas, campanhas de castração, mutirões etc., em parceria com instituições de ensino, ONGs e órgãos municipais e estaduais relacionados ao tema. Uma das principais atividades é a peça de teatro denominada “*Um dia de cão*”, em que abordamos de forma lúdica as 5 liberdades do bem-estar animal e os aspectos da tutela responsável que refletem na saúde única. Para tratar dos “*mitos e verdades sobre a castração*”, usamos palestras interativas e jogos de perguntas e respostas, nos quais os participantes opinam se uma afirmação é mito ou verdade e a resposta é discutida ao fim. Adaptamos um jogo para criar histórias em tempo real estimulando a criatividade das crianças, que recebem aleatoriamente uma carta de cada tema (animais, pessoas, ambiente e cinco liberdades). O grupo desenvolve uma história envolvendo elementos desses temas e, a partir da história que surge, são explicados conceitos sobre zoonoses, bem-estar animal e conservação. Também utilizamos o material educativo elaborado pelo Programa Cãoservação (<https://caoservacao.wixsite.com/caoservacao/material-educativo>) para realizar contação de histórias do livro infantil “*Era uma vez um projeto...*”, pintar quadrinhos sobre as “*cinco chaves para evitar mordedura de cães*” e o jogo “*Trilha cãeservação*”, no qual as crianças são as peças em um tabuleiro gigante. Através de redes sociais, há divulgação de diversas informações em formato de vídeos ou pequenos textos direcionadas aos tutores, incentivando-os a tomar medidas que garantam um bom grau de bem-estar dos animais, da família e do ambiente em que estão inseridos. O distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19 estimulou o aprofundamento da formação técnica dos membros através da sistematização da leitura e da discussão do livro “*Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas*”. O projeto permite aos graduandos aprofundarem seus conhecimentos a respeito da saúde única e da medicina veterinária do coletivo, enquanto através da educação humanitária trabalham os temas com a população, que no geral, demonstra interesse e participa de forma ativa, buscando sanar dúvidas e compartilhar conhecimentos. Assim, o Projeto Santuário visa a prevenção e resolução de problemas sociais e promoção da saúde, incentivando a convivência harmônica de seres humanos, animais e ambiente.

Palavras-chave: Educação; Saúde única; Tutela responsável.



PROMOVENDO CONCEITOS ASSOCIADOS À ABORDAGEM *FEAR-FREE* E AO BEM-ESTAR DE COELHOS ATRAVÉS DE FERRAMENTAS ONLINE

Isabelle Tancioni

Best Friend Alliance

E-mail: belletanjon@gmail.com

A popularidade dos coelhos domésticos como animais de companhia está aumentando. Estes mamíferos já ocupam a terceira posição no ranking dos animais de companhia mais comuns nos EUA e Reino Unido. Já no Brasil, pode-se avaliar que há um interesse considerável nos coelhos como animais de estimação pelo número crescente de cunicultores pets, como também pelo aumento da disponibilidade de produtos destinados a eles no mercado. O lado negativo desta crescente popularidade, por sua vez, está associado ao aumento do número de coelhos abandonados. As razões mais comuns pelas quais os tutores desistem da guarda de coelhos são: perda de interesse, falta de tempo, mudança de moradia e problemas comportamentais. Além disso, muitas das informações sobre saúde, bem-estar, comportamento e medicina de abrigo de coelhos estão em inglês, criando uma barreira entre essas áreas de conhecimento e a população brasileira. A fim de divulgar evidências científicas por meio de uma linguagem mais empática, baseada na metodologia “*Fear Free*” (ou livre de medo) e a auxiliar os médicos-veterinários e tutores brasileiros a entender melhor as peculiaridades desses animais, o projeto Medicina de Coelhos foi criado em plataformas digitais (redes sociais e website). Dados analíticos sobre os seguidores do projeto, incluindo respostas a questionários, foram coletados, apresentando os seguintes resultados: Em 60 dias de atividade nas redes sociais Facebook e Instagram, foram criadas um total de 45 postagens com informações sobre diversos aspectos relacionados aos coelhos. Em relação à audiência, há 10 vezes mais seguidores no perfil do Instagram que na página do Facebook. Alguns dados sobre os seguidores do Instagram: 24,8% são de São Paulo, 39,1% das pessoas estão na faixa etária de 25 a 34 anos e 85,8% são mulheres. Em média, 45 pessoas responderam as enquetes publicadas nesta plataforma. Dentre elas, 76,6% possuem coelhos como animais de estimação, 24,4% possuem mais de um coelho e 14,3% pretendem adotar um coelho. Além disso, 55,9% são tutores, 13,6% são médicos-veterinários e 15,2% são estudantes. Em termos da expectativa destes seguidores com relação ao conteúdo, 84,9% estão interessados em conhecer mais sobre o bem-estar, o comportamento e a saúde dos coelhos e apenas 33,3% dos respondentes sabiam da existência dos diferentes tipos de feno. Por fim, 62,5% das pessoas consideram os coelhos domésticos animais silvestres. Estes resultados indicam uma falta de conhecimento generalizado sobre os pilares fundamentais associados ao bem-estar desses animais, como a origem dos coelhos domésticos, sua dieta ideal e a necessidade que eles têm de ter companheiros da mesma espécie. Postagens sobre a importância do feno para a manutenção da saúde, bem como as postagens sobre como medicar o animal de um modo amigável, levaram alguns tutores a mudar a maneira como alimentavam e medicavam seus coelhos, e atingir grande sucesso. Isso ilustra a importância das plataformas digitais como meio de divulgação de informações científicas produzidas por médicos-veterinários a fim de promover não só o bem-estar dos coelhos, mas também uma medicina mais amigável.

Palavras-chaves: medicina de coelhos; Fear Free; bem-estar.



SAÚDE COLETIVA E A ESTRATÉGIA DE SAÚDE ÚNICA



A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO CONTROLE DA LEISHMANIOSE CANINA NO MUNICÍPIO DE ITABIRA

Renata Gomes Pinheiro¹, Kelley de Pinho Generoso², Sabrina Castro de Oliveira³, Flávia Oliveira⁴, João Victor de Freitas Melo Benedito⁴, Gabriel Procópio Rocha⁴, Lucas Silveira Assis⁴.

¹Bacharel em engenharia de materiais e graduanda em medicina veterinária UNA Itabira.

E-mail: renatapinheiro.4559@aluno.una.br

²Bacharel em enfermagem e graduanda em medicina veterinária UNA Itabira.

³Bacharel em administração e graduanda em medicina veterinária UNA Itabira.

⁴Graduando(a) em medicina veterinária UNA Itabira.

A leishmaniose visceral (LV) ou calazar é uma zoonose de distribuição mundial e de grande relevância para a saúde pública, estando diretamente relacionada à situação de vulnerabilidade social. O município de Itabira está classificado como município de transmissão esporádica sendo notificado um caso de LV humana no ano de 2019. Dos casos caninos, foram realizados 240 testes diagnósticos em demanda espontânea pela Prefeitura Municipal em 2018, e 34% dos casos suspeitos se confirmaram. De acordo com o Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral distribuído pelo Ministério da Saúde, “as ações voltadas para o diagnóstico e tratamento dos casos e atividades educativas, devem ser, em todas as situações, priorizadas”. Porém, conforme Zuben et. al., ainda existe uma grande resistência e problemas estruturais que inviabilizam a aplicação de programas educativos pelos governos municipais. Foi realizada uma pesquisa em 2019 com 122 moradores de diversos bairros da região de Itabira, na tentativa de entender qual o nível de entendimento da população sobre os principais tópicos relacionados à Leishmaniose Canina e sua transmissão. O questionário foi composto de dez perguntas em um formato de “quiz”, divulgado através das redes sociais em páginas com grande visibilidade regional, que abordavam questões sobre o contágio da doença, as formas de transmissão, os métodos diagnósticos, as formas de prevenção e o papel do cão na transmissão da doença. Foi possível perceber que apesar de os munícipes entenderem que somente um médico-veterinário poderá realizar o diagnóstico da doença no cão e que o animal poderá não desenvolver o quadro clássico da doença, a maioria dos tutores não leva seu animal periodicamente ao veterinário, somente quando este adoecer. Além disso, apesar da maioria das pessoas declarar conhecer o ciclo da doença, sabendo que devem realizar a limpeza do quintal e remoção de matéria orgânica, uma 27,8% dos entrevistados ainda desconhecem que a transmissão dos animais para os humanos ocorre através da picada do mosquito palha, e 37,1% associam a doença somente ao cão, ignorando outros reservatórios da doença. Isso evidencia a suspeita de que as ações tomadas até hoje para controle e prevenção da doença estigmatizam o cão como o “causador” da doença, negligenciando o ciclo e, consequentemente, sendo ineficiente para a eliminação do vetor e sua propagação. Em conclusão, as ações educativas para o controle da Leishmaniose Canina no município são ainda insuficientes e não são realizadas conforme preconiza o Ministério da Saúde, devendo ser priorizada no controle da doença.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Leishmaniose Canina; Zoonoses.



A PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOS MUNICÍPIOS DE LAJEADO – RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE ESPOROTRICOSE

Vitor Campos Assumpção de Amarante¹, Bianca Conrad Bohm², Laura Aparecida Martins de Moraes³, Laura Brenner Colling⁴, Fábio Raphael Pascoti Bruhn⁵

¹Graduando na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Iniciação Científica pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ. E-mail: vitor_amarante@hotmail.com;

²Médica Veterinária. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Universidade Federal de Pelotas;

³Graduando na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Iniciação Científica pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ;

⁴Médica Veterinária. Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Universidade Federal de Pelotas;

⁵Médico Veterinário. Dr, Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Veterinária Preventiva, Centro de Controle de Zoonoses – CCZ.

A esporotricose é zoonose de distribuição mundial, causada por fungos do complexo *Sporothrix spp*, que se apresenta como um problema de saúde pública em ascensão no Brasil. Tendo isso em vista, é importante que profissionais da saúde recebam orientações e capacitações sobre esta doença, e que estejam aptos a orientar a comunidade atendida sobre as possíveis medidas de controle e prevenção. Este trabalho tem como objetivo avaliar o conhecimento de enfermeiros das cidades de Lajeado e Pelotas sobre a esporotricose. O trabalho foi realizado em parceria com os órgãos de saúde dos municípios. Foram visitadas 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Lajeado e 5 UBS em Pelotas. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética Humana da Universidade Federal de Pelotas (CAAE 16107019.3.0000.5317), todos os participantes assinaram um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para a coleta de informações pessoais antes do preenchimento dos questionários. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de maio a novembro de 2019. Em cada UBS visitada foram oferecidos questionários individuais e autoaplicados para os enfermeiros presentes. Foi construído um banco de dados no programa EpiData 3.1 com categorização das variáveis coletadas e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados inseridos. O número total de questionários respondidos foi de 28, inteiramente por enfermeiras do sexo feminino (100%), sendo que 4 (14,3%) tinham entre 20 e 30 anos, 12 (42,85%) de 31 a 40 anos, 7 (25%) de 41 a 50 anos e 5 (17,85%) 51 a 60 anos. As profissionais foram questionadas em relação ao agente causador da esporotricose, sendo que 13 (46,4%) responderam que é um fungo, 3 (10,7%) acreditavam se tratar de uma bactéria, 4 (14,3%) responderam se tratar de um protozoário, 1 (3,6%) responderam ser um vírus e 7 (25%) responderam que não sabiam. Foi questionado se o agente necessita penetrar na pele para que a enfermidade se instale, 16 (57,1%) responderam que sim, 5 (17,9%) responderam que não e 7 (25%) responderam que não sabiam. Também foi questionado sobre quais são os possíveis reservatórios do agente, 4 (14,3%) apontaram “água não tratada” como possível reservatório, 7 (25%) responderam “gatos saudáveis”, 19 (67,9%) “gatos doentes”, 14 (50%) responderam “terra, flores e troncos de árvores”, 4 (14,3%) responderam “carne não inspecionada” e 1 (3,6%) não respondeu esta pergunta. Quando questionadas se a afirmação “A esporotricose integra a Lista Nacional das Doenças de Notificação Compulsória do Ministério da Saúde” é verdadeira, 9 (32,1%) disseram que sim, 11 (39,3%) responderam que não e 8 (28,6%) responderam que não sabiam. Todas as profissionais afirmaram que nunca notificaram um caso de esporotricose. Os resultados evidenciam o desconhecimento de alguns profissionais das UBS a respeito desta importante zoonose, sendo este desconhecimento ainda mais preocupante pelo fato de que alguns destes profissionais atuam no município de Pelotas que possui uma alta prevalência da doença em animais. Esta dinâmica aponta a necessidade de que sejam estimuladas divulgações de informações a respeito desta doença e suas formas de transmissão para os profissionais da saúde e para a população.

Palavras-chave: Atitude do Pessoal de Saúde; Esporotricose; Saúde Pública.



A PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOS MUNICÍPIOS DE LAJEADO – RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE TOXOPLASMOSE

Laura Aparecida Martins de Moraes¹, Bianca Conrad Bohm², Vitor Campos Assumpção de Amarante³, Laura Brenner Colling⁴, Fábio Raphael Pascoti Bruhn⁵

¹Graduanda na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Iniciação Científica pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ - E-mail: laura_m_moraes@outlook.com;

²Médica Veterinária. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Universidade Federal de Pelotas;

³Graduando na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Iniciação Científica pelo Centro de Controle de Zoonoses – CCZ;

⁴Médica Veterinária. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Universidade Federal de Pelotas;

⁵Médico Veterinário. Dr, Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Veterinária Preventiva, Centro de Controle de Zoonoses – CCZ.

A toxoplasmose é uma zoonose de distribuição mundial e que pode causar sérios danos à saúde. Desta forma, é importante que os profissionais da saúde recebam orientações a respeito do agravo e orientem a comunidade atendida sobre medidas de controle e prevenção. Este trabalho tem como objetivo avaliar o conhecimento de enfermeiros de Lajeado e Pelotas sobre a toxoplasmose. O trabalho foi realizado em parceria com os órgãos de saúde dos municípios. Foram visitadas 12 UBS em Lajeado e 5 UBS da área central de Pelotas. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética Humana da Universidade Federal de Pelotas (CAAE 16107019.3.0000.5317), todos os participantes assinaram um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para a coleta de informações pessoais antes do preenchimento dos questionários. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de maio a novembro de 2019. Em cada UBS visitada foram oferecidos questionários individuais e autoaplicados para enfermeiros presentes. O questionário perguntava o tipo de agente causador e formas de transmissão da Toxoplasmose. Foi construído um banco de dados no programa EpiData 3.1 com categorização das variáveis coletadas e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados inseridos. O número total de questionários respondidos foi de 28, inteiramente por enfermeiras, 16 (57,2%) tinham entre 20 e 40 anos, e 12 (42,8%) de 41 a 60 anos. As profissionais foram questionadas em relação ao agente causador da toxoplasmose, 3 (10,7%) acreditavam se tratar de um vírus, 20 (71,4%) responderam se tratar de um protozoário, 2 (7,1%) responderam ser uma bactéria e 3 (10,7%) responderam que não sabiam. Referente à forma de transmissão, foi questionado se o contato com gatos adultos é uma forma de transmissão, 22 (78,6%) responderam que não e 6 (24,4%) responderam que sim; ao serem questionadas se o consumo de hortaliças mal lavadas é uma forma de transmissão, 3 (10,7%) responderam que não e 25 (89,3%) responderam que sim. Também foi questionado se o consumo de carne de galinha crua ou mal passada é uma forma de transmissão, 16 (57,1%) responderam que não e 12 (42,9%) responderam que sim. Quando questionadas se a afirmação “A toxoplasmose integra a Lista Nacional das Doenças de Notificação Compulsória do Ministério da Saúde” é verdadeira, 25 (89,3%) disseram que é sim e 2 (7,1%) responderam que não e 1 (3,6%) respondeu que não sabia. Os resultados evidenciam o desconhecimento de alguns profissionais a respeito da zoonose. Muito se fala do papel do gato na transmissão, esquecendo que a higiene e o consumo de carne mal passada ou crua sem inspeção também são formas de transmissão desta enfermidade. Neste trabalho concluiu-se que ainda falta domínio da doença por profissionais da saúde, necessário para que haja prevenção e devido controle da Toxoplasmose, evidenciando a necessidade de divulgar informações a respeito da doença e formas de transmissão para os profissionais da saúde e para a população.

Palavras-chave: Pessoal de Saúde; Saúde Pública; Saúde Única.



ANÁLISE RETROSPECTIVA DAS MEDIDAS PROFILÁTICAS PÓS-EXPOSIÇÃO DE ATENDIMENTO ANTIRRÁBICO HUMANO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, PARANÁ, BRASIL

Michele Brugnerotto¹, Heloise Zavatieri Polato², Lucas Galdioli¹, Yasmin da Silva Gonçalves da Rocha³, Rita de Cassia Maria Garcia⁴

¹Mestrando(a) em Ciências Veterinárias, UFPR. E-mail: michelebrugnerotto@ufpr.br

²Médico(a) Veterinário(a) Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR,

³Doutoranda em Ciências Veterinárias, UFPR

⁴Professora do Departamento de Medicina Veterinária, UFPR

A raiva é classificada como uma antropozoonose, ou seja, uma doença naturalmente transmitida dos animais vertebrados para o ser humano, sendo causada pelo vírus do gênero *Lyssavirus sp.* No meio urbano, a sua transmissão ocorre principalmente pela inoculação do agente em um organismo através da mordedura de um animal infectado e, de forma secundária, por arranhadura ou lambedura. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise retrospectiva das notificações de atendimento antirrábico no Município de Campo Magro, Paraná. O presente estudo de caráter documental teve como base a análise retrospectiva dos casos de notificação de atendimento antirrábico do Município de Campo Magro, Paraná, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020. Foram utilizadas informações existentes no banco de dados do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, e as fichas foram investigadas pelo Departamento. Os dados das investigações são inseridos em uma planilha de controle interna. Os dados epidemiológicos analisados foram idade e sexo da vítima, espécie animal envolvida, condição do animal no momento do acidente e tratamento indicado. Foram analisadas 548 fichas e os resultados obtidos mostraram que 56,56% das vítimas eram do sexo masculino (n=310) enquanto que 43,43% eram do sexo feminino (n=238), sendo a faixa etária mais acometida a dos 15-24 anos, com 18,79% dos casos (n=103). A espécie de animal agressor mais prevalente foi a canina, representando 94,70% (n=519) dos casos, sendo que do total de animais agressores, 79,74% (n=437) aparentavam estar sadios no momento do acidente. Considerando o tratamento indicado, tem-se um total de 98 casos (17,88%) em que o animal agressor não era passível de observação, entretanto, 161 protocolos de vacinação pós-exposição foram recomendados, com tendência de diminuição ao longo dos três anos analisados (75, 50 e 36 indicações, respectivamente). Evidencia-se que ainda há condutas profiláticas inadequadas ocorrendo no município, mas que a Vigilância em Saúde, após passar por reestruturação no ano de 2018, vem conseguindo trabalhar e capacitar os profissionais de saúde a respeito da correta utilização de vacinas para os diferentes tipos de ocorrência, de forma que atuem com maior rigor e cuidado, otimizando os recursos destinados à área.

Palavras-chave: epidemiologia; raiva; saúde pública.



ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA EVOLUÇÃO INICIAL DA COVID-19 NA MICRORREGIÃO DE UBERLÂNDIA-MG

Deborah Araujo Policarpo¹, Eduarda Cristina Alves Lourenzatto², Talita Costa e Silva³, Daise Aparecida Rossi⁴, Roberta Torres de Melo⁵

¹Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail de correspondência: deborah.araujopolicarpo@hotmail.com

²Laboratório de Epidemiologia Molecular, Instituto de Biologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. eduardalourenzatto2009@gmail.com

³Superintendência Regional de Saúde, Setor de Vigilância em Saúde da Macrorregião de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. talitacostavet@yahoo.com.br

⁴Laboratório de Biotecnologia Animal e Aplicada, Docente da Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. daise.rossi@ufu.br

⁵Laboratório de Epidemiologia Molecular, Docente de Saúde Pública, Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. roberta.tmelo@ufu.br

A COVID-19 é considerada pela Organização Mundial de Saúde uma emergência de saúde pública mundial, causada pelo vírus SARS-CoV-2 (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2). Esta doença se caracteriza por sintomas respiratórios, tendo origem zoonótica, a qual apresenta alta taxa de disseminação. Deste modo, mediante as singularidades nacionais e regionais relacionadas a infraestrutura, constituição populacional e cultural, é imprescindível monitorar o avanço da doença e investigar a associação da infecção com comorbidades, as políticas adotadas e questões demográficas. Diante disso, nossa abordagem considerou a análise epidemiológica na fase inicial da pandemia na microrregião de Uberlândia, Brasil, de 25 de fevereiro a 29 de junho de 2020, correspondentes às semanas epidemiológicas (SE) 9 a 26, com o intuito de aprimorar a descrição epidemiológica da doença e entender a evolução da doença ligada às particularidades da nossa microrregião. Utilizamos o formato de estudo transversal de micro e macrodeterminantes aliados à análise de significância de casos suspeitos e confirmados em 18 municípios. Obtivemos informações individuais cedidas pela Superintendência Regional de Saúde da microrregião (SRS) de Uberlândia, as quais incluíam as notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) de pacientes suspeitos e os testados positivos para COVID-19, além de dados demográficos, epidemiológicos e laboratoriais, contemplando todos os 18 municípios, classificados de acordo com o porte relacionado à quantidade de habitantes. Este conteúdo foi submetido à filtragem por método de extração de duplicidades e organizado a nível temporal de acordo com as SE. Foram registradas 34.046 notificações, das quais 4.935 (14,49%) pessoas foram diagnosticadas com COVID-19. Dessas, 282 (5,71%) necessitaram de atenção hospitalar e 40 (0,81%) vieram a óbito. A idade e a presença de comorbidades associadas foram decisivas nas variações das taxas de incidência e letalidade. De maneira geral, indivíduos jovens entre 20 a 49 anos foram os mais acometidos pela doença (3.317/4.935 - 67,2%), e idosos mais expostos às formas graves e letais (26/40 - 65%). Comorbidades como diabetes, cardiopatias e obesidade aumentaram em 33,52 vezes o risco de morte. Observamos também que a dispersão do vírus ocorreu de forma centrífuga tanto a nível inter quanto intra-municipal. O número total de infectados a cada mil habitantes não diferiu para municípios de pequeno (1,3 casos/1000hab) e médio porte (1,4 casos/1000hab), mas para as cidades de grande porte detectamos um número significativamente maior (5,2 casos/1000hab) em virtude da inserção anterior da doença nesse grupo de municípios. Houve coincidência ligada ao aumento das taxas de incidência nas semanas epidemiológicas 22, 24, 25 e 26 e à implementação desordenada de decretos municipais de flexibilização de atividades aplicados de maneira descentralizada nos municípios. A análise epidemiológica do momento inicial da pandemia da COVID-19 na Microrregião de Uberlândia demonstrou que a idade e a presença de comorbidades foram os fatores mais relevantes tanto nas taxas de incidência quanto de letalidade da doença. Adicionalmente, as medidas legais tardias de contenção, a flexibilização precoce e o descumprimento das medidas de controle pela população apresentaram coincidência no aumento gradativo do número de casos na região.

Palavras-chave: Dispersão da doença; Estudo transversal; Fatores determinantes; Incidência; SARS-CoV-2.



AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ZOONOSES PARA TUTORES DE CÃES PARTICIPANTES DE CAMPANHA DE CASTRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, PARANÁ, BRASIL

Luis Fernando Turozi Maussion¹; Heloise Zavatieri Polato¹; Lucas Galdioli²; Jéssica Pinheiro Feliciano do Nascimento¹; Rita de Cassia Maria Garcia³

¹Médico(a) Veterinário(a) Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR

E-mail: turozi@ufpr.br

²Mestrando em Ciências Veterinárias, UFPR

³Professora do Departamento de Medicina Veterinária, UFPR

As zoonoses são doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos, e podem ser causadas por diversos patógenos, como vírus, bactérias e parasitas. As zoonoses podem ser vinculadas de diversas formas, através de contato direto com animais, seja por mordida, arranhadura, ou por contato com fômites e, até mesmo, pelo consumo de água e alimentos contaminados. O aumento do contato entre seres humanos e animais de estimação, por sua vez, fez com que as zoonoses se tornassem ainda mais importantes no campo de estudo da Saúde Pública. O conhecimento sobre Zoonoses é importante para diminuição de sua ocorrência. O objetivo deste trabalho é avaliar se tutores de cães participantes de campanhas de castração têm ou não, conhecimento acerca de doenças zoonóticas, bem como avaliar quais doenças são mais reconhecidas na comunidade e o perfil pessoal dos tutores entrevistados. Para essa pesquisa, foi feita coleta de dados via entrevista pessoal com formulário impresso, durante as campanhas de castração no município de Araucária, Paraná, no mês de maio de 2020. Faz parte do formulário questionamentos sobre informações pessoais do responsável; sobre o animal; motivo da castração; utilização de injeções anticoncepcionais; vacinação; abandono; zoonoses e bem-estar de cães e gatos. Os resultados obtidos sobre os participantes do estudo mostram que, dos 143 entrevistados, 112 pertencem ao gênero feminino (78%), 28 pessoas ao gênero masculino (20%) e 3 participantes (2%) com gênero não informado. A idade dos entrevistados variou de 18 anos a acima de 60 anos, sendo a maior prevalência pessoas de 21 a 40 anos (52,5%). A escolaridade dos participantes variou entre nenhuma e superior completo, com maioria de participantes tendo segundo grau completo (41,2%). Em relação à quantidade de animais que cada participante tinha sob sua responsabilidade, as respostas obtidas foram de 1 a 5 ou mais animais, tendo a maioria dos entrevistados apenas 1(um) animal (44%). As questões sobre doenças perguntavam sobre o conhecimento do participante sobre o termo Zoonose e, também, sobre o conhecimento de uma série dessas doenças. Do total, 96 pessoas (67%) afirmaram ter conhecimento sobre o termo zoonose e seu significado, sendo que a descrição do termo estava disponível para os entrevistados. Em relação a zoonoses específicas, os participantes foram questionados a respeito da Raiva; Leptospirose; Toxoplasmose; Leishmaniose; Bicho Geográfico; Febre Maculosa; Malária, Doença de Chagas, Hantavirose e Sarna Sarcóptica, sendo Raiva a doença mais lembrada, por 115 pessoas (80,4%), e Hantavirose a menos conhecida, sendo citada por apenas 24 participantes (16,8%). O trabalho aponta a diferença de conhecimento de acordo com as doenças selecionadas, tendo algumas delas baixa popularidade entre a população. O seguinte trabalho aponta a necessidade da realização de mais estudos afim de estabelecer uma relação entre características da população e seu conhecimento sobre Zoonoses, além de permitir direcionar campanhas de conscientização mais eficientes de acordo com a faixa etária, gênero e escolaridade dos tutores de animais.

Palavras-chave: Medicina Veterinária do Coletivo; Saúde Única; Zoonoses.



O PAPEL DOS CÃES ERRANTES NA EPIDEMIOLOGIA DA LEISHMANIOSE VISCERAL: ENFOQUE EM SAÚDE ÚNICA

Marco Paulo Batista¹, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira², Rafael Romero Nicolino³

¹Mestrando em Ciência Animal, UFMG. E-mail: marcobatista@gmail.com;

²Doutora em Epidemiologia, UFMG;

³Doutor em Epidemiologia, UFMG.

A leishmaniose visceral (LV) é uma enfermidade vetorial de grande preocupação para a saúde pública, sendo a forma mais grave das doenças causadas por protozoários do gênero *Leishmania*. É uma zoonose que apresenta distribuição mundial, sobretudo nos países em desenvolvimento, de ocorrência principalmente nas populações mais vulneráveis e com difícil acesso aos serviços de saúde, tornando-a uma das principais integrantes do grupo de doenças infecciosas negligenciadas de maior prioridade no mundo. Os cães são importantes reservatórios da LV e participam da cadeia de transmissão da doença, tanto em ambientes urbanos quanto rurais. O objetivo deste estudo foi compreender o impacto dos cães domésticos e de rua na epidemiologia da LV humana (LVH) e da LV canina (LVC) em um pequeno município brasileiro. Trata-se de um estudo epidemiológico longitudinal, retrospectivo, que utilizou dois bancos de dados distintos: o primeiro contendo todos os casos notificados de LVH cujo local de moradia descrito era o município de Unaí, abrangendo o período entre os anos de 2013 e 2017, com a distribuição dos casos por bairros; enquanto o segundo, obtido após a realização de um Inquérito Sorológico Canino pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) do município, forneceu o número de casos de LVC no município, também com a distribuição por bairros, entre os anos de 2012 e 2016. A aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa foi feita sob o número 2.011.196. A partir das informações contidas nestes bancos de dados, foram criados modelos de regressão de Poisson para identificação dos fatores de risco associados ao aumento da prevalência de LVC. Aproximadamente 86% dos casos de LVH no município de Unaí estão concentrados em apenas sete bairros, sendo estes, majoritariamente, de baixa renda, com presença de uma grande quantidade de casas, de peridomicílios ricos em fontes de matéria orgânica, como árvores frutíferas e terrenos baldios, bem como de inúmeros cães errantes. Estes mesmos bairros, acrescidos de outros dois adjacentes em suas fronteiras, concentram aproximadamente 66% (dois terços) dos casos caninos de LV. Esta sobreposição espacial confirma a importância do cão como reservatório da LV. Além disso, a presença de cães de rua aumenta a prevalência da LV em 2,66 (IC 95%: 1,22 - 5,77) vezes, demonstrando a importância destes como fatores determinantes para a ocorrência da doença. Há enorme risco para a manutenção e a disseminação da enfermidade em locais com populações marcantes de cães errantes, uma vez que estes animais possuem a liberdade para transitar por diversas áreas dentro do mesmo município e, dessa maneira, acabam tendo o papel de introduzir e de perpetuar a doença em áreas não endêmicas para LV, tanto em cães quanto nos seres humanos. O convívio com cães soropositivos para LVC é um fator determinante para o aumento da prevalência da doença. Os cães, em especial aqueles que vivem nas ruas, podem possuir um papel praticamente central na dispersão da doença dentro do território.

Palavras-chave: Cão; Epidemiologia; Leishmaniose.



PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DE LAJEADO -RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE LEPTOSPIROSE

Bianca Conrad Bohm¹; Laura Brenner Colling²; Laura Aparecida Martins Moraes³; Vitor Amarante³; Fábio Raphael Pascoti Bruhn⁴

¹Médica Veterinária. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Universidade Federal de Pelotas – E-mail:biankabohm@hotmail.com;

²Médica Veterinária. Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Veterinária da Universidade Federal de Pelotas;

³Graduando(a) em medicina veterinária na Universidade Federal de Pelotas;

⁴Médico Veterinário. Dr, Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Veterinária Preventiva, Centro de Controle de Zoonoses – CCZ.

A leptospirose é uma zoonose endêmica com distribuição mundial que causa um grande impacto à saúde. É importante que profissionais da saúde estejam atentos a essa enfermidade, para que possam realizar o diagnóstico de forma rápida e orientar a comunidade sobre formas de prevenção e controle. O objetivo deste trabalho foi avaliar o conhecimento dos enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Lajeado e Pelotas sobre a zoonose leptospirose. Para a realização deste trabalho foi estabelecida uma parceria entre a UFPel e os órgãos de saúde de Lajeado e Pelotas, municípios localizados no Rio Grande do Sul. Foram visitadas 12 UBS em Lajeado, e 5 UBS da área central de Pelotas. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética Humana da Universidade Federal de Pelotas (CAAE 16107019.3.0000.5317), todos os participantes assinaram um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para a coleta de informações pessoais antes do preenchimento dos questionários. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de maio a novembro de 2019. Em cada UBS visitada foram oferecidos questionários individuais e autoaplicados para os enfermeiros presentes. O questionário continha perguntas relacionadas ao agente causador, forma de eliminação e patogenicidade do microrganismo, sobre ser uma doença de notificação compulsória e se já havia notificado o agravo alguma vez. Foi construído um banco de dados no programa EpiData 3.1 e posteriormente realizada a análise descritiva dos dados inseridos. No total foram 28 participantes, todos do sexo feminino. Dos participantes 16 (57,2%) tinham entre 20 e 40 anos e 12 (42,8%) tinham de 41 a 60 anos. A primeira pergunta relacionada a leptospirose foi qual era o agente causador da doença, 20 (71,4%) responderam que o microrganismo causador da doença era uma bactéria, 5 (17,9%) responderam que o agente era um protozoário e 3 (10,7%) participantes responderam que não sabiam. Foi questionado se o microrganismo pode ser eliminado pela urina, 15 (53,6%) responderam que não, 9 (32,1%) responderam que sim e 4 (14,3%) responderam que não sabiam. Outra pergunta realizada foi se o microrganismo poderia penetrar na pele íntegra, 20 (71,4%) responderam que sim, 6 (21,4%) responderam que não e 2 (7,1%) responderam que não sabem. Foi questionado se a leptospirose é uma doença de notificação compulsória e a maioria 27 (96,4%) respondeu que sim, quando questionados se já notificaram alguma vez esse agravo 22 (78,6%) responderam que sim. Os resultados demonstram que alguns profissionais carecem de informação sobre a doença, principalmente sobre o tipo e forma de eliminação do agente. Promover ações educativas com os profissionais da saúde sobre zoonoses e outras doenças infecciosas é uma forma de reforçar a vigilância a esses agravos e consequentemente aumentar as notificações. Conclui-se que os profissionais entrevistados possuem algum conhecimento sobre a zoonose, porém em questões importantes como tipo de microrganismo, forma de eliminação e patogenicidade da bactéria algumas respostas foram equivocadas, o que reforça a necessidade de capacitar estes profissionais para que eles possam realizar ações de orientação e prevenção com a comunidade.

Palavras chave: Doenças negligenciadas; Educação em saúde; Políticas públicas de saúde.



PROSPECTIVE STUDY OF LEPTOSPIROSIS IN DOGS FROM A SHELTER IN THE MUNICIPALITY OF LAVRAS, MINAS GERAIS, BRAZIL

Anna Cecília Trolesi Reis Borges Costa¹, Carine Rodrigues Pereira¹, Amanda Carvalho Rosado Ferreira¹, Dirceia Aparecida Custódio Costa¹, Raísa Abreu Bragança Colacho², Érika Aparecida Oliveira¹, Isaac David Pinedas Sirias, Eduarda Magossi¹, Bruna Reis Pereira¹, Blenda Araujo Martins Ferreira¹, Sergio Novais de Melo¹, Ana Beatriz Barion Souza¹, Christian Hirsh³, Andrey Pereira Lage³, Marcos Bryan Heinemann⁴, Elaine Maria Seles Dorneles³

¹Alunos do Departamento de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil. E-mail: anninha_veterinaria@hotmail.com;

²Aluna do Departamento de Saúde, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil.

³Professores do Departamento de Medicina Veterinária, Faculdade de Zootecnia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil

³Professor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil.

⁴Professor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brazil.

Stray dogs are usually captured and kept in shelters as a population control measure. In shelters, dogs are more susceptible to become infected by pathogens, due to the proximity among the animals and the overpopulation. In this context, *Leptospira* spp. is an important pathogen that can be transmitted among dogs, causing disease and deaths, besides its zoonotic potential to caretakers and future adopters. Therefore, the aim of this study was to estimate the incidence and seroincidence of leptospirosis in dogs from the shelter Parque Francisco de Assis, in Lavras, Minas Gerais state, Brazil. A prospective study was conducted using two samplings, the first during the dry season (June/July 2019) and the second at the raining season (January/February 2020). Blood and urine samples were collected from all dogs in the shelter in the two samplings. The leptospirosis was investigated using the polymerase chain reaction (PCR) targeting the gene *16S rRNA* from urine samples, and the antibodies anti-*Leptospira* spp. were searched using the micro agglutination test (MAT) from sera samples. Complete physical examination of all sampled animals was also performed. In the first sampling, 329 dogs were assessed, being 64.74% (213/329) females and 35.26% (116/329) males. In the second sampling, 322 dogs were sampled, being 60.56% (195/322) females and 39.44% (127/322) males. All dogs were more than one year old, in both samplings. Also, all dogs (in the two samplings) were negative in the PCR from urine samples. The seroprevalence of leptospirosis in the first sampling was 2.13% (7/329) (95% CI: 0.86 to 4.33), being 85.71% (6/7) reactive to serovar Canicola and 14.28% (1/7) to serovar Autumnalis-Butembo. The incidence of seropositives in the evaluated period was 10.76% (27/251) (95% CI: 7.21 to 15.26). In the second sampling, the prevalence of seropositive was 9.63% (31/322) (95% CI: 6.64 to 13.39), being 38.71% (12/31) reactive to serovar Canicola, 29.03% (9/31) to serovar Autumnalis-Butembo, 12.90% (4/31) to Icterohaemorrhagiae – Compenhageni, 3.22% (1/31) reacted to Icterohaemorrhagiae - Compenhageni, Icterohaemorrhagiae and Shermani, 3.22% (1/31) to Ballum – Castellonis, 3.22% (1/31) Australis – Bratislava, 3.22% (1/31) to Sejroe – Hardjo, 3.22% (1/31) Canicola and Icterohaemorrhagiae-Copenhageni and 3.22% (1/31) Hebdomadis. In conclusion, our results suggest a climate influence in the leptospirosis occurrence in the shelter, since the leptospirosis seroprevalence was higher in the raining season, exhibiting a great incidence in the assessed period, although no *Leptospira* spp. was detected in urine samples.

Keywords: Epidemiology, unowned dogs and prevalence.



SAÚDE ÚNICA ATRAVÉS DAS MÍDIAS DIGITAIS

Rivia Karoline Nascimento¹, Anita de Souza Silva¹, Carla Sabrina Moreira Santos¹, Daniele Silva dos Reis¹, Jessica Layane Oliveira Fontes¹, Ylka Priscila Alves dos Santos¹, Roseane Nunes de Santana Campos², Geyanna Dolores Lopes Nunes², Paula Regina Barros de Lima², Cristine Lemos Ribeiro³

¹Discente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Sergipe – Campus do Sertão. E-mail: riviamedvet@gmail.com

²Docente do Núcleo de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Sergipe – Campus do Sertão

³Médica Veterinária da secretaria de saúde do município de Nossa senhora da Gloria/ SE

O uso das tecnologias digitais é um hábito na atualidade, as mídias digitais nas diferentes estratégias de mediação parecem influenciar o estilo de vida de uma população, interferindo nas escolhas alimentares, métodos de prevenção de doenças e fornecendo informação sobre diversos assunto. O conhecimento sobre saúde única ainda é escasso pela comunidade em geral e a maioria das pessoas não entende a relevância do tema. Atualmente, mídias digitais é uma das formas mais eficientes de disseminar informações e adquirir conhecimentos, estes ocorrem de forma leve e interativa, além disso, esta comunicação pode ter a intenção de aprimorar assuntos e discutir ideias. O objetivo do projeto Saúde Única no Sertão: Uso de mídias digitais na educação em saúde, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, é compartilhar informações relacionadas a saúde única, mostrar a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e o meio ambiente e realizar debates para que o conhecimento sobre o tema possa alcançar um grande número de pessoas. As ações foram desenvolvidas por discentes do curso de medicina veterinária, com orientação da docente responsável. O método utilizado para a realização do projeto foi a criação de um perfil em uma rede social, elaboradas postagens sendo estas utilizadas para publicações semanais com informações sobre: conceitos de saúde única, zoonoses, leishmaniose visceral, acumuladores de animais, desastres ambientais, guarda responsável, zoofilia, maus-tratos aos animais, medicina veterinária do coletivo, pandemia, Covid 19, arboviroses entre outros temas de relevância pra a saúde única. A rede social alcançou um bom número de seguidores com bastante interação semanal através de perguntas e respostas. O público de seguidores teve média de idade entre 18 e 50 anos, e os perfis em sua maioria eram de mulheres. Sendo parte dos seguidores estudantes e profissionais da área da saúde. Isso demonstra que as redes sociais têm sido utilizadas por pessoas de diversas faixas etárias e classes sociais, e que estas são ferramentas úteis para veicular informações sobre saúde, sendo grandes aliadas para ações de caráter educativo e por proporcionar espaços colaborativos e interativos. Dessa forma, observamos o interesse da população em conhecer temas relacionados a saúde única, além de refletir sobre a importância de ações de extensão universitária, mesmo que aconteça de forma remota, devido a pandemia. Com a realização do projeto de extensão *Saúde única no sertão: uso de mídias digitais na educação em saúde* e divulgação de diversos temas importantes, conclui-se que a saúde única é um termo atual, porém pouco conhecido pela população. As ações do projeto influenciaram na elaboração de informações e transferência destas, orientando a população sobre o tema saúde única.

Palavras-chave: Educação; Medicina veterinária; Saúde.



TRATAMENTO DA ESPOROTRICOSE FELINA: UM ESTUDO DE CASO

Mayza Costa Brizeno¹, Brunna De Andrade Lima Pontes Cavalcanti², Bruna Sthephany Dos Santos Marinho³, Hanne Lazla Rafael De Queiroz Macêdo³, Rayane Gomes Medeiros Da Silva⁴, Brenda Estefany Maria Da Silva⁵, Ariene Cristina Dias Guimarães Bassoli⁶, Eliete Cavalcanti Da Silva⁶

¹Mestranda em Morfotecnologia- UFPE. E-mail: mayza_c_b@hotmail.com

²Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPE

³Discente de Bacharelado em Ciências Biológicas – UFPE

⁴Discente de enfermagem – UFPE

⁵Discente de Engenharia Elétrica – UFPE

⁶Profa. Dr^a no Departamento de Embriologia e Histologia – UFPE

A esporotricose é uma zoonose causada por um fungo do gênero *Sporothrix*. Ao infectar um indivíduo, seja ele humano ou de outra espécie, pode causar lesões aos tecidos ou se apresentar de forma sistêmica. Como forma de tratamento é comum o uso do itraconazol que é a medicação mais utilizada por apresentar um largo espectro de ação em micoses. Entretanto, alguns indivíduos podem não apresentar sinais de melhora clínica, ou ainda, o processo de cura, sem recidiva da doença, pode ser muito longo, o que justifica a procura por novas drogas mais efetivas. Nesse estudo de caso pretendeu-se relatar o processo do tratamento de um gato com esporotricose utilizando o itraconazol associado a um extrato etanólico (ELM) produzido a partir das cascas de uma espécie da família Fabaceae. Durante o estudo foi realizado o exame de lâmina para confirmar a presença do fungo na lesão do animal escolhido. Após a confirmação do diagnóstico o tratamento foi iniciado com autorização da comissão de ética no uso de animais (CEUA) da UFPE, CEP: 50670-420 / Recife-PE (processo nº 0039/2019). O animal era um gato tutorado do sexo feminino, com cinco anos de idade e pesando 3,5kg. Foi identificado apenas uma lesão, localizada na face e não havia a presença de outros sintomas. Como opção terapêutica foram utilizadas cápsulas de 62,5g de itraconazol associado a 0,5ml do extrato ELM durante 75 dias e com intervalo de 24 horas entre as dosagens das medicações. Como resultado foi observada a cura clínica da doença. Após o período de 15 dias de tratamento a lesão estava completamente fechada, mas não era observado o crescimento dos pelos. Com 45 dias do tratamento não havia mais lesão e os pelos já estavam em crescimento. Desta forma foi realizado mais 30 dias de medicação constituindo os 60 dias adicionais de medicação após o desaparecimento das lesões conforme descrito na literatura. Durante o tratamento não foi observado vômitos, nem perda de apetite ou peso. Ao término do tratamento não houve reincidência da infecção, mas foi identificada uma cicatriz no lugar em que foi formada a lesão. Como tentativa de solucionar o problema de epidemia que se tornou esta doença e, que tem se mostrado como de difícil controle no que diz respeito a espécie felina em questão, conclui-se portanto, que deve-se realizar estudos com outros felinos diagnosticados com a esporotricose fazendo uso do extrato, para que possa ser determinado sua eficácia no tratamento dessa zoonose.

Palavras-chave: Extrato ELM; Opções terapêuticas; Zoonoses.



TEORIA DO ELO (RELAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS)



A IMPORTÂNCIA DO MÉDICO VETERINÁRIO NA TEORIA DO ELO

Ylka Priscilla Alves dos Santos¹, Anita de Souza Silva¹, Daniela Meneses da Cruz¹, Glícia Vasconcelos Santos¹, Rivia Karoline Nascimento¹, Wislainne dos Santos Aragão¹, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa², Roseane Nunes de Santana Campos³

¹Discente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Sergipe - Campus do Sertão
E-mail: ylka.priscilla@live.com

²Docente do Núcleo de Educação em Ciências Agrárias e da Terra da Universidade Federal de Sergipe - Campus do Sertão

³Docente do Núcleo de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Sergipe - Campus do Sertão

Os humanos são seres que estabelecem relações e os animais de estimação podem atender muitas necessidades psicossociais, trazendo enriquecimento emocional para a vida das pessoas. Esse vínculo entre seres humanos e animais é na maioria das vezes considerado benéfico para ambos promovendo bem-estar de todos, porém essa interação nem sempre será positiva e no âmbito familiar os animais de companhia podem sofrer maus-tratos sinalizando uma violência doméstica. Como na maioria dos lares, os cães e gatos são considerados membros da família, quando acontece uma forma de violência com um humano no lar, provavelmente, também existem atos violentos contra o animal ou vice versa. A relação entre a violência contra os animais e seres humanos tem sido discutida há décadas principalmente pelo ponto de vista teórico e filosófico. Nos últimos anos, pesquisas científicas, principalmente da América do Norte, atestaram a existência da conexão entre a crueldade contra os animais de companhia e a violência interpessoal, conhecida como “A Teoria do Elo”. Esta teoria afirma que há uma relação significativa entre a prática de maus-tratos aos animais e a violência contra pessoas. O Link é um adulto que abusa um vulnerável, pode ser criança, mulher ou animal, sendo estes atos na maioria das vezes resultado de abusos sofridos na infância ou ter sido testemunha de algum ato de crueldade contra animais. Dessa forma, percebe-se que violência doméstica, abuso infantil e crueldade animal estão intimamente conectados uns aos outros e este ciclo continuará até o momento que seja desfeito. Assim, o objetivo principal desse estudo é abordar a importância da Teoria do Elo, a sua conexão com a violência doméstica e como o médico-veterinário pode atuar nessa área como um agente de transformação social quebrando o ciclo de violência e promovendo proteção aos animais e seres humanos. Diante do exposto, é esperado que a conexão entre a crueldade contra os animais e a violência doméstica sirva de alerta para autoridades, profissionais da saúde pública, conselhos tutelares, polícias e toda a sociedade, que estas pessoas estejam preparadas, conscientes e treinadas para saber identificar possíveis maus-tratos, entendendo que eles são sinalizadores para vários tipos de violência, principalmente a doméstica. A medicina veterinária é considerada uma profissão capaz de quebrar o ciclo de violência doméstica, quando o profissional se depara com situações de maus-tratos contra animais e comunica o fato as autoridades, pois o médico-veterinário é um dos primeiros profissionais a ter contato com o animal maltratado, possui condições para reconhecer lesões não acidentais e situações de maus-tratos, identificando a agressão contra o animal e um possível elo com a violência doméstica, podendo chegar até o agressor e quebrar o ciclo. Dessa forma estes profissionais podem auxiliar a comunidade controlando, prevenindo e combatendo a violência doméstica, informando sobre o elo de ligação entre maus-tratos animal e violência social. É fundamental que os médicos-veterinários entendam a responsabilidade como detector do problema e atuem em conjunto com outros profissionais e órgãos públicos antecipando providências e evitando a perpetuação da Teoria do Elo na família.

Palavras-chave: Animais; Link; Violência doméstica.



ANÁLISE DA COOCORRÊNCIA DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

Bruno Pedon Nunes¹, Larissa Rachel Wolf¹, Michelle Monique de Alcântara Lucchesi², Rita de Cassia Maria Garcia³

¹Mestrando, Universidade Federal do Paraná – E-mail: brunonunes@ufpr.br

²Residente, Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa

³Docente, Universidade Federal do Paraná

A Teoria do Elo é uma vertente de pesquisa que aborda integralmente a violência doméstica, o abuso e negligência de crianças e idosos e os maus-tratos aos animais, partindo para um contexto amplo de violência familiar. O presente trabalho objetivou analisar se animais de companhia tutelados em famílias de mulheres vítimas de violência doméstica sofreram algum tipo de maus-tratos. Utilizando-se de um questionário de dez questões, baseado em uma ficha previamente publicada por Rocha, Galdioli e Garcia (2020), foi realizado levantamento de dados sobre os casos de maus-tratos a animais associados aos casos de violência doméstica recebidos na Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Curitiba, PR. Foram entrevistadas mulheres vítimas de violência doméstica que procuraram o acolhimento da CMB, e após atendimento psicológico de triagem, consideradas aptas a participar da pesquisa. As mulheres voluntárias eram questionadas sobre: a presença de animais de estimação na família; o número de animais e as espécies presentes; quem é o responsável e cuidador do animal; o que o animal de estimação representa para a vítima; se o animal já havia sido agredido; que tipo de agressão foi cometida; quem foi o autor da agressão; o motivo da agressão; e quem havia sido a primeira vítima do agressor. Durante o mês de dezembro de 2020, seguindo-se todos os protocolos de prevenção da Covid-19, sessenta e duas (62) entrevistas foram conduzidas com mulheres vítimas de violência doméstica. A grande maioria das famílias, 90,3% (56/62), possuíam ao menos um cão sob sua tutela, enquanto que ao menos um gato estava presente em 37% (23/62) das famílias. Tartarugas, pássaros e demais espécies animais foram encontrados em menor número, tutelados em 14,5% (9/62) das famílias. Quando questionadas se algum dos animais de estimação da família já havia sido agredido, 50% (31/62) das mulheres responderam afirmativamente. O espancamento do animal foi a agressão mais relatada, representada em 74,2% (23/31) dos casos, com a agressão psicológica (gritos e ameaças) aparecendo em seguida, representada em 38,7% (12/31) das agressões. O agressor da mulher também foi o agressor do animal na quase totalidade dos registros, representando 87,1% (27/31) das respostas. Em 6,4% dos casos (2/31) o animal foi agredido por um ou mais filhos da vítima, e em 3,2% (1/31), o animal sofreu agressões de ambos. Apesar de preliminar, o estudo verificou uma coocorrência da violência doméstica e dos maus-tratos aos animais numa mesma família, em conformidade com o relatado por outros autores. Ascione (1997) relatou uma coocorrência de maus-tratos aos animais e violência doméstica em 57% (22/38) dos casos. Flynn (2000) e Faver & Strand (2003) relataram em seus estudos uma coocorrência de 46,5% (50/107) e 46,3% (19/41), respectivamente. O enfrentamento da violência familiar deve ser interdisciplinar e multiprofissional, onde o envolvimento do médico-veterinário é essencial para a prevenção e proteção de pessoas e animais e necessário para um melhor entendimento da violência contra esses grupos.

Palavras-chave: Maus-tratos animais; Teoria do Elo; Violência doméstica.



APLICAÇÃO DA TEORIA DO LINK NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER EM MACAÉ-RJ

Stella Gioia Branco¹; Rosemary Bastos²

¹Médica Veterinária, UENF. E-mail: stellagbranco@yahoo.com.br

²Doutora em Fisiologia, UENF

A teoria do *Link* aborda a conexão entre maus-tratos aos animais e violência contra as pessoas, tornando os animais “sentinelas” de um ambiente conturbado, podendo ser aplicada no meio familiar, mas também em outros âmbitos da sociedade, ressaltando a importância da atuação do médico-veterinário na identificação e prevenção dos maus-tratos aos animais e na prevenção primária de outros crimes. O objetivo deste trabalho foi verificar a viabilidade da utilização da teoria do *Link*, testando sua aplicabilidade no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). Este trabalho fez parte do TCC do curso de graduação em Medicina Veterinária (Bolsa: PIBIC/CNPq). O projeto que contemplou o trabalho foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (protocolo nº3.653.970/2019). Foram realizadas entrevistas com 16 mulheres vítimas de violência doméstica em seus primeiros atendimentos no CEAM/ Macaé-RJ no período de outubro a dezembro de 2019. As entrevistas foram compostas por perguntas sobre: características do animal, vínculo do animal com o agressor e tipo de maus-tratos sofrido; indicadores direcionados ao animal (nutrição, conforto e ambiente, saúde e medo e estresse) e padrões individuais (formas de agressão direta ao animal). Foi realizada uma análise descritiva dos dados. No total, as vítimas possuíam 27 cães, 8 gatos, 2 pássaros, 1 hamster e 1 cavalo (maioria sem raça definida). Em relação aos indicadores: 1) Nutrição: 31,3% dos agressores deixavam o animal sem água, 25% deixavam sem comida e 37,5% davam álcool ou outros alimentos impróprios; 2) Conforto e Ambiente: 6,3% dos agressores deixavam os animais a exposição ao sol (longos períodos); 18,8% impediam a retirada das fezes e 12,5% deixavam os potes de ração ou água sujos; 3) Saúde: 6,3% dos agressores cortavam/amarravam as orelhas/caudas; 18,8% recusavam a tratar feridas/doenças; 31,3% proibiam consultas ao veterinário; 18,8% impediam a compra de remédios de verme/pulga e 25% impediam/negavam a vacinação; 4) Medo e Estresse: 43,8% dos agressores ameaçavam/assustavam sem necessidade; 18,8% deixavam longos períodos preso na corrente; 31,3% aplicavam punição extrema e deslocava a raiva de uma pessoa para o animal; 6,3% incentivava o animal a brigar com pessoas e 12,5% incentivava o animal a brigar com outros animais. A incidência de formas de agressão direta ao animal, podendo ou não ter causado a morte do mesmo, por parte do agressor foram: 43,8% (socos/chutes), 37,5% (violência com objetos); 12,5% (arremesso em grandes alturas ou contra algo); 18,8% (uso de veneno/alimentos impróprios); 6,3% (atropelamento/queimadura); 6,3% (agressão com objetos perfurocortantes); 12,5% (uso de armas de fogo ou sufocamento). Em relação aos filhos 31,6% foram incentivados, de forma direta, a praticar violência contra os animais pelos agressores, 21,1% dos filhos manifestaram comportamentos de descaso/desprezo com os animais ou já agrediram um animal; 5,2% já mataram animais. A presença de veterinários não ocorreu na maioria dos casos (68,75%) entre os relatos, 27,3% dos agressores não permitiram e 27,2% dos animais estavam mortos. A teoria do Link é aplicável nos casos de violência doméstica e ressalta a importância da identificação destes casos, auxiliando na quebra da violência através de equipes multidisciplinares que incluam o médico-veterinário.

Palavras chaves: Maus-tratos aos animais; Relação humano-animal; Violência doméstica.



CAPACITAÇÃO SOBRE O ELO ENTRE A VIOLÊNCIA HUMANA E OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

Yasmin da Silva Gonçalves da Rocha¹, Lucas Galdioli², Michele Brugnerotto², Heloíse Zavatieri Polato³, Rita de Cassia Maria Garcia⁴

¹Doutoranda em Ciências Veterinárias, UFPR. E-mail: yasmin.goncalves@ufpr.br

²Mestrando(a) em Ciências Veterinárias, UFPR

³Médica Veterinária Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR

⁴Professora do Departamento de Medicina Veterinária, UFPR

A intersectorialidade tem sido considerada uma abordagem chave para diversos problemas na sociedade, principalmente na promoção da saúde, sendo que suas ações implicam na troca e construção coletiva de saberes e práticas entre diversos setores, propiciando a transformação no modo de atuação dos profissionais e permitindo uma maior efetividade nas ações estabelecidas. Da mesma forma, o conhecimento sobre a Teoria do Elo - correlação entre os crimes de maus-tratos aos animais não-humanos e a violência interpessoal - torna-se importante para a promoção do bem-estar dos animais, dos indivíduos e de suas famílias. O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção e conscientização de alunos, docentes e profissionais de diversas áreas sobre a Teoria do Elo, antes e depois da realização de um curso de capacitação na modalidade de ensino à distância. O Curso de extensão intitulado “O elo entre a violência humana e os maus-tratos aos animais” foi elaborado em formato de educação à distância (EAD) e realizado no período de 9 de março a 31 de maio de 2020 por meio da plataforma AVA-Moodle da Universidade Federal do Paraná. O desenvolvimento deste projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-SD), do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, sob o número de parecer 2.918.857. Foram disponibilizadas 200 vagas para alunos (graduação e pós-graduação), docentes e profissionais da medicina veterinária e de outras áreas. Houve representantes das cinco regiões do Brasil, de 20 estados diferentes, sendo predominantemente do estado de São Paulo. Os participantes responderam dois questionários, antes e depois do curso. O perfil apresentado pelos participantes foi predominantemente formado pelo gênero feminino com faixa etária de 26-35 anos, área de formação em medicina veterinária e graduandos. No geral, a maioria dos participantes demonstraram ter entendimento superficial sobre a Teoria do Elo e suas vertentes, achavam que o principal motivo pelo qual os médicos-veterinários não denunciavam maus-tratos aos animais era o medo de represália e entendiam a importância do médico-veterinário na área social. Já os profissionais de outras áreas afirmaram entender como sua área de formação/atuação se relacionava com os maus-tratos aos animais. Dentre os participantes da área veterinária, previamente ao curso, 73% (128/176) mostraram desconhecimento em relação a indicar quando uma lesão é intencional ou não intencional, diminuindo para 44% após o curso. O conhecimento sobre o tema quando questionado no final do curso foi de 93,65%, em comparação com 80,8% da indagação prévia, mostrando, dessa forma, a importância da promoção da educação sobre Teoria do Elo para um aprofundamento na complexidade desse tema. Uma educação interdisciplinar, que aborde os tipos de maus-tratos, a dinâmica desse fenômeno e suas implicações, atrelado a definição unificada de práticas profissionais padronizadas ajudará na percepção de casos suspeitos, iniciando-se um apoio eficaz de outras áreas. Por fim, essa capacitação pioneira permitiu um avanço em nível nacional no desenvolvimento crítico dos participantes, contribuindo para a divulgação da Teoria do Elo em todo o país e propiciando uma ampla discussão entre diversos setores, profissionais e comunidade.

Palavras-chave: Educação interdisciplinar; Teoria do Elo; Violência interpessoal.



O ELO ENTRE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: INDICADOR QUE SALVA VIDAS

Ana Laura Paglioza Piaia¹, Renata Serapião²,

¹Advogada OAB/PR nº 105.251. E-mail: analaurappiaia@gmail.com

²Advogada OAB/SP nº 453.631. E-mail: reserapiao@gmail.com

O intuito da presente pesquisa é tecer uma análise crítica sobre a atuação exclusivamente repressiva do Estado quanto aos crimes de violência doméstica e feminicídio, sem este atentar-se aos sinais de conexão entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais, que funciona como um indicativo de pré-existência de abusos naquele lar. Esse elo existente é conhecido como a Teoria do Link ou Teria do Elo, a qual demonstra, por meio de dados estatísticos, que grande parte dos agressores de mulheres também possuem histórico anterior de maus-tratos contra os animais. Em análise feita por Marcelo Robis Francisco Nassar no Estado de São Paulo, 71% das mulheres vítimas de violência doméstica retrataram agressões do parceiro contra seus animais. A partir da utilização de pesquisas bibliográficas, legislativas e científicas, percebe-se que o abuso animal deixa de ser um incidente isolado, para se tornar um alerta para a possível existência de uma mulher, criança ou idoso vítima de violência doméstica naquele núcleo familiar. A utilização dos indicadores de prevenção de violência doméstica passou a ser ainda mais necessária no período de pandemia, quando em alguns estados houve registro de diminuição exponencial nos números de denúncias, como no Acre, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo, sendo os estados com maior queda o Pará e o Rio Grande do Norte, com reduções de 39,3% e 33,3%, respectivamente, levando a crer que muitas mulheres estariam impossibilitadas de denunciar o agressor, considerando que os registros de boletim de ocorrência dependem da presença física das vítimas. Enquanto isso, as denúncias através do 190, especialmente realizadas por agentes externos, seguiram aumentando durante a pandemia, em comparação aos anos anteriores. No Estado do Paraná, a relação entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais já é realizada, tendo sido incluído no protocolo de atuação da Patrulha Maria da Penha (Lei nº 14790/2019) a identificação de maus-tratos aos animais quanto da denúncia de violência doméstica. Fato é que a integração das informações sobre violência interpessoal e maus-tratos aos animais é imprescindível em todos os Estados, uma vez que esse Link pode, então, evitar futuros crimes. Assim, se torna essencial a implementação de ações que possam reduzir e impedir este tipo de delito, especialmente considerando o risco à vida dos envolvidos, humanos e não humanos. Conclui-se, portanto, que a atuação preventiva, em atenção aos indicativos de violência doméstica trazidos pela Teoria do Elo pode salvar vidas, pois embora a atuação repressiva seja importante, nem sempre é eficaz. É necessário que haja o reconhecimento de que os maus-tratos aos animais são um problema de saúde pública, pois apenas assim o Estado estará atento a todos os sinais, criando e assegurando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, a fim de garantir uma real proteção às mulheres, crianças e idosos em situação de violência doméstica, bem como aos animais.

Palavras-chave: Link; Prevenção; Violência.



O MÉDICO VETERINÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ATUAÇÃO EM CASO DE VIOLÊNCIA

Loren D'Aprile¹, Janaína Aparecida Hammerschmidt², Solange Marconcin², Rita de Cássia Maria Garcia³

¹Pós-Graduada na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ – USP). E-mail: loren.daprile@gmail.com

²Médica Veterinária da Prefeitura de Pinhais-PR

³Docente do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná – UFPR

A Medicina Veterinária do Coletivo consiste na interface entre saúde humana, animal e ambiental, tendo como pilares a saúde pública, medicina de abrigos e a medicina veterinária legal, incluindo ações referentes a Teoria do Elo, relação entre a crueldade animal e a violência interpessoal, evidenciando que onde há violência contra os animais pode haver violência doméstica e vice-versa. A UFPR oferece residência nessa área e há convênios com prefeituras da região metropolitana de Curitiba para fiscalização de denúncias de maus-tratos aos animais. Em janeiro de 2016 foi recebida uma denúncia de maus-tratos a um cão de quatro meses de idade, que era espancado por um indivíduo do sexo masculino, em sua residência. Os médicos-veterinários solicitaram auxílio da guarda municipal no atendimento. O agressor não se encontrava no local, o animal havia sido levado para residência de vizinhos para sua proteção e, a pedido da equipe veterinária, foi trazido para avaliação. Pela emergência constatada, o cão foi levado imediatamente para a UTI do Hospital Veterinário da UFPR, vindo a óbito poucas horas depois. Durante a fiscalização, foram observados comportamentos da família que indicavam para a suspeita de violência doméstica. Após formar vínculo com a equipe veterinária, a esposa do agressor relatou que toda família sofria violência física, psicológica, emocional, moral e patrimonial e que a ela era também direcionado o abuso sexual. Os médicos-veterinários orientaram da possibilidade da realização de denúncia sobre as violências sofridas e do encaminhamento da família para órgãos competentes para auxílio e proteção, momento no qual a mesma relatou sofrer tortura e aceitou depor. Na Delegacia, juntamente com o depoimento da vítima, os médicos-veterinários depuseram sobre os maus-tratos ao cão e aos outros animais que estavam na casa. O conselho tutelar foi acionado e determinou que os menores de idade presentes na família prestassem depoimento a cerca das violências sofridas. Com a elucidação sobre a Teoria do Elo e suas consequências, as autoridades policiais agiram de imediato para a prisão em flagrante do agressor. Durante os trâmites os responsáveis encaminharam o caso para a assistência social, a fim de que a família obtivesse todo o apoio e respaldo necessários. Ao reconhecer que quando um animal é maltratado as pessoas ao seu redor também podem estar em situação de abuso, é fundamental que o médico veterinário esteja sempre atento a respeito do que é a Teoria do Elo e todas as consequências sociais envolvidas, atuando nessa relação. Denunciar atos de crueldade aos animais é uma questão de proteção animal, mas também de segurança e saúde pública, assim como saúde coletiva. É notória a relevância da atuação do médico veterinário como profissional de grande importância para a saúde da família, já que muitas vezes é o primeiro a chegar em situações de violência e pode estabelecer uma relação de confiança com as vítimas. Portanto, o médico-veterinário com postura técnica aliada à ética, quando se defronta com um caso de violência animal, pode prevenir e quicá ajudar a resolver situações de violência doméstica.

Palavras-chave: Maus-tratos; Teoria do Elo; Violência Doméstica.



PERCEPÇÃO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS CLÍNICOS SOBRE A TEORIA DO ELO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

Ana Laura Freitas Alencar¹, Heloísa Pinto de Godoy Siqueira², Laiza Bonela Gomes³; Loren D'Aprile⁴, Raimifranca Maria Sales Vêras⁵, Vanessa Anny Souza Silva⁵

¹Discente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Roraima.

E-mail: alfa_rr@hotmail.com

²Doutora e docente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Roraima.

³Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais

⁴Especialista em Medicina Veterinária do Coletivo pela Universidade Federal do Paraná.

⁵Mestre e docente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Roraima

A Teoria do Elo é a conexão existente entre a violência animal e a violência interpessoal. O profissional médico-veterinário tem um importante papel no combate a esta realidade através da percepção dos indícios e sinais que seus pacientes e tutores podem revelar. O objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento de profissionais médicos-veterinários clínicos no município de Boa Vista/RR sobre a Teoria do Elo no ano de 2020. Foi elaborado um questionário estruturado, aplicado em formato *online*, constituído de 14 questões fechadas. Foram respondidos 34 questionários e enviados aos pesquisadores por meio de endereço eletrônico. Do total de respondentes, 64,7% (22/34) eram mulheres. Em relação ao número de casos de suspeição de maus-tratos atendidos, 29,41% (10/34) responderam que atenderam entre 1 e 4 casos, 14,70% (5/34) de 5 a 7 casos, 11,80% (4/34) entre 8 a 10 casos, 41,17% (14/34) mais de 10 casos e 2,90% (1/34) responderam nunca ter atendido casos sugestivos de maus-tratos. Em relação à metodologia para diagnóstico dos maus-tratos aos animais, 58,80% (20/56) marcaram utilizar a avaliação das condições físicas do animal, 26,50% (9/56) a presença de escoriações sugestivas de maus-tratos, 47,10% (16/56) observavam a relação tutor/animal e 32,40% (11/56) não sabiam como identificar a suspeição de maus-tratos. Sobre o encaminhamento que os profissionais dariam aos casos de suspeição de maus-tratos, 50% (17/34) dos entrevistados responderam que denunciariam aos órgãos competentes, 5,90% (2/34) declararam que ignorariam e 44,10% (15/34) relataram que não saberiam como proceder. A respeito do conhecimento prévio sobre a Teoria do Elo, 52,9% (18/34) responderam não ter conhecimento sobre o assunto, 23,5% (8/34) afirmaram ter ciência sobre a Teoria do Elo e 23,5% (8/34) responderam que já ouviram falar da relação entre as violências. Por fim, foi apresentado aos respondentes uma situação hipotética em que a tutora admitia ao médico-veterinário que seu companheiro praticava atos violentos contra o animal, contra ela e os filhos, e lhes foi perguntado como agiriam nessa situação. A maioria 52,90% (18/34) relataram que denunciariam ambas as violências ocorridas, 23,50% (8/34) responderam que denunciariam apenas a violência animal, 2,90% (1/34) denunciaram somente a violência contra a pessoa e 20,60% (7/34) responderam não saber qual conduta realizar. Conclui-se que a maioria dos profissionais entrevistados desconhecem as ferramentas de diagnóstico para suspeição de maus-tratos e também a relação entre as formas de violência, e que, portanto, sentem-se inseguros ou não aptos a agirem com assertividade diante dessas situações. É muito importante que estes profissionais sejam sensibilizados e capacitados para que saibam atuar na prevenção e quebra dos ciclos de violência na sociedade.

Palavras-chave: Animais maltratados; Medicina-veterinária; Violência interpessoal.



POTENCIALIDADES DA TEORIA DO ELO: INCLUSÃO DE MÉDICAS-VETERINÁRIAS NUM GRUPO DE PESQUISA SAÚDE COLETIVA E NOVAS ABORDAGENS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Stefanie Sussai^{1,4}, Loren D'Aprile^{1,4}, Cintia Magalhães Neia^{2,4}, Priscila Mazza de Faria Braga^{2,4}, Nathalya Tavares dos Santos^{3,4}, Vitória Gabriela Picolo^{3,4}, Jadson Marques Dantas^{3,4}, Michele Barros de Souza Simões⁴, Dora Mariela Salcedo Barrientos⁵.

¹Médicas-veterinárias. Pós-graduandas na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP). E-mail: sussai@usp.br

²Pós-graduandas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EE/USP)

³Graduandos do Curso de Obstetrícia da EACH-USP

⁴Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Mulher & Saúde: violência doméstica no período gravídico-puerperal

⁵Profa. Dra. EACH-USP. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Mulher & Saúde: violência doméstica no período gravídico-puerperal

O Grupo de Pesquisa Mulher & Saúde: violência doméstica no período gravídico-puerperal da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) estuda há 12 anos na capital paulista situações de violência às quais mulheres gestantes estão expostas. A equipe que compõe o projeto é multiprofissional, constituída por graduandos de obstetrícia e profissionais de enfermagem, direito, psicologia, pedagogia, obstetrícia, musicoterapia e medicina veterinária. A abordagem principal das pesquisas esteve relacionada às adolescentes, profissionais de saúde atuantes no pré-natal e imigrantes. Sustenta-se na Teoria de Intervenção Prática da Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC). O objetivo foi compreender, acolher e instrumentalizar a mulher gestante e sua família, fortalecendo suas habilidades e potencialidades para construir novos caminhos de superação do fenômeno da violência doméstica e/ou preveni-lo nas próximas gerações. Foram utilizados diversos instrumentos como as entrevistas semiestruturadas e análise de discurso, tendo o gênero como categoria analítica central. Dentre os principais resultados das pesquisas junto às adolescentes realizada em instituições de saúde, 59% das adolescentes gestantes já foram vítimas de violência, sendo os principais agressores a própria mãe, seguido do companheiro; outra pesquisa com imigrantes revelou que houve momentos em que a gestante foi exposta a situações de violência por parceiro íntimo e outros atores ao longo de sua vida, com tal fenômeno explícito por determinantes sociais nas dimensões singular, particular e estrutural. Assim, foram identificados processos protetores e destrutivos nestas dimensões, e foram evidenciados altos índices de violência contra essas mulheres, seja em ambiente doméstico ou institucional. Além disso, detectou-se a necessidade de buscar alternativas para o enfrentamento deste fenômeno, tanto por meio de ações de promoção de saúde permeadas pela sensibilização das vítimas acerca do tema violência, quanto por meio de ações preventivas a fim de interromper o ciclo de violência. Conclui-se que é necessário trabalhar com todos os membros da família para a compreensão e prevenção de futuros casos. A inclusão de médicas-veterinárias no grupo de pesquisa possibilitou novas abordagens da compreensão da família e de sua estrutura, com a percepção de que em muitos casos os animais de estimação são considerados membros da família multiespécie e podem sofrer e evidenciar a violência doméstica, assim como os demais vulneráveis: mulheres, crianças e idosos. A discussão a respeito da Teoria do Elo, relação entre a crueldade animal e a violência contra as pessoas, trouxe mudanças no grupo, sendo que as futuras abordagens de pesquisa terão produção de dados a respeito da relação humano-animal e às vítimas de violência doméstica, incluindo os animais. Também, houve a inclusão das Terapias Comunitárias Integrativas (TCI), uma das práticas integrativas e complementares (PIC) preconizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para acolher e fortalecer fundamentalmente a equipe componente deste grupo por meio de rodas de escuta, favorecendo o autocuidado e empoderamento dos mesmos. Portanto, a medicina veterinária do coletivo tem grande potencial para trabalhar com temáticas da saúde coletiva, contribuindo para a harmonização das relações interespecíficas entre animais humanos e não humanos e para a inserção do médico-veterinário em equipes multiprofissionais.

Palavras-chave: Equipe multiprofissional; saúde coletiva; violência.



RELATO DE CASO: PROPOSTA DE REDE DE ENFRENTAMENTO ÀS FORMAS DE VIOLÊNCIAS EM MG E CURSO HUMANITÁRIO

Lorena Diniz Macedo Silva^{1,3}, Laiza Bonela Gomes^{2,3}, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira^{2,3}, Rita de Cássia Maria Garcia^{2,4}, Danielle Ferreira de Magalhães Soares^{2,3}.

¹Aluna de graduação; E-mail: lorena.macedo@yahoo.com.br

²Médica veterinária

³Escola de Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

⁴Universidade Federal do Paraná - UFPR

A conexão entre a violência contra os animais e seres humanos denominada “Teoria do Elo” vem sendo abordada de forma incipiente sob a perspectiva da saúde coletiva. É importante destacar que ao se considerar os aspectos da Teoria do Elo, a saúde coletiva tem a possibilidade de ser trabalhada de forma holística, porque a ocorrência das diferentes formas de violência não é um fator isolado na sociedade. Estudos comprovaram a relação entre a violência contra animais ou humanos sendo cometida por pessoas com histórico de sofrerem ou presenciarem a violência durante a infância em sua família. Objetivou-se demonstrar a importância da integração entre órgãos públicos competentes para atuarem no enfrentamento das violências através de um curso de capacitação sobre a Teoria do Elo realizado em um município de Minas Gerais, após a ocorrência de um caso envolvendo múltiplas violências, além da proposta de criação de um curso humanitário para autores de maus-tratos aos animais. O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (Parecer 184/2017 – Anexo I) e pelo Comitê de Ética e Pesquisa UFMG/Plataforma Brasil (CAAE: 82946418.9.0000.5149). Em agosto de 2019, na cidade de Caeté-MG, um homem matou três filhotes de cachorro a pauladas e ameaçou as pessoas de sua família. Esse caso chamou atenção de pesquisadores da Escola de Veterinária da UFMG que após estudos, constataram histórico do agressor em envolvimento com outros delitos violentos. Diante da complexidade do caso e da falta de conhecimento por parte dos profissionais acerca do assunto, os pesquisadores propuseram um curso direcionado aos órgãos municipais a fim de promover a capacitação e comunicação entre os setores de responsabilidades em casos como esse. Os órgãos acionados como participantes foram: Polícia Civil, Ministério Público, Secretarias de Saúde e Educação, Vigilância Epidemiológica e Zoonoses, Conselho Tutelar, Atenção Básica, CRAS, Políticos locais, Estratégia de Saúde da Família e Polícia Militar. A partir do curso, foi criada a primeira proposta de Rede de Enfrentamento sobre a Teoria do Elo em MG. Por meio da intersetorialidade, aspectos importantes foram discutidos, como: estratégias para maior eficiência na aplicação de políticas públicas; reforço da importância de mudança cultural, econômica e estrutural; criação de canal de denúncia único; criação de propostas de educação em saúde nas escolas para sensibilização moral e humana das crianças e adolescentes. Paralelamente à criação da Rede de Enfrentamento, foi proposto a criação de um Curso Humanitário para autores de maus-tratos de animais, em conjunto com universidades, promotoria de meio-ambiente, juizado especial e polícia civil, cujo objetivo é promover a sensibilização e mudança de conduta dos autores de maus-tratos aos animais através de ensinamentos e experiências sobre os valores de empatia, compaixão e valorização de todas as formas de vida. Esta proposta inovadora pode ser implementada nos municípios através da integração dos órgãos públicos (por meio da criação da rede), sendo fundamental que estes compreendam que o êxito para diminuição dos índices de violência familiar depende de identificação precoce de lares que estejam em risco. A capacitação foi essencial para promover articulação entre setores, como primeiro passo no combate às violências, confluindo para que outras estratégias, como o curso obrigatório aos autores de maus-tratos, possam reduzir as violências em âmbito familiar.

Palavras-chave: Maus-tratos; Teoria do elo; Violência doméstica.



RESUMOS APRESENTADOS ORALMENTE

(Resumos disponíveis na sessão anterior)



A PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOS MUNICÍPIOS DE LAJEADO – RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE ESPOROTRICOSE

Bianca Conrad Bohm, Laura Aparecida Martins De Moraes, Laura Brenner Colling, Fábio Raphael Pascoti Bruhn

ANÁLISE DA COOCORRÊNCIA DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

Bruno Pedon Nunes, Larissa Rachel Wolf, Michelle Monique De Alcântara Lucchesi, Rita De Cassia Maria Garcia

ANÁLISE DO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO CAMPUS PAMPULHA DA UFMG

Gustavo Canesso Bicalho, Camila Machado Torres, Werik Dos Santos Barrado, Antônio Barbosa Júnior, Marcelo Teixeira Paiva, Camila Stefanie Fonseca De Oliveira, Graciela Kunrath Lima, Christina Malm, Marcelo Pires Nogueira De Carvalho, Luiz Carlos Villalta, Vania Regina Goveia, Fernanda Louro De Souza, Danielle Ferreira De Magalhães Soares

BEM-ESTAR DE CÃES ABRIGADOS NO SUL DE MINAS GERAIS: QUAIS PONTOS DEVEMOS MELHORAR?

Diana Cuglovici Abrão

C.E.D. NOS BAIRROS EM REALOCAÇÃO POR ACIDENTE GEOLÓGICO EM MACEIÓ: DADOS PRELIMINARES DO PROJETO INTEGRA ANIMAL UFAL

Rayane Caroline Medeiros Do Nascimento, Maurício Carnaúba Da Silva Mota, Ana Paula Menezes Félix, Yana Gabriella Moraes Vargas, Yane Fernandes Moreira, Pierre Barnabé Escodro

EFICÁCIA DOS MÉTODOS NÃO CIRÚRGICOS NO CONTROLE POPULACIONAL EM CADELAS

Maria Cecília Clarindo Pellissari, Juliana Viegas De Assis, Natália Da Silva Santos, Bruno Medolago De Lima, Gisele Fabrino Machado, Daniela Bernadete Rozza.

PROJETO MÉDICOS-VETERINÁRIOS DE RUA: COLOCANDO EM PRÁTICA A MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

Stefanie Sussai, Fernanda Mantovani Coqui, Lilian Lucon Wahler, André Stroebe De Gerone, Thaís Andrade Dos Santos

PROTOCOLO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL APLICADO PARA DIAGNÓSTICO DE MAUS- TRATOS DE CÃES EM ABRIGOS COLETIVOS

Nathália Leijoto Pinto Lourenço, Lucas Belchior Souza De Oliveira, Helena De Castro Teotonio, Vânia De Fátima Plaza Nunes, Ana Liz Bastos, Camila Stefanie Fonseca De Oliveira

RELATO DE CASO: PROPOSTA DE REDE DE ENFRENTAMENTO ÀS FORMAS DE VIOLÊNCIAS EM MG E CURSO HUMANITÁRIO

Lorena Diniz Macedo Silva, Laiza Bonela Gomes, Camila Stefanie Fonseca De Oliveira, Rita De Cássia Maria Garcia, Danielle Ferreira De Magalhães Soares



RESUMOS APRESENTADOS NOS FORMATOS POSTER E POSTER FALANTE

Publicados na plataforma do evento

(Resumos disponíveis na sessão anterior)



ESPOROTRICOSE: QUÃO (DES)CONHECIDA É A DOENÇA ENTRE USUÁRIOS DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE BELO HORIZONTE, MG?

Brenda Oliveira Matias, Isadora De Andrade Nogueira Rocha, Stefanne Aparecida Gonçalves

A PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOS MUNICÍPIOS DE LAJEADO – RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE TOXOPLASMOSE

Laura Aparecida Martins De Moraes, Bianca Conrad Bohm, Vitor Campos Assumpção De Amarante, Laura Brenner Colling, Fábio Raphael Pascoti Bruhn

SAZONALIDADE DA PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM CÃES DE UM ABRIGO NO MUNICÍPIO DE LAVRAS, MINAS GERAIS

Blenda Araujo Martins Ferreira, Raísa Abreu Bragança Colucho, Dircéia Aparecida Da Costa Custódio, Christian Hirsch, Elaine Maria Seles Dorneles

PREVALÊNCIA DE HEMOPATÓGENOS NA POPULAÇÃO CANINA DE UM ABRIGO EM MINAS GERAIS, BRASIL

Raísa Abreu Bragança Colucho, Blenda Araujo Martins Ferreira, Cristiane A. M. Mesquita; Antônio M. Guimarães, Elaine M. Seles Dorneles

NÚCLEO DE ESTUDOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO SOBRE A MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO NA UFLA

Kelly Cristina De Souza, Blenda Araujo Martins Ferreira, Gabriela Cesar Policarpo De Oliveira, Maria Raquel Isnard Moulin

CASUÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO “VETERINÁRIO APRENDIZ VOLUNTÁRIO” DE 2017 A 2019

Paula Oliveira Duarte, Amanda Nobre De Souza, Amanda Silva Ferreira, Blenda Araujo Martins Ferreira, Maria Raquel Isnard Moulin

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA FAMÍLIAS COM POSSE DE MACACO- PREGO CEARÁ, BRASIL

Victória Forte Viana, Raphael William Ponte Neres, Naylê, Francelino Holanda Duarte

A PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DOS MUNICÍPIOS DE LAJEADO – RS E PELOTAS – RS SOBRE A ZOONOSE ESPOROTRICOSE

Bianca Conrad Bohm, Laura Aparecida Martins De Moraes, Laura Brenner Colling, Fábio Raphael Pascoti Bruhn

RELATO DE ATUAÇÃO DO GRUPO DE APOIO AO BEM-ESTAR ANIMAL: MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS, DESAFIOS E AVANÇOS

Igor Gomes Socodato, Maiara Felipe Pereira, Daniele Vasconcelos Fernandes Vieira, Isaac Neto Goes Da Silva

POTENCIALIDADES DA TEORIA DO ELO: INCLUSÃO DE MÉDICAS-VETERINÁRIAS NUM GRUPO DE PESQUISA

Stefanie Sussai, Loren D’Aprile, Cintia Magalhães Neia, Priscila Mazza De Faria Braga, Nathalya Tavares Dos Santos, Vitória Gabriela Picolo, Jadson Marques Dantas, Michele Barros De Souza Simões, Dora Mariela Salcedo Barrientos.

SAÚDE COLETIVA E NOVAS ABORDAGENS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Loren D’Aprile, Janaina Aparecida Hammerschmidt, Solange Marconcini, Rita De Cássia Maria Garcia

O MÉDICO VETERINÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ATUAÇÃO EM CASO DE VIOLÊNCIA APLICAÇÃO DA TEORIA DO LINK NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER EM MACAÉ-RJ

Stella Gioia Branco, Rosemary Bastos

PROJETO SANTUÁRIO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

Natayane Do Vale Torquato, Luana Helena Antonini Gaia, Gabriela Cristina De Oliveira Santos, Nicole Nascimento Mesquita, Laís Garces Moço, Amanda Novais Grecco, Loren D’Aprile, Stefanie Sussai, Evelise Oliveira Telles.



APRESENTAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS

GRAVADAS



ADAPTAÇÕES DE PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UM VIRA-LATA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: ADOÇÃO RESPONSÁVEL (ONLINE)

Rayane Gomes Medeiros da Silva¹, Brenda Estefany Maria da Silva²,
Hanne Lazla Rafael de Queiroz Macêdo³, Brunna de Andrade Lima Pontes
Cavalcanti⁴, Mayza Costa Brizeno⁵, Ariene Cristina Guimarães Bassoli⁶

¹Discente de Enfermagem na Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: rayane.msilva@ufpe.br

²Discente de Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Pernambuco

³Discente de Ciências Biológicas Bacharelado na Universidade Federal de Pernambuco

⁴Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal de Pernambuco

⁵Mestranda em Morfotecnologia na Universidade Federal de Pernambuco

⁶Professora do Departamento de Histologia e Embriologia na Universidade Federal de Pernambuco

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, estimou que no Brasil há aproximadamente 30 milhões de animais em situação de rua e à espera de adoção. O Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata, da Universidade Federal de Pernambuco, atua desde 2007 com ações de sensibilização e controle populacional de cães e gatos em situação de rua. Até março de 2020, eventos de adoção presenciais eram realizados mensalmente, intermediando o contato entre animais e adotantes. Como decorrência da pandemia da COVID-19 os eventos de adoção precisaram sofrer uma adaptação, passando a ser realizados on-line. Assim, descrever a experiência do processo adaptativo torna-se uma importante ferramenta para futuras ações de adoção responsável. Foram analisados dados referentes aos eventos presenciais de abril a novembro de 2019, e dos eventos on-line de abril a novembro de 2020. Os dados foram coletados dos formulários presenciais, dos formulários online, do *Instagram* e dos protetores participantes. Nos eventos presenciais realizados em 2019, os animais eram cadastrados por e-mail, e levados ao evento por seu protetor, que ficava responsável por fazer a pré-entrevista e encaminhar o adotante para entrevista formal e o preenchimento e assinatura do Termo de Adoção, concluída com a colocação do microchip e o registro fotográfico do protetor e do animal com seu novo tutor. Nos eventos on-line, o processo de inscrição foi acrescido do envio de uma foto do animal. Através da página @adoteumviralata, foram realizadas *lives* temáticas, com apresentação das fotos dos animais disponíveis, além da discussão de assuntos relacionados. Após a *live*, as fotos dos animais participantes eram disponibilizadas no feed e nos stories da página. Os interessados procuraram o protetor responsável pelo animal, e após a pré-entrevista, o encaminhou para a entrevista formal on-line com os extensionistas do projeto. O termo de adoção e o registro fotográfico ficou a cargo de cada protetor ao fazer a entrega dos adotados. Infelizmente, nem todos os protetores possuíam o microchip para os animais que foram adotados no ano de 2020, entretanto, todos os animais que participaram de todos os eventos, seja on-line ou presencial, estavam saudáveis, castrados, desverminados e preferencialmente vacinados. Nos eventos presenciais realizados de abril a novembro de 2019, 124 animais foram doados. Nos eventos on-line realizados de abril a novembro de 2020 foram doados 70 animais. A queda no número de adoções pode estar relacionada a fatores como a falta de contato direto entre adotante e adotados e fatores socioeconômicos e incertezas pandêmicas. No início da pandemia, as *lives* alcançaram 1000 visualizações, sendo 60 simultâneas, caindo ao decorrer dos meses para 700 visualizações e 35 simultâneas. É possível observar que as *lives* tornam-se menos atrativas para o público, interferindo no objetivo final das ações. Apesar das adaptações realizadas durante a pandemia serem eficientes, trazendo resultados expressivos, os eventos on-line ainda trazem limitações quando comparados aos presenciais. É necessário buscar inovações para ampliar a interação com o público e incentivar a adoção responsável através das redes on-line.

Palavras-chave: Adoção; COVID-19; Educação em Saúde.



A MEDICINA DE ABRIGOS AUXILIANDO OS ANIMAIS DURANTE A CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 EM FORTALEZA/CE

**Amanda Luiza Oliveira do Nascimento¹, Adriana Wanderley de Pinho Pessoa², Isabelle Tancioni³,
Luciene Bárbara Bispo de Souza Garcia⁴.**

¹Médica Veterinária, Projeto Quarentena Pet – E-mail: amandaluivet@gmail.com

²Médica Veterinária, Professora Faculdade de Veterinária FAVET/UECE

³Médica Veterinária, Membro Associação de Veterinários Veganos e Vegetarianos Veg Vets

⁴Graduanda de Medicina Veterinária, Faculdade Arnaldo Janssen.

A Medicina de Abrigo (*Shelter Medicine*) é uma grande área que inclui diversas disciplinas como cirurgia, anestesiologia, clínica médica, comportamento animal, saúde pública, implementação de políticas públicas, projeto de instalações, resgate e captura de animais, adoção. O médico-veterinário que atua nessa grande área lida com um número maior de animais e diferentes espécies, além de que animais de abrigos ou recém resgatados chegam com pouco ou nenhum histórico médico. Os veterinários de abrigo se dedicam a trabalhar com animais e humanos em situação de vulnerabilidade, isso inclui animais peridomiciliados, animais abandonados, resgatados de maus-tratos, em situação de abandono, comunitários e ferais. Devido a quarentena gerada pelo COVID-19 a médica veterinária Amanda Luiza CRMV-CE 3116 idealizou um projeto que inicialmente intitulou-se "Quarentena Pet", que em associação a ONG União Internacional da Proteção Animal - UIPA, o qual o objetivo era realizar atendimento ambulatorial e domiciliar aos animais de bairros periféricos de Fortaleza-CE, logo evoluímos e prestamos assistência veterinária a abrigos da cidade, como o Lar Tin Tin, Abrigo Menino Vaqueiro e Abrigo Anjo sem Asas. Esse projeto foi autorizado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV/CE. Teve apoio financeiro da Pollination Project e Veg Vets e a parceria com o laboratório Sanimal (exames laboratoriais) e Laboratório Agener União (medicamentos). Foi possível atender mais de 600 animais entre residentes de abrigos, peridomiciliados, de protetores individuais e de pessoas carentes no período de março a dezembro de 2020, com acesso a exames laboratoriais e de imagem, controle de ectoparasitas, vacinação antirrábica e antivirais e outros procedimentos veterinários. Diante deste contexto é possível notar a importância social do projeto que aproxima as pessoas e leva o atendimento médico-veterinário para animais de população pobre com empatia e acolhimento.

Palavras-chave: Abrigos; animais; pandemia.



ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UM ABRIGO DE CÃES EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19

Letícia Guimarães Rego¹

¹Graduanda em Medicina Veterinária, Centro Universitário de Lavras

E-mail: leticiacnec@hotmail.com

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, uma doença que afeta principalmente o trato respiratório dos seres humanos, sendo extremamente contagiosa. Sua ocorrência tem como profilaxia o isolamento social com o objetivo de diminuir o contágio, e devido a isso, muitas dificuldades tornaram-se evidentes. Diante desse novo cenário, o objetivo desta pesquisa foi analisar e compreender as principais dificuldades enfrentadas pelo Parque Francisco de Assis, um abrigo sem fins lucrativos que cuida de mais de 400 cães situado no município de Lavras, Minas Gerais, Brasil, durante esse período. Foi aplicado um questionário com a diretora do abrigo para saber quais foram os principais desafios enfrentados durante o período de março de 2020 a janeiro de 2021. As perguntas do questionário foram baseadas nas questões do dia a dia do abrigo, assim como medidas usadas no enfrentamento desses desafios em meio a pandemia da COVID-19. As maiores dificuldades enfrentadas durante o período de isolamento, estão a redução no número de doações (dinheiro, alimentação, produtos de limpeza) e ajuda voluntária diária na manutenção e cuidado com os cães. Devido a obrigatoriedade do isolamento, o abrigo que recebia ajuda da comunidade local e de discentes do curso Medicina Veterinária, precisou ficar fechada para novas visitas durante algum tempo nesse período, contando apenas com seus funcionários fixos. Além disso, foi relatado que vários projetos que eram comuns de acontecer durante outros anos como mutirões de banho e tosa, campanhas de adoção em feiras públicas, dentre outras atividades que visavam a divulgação do trabalho realizado no abrigo e incentivava doações e a adoção dos cães, tiveram que ser canceladas. Ademais, as estatísticas de abandono nesse abrigo, tiveram índices aumentados durante a pandemia. A dificuldade financeira das pessoas e o errôneo medo de que os cães poderiam ser transmissores do vírus, são fatores que podem ter influenciado nesse aumento. Já em relação ao número de adoções de cães, foi visto que a quantidade se manteve, não alterando durante o período da pandemia. Isso pode ser justificado pelo empenho que tiveram na divulgação via rede social. Foram realizadas ao longo do ano, diversos projetos com o propósito de arrecadar doações e incentivar a adoção, o que ajudou a manter o abrigo ao longo desses meses. É possível concluir que durante o período de isolamento social, o abrigo sofreu mudanças latentes em sua rotina, dificultando assim o dia a dia das atividades realizadas no local, sendo necessário um maior aproveitamento das redes sociais na divulgação de campanhas que abordassem as dificuldades diárias enfrentadas pelo abrigo.

Palavras-chaves: Cães; Covid-19; Medicina de abrigos.

**ANIMAL POR MEIO DE PALESTRAS PRESENCIAIS E ON-LINE****Marina Carvalho Vallejo¹, Ana Carolina Motta Pessoa Lima¹, Maria Alice Pires Moreira²**¹Graduanda em Medicina Veterinária, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

E-mail: marina.vallejo@estudante.ifgoiano.edu.br

²Doutora em Ciência Animal, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí

O projeto VetSaúde por meio de palestras visa orientar e ensinar temas voltados ao bem-estar e saúde animal, com o enfoque em saúde pública, zoonoses e guarda responsável. Essas atividades são direcionadas à comunidade acadêmica e ao público em geral. Tem-se como objetivo do projeto elaborar estratégias relacionadas à saúde animal para reduzir os riscos à saúde da comunidade acadêmica do Campus Urutaí, moradores do município de Urutaí e regiões circunvizinhas. Durante o período de setembro e outubro de 2018 palestras foram ministradas para alunos do ensino médio integrado aos cursos de Biotecnologia, Agropecuária e Informática, bem como para graduandos do curso de Biologia do Instituto Federal Goiano – campus Urutaí. Em novembro 2019, foi realizada a primeira palestra fora dos limites do Campus, na cidade de Pires do Rio, GO no Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha, para estudantes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Dentre os assuntos abordados enfatizou-se a importância da guarda-responsável sobre os animais de companhia, doenças causadas por endoparasitos comuns em cães e gatos, zoonoses com números de casos crescentes na Região do Centro Oeste como Raiva e Leishmaniose, além de explicitar os malefícios dos anticoncepcionais utilizados indiscriminadamente para prevenção de gestação de cães e gatos. Diante da reclusão social estabelecida pela pandemia, e a fim de suprir as atividades realizadas de forma presencial, foi proposto pela equipe a realização do evento “Debatendo com o VetSaúde”, programado para ocorrer de forma on-line entre os meses de setembro e novembro de 2020, com a participação de convidados com experiência em diferentes áreas, sendo abordado os seguintes temas: Leishmaniose: desafios e decisões; Bem-estar de animais de estimação em situação de abandono; Abandono animal e impacto na saúde pública; Superlotação de abrigos de cães e gatos; respectivamente. Ao fim desses eventos, a estimativa de público atingida foi em média 500 (quinhentas) pessoas, de diferentes graus de formação. Tendo um alcance em vários estados brasileiros entre eles: São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia. O público demonstrou interesse e envolvimento tanto de forma presencial, aumentando o número de atendimentos marcados após as palestras, quanto de forma on-line, realizando perguntas pertinentes acerca dos temas apresentados. Até o momento, o Projeto VetSaúde vem alcançando os seus objetivos de compartilhar informações e de estimular o pensamento crítico em seus interlocutores, por meio dos debates e palestras que são realizados periodicamente, por especialistas previamente selecionados acerca de temas de grande importância para a comunidade em geral e para a saúde única.

Palavras-chave: Bem-estar animal; Conscientização; Saúde única.



APLICAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA SENSIBILIZAÇÃO PARA A GUARDA RESPONSÁVEL E INCENTIVO À ADOÇÃO

Hanne Lazla Rafael de Queiroz Macêdo¹, Rayane Gomes Medeiros da Silva², Brenda Estefany Maria da Silva³, Brunna de Andrade Lima Pontes Cavalcanti⁴, Mayza Costa Brizen⁵, Ariene Cristina Dias Guimarães Bassoli⁶

¹Discente de Ciências Biológicas Bacharelado na Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: hanne.queiroz@ufpe.br

²Discente de Enfermagem na Universidade Federal de Pernambuco

³Discente de Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Pernambuco

⁴Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal de Pernambuco

⁵Mestranda em Morfotecnologia na Universidade Federal de Pernambuco

⁶Professora do Departamento de Histologia e Embriologia na Universidade Federal de Pernambuco

Diante do atual cenário decorrente da pandemia da COVID-19, o uso da internet se fez ainda mais necessário para manter as relações humanas e suas demandas. No que tange a educação, as redes sociais tornaram-se indispensáveis como ponte entre a sociedade e instituições educacionais. O Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata, da Universidade Federal de Pernambuco, promove o controle populacional de cães e gatos em situação de rua, através do C.E.D (Captura, Esterilização e Devolução), eventos de adoção e disseminação de informações em prol da guarda responsável. Devido à pandemia, foi necessário adaptar as ações para plataformas digitais. Portanto, pretendeu-se analisar o desempenho das ações online do Projeto durante o ano de 2020. Foram analisados dados referentes ao crescimento da página do Instagram® @adoteumviralata de janeiro a dezembro de 2020, bem como do blog do Projeto Adote um Vira-lata que foi criado em agosto de 2020 para a divulgação de textos acessíveis de temas relacionados. Os números foram coletados com base nos dados do *Instagram Insights* e na observação diária do perfil por parte dos extensionistas, e do blog através da quantidade de visualizações por conteúdo. O número de seguidores cresceu de forma significativa, a página @adoteumviralata no Instagram® iniciou o ano com aproximadamente 9.000 (nove mil) e finalizou 2020 com o total de 12.700 (doze mil e setecentos) seguidores. Quanto ao número de publicações no Instagram®, os extensionistas produziram em média 90 publicações no feed e 330 stories por mês. O alcance anual do perfil foi de aproximadamente 313.872 contas e o valor estimado do engajamento foi de 1.802.592. Referente ao blog, a média de visualização foi de 175 por conteúdo. Foram divulgados os temas como castração, adoção, maus-tratos, zoonoses, guarda responsável, vacinação, bem-estar animal, indicação de filmes relacionados a causa animal, entre outros. Esse rápido crescimento no número de seguidores, no alcance e engajamento dos conteúdos no Instagram® pode estar relacionado ao isolamento social, no qual, o público em geral utiliza as redes sociais como ferramenta para amenizar a distância social. Além disto, podemos destacar também a contribuição da utilização das hashtags para o alcance de novas pessoas com interesses em comum à página. As hashtags que mais contribuíram na ampliação do número de alcance das publicações foram: #adocao, #adote, #adocaoresponsavel, #adoteumamigo. A produção diária de conteúdos para o Instagram® também foi um fator positivo para o crescimento da página, pois, proporciona uma maior interação com o público. O menor número de visualizações do blog quando comparado ao Instagram®, pode estar relacionado a preferência do público pelo Instagram® devido à maior disponibilidade de recursos midiáticos. O Instagram® se tornou um meio promissor para as ações do projeto e divulgações, devido ao crescimento do número de seguidores e ao alcance. Ambas plataformas colaboraram de forma significativa para manter as ações do Projeto de Extensão, contribuindo para a educação para a guarda responsável e a adoção de muitos animais, mesmo em tempos de isolamento social.

Palavras-chave: Adoção; Guarda responsável; Redes sociais.



APLICAÇÃO DOS 4 RS EM FELINOS SUBMETIDOS À C.E.D. NOS BAIRROS ACOMETIDOS POR FENÔMENO GEOLÓGICO EM MACEIÓ: DADOS PRELIMINARES

Maria Krislayne Oliveira da Silva¹, Maurício Carnaúba da Silva Mota ², Ana Paula Menezes Félix³, Yana Gabriella de Moraes Vargas³, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento⁴, Yane Fernandes Moreira⁵, Pierre Barnabé Escodro⁶

¹Graduanda em Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas;

²Biólogo e Técnico UFAL;

³Graduandas em Medicina Veterinária UFAL;

⁴Mestranda do Programa de Ciência Animal - UFAL;

⁵Médica Veterinária Responsável Técnica do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL;

⁶Docente e coordenador Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL

A problemática do abandono de animais é sistêmica no país, porém em Maceió-Alagoas, devido ao acidente geológico associado à extração de sal-gema em quatro bairros e mais de dez mil casas realocadas, o abandono animal ficou ainda mais evidente. Além disso, as colônias de gatos, que já existiam nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, aumentaram devido ao abandono inerente às evacuações das residências. Entre os objetivos do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL (INTEGRA UFAL) estão: a conscientização da população para que venha a ter uma posse responsável por seus animais, diminuição do abandono e controle reprodutivo dos felinos errantes, espécie de maior abandono regional. Assim a Captura, Esterilização e Devolução (C.E.D.), marcação (pique na orelha) e vacinação de Raiva dos animais é uma medida realizada no cotidiano. No entanto, o projeto busca em alguns casos internar os animais mais dóceis e realizar um trabalho de resgate seletivo, reabilitação, ressocialização e reintrodução à sociedade (4R's) por 30 dias, divulgando animais para adoção via redes sociais e apoio de protetores. Assim, no período de 01 de agosto de 2020 a 31 de janeiro de 2021, 98 felinos (60 fêmeas e 38 machos) dos bairros Bebedouro e Pinheiro foram retirados da soltura do programa de C.E.D. e internados para proposição do programa dos 4 Rs na sede do INTEGRA UFAL. Tais animais foram selecionados por apresentarem sinais de sociabilidade, evidências da condição de errantes devido ao abandono (não eram ferais). Desses animais, 36 conseguiram ser adotados de forma responsável (36,7%), sendo 18 de cada sexo. Os 62 animais restantes retornaram a suas colônias de origem nos bairros (42 fêmeas e 20 machos), devidamente identificados e ainda sendo submetidos a estímulos sociais, monitoramento e continuidade da divulgação para adoção. A adesão da sociedade ao programa tem sido percebida através dos compartilhamentos que impulsionam as adoções. O índice de adoção de 36,7 % foi alto, comparado com os alguns internacionais que dificilmente superam 20 % de adoção, mostrando a efetividade da iniciativa. Um animal não foi adotado devido à marcação de orelha ("pique"), sugerindo que poderia se ter alcançado 37 animais adotados ou 37,75 %. Nesse estudo inicial, a possível diferença de pouco mais de 1 % de adoção devido ao "pique", reforça que a marcação de orelha deve ser realizada mesmo em animais que vão à adoção, sendo que com as necessárias instruções, explicações e orientações por parte do projeto à sociedade, não diminuirão índices de adoção aos futuros tutores. Ainda, é bom ressaltar que a realidade vivida por essa iniciativa diz respeito a felinos na maioria abandonada por tutores na realocação, não considerando animais ferais, que não chegam a 10 % dos animais sob cuidados do projeto. A partir desse trabalho, podem-se buscar medidas similares em outras realidades, focando na diminuição de animais de rua através doações e desconstruindo a expectativa das pessoas em torno do confinamento de felinos em abrigos de ONGs, muitas vezes não inseridas em condições mínimas de bem-estar animal.

Palavras chaves: Abandono Animal; Felinos; Programa de ressocialização.



APOIO À FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DO BEM-ESTAR ANIMAL DO AMAZONAS

Camila Martins Pires¹, Gleice Rodrigues de Souza², Letícia Oliveira Cobello³, Kiviane Castro Ribeiro⁴, Gabriela Passos Sampaio⁵, Vanessa Menezes da Silva⁶, Suelen Alves Muniz⁷

¹Gestora de projeto, Fundação Amazônia Sustentável - E-mail: camila.pires@fas-amazonas.org

²Assistente de projeto, Fundação Amazônia Sustentável.

³Supervisora de políticas públicas e cooperação internacional, Fundação Amazônia Sustentável.

⁴Analista do programa de Soluções Inovadoras, Fundação Amazônia Sustentável.

⁵Gerente do programa de Soluções Inovadoras, Fundação Amazônia Sustentável.

^{6,7}Assessoras de Bem-estar Animal, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas.

A insuficiência de ações de saúde, controle e monitoramento da população de animais domésticos em Unidades de Conservação (UCs) estaduais e áreas urbanas no estado do Amazonas, contribuem para o desequilíbrio das saúdes ambiental, animal e humana, proporcionando o aumento do risco de transmissão de zoonoses e agravos como acidentes de trânsito e mordeduras, assim como o risco à saúde da fauna silvestre que está em contato constante ou indireto com cães e gatos e outros animais domésticos. Diante do contexto apresentado, no ano de 2020, iniciou-se o processo de elaboração, implementação e apoio na execução de uma política pública na área de Bem-estar Animal, como resultado da parceria entre a Fundação Amazônia Sustentável, com a supervisão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, tendo como objetivos: (i) o levantamento do contexto regional do bem-estar animal, (ii) o apoio na elaboração da Política Estadual de Bem-estar Animal do Amazonas e (iii) a implementação de ações práticas da política pública com parceiros locais. Planeja-se implementar ações práticas nos municípios de Manaus, Manacapuru e Novo Airão e em três Unidades de Conservação (UCs) estaduais: Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, RDS Puranga Conquista e na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro, onde ofertar-se-ão, gratuitamente, cirurgias de castração de cães e gatos, assim como atendimento veterinário de baixa complexidade, com o apoio do primeiro veículo castramóvel do estado. Dentre as estratégias do projeto, prevê-se a doação de ração a protetores de animais, por meio do Cadastro Estadual de Protetores e Cuidadores de Animais no Amazonas (Lei Estadual N.º 5.123/2020), assim como a realização do levantamento do contexto regional do bem-estar animal, que será realizado por meio de diagnóstico que está em processo de implementação, recorrendo a método não invasivo e com o uso de abordagens estruturadas, por meio de indicadores (diretos e/ou indiretos) nutricionais, comportamentais, ambientais, psicológicos e sanitários, baseados nas Cinco Liberdades (Farm Animal Welfare Council – FAWC, 1993), acompanhados de observações do ambiente e seus recursos disponíveis. Para o apoio à elaboração da política pública, se adotará método de diagnóstico do arcabouço jurídico para identificação das lacunas legislativas a serem preenchidas no Estado a fim de identificar a capacidade jurídica e técnica para a execução das mesmas, assim como a proposição de um marco legal e normativo, considerando-se os conceitos já existentes e as sinergias com outros sistemas jurisdicionais já adotados por outros Estados brasileiros, atentando-se à realidade da região Amazônica. Até o momento observou-se boa aceitação por parte dos gestores das UCs e da comunidade, visto que as atividades são ações pioneiras em algumas localidades do Estado, sobretudo em áreas protegidas. Espera-se que a implementação e execução deste projeto contribua para a melhoria da qualidade do meio ambiente e da saúde da população humana, proporcionando maior grau de bem-estar aos animais envolvidos e sensibilização da população sobre as premissas da guarda responsável de animais e a importância de não se criar animais silvestres como animais de estimação.

Palavras-chave: Manejo populacional; Política pública; Saúde única.



AValiação DA POSSE RESPONSÁVEL DE PETS HOSPEDADOS PELO PROJETO INTEGRA ANIMAL UFAL-BRASKEM

Riquelly Amália Dantas Ribeiro¹, Aline dos Santos Oliveira ¹, Maria Krislayne Oliveira da Silva, Maurício Carnaúba da Silva Mota, Pamela Thaiany Filgueira da Silva¹, Yane Fernandes Moreira, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Pierre Barnabé Escodro³.

¹Graduandas em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas- UFAL

E-mail: riquellyamalha9989@gmail.com

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Docente e coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Equídeos - GRUPEQUI-UFAL.

Diante do fenômeno geológico ocorrido pela extração de sal-gema nos bairros Bebedouro, Bom Parto, Mutange e Pinheiro, localizados em Maceió-Alagoas, ocorreu incremento de animais abandonados nas ruas. A partir disso, criou-se o Projeto Integra Animal, que visa diminuir o abandono e fundamentar ações em medicina preventiva e saúde única, entre elas suporte aos tutores da comunidade. Uma das ações nessa linha é manter animais hospedados temporariamente durante a reorganização do cidadão na nova moradia e a compensação financeira ocorrer definitivamente pela empresa Braskem. Para isso o morador em realocação deve solicitar a hospedagem antes da realocação, sendo animais consultados previamente à transferência. O objetivo deste resumo é avaliar a quantidade de felinos e caninos, que apresentavam tutores e foram hospedados pelo projeto, entre 01 agosto de 2020 à 31 de janeiro de 2021, apresentado as medidas preventivas (vacinação e desverminação em dia), 234 animais castrados, 9 (3,84%)pets com tutores que foram entregues à adoção durante a estadia (“abandono velado”). O projeto de extensão está aprovado pelo CEUA sob protocolo nº 33/2020 e registrado na PROEX-UFAL sob cód. PJ174-2020. Foram avaliadas 162(100%) entradas, sendo 122(75,30%) felinos, 46(28,39%) machos e 76(46,91%) fêmeas; e 39(24,07%) caninos, 18(11,11%) machos e 24(14,81%) fêmeas, respectivamente, entre a faixa etária de 1 dia de idade à 12 anos. Avaliando medidas preventivas, dos cães hospedados, 16 (94,12%) foram vacinados e vermifugados por não estarem com medidas atualizadas, enquanto que nos felinos o número de animais vacinados foi de 12(80%). Em relação aos animais esterilizados, apenas 0(0%) dos felinos, e 0(0%) dos caninos, haviam sido submetidos à castração. Todos animais não vacinados/desverminados e reprodutivamente ativos, foram submetidos às medidas preventivas e cirurgias de esterilização. Em relação ao “abandono velado”: 70/122 (57,4%) dos felinos e 9/39 (23,1%) dos caninos foram entregues a adoção. Avaliando os dados e considerando as diretrizes à proteção aos animais de companhia e errantes da Convenção Europeia, que no seu Art.4º traz: “Qualquer pessoa que possua um animal de companhia ou que tenha aceitado ocupar-se dele deve ser responsável pela sua saúde”, nota-se que os animais inclusos no projeto não apresentavam cuidados preventivos adequados, pois apenas 20 % dos gatos e 5,88% dos cães apresentavam programa de vacinação e vermifugação em dia, além de que os animais castrados representavam pouco na amostragem. O que mais chama a atenção no estudo foi o “abandono velado”, pois mais de metade dos gatos em que os tutores formalizaram a necessidade de hospedagem os entregaram para adoção, enquanto que mais de vinte por cento dos cães. A medida de hospedagem temporária do projeto foi eficaz no apoio aos tutores, mas trouxe à discussão que o abandono animal nos bairros tem forte influência da falta de posse responsável pelos tutores, maximizando-se através do fenômeno geológico que levou à realocação de mais de dez mil domicílios.

Palavras-chave: Adoção responsável; Hospedagem; Planilhas.



AVALIAÇÃO DE ANIMAIS ESTERILIZADOS NO PROCESSO DE REALOCAÇÃO DE BAIRROS EM MACEIÓ: DADOS PRELIMINARES

Izabelly Fernanda Vieira Gonçalves¹, Helena Emília Oliveira Teodósio¹, Aline dos Santos Oliveira¹, Ana Paula Menezes Felix¹, Riquelly Amália Dantas Ribeiro¹, Yana Gabriela de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Yane Fernandes Moreira³, Pierre Barnabé Escodro⁴

¹Discentes do curso de Medicina Veterinária da UFAL;

²Mestranda Programa de Ciência Animal-UFAL;

E-mail: izabellyfvg@gmail.com

³Médica Veterinária Projeto Integra Animal Braskem-UFAL INTEGRA ANIMAL;

⁴Docente do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFAL e coordenador INTEGRA ANIMAL.

O fenômeno geológico relacionado a extração do sal-gema provocou instabilidades em quatro bairros de Maceió (Bebedouro, Bom Parto, Mutange e Pinheiro), levando a necessidade da evacuação de mais de dez mil residências. Durante as evacuações o abandono de animais foi a principal ocorrência nos bairros atingidos, sendo que de 567 animais cadastrados no bairro Mutange, apenas 245 foram realocados, ficando um percentual de 43,2% de abandono, quase na totalidade gatos. Deste modo nasce o projeto Integra Animal com foco na conscientização da população sobre posse responsável e na tentativa da reversão dos abandonos por parte dos tutores, através de mutirões de vacinações e da execução de captura, esterilização e devolução (C.E.D.) de felinos. Frente a esse contexto objetivou-se avaliar dos animais em realocação, quantos não eram esterilizados, promovendo uma concepção do perfil e potencial de reprodução em casos de abandono. Foram utilizados dados das fichas de visita pré-mudança aplicada pelo projeto de Extensão Integra Animal BRASKEM-UFAL (INTEGRA ANIMAL), registrado como PJ 174-2020, com aprovação pela Comissão de Ética no Uso de Animal, sob o nº 33/2020. Foram atendidos nos domicílios, nas pré-mudanças, 900 cães e 898 gatos, totalizando 1798 animais entre 01 de agosto de 2020 a 31 de janeiro de 2021, sendo avaliados o sexo, espécie e se os mesmos foram esterilizados. Do total, 26,19 % eram castrados (471/1798). Separando por espécie, nos cães: 15,22% (137/900) eram esterilizados, sendo 82,48% (113/137) fêmeas e 17,52% (24/137) machos. Já para os felinos, 36,64% (329/898) eram castrados, sendo 68,39% (225/329) fêmeas e 31,61% (104/329) machos. A partir dos dados nota-se que na realidade local os cães são menos esterilizados que os felinos (15,22% versus 36,64%) e em ambas as espécies as fêmeas foram a amostragem maior esterilizada em relação ao sexo, porém as de felinos apresentavam menos índice de castração quando comparadas às cadelas. Diante desses resultados mostra-se imprescindível o papel do projeto Integra Animal atuando no acompanhamento das mudanças dos moradores que possuem animais garantindo assim que todos os animais sejam realocados junto ao seu tutor. Além disso, analisando o cenário atual e o alto índice de abandono de felinos, a partir desse estudo, o INTEGRA ANIMAL passou, a partir de janeiro de 2021, a oferecer a esterilização para todos os felinos em realocação, possibilitando menores índices de abandono e menor probabilidade de reprodução em cenário tão inóspito que acomete os bairros, já quase sem habitantes e num panorama de pós guerra. Esse estudo foi fundamental para proposição de mais uma linha de atuação do projeto: a esterilização dos felinos de tutores em realocação.

Palavras-chave: Esterilização; Felinos; Realocação.



AVALIAÇÃO DO “CHECK OUT” DOS PETS HOSPEDADOS PELO PROJETO INTEGRA ANIMAL UFAL-BRASKEM EM MACEIÓ-AL

Yana Gabriella de Moraes Vargas¹, Aline dos Santos Oliveira¹, Riquelly Amália Dantas Ribeiro¹, Pamela Thaiany Filgueira da Silva¹, Helena Emília Oliveira Teodósio¹, Maria Krislayne Oliveira da Silva², Rayane Caroline Medeiros do Nascimento³, Yane Fernandes Moreira⁴, Pierre Barnabé Escodro⁵, Renildo dos Santos Floresta⁶.

¹ Graduandas do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

² Graduanda do curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Alagoas;

³ Mestranda do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

⁴ Médica Veterinária e Responsável Técnica do Projeto Integra Animal da Universidade Federal de Alagoas;

⁵ Docente do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

⁶ Encarregado de Operações do Projeto Integra Animal - UFAL.

E-mail: renildofloresta@yahoo.com.br

O Projeto Integra Animal, aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sob o nº33/2020 e registrado na PROEX-UFAL sobcódigo PJ174-2020, apresenta por objetivo auxiliar moradores e animais dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, em Maceió, atingido pelo evento geológico correlacionado com a extração de sal-gema que acarretou fissuras e rachaduras nos imóveis. Os riscos de desabamento levaram a realocação, sob-remuneração pela empresa Braskem, de mais de dez mil domicílios, acarretando no abandono de centenas de animais, tanto felinos como caninos. Três são premissas fundamentais do projeto para evitar abandono animal: realização de captura, esterilização e devolução em felinos errantes; acompanhamento diário das mudanças e hospedagem temporária de animais com tutores (sob solicitação prévia à mudança) e errantes com necessidade de tratamento urgente. No período de agosto de 2020 até Janeiro de 2021 foram hospedados temporariamente 221 animais, sendo que 155/221 (70,13%) destes animais já saíram da hospedagem (“Check Out”) e 66/221 (29,87%) continuam hospedados. Desses: 160/221 (72,4%) eram felinos. 99/160 (61,87%) fêmeas e 61/221 (38,13%) machos; e 61/221 (27,6%) eram caninos, sendo 35/61 (57,37%) fêmeas e 26/61 (42,63%) machos. Dos animais que estão hospedados atualmente, 31/66 (46,96%) apresentam tutor (animal está realmente em hospedagem); 23/66 (34,86%) animal chegou com o tutor, mas sugere que o mesmo não vai pegá-lo de volta (“abandono velado”); 12/66 (18,18%) animal errante, já possui liberação para adoção ou CED (Captura, esterilização e devolução) ou o mesmo se encontra em tratamento. A partir dos dados, nota-se um número de entradas superior para felinos, com mais de 70%, bem como os animais com tutor são maioria, seguidos de animais que sugerem que tutores não irão buscar ou “abandono velado”, devido ao tempo superior a 60 dias de hospedagem sem comunicação voluntária. Esse dado é preocupante, pois sugere, no final do projeto, um passivo de cerca de um terço dos animais podem ficar de maneira definitiva mesmo com tutor. Já em relação ao “check out”, todos os animais foram castrados, vacinados e passaram pela vermifugação, sendo que: 64/155 (41,3%) foram encaminhados para adoção; 62/155 (40,0%) eram errantes e retornaram às ruas (CED); 22/155 (14,2%) foram devolvidos aos tutores; e 7/155 (4,5 %) vieram a óbito (todos os filhotes recém-nascidos, sendo 4 cães e 3 felinos). Nesse item, nota-se que a percentagem de adoção é a maior, principalmente associada a animais errantes, mostrando bom índice de adoção ao projeto. No entanto imediatamente atrás nota-se que 40 % retornam às ruas, normalmente animais dóceis que poderiam conseguir adoção. A partir dos dados, nota-se que os felinos representam a espécie de maior grau de atenção que se deve ter no projeto, bem como necessidade de medidas para diminuir abandono durante a hospedagem temporária e estratégias para aumentar adoção de felinos abandonados por tutores no processo de realocação.

Palavras-chave: Abandono Animal; Fenômeno Geológico; Hospedagem.



BEAGUARAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS E CONQUISTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Juliana de Carvalho Xavier¹, Tatiane de Aguiar Sousa^{1,2}, Ricardo Tavares do Carmo¹, Maria Ester Crispim Nogueira Fernandes¹, Vanessa Lopes da Cunha¹, Tatiana Leite Barbosa Araujo dos Santos¹, Maria Rafaela Feitosa de Sousa¹, Dalana Oliveira Veras¹, Naylê Francelino Holanda Duarte^{1,3}.

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: julianacxavier@hotmail.com

²Faculdade Terra Nordeste -FATENE, Caucaia, Ceará, Brasil

³Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO, Fortaleza, Ceará, Brasil

⁴Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina PPG Saúde Pública, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Formar cidadãos preocupados com o meio ambiente em nosso país é extremamente urgente e necessário. De forma a alertá-los sobre as consequências das intervenções humanas e estimular o desenvolvimento de ações que visem a sua conservação. Porém fazer educação ambiental nem sempre é uma tarefa fácil e em tempos de pandemia tornou-se um desafio muito maior, levando os a reinventar-se. Tendo como característica o contato próximo com crianças através de pinturas faciais e teatro, a ONG Beaguaras precisou mudar suas estratégias de atuação para atingir seu público-alvo. Este trabalho objetiva descrever os desafios e as estratégias usadas pela ONG Beaguaras para ressignificar os seus propósitos. A partir de abril de 2020, a página do Instagram foi utilizada como acesso principal a conteúdos educativos produzidos pela equipe. Foram planejadas e realizadas ações durante a quarentena, através da divisão de equipes responsáveis por produzir material visual, organizar as palestras virtuais, gerenciar inscrições e assessoramento interno. As ações feitas foram: publicações de quadrinhos sobre as Cinco Liberdades dos animais, com informações visuais e linguagem acessível para todos os públicos; publicações diversas com reflexão sobre temas como queimadas, adoção responsável etc.; comemoração do Dia das Crianças através do Concurso de Fotografia “Meu amigo não é brinquedo” e vídeos ensinando a fazer origami de animais; além de quatro palestras gratuitas via *google Meet*, com temas de interesse aos acadêmicos de veterinária e áreas afins como (Raiva Humana com transmissão por animais silvestres, Teoria do Elo, Leishmaniose e Bem-estar de Primatas). Em junho de 2020 o Beaguaras participou de uma campanha de arrecadação de ração através da parceria com o projeto “São João do Ceará Solidário dendi casa” do sistema Verdes Mares e Tratto rações, com arrecadação e distribuição de 700kg de rações para as ONGs como forma de contribuir com as entidades na diminuição do impacto econômico durante as incertezas do início da Pandemia, o que firmou novas parcerias com ONGs de adoção de animais. O concurso de Fotografia ajudou a divulgar a página entre muitos seguidores que ainda não conheciam o projeto, pois um dos critérios usados para a premiação dos candidatos foi o maior número de curtidas. Foram premiadas com kits fornecidos pela Vetnil e Tratto as 11 crianças que postaram fotos com seus pets, tendo o primeiro lugar conseguido 1.112 curtidas na rede social. O número de seguidores também aumentou entre acadêmicos através das palestras, que foram assistidas por interessados de outros estados. Os temas e palestrantes foram escolhidos pensando em questões atuais e pertinentes a saúde única (raiva leishmaniose canina, bem-estar de primatas e teoria do elo), o que possibilitou reflexão entre participantes e parcerias com outras instituições. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo distanciamento social, o objetivo foi alcançado. Além de cumprir seu papel social, o Beaguaras ampliou o número de seguidores no Instagram, alcançou novo público (profissionais e estudantes) e firmou novas parcerias.

Palavras chave: Educação ambiental; Pandemia; Desafios.



CÃOMINHA: AMPARO PARA ANIMAIS, MEIO AMBIENTE E MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Bruna Brati Teodoro¹, Francielle Ostrufka Januário¹, Hevelin Pontaldi Marques¹, Maria Eduarda Pacheco Schmitt¹, Stelamaris Dezen²

¹Estudante de Medicina Veterinária, Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*

E-mail: bratibruna@gmail.com

²Doutora, Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*

A autonomia social e econômica de boa parcela da população brasileira não é favorável e muitos indivíduos ainda são dependentes de políticas públicas de assistência social. Alguns fatores são condicionantes para esse cenário, como a desigualdade social e econômica e a vulnerabilidade dos laços comunitários e familiares. Para essas pessoas, o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) oferece amparo e atua como principal instrumento para superação das expressões da condição social. Os animais de companhia, para esse grupo, proporcionam apazimento e auxílio nos desafios diários. Entretanto, grande parte das pessoas não detém noções básicas para prover bem-estar aos seus animais, resultando em práticas equivocadas acerca destes por falta de instrução. Da mesma maneira que se tem a preocupação com as pessoas e animais, tem-se pela manutenção adequada do meio ambiente em que esses grupos convivem. Nesse sentido, um dos receios é com relação à destinação adequada dos resíduos e decomposição de materiais descartados na natureza, que podem acabar se tornando criadouros de mosquitos transmissores de arbovírus que causam doenças como dengue, zika e chikungunya. Com base na relevância de cada um dos temas supracitados, o Projeto Cãominha surgiu da necessidade multidisciplinar de permitir inovação produtiva, estabelecimento de laços sociais, geração de trabalho e renda por parte das mulheres atendidas pelo CRAS, transmitir informações a respeito de zoonoses, conceitos de bem-estar baseados nos Cinco Domínios do Bem-estar Animal e contribuir para a conservação do meio ambiente, ao utilizar pneus descartados na confecção de camas para pets. Para tanto, são confeccionadas caminhas, em oficinas realizadas nas sedes dos CRAS, destinadas às mulheres assistidas por tal órgão, instruídas por acadêmicas participantes do projeto. Os materiais empregados são: pneus, calotas de rodas automotivas, agasalhos de moletom usados, fibra de lã, tinta atóxica, estiletes e pincéis de pintura. No início de cada oficina, são ministradas palestras educativas referentes aos temas “Economia Criativa”, “Dengue e outras zoonoses relacionadas aos pneus”, “Preservação Ambiental” e “Bem-Estar Animal” por meio de apresentações de *slides* e discussão lúdica dos assuntos. No fim das ações, são aplicados questionários para analisar a retenção de conhecimento pelas participantes sobre os temas apresentados. Em cada oficina realizada, percebeu-se a atenção, entusiasmo e dedicação demonstrada pelas participantes, além do grau de absorção de conteúdo ter sido bastante relevante, o que certificou o sucesso do projeto. Durante sua execução, foram atendidas 60 mulheres em situação de vulnerabilidade social entre a faixa etária de 18 a 65 anos, as quais produziram 60 camas para pets fabricadas de materiais reutilizados. Em 2020, entretanto, devido à pandemia do SARS-CoV-2, o projeto teve que ser re-estruturado. A equipe passou a desenvolver trabalhos de forma virtual, com o auxílio das redes sociais Instagram e Facebook, como meio de transmitir informações às integrantes do CRAS e à população. Essas postagens apresentaram relevância significativa, visto que atingiram 8232 pessoas nesse novo formato. Dessa forma, os resultados obtidos durante o remodelamento do projeto permitem a instrução de um número relevante de pessoas sobre saúde única, preservação do meio ambiente e bem-estar animal.

Palavras-chave: Bem-estar Animal; Meio Ambiente; Saúde Única.



CASOS DE ACUMULADORES NAS REGIÕES DA VILA MARIANA E JABAQUARA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PRESENTES EM FEVEREIRO DE 2021

Cristina Rei Ohashi Sato¹, Marina de Mello Del Grande¹, Martha Blanes Angeli Quartaroli¹,
Felipe José Freddo²

¹Médica Veterinária, Especialista em Vigilância Ambiental, UVIS Vila Mariana/Jabaquara PMSP;
E-mail: cristinarei@hotmail.com

²Biólogo, Especialista em Vigilância Ambiental, UVIS Vila Mariana/Jabaquara PMSP

Dentre os serviços realizados pela UVIS (Unidade de Vigilância em Saúde) estão as ações de promoção na resolução dos casos acumuladores pela Vigilância Ambiental. A UVIS Vila Mariana / Jabaquara abrange os distritos administrativos de Vila Mariana, Moema, Saúde e Jabaquara, dentro do Município de São Paulo. A população da Vila Mariana é da ordem de 344 mil habitantes e a do Jabaquara de 223 mil habitantes. O acúmulo excessivo de animais (Síndrome de Noé) ou inservíveis (Síndrome de Diógenes), associado à falta de higiene e organização, resulta em insalubridade do ambiente, com potencial risco à saúde individual e coletiva, uma vez que esses ambientes se tornam locais ideais para a proliferação de insetos, escorpiões e roedores, propiciando condições de transmissão de diversas zoonoses. O acumulador muitas vezes é incapaz de reconhecer a situação, minimizando ou negando o problema. Em 2013 a acumulação compulsiva foi definida como um transtorno mental. Trata-se de um agravo que exige ações concatenadas entre diferentes estruturas públicas, de maneira que minimize os riscos de agravamento da saúde física e emocional da pessoa nessa situação. O processo deve ser seguro tanto para o cidadão quanto para a coletividade que o cerca. O presente trabalho teve por objetivo identificar algumas características das pessoas em situação de acumulação das regiões de Vila Mariana e Jabaquara. As informações atualizadas dos casos identificados de acumuladores nas regiões da Vila Mariana e Jabaquara foram dispostas em uma planilha única. Os casos foram contabilizados por região, gênero, área de cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF), tipo de acumulação, e, dentro dos acumuladores de animais, tipo de animais e apresentados em formatos gráficos. Os casos de acumuladores identificados presentes em fevereiro de 2021 nas regiões da Vila Mariana e Jabaquara totalizam 59 casos, sendo 18 (31%) na Vila Mariana – aproximadamente 5 acumuladores para cada 100.000 habitantes – e 41 (69%) no Jabaquara – aproximadamente 18 acumuladores para cada 100.000 habitantes. As mulheres somaram 40 casos (68%) e 16 eram homens (27%). Em três casos não foi identificado o sexo, pois não foi possível nenhum contato. A maioria dos casos identificados estavam dentro de área de cobertura do PSF (34 casos, 58% do total), o que se deve ao fato do próprio programa prover a identificação desse agravo. 63% era de acumulação somente de inservíveis (37 casos), que somados aos que acumulam animais juntamente com inservíveis, resultou em 43 casos (73% do total). 17% acumulam somente de animais (10 casos) e em 6 casos não foi possível identificar o tipo, pois não foi permitido a vistoria. Dentre os acumuladores de animais, 7 acumulavam cães e gatos, 5 acumulavam cães e 4 acumulavam gatos. Considerando as características das pessoas em situação de acumulação constatou-se predominância significativa no sexo feminino e no acúmulo de inservíveis. Os casos se concentraram na maioria na região do Jabaquara, dentro de áreas de cobertura do Programa de Saúde da Família. Entre os casos de acúmulo de animais, a maioria apresentou acúmulo de duas espécies (cães e gatos).

Palavras-chave: Acumulador; Vigilância Ambiental; Vigilância em Saúde.



CASTRAÇÃO É A SOLUÇÃO – CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Giovanna A. B. Carrera¹, Bianca G. da Silva¹, Jessica N. W. Yada¹, Camila A. Bernardi²

¹Graduando(a) em Medicina Veterinária - Universidade do Oeste Paulista.

E-mail: gi1brignol@gmail.com

²Mestre em ciência animal - Universidade do Oeste Paulista

O abandono de animais é uma condição negligenciada pelos órgãos públicos por falta de políticas públicas que expõem a população principalmente de baixa renda as mais diversas zoonoses. Segundo os dados levantados pelo IBGE e atualizados pela inteligência comercial do Instituto Pet Brasil, em 2018 foram contabilizados 54,2 milhões de cães e 23,9 milhões de gatos no país. O CCZ (centro controle de zoonoses) de Presidente Prudente, cidade onde o projeto é executado, há em média 53 mil animais, porém não há estimativa de quantos vivem em situação de abandono. Além da esterilização dos animais, é necessário educar a população sobre posse responsável. O projeto foi iniciado no bairro Morada do Sol e se estendeu para o bairro Humberto Salvador em Presidente Prudente, sendo estes bairros de alta vulnerabilidade social. Os recursos financeiros foram arrecadados de forma solidária e com venda de produtos personalizados. O cadastro foi feito através de visitas domiciliares com o intuito de identificar os residentes interessados e avaliar semiologicamente os animais para identificar se estavam aptos a passar pelo procedimento cirúrgico. O pré-cirúrgico iniciou-se com a busca dos animais no bairro e os mesmos foram acomodados no canil da UNOESTE onde foi feita a avaliação semiológica, pesagem e tricotomia. Os animais permaneceram em baias individuais em jejum até o dia seguinte para realização da cirurgia. Para o ato cirúrgico foram formados grupos de cinco a seis alunos em dez bancadas formadas por cirurgião, auxiliar, instrumentador, anestesista e volante, de acordo com as disciplinas cursadas (Técnica Cirúrgica e Anestesiologia). Durante a cirurgia os alunos foram supervisionados pelos professores e aprimorandos. No pós-operatório os parâmetros vitais foram aferidos até o retorno dos níveis basais, estando aptos a serem devolvidos aos seus tutores com o receituário, medicações e orientações dos cuidados do pós-cirúrgico. O retorno para retirada dos pontos foi realizado 10 dias após o procedimento. Entre o segundo semestre de 2017 até o final de 2019 foram esterilizados 201 animais entre caninos e felinos, machos e fêmeas de diversas idades. Dentro do projeto de extensão houve a parceria com projetos de pesquisa que possibilitaram a realização de exames complementares, como hemogramas, exames de imagem e parasitológico, além do desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e publicações em congressos. Os procedimentos de OSH e orquiectomia se mostram seguros, mesmo quando realizados por alunos que passaram pela disciplina de técnica cirúrgica. Outro fator a ser constatado foi a conscientização da população quanto a necessidade do controle populacional, os cuidados com os animais recém-operados, práticas de bem-estar e posse responsável. Conclui-se que a interação entre a instituição acadêmica e a comunidade local, contribui com o aprimoramento das técnicas dos graduandos, controle populacional de cães e gatos, bem-estar animal e saúde pública. Além disso, o projeto faz com que os graduandos tenham um olhar mais solidário, humanitário e ainda estima a responsabilidade social e de saúde pública que o médico-veterinário exerce na sociedade.

Palavras-chave: Caninos; Esterilização; Felinos.



COMO FAZER “EDUCAÇÃO EM SAÚDE” EXIGIDA NOS PROGRAMAS DE MANEJO ÉTICO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS? A EXPERIÊNCIA DA UFMG

Camila Machado Torres¹, Gustavo Canesso Bicalho¹, Werik dos S Barrado¹, Antônio Barbosa da Silva Júnior¹, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira¹, Graciela Kunrath Lima¹, Christina Malm¹, Marcelo P N. de Carvalho¹, Luiz C Vilalta², Vania Regina Goveia³, Fernanda Louro de Souza⁴, Danielle F de M Soares¹

¹Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: camilatorres@vetufmg.edu.br

²Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

³Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais

⁴Departamento de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais Autor

Programas de Manejo ético populacional precisam ser construídos amparados em bases sólidas que têm como meta principal a educação da sociedade. Nos *campi* universitários problemas como o abandono e os maus-tratos aos animais são crescentes e necessitam de enfrentamento urgente. Em 2018 foram implantadas políticas públicas para Manejo ético de animais domésticos e vigilância de animais silvestres na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo a Educação em Saúde como principal estratégia. Objetivos: criar uma rede de comunicação e vigilância contra o abandono e maus-tratos dos animais, com desenvolvimento e aplicação de ferramentas e estratégias de orientação e mobilização da comunidade interna e externa da UFMG, abordando a importância do bem-estar animal, guarda responsável e saúde animal como componentes essenciais da saúde única. O estudo do tipo intervenção foi realizado nos *campi* Saúde e Pampulha da UFMG, em Belo Horizonte MG. Foram aplicadas sete diferentes estratégias de ações educativas em mais de 500 indivíduos: 1. Capacitação dos membros da Comissão Permanente de Animais; 2. Treinamento dos profissionais de segurança com entrega de fichas de orientação mais álbum de fotos e localização de cada animal do *campus*; 3. Produção de manual para os adotantes sobre comportamento de cães e gatos e cuidados básicos; 4. Sinalização em todos os pontos fixos de alimentação sobre punição de abandono e maus-tratos; 5. Orientação de toda a comunidade acadêmica com envio de cartilhas online; 6. Trabalho nas escolas para sensibilização da comunidade externa; 7. Criação de página nas redes sociais para adoção responsável. Todos os 41 voluntários e membros da Comissão Permanente foram capacitados sobre as estratégias de manejo populacional, protocolos de enfrentamento e prevenção de doenças, e aplicação de fluxos de atendimento e demanda dos animais. Foi proposto e está em andamento o treinamento dos 478 profissionais da segurança, abordando temas relacionados aos animais e às ações necessárias em caso de incidências e emergências. Foram capacitados todos os adotantes de animais dos *campi* com disponibilização do manual nos sites das Escolas de Veterinária e de Enfermagem da UFMG. Foram acondicionados 100 comedouros nos pontos de alimentação, acompanhados de peças publicitárias contra o abandono e a alimentação não autorizada. Foi disponibilizada à comunidade acadêmica pelos colegiados de curso a cartilha de orientação sobre o programa. As ações voltadas para a comunidade externa da UFMG, incluindo as escolas de educação básica, terão seus resultados apresentados neste evento pelo projeto Semeando Saúde Única. Divulgação em redes sociais com adoção, até o momento, de 25 animais. Conclusão: As estratégias de educação foram fundamentais para a implantação e manutenção do programa de manejo na UFMG, por se tratar de pessoas com diferentes formações, culturas e percepções. Dessa forma, o nivelamento e a sensibilização dos usuários proporcionou a formação de uma rede de comunicação e vigilância, com rápida notificação de novos abandonos, pronta remoção de animais feridos, melhor convivência entre animais e pessoas e tendência crescente de adoções, com manutenção de animais saudáveis em locais seguros nos *campi*.

Palavras-chave: Campus Universitários; Educação em Saúde; Manejo Populacional.



CONCURSO BEAGUARAS DE FOTOGRAFIA: UMA CAMPANHA DE CONCIENTIZAÇÃO E GUARDA RESPONSÁVEL PARA CRIANÇAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amilton César de Souza Marques¹, Rodrigo Rabelo de Castro Sousa¹, Fernanda Melo Jucá¹, Francisco Alexandro de Oliveira Júnior¹, Davi Renan Moreira Carvalho Melo¹, Karina Gatti de Abreu, Tatiana Leite Barbosa Araújo dos Santos¹, Victória Forte Viana¹, Naylê Francelino Holanda Duarte¹

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: amcesar0726@gmail.com

Em meio a uma pandemia causada pela chegada do covid19 ao Brasil e uma necessidade constante de dar continuidade as atividades educacionais em bem-estar animal à nossa sociedade, a Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres- BEAGUARAS, resolveu utilizar-se dos recursos remotos possíveis e a data do dia das crianças para realizar um concurso de fotografias intitulado: “*MEU AMIGO NÃO É BRINQUEDO*” e consequentemente celebrar essa data. A fim de evitar que as pessoas não associassem a aquisição de um *pet*, nesse momento de isolamento social, como suporte emocional temporário e desvinculassem a figura de um animal de estimação a ideia de um presente/objeto, o concurso buscou mostrar a importância dos animais em nossas vidas, salientando que eles, como membros da família, necessitam de cuidados especiais e que dependem exclusivamente de nós para que estejam em harmonia com o ambiente. O bem-estar animal se dá na medida em que as pessoas compreendem a responsabilidade de ter um *pet* em casa, os cuidados e necessidades que os mesmos requerem em todas as fases de suas vidas. A proposta do concurso era que crianças de 0 à 12 mandassem suas fotos no ato de sua inscrição (mediante autorização dos pais) acompanhadas com seus amiguinhos *pet*, seguissem as regras estabelecidas e publicadas previamente pela comissão organizadora do concurso e que buscassem o maior número de likes possível através da plataforma instagram oficial do BEAGUARAS. A publicização desse evento de fotografias foi realizada pelos candidatos, seus familiares e amigos, e pelos integrantes do BEAGUARAS. A princípio, iríamos premiar somente os três primeiros colocados, com brindes disponibilizados por duas empresas de produtos veterinários, Tratto e Vetnil. Devido ao desempenho dos participantes, os patrocinadores cederam prêmios suficientes para contemplar os nove candidatos inscritos no concurso, diferenciando o prêmio do candidato que foi o primeiro colocado que ganhou dois brindes. A comemoração do dia das crianças adaptado virtualmente foi bem sucedida, além de termos contemplado as crianças com a ideia do concurso como uma brincadeira educativa, os brindes foram direcionados a seus *pets*. O dia era da criança, mas quem ganhava o presente era seu melhor amigo *pet*. Nossa missão enquanto propagadores de saúde e bem-estar animal foi exitosa na medida em que atingimos as muitas famílias que abraçaram a causa e clicaram para eleger sua fotografia preferida, essas famílias puderam saber um pouco sobre nosso papel socioeducacional e sanitário além das muitas informações importantes para os bons cuidados com seus amiguinhos *pet* e o que realmente eles representam no âmbito dos nossos lares. Após a divulgação dos ganhadores, os brindes foram distribuídos, a céu aberto, em um parque da cidade, tomando as medidas sanitárias recomendadas pela OMS nesse período pandêmico. Foi importante observar o envolvimento e satisfação das crianças nesse processo de conscientização sobre o respeito e o amor aos animais. Temos ciência que o reflexo de nossas ações pode não ser evidente agora, mas almejamos que gerações futuras absorvam aquilo que estamos ensinando hoje.

Palavras-chave: Fotografia; Pandemia; Conscientização.



DESAFIOS E CONQUISTAS DO MÉDICO-VETERINÁRIO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DURANTE PANDEMIA DE COVID-19

Suzanna Cavalcante Lins¹ e **Débora Rochelly Alves Ferreira²**

¹Mestre em Ciência e Saúde Animal, Centro Universitário de Patos-UNIFIP.

E-mail: su.clins23@gmail.com

²Doutora em Medicina Veterinária, Centro Universitário de Patos-UNIFIP.

O médico-veterinário é reconhecido mundialmente como profissional da saúde, entretanto, para muitas pessoas é visto especificamente como profissional das ciências agrárias. No Brasil, esta categoria entrou para lista de profissionais da área da saúde através da Resolução nº 218/1997. Em 2011, o médico-veterinário foi inserido na equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, contribuindo com seus saberes nas equipes multiprofissionais em saúde, reforçando os preceitos da Saúde Única. Objetiva-se relatar desafios e conquistas da atuação de uma médica-veterinária (MV) residente multiprofissional na Atenção Primária à Saúde durante pandemia da Covid-19 no semiárido brasileiro. Este trabalho é um relato de experiência da MV residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde no município de Patos, Paraíba, Brasil, da vivência e das ações realizadas nos anos de 2020 e 2021. A atuação do médico-veterinário em uma equipe multiprofissional dentro de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) mostra-se como algo desconhecido por parte da população e de profissionais de saúde, inclusive profissionais da Medicina Veterinária e gestores. Inicialmente, a MV residente teve um grande desafio para mostrar aos residentes, tutores de outros núcleos, preceptores, profissionais da UBS, demais profissionais e gestores quais as atribuições e contribuições do médico-veterinário na saúde pública. Ao saber da inserção do médico-veterinário na equipe, os profissionais de saúde e gestores buscavam a MV para atendimentos clínicos aos animais. Entretanto, a Medicina Veterinária não se limita a saúde animal, tampouco na área da clínica médica. Aos poucos foram sendo demonstradas as ações do médico-veterinário na intercessão da saúde animal, saúde humana e saúde ambiental (Saúde Única), atuando nas orientações sobre mitos e verdades da Covid-19 em animais; importância do uso correto do hipoclorito de sódio na higienização dos alimentos; interconsultas com outros profissionais, principalmente em pré-natais falando de toxoplasmose e outros temas; em barreiras sanitárias na pandemia junto a equipe da Vigilância Sanitária e Epidemiológica do município; telemonitoramento da Covid-19; fiscalizações sanitárias; participação e auxílio na coordenação de campanha de vacinação antirrábica animal com a equipe da Vigilância em Saúde; salas de espera em UBSs apresentando informações sobre maus-tratos aos animais, vacinação animal, distanciamento social; educação permanente sobre saúde mental, uso das redes sociais como ferramenta de trabalho durante a pandemia da Covid-19; participação em ações de testagens rápidas humanas para sífilis, HIV, hepatite B e C e Covid-19; orientação, notificação e atendimento nos casos dos usuários encaminhados para realizar protocolos vacinais contra raiva humana; participação em projetos terapêutico singular; visitas domiciliares; ações do programa de leishmaniose visceral canina; visitas a associações de coleta seletiva de resíduos observando as vulnerabilidades e fatores de risco. A atuação é desafiadora desde o início para se firmar e apresentar as competências profissionais e potencialidades para o território com a participação deste profissional em tantas ações e orientações. O médico-veterinário demonstrou sua capacitação na área da saúde conquistando seu espaço também em UBSs, apresentando a comunidade e aos demais profissionais que é responsável além da saúde animal, pela saúde humana e cuidado ambiental.

Palavras-chaves: Brasil; Saúde Coletiva; Saúde Única.



EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA SOBRE INTERAÇÃO HUMANO/ANIMAL PARA TRANSFORMAÇÃO DE PROFESSORES, ALUNOS E AGENTES DE SAÚDE EM MULTIPLICADORES DO CONHECIMENTO EM MG

Isadora Martins Pinto Coelho¹, Lorena Diniz Macedo¹, Werik dos Santos Barrado¹, Isabela da Cunha Krieger Amorim¹, Brenda Andrade Machado¹, Camila Machado Torres¹, Danielle Ferreira de Magalhães Soares¹, Rafael Romero Nicolino¹, Camila Stefanie Fonseca Oliveira¹.

¹Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: isadoramartinspcoelho@gmail.com

O Semeando Saúde Única (SSU) é um projeto da Escola de Veterinária da UFMG (EV-UFMG) em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais (CEDEF-MPMG), a Delegacia de Crimes contra a fauna, a Secretaria de Meio Ambiente e o Núcleo de Epidemiologia, Estatística e Saúde Pública (NEEST) da EV-UFMG, cujo objetivo é realizar ações que promovam a educação humanitária relacionada principalmente à interação humano/animal. Em 2020, por demanda da CEDEF, foram elaborados manuais e cartilhas educativas para três públicos, principalmente: professores, crianças do ensino fundamental e para os agentes de saúde. Estes materiais abordam temas como guarda responsável, bem-estar animal e sobre as principais zoonoses presentes em Minas Gerais: a esporotricose, a leishmaniose, a dengue, a febre maculosa e a raiva. As cartilhas contêm informações importantes sobre transmissão, fatores de risco, controle e prevenção dessas doenças, além de atividades lúdicas e exercícios de fixação para serem realizados com as crianças. O objetivo é fornecer um material de apoio para os 853 municípios de MG para o estabelecimento de ações em educação humanitária com ênfase em saúde única, de forma a transformar o público-alvo em questão em multiplicadores do conhecimento. O conteúdo do material é claro e direto, ressaltando os principais pontos de cada zoonose, do bem-estar e da guarda responsável dos animais de companhia, levando a informação de maneira lúdica e simples. Para o público infantil, as atividades propostas são interativas e participativas, podendo ser realizadas em sala-de-aula ou junto à família. O propósito é estimular uma reflexão das crianças sobre o meio em que estão inseridas. Junto ao material infantil está disponível um manual para os professores, contendo as instruções das atividades de forma detalhada e sugestões de dinâmicas para a realização das ações, que podem ser adaptadas de acordo com a realidade de cada instituição e faixa etária dos alunos. Para os agentes de saúde, foi elaborado o “Manual do Agente Comunitário de Saúde em Educação Humanitária”, com ênfase nos mesmos temas. Todos os materiais foram construídos para que os gestores de saúde e meio ambiente de quaisquer municípios possam utilizá-los livremente, reproduzindo de forma parcial, total ou realizando adaptações. No conteúdo de todos os materiais fica claro o papel do médico-veterinário como um importante agente de saúde humana e potencial educador em saúde. Com os materiais produzidos, espera-se como resultado a sensibilização dos envolvidos, seguida da mudança de comportamento individual e coletivo com relação à saúde, bem-estar, e convivência mais harmônica entre animais e pessoas. Para o SSU, esses materiais são de extrema importância pois, a educação humanitária em saúde única mostra-se como ferramenta essencial para conscientização da população em busca de um futuro mais saudável e sustentável, fortalecendo o conceito de “Saúde Única”.

Palavras-chave: Bem-estar Animal; Educação em Saúde; Zoonoses.



ESTRATÉGIA INOVADORA PARA TRATAMENTO DA ESPOROTRICOSE FELINA: RELATO DE CASO DO USO DE ITRACONAZOL TÓPICO EM BELO HORIZONTE-MG

Lorena Diniz Macedo Silva¹, **Werik dos Santos Barrado**¹, Isadora Martins Pinto Coelho¹, Marie Gabriele Santiago², Gisele Assis Castro Goulart³, Gustavo Canesso Bicalho⁴, Bianca Moreira de Souza⁵, Danielle Ferreira de Magalhães Soares⁶, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira⁶

¹ Graduando em Medicina Veterinária pela Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV-UFMG) – E-mail: lorena.macedo@yahoo.com.br

² Mestranda em Ciência Farmacêutica da Faculdade de Farmácia (FF) da UFMG;

³ Professora no Departamento de Ciências Farmacêuticas da FF-UFMG;

⁴ Residente em Saúde Pública e Zoonoses com Ênfase em Controle Populacional de Cães e Gatos pela EV-UFMG;

⁵ Mestranda em Ciência Animal pela EV-UFMG;

⁶ Professora no Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da EV-UFMG.

A esporotricose é uma zoonose de infecção crônica causada por fungos do complexo *Sporothrix schenckii*, leva a lesões cutâneas comumente nodulares e ulceradas, com liberação de sangue e exsudato purulento. O gato é o principal animal envolvido na transmissão para humanos e, no Brasil, essa doença vem se tornando um grave problema de saúde pública, com aumento progressivo no número de casos. O objetivo do trabalho foi relatar o uso do itraconazol tópico, ainda não utilizado comercialmente no Brasil, em um felino que apresentou melhora significativa das lesões após ausência de resposta ao tratamento oral de itraconazol. Nesse contexto, um felino macho de aproximadamente 7 anos, sem raça definida (SRD), pesando aproximadamente 1 kg, apresentou em agosto de 2020 lesões nodulares e ulcerativas na região da cabeça, com diagnóstico confirmado de esporotricose. Foi internado em clínica veterinária onde recebeu o tratamento oral de itraconazol, 100mg SID, associado a amoxicilina 250mg/5ml BID por 12 dias. Porém, a ferida estava regredindo lentamente e o iodeto de potássio foi associado ao tratamento no mês de novembro, com melhora significativa das feridas. Entretanto, em dezembro o paciente apresentou piora clínica, com apatia, inapetência, emagrecimento demasiado e alteração das enzimas hepáticas. O tratamento foi suspenso e o paciente foi internado, com administração de Hemopet, amoxicilina associada a clavulanato e Nutralife. Uma das condutas recomendadas seria a eutanásia, no entanto, após a melhora clínica do paciente, optou-se por retorno ao tratamento oral inicial associado ao tópico de itraconazol 1% p/p, esse último desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da UFMG, solução esta menos agressiva, mais eficaz e de mais fácil administração em animais dóceis. Após 15 dias de tratamento, o paciente teve evolução clínica expressiva, com regressão da ferida. Atualmente, o animal encontra-se em ótimo estado clínico e remissão quase completa da ferida. Belo Horizonte vive uma epidemia de esporotricose e um crescente número de abandono de animais doentes ou não responsivos ao tratamento convencional tem sido observado. Novas estratégias de tratamento, especialmente para os casos não responsivos ou que apresentem toxicidade são urgentes. Associado a isso, ressalta-se a importância da educação em saúde da população sobre as formas de transmissão e fatores de riscos para a esporotricose zoonótica, assim como a importância da guarda responsável, castração e restrição dos animais de companhia à rua como principais formas de controle e prevenção dessa e de outras doenças.

Palavras-chave: Gatos; Itraconazol; Tópico.



IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO DE REALOCAÇÕES COM ANIMAIS EM BAIRROS ACOMETIDOS POR ACIDENTE GEOLÓGICO NA CIDADE DE MACEIÓ- ALAGOAS, BRASIL

Helena Emilia Oliveira Teodosio¹, Yana Gabriela de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Yane Fernandes Moreira³, Renildo dos Santos Floresta⁴, Noelia Layslla Costa Barros⁵, Pierre Barnabé Escodro⁶

¹Graduandos em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas - UFAL;
E-mail: helenateodosio@ceca.ufal.br

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Médica Veterinária Responsável Técnica- Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL;

⁴Gestor Realocações Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL;

⁵Mestranda do Curso de Pós-graduação em Medicina Veterinária – UNESP – Botucatu

⁶Docente Medicina Veterinária e coordenador do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL

Em 2019, o departamento de geologia do Brasil diagnosticou que a atividade de mineração de sal-gema reativou as falhas geológicas existentes na área de mineração há quarenta anos. O impacto dessa atividade abriu cavernas subterrâneas, destruiu a estabilidade do solo e causou tremores, causando o aparecimento de rachaduras e aumentando o risco de acidentes em quatro bairros de Maceió-AL (Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Pinheiro). Segundo dados fornecidos pela Braskem, durante a primeira realocação das famílias no bairro do Mutange havia cerca de 567 animais cadastrados, porém somente 245 foram realocados. Isso significa que 43,20% foram abandonados ou fugiram no processo de mudança. Diante disso, em agosto de 2020, inicia-se o projeto Integra Animal, aprovado sob nº 33/2020 na Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Alagoas (CEUA/UFAL). A partir do diagnóstico na área, em outubro, iniciou-se o monitoramento de todas as realocações de tutores com animais por meio de visitas prévias, imunização antirrábica dos animais, conscientização sobre medicina preventiva e ações com animais no dia da mudança. O objetivo deste resumo é trazer os resultados do primeiro mês da intervenção, mostrando a efetividade das atividades na realidade de prevenção do abandono de animais pré-catástrofe. Foram acompanhadas 159 famílias em realocação nos quatro bairros das quais 23,3% (37/159) eram situadas no Bebedouro, 10,7% (17/159) no Bom Parto, 13,2% (21/159) no Mutange e 52,8% (84/159) no Pinheiro, com 520 animais acompanhados sendo 31,9% (166) cães, 31,7% (165) gatos e 36,3% (189) animais de outras espécies. Dos cães 21,1% (35) eram de pequeno porte, 60,8% (101) de médio porte e 18,1% (30) de grande porte. Foram transportados 93,8% (488/520) dos animais pertencentes às famílias dos bairros afetados e não foram localizados até o momento da mudança. Ainda foi foco do levantamento a qualidade do processo de mudança realizado pelas transportadoras, sendo que das 159 mudanças, algumas caixas de transporte solicitadas ou disponibilizadas pela transportadora apresentaram pendências, estas foram divididas em dois grupos: pendências estruturais (quando a caixa apresentava defeito na estrutura) e ausência de caixa transportadora (quando a caixa mesmo tendo sido solicitada não foi disponibilizada no momento da mudança). Um total de 32,6% (114) das caixas da transportadora apresentou pendências, dentre as quais 36,0% (41) eram do tipo estrutural e 64,0% (73) eram do tipo ausência de caixa. Dos 38 animais que não se conseguiu efetivar as mudanças, 37 (97,37%) eram felinos, mostrando que o maior problema de conscientização e monitoramento das mudanças eram com a espécie. Conclui-se o programa de monitoramento e acompanhamento de mudanças diminuiu de forma drástica (de 43,20 % para 6,6%) o abandono de animais no primeiro mês de execução, mas trouxe elucidação acerca da necessidade de incremento do monitoramento dos felinos e supervisão das transportadoras durante processo.

Palavras-chave: Maceió; Fenômeno Geológico; Transporte; Abandono Animal.



IMUNIZAÇÃO CONTRA RAIVA EM PETS DE BAIROS ACOMETIDOS PELO FENÔMENO GEOLÓGICO EM MACEIÓ

Pamela Thaiany Filgueira da Silva¹, Helena Emília Oliveira Teodósio¹, Izabelly Fernanda Vieira Gonçalves¹, Aline dos Santos Oliveira¹, Ana Paula Menezes Felix¹, Riquelly Amália Dantas Ribeiro¹, Yana Gabriela de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Yane Fernandes Moreira³, Pierre Barnabé Escodro⁴

¹ Graduandas do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;
E-mail: pamelathayne2011@hotmail.com

² Mestranda do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

³ Médica Veterinária e Responsável Técnica do Projeto Integra Animal da Universidade Federal de Alagoas;

⁴ Docente do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas.

Em 2018 o Brasil pode presenciar instabilidades sísmicas no bairro de Pinheiro, cidade de Maceió/AL, avançando para as adjacências (bairros Bebedouro, Bom Parto e Mutange), caracterizando o fenômeno geológico pela extração de sal-gema considerado a maior tragédia que o Brasil já evitou, através da realocação de mais de dez mil casas. Nesse contexto, a Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) de Maceió não efetuou campanhas de imunização contra o vírus da raiva em 2019 e 2020 nos bairros, devido à instabilidade do solo e falta de segurança nos ambientes antes utilizados para campanhas. O projeto Integra Animal Braskem-UFAL (INTEGRA ANIMAL), registrado como PJ 174-2020 aprovado na Comissão de Ética no Uso de Animal sob nº 33/2020, desde agosto de 2020 nos bairros, buscou auxiliar o município, empresa e sociedade civil, fortalecendo uma quadrupla hélice de atuação para minimizar os impactos à saúde única. Assim, decorrente aos crescentes números de animais desalojados no local e realocação, espalhando animais não vacinados pelo município, a UVZ e INTEGRA ANIMAL traçou duas estratégias de imunização contra raiva: campanhas menores em lugares seguros (com separação por espécie) e vacinação nas pré-visitas das mudanças dos animais de tutores em realocação. No período de 01 de agosto até 31 de dezembro de 2020 foram realizadas 10 campanhas, duas por mês, sendo 5 de cães e 5 de felinos, além das vacinações diárias em pets nas casas em realocações. Foram vacinados no total 1308 pets, sendo 642 (49,1 %) nas campanhas e 666 (50,9%) nos domicílios. Dos 642 das campanhas, 387 (60,3%) eram cães e 255 (39,7%) felinos. Nos domicílios, dos 666: 315 (47,3%) eram cães (175 fêmeas e 140 machos) e 351 (52,7%) eram felinos (190 fêmeas e 161 machos). Os resultados mostram efetividade na medida instalada, trazendo uma melhor efetividade de imunização de cães em campanhas e de gatos na imunização domiciliar. Além disso, a separação de campanhas por espécie maximizou o bem-estar animal e o número de animais a serem vacinados por ação. A partir de 2021, as campanhas ficarão mais difíceis de realizar pela instabilidade geológica, assim a imunização na visita prévia ao momento da saída representará única e relevante ação para efetivação da vacinação em cães dos bairros em Maceió. O relato de atividades descrito nesse resumo mostra a importância quadrupla hélice de atuação em situações de pré-desastre com foco na saúde única.

Palavras Chave: Medicina Veterinária de desastres; Pets; Raiva.



INTERVENÇÃO PARA REDUZIR LATIDOS DE CÃES EM ABRIGO NO BRASIL

Ana Lucia Baldan¹, Patrícia Ferreira Monticelli¹, Adroaldo José Zanella²

¹Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: lubaldan@usp.br

²Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, Pirassununga, Brasil.

A superlotação nos abrigos brasileiros compromete o bem-estar animal por restringir o espaço interindividual e dificultar o acesso às necessidades básicas, como água e alimentos. O latido excessivo é um problema típico do confinamento em abrigos caninos lotados e se exacerba sob o estresse, afastando as pessoas do contato com esses cães. O barulho do latido irrita e pode ser prejudicial ao ser humano (visitantes e funcionários dos abrigos), afetando as decisões de adoção; nos Estados Unidos, 35% das reclamações dos proprietários de cães adotados foram os latidos inapropriados, o que é um problema, pois os cães devolvidos aos abrigos por mau comportamento têm menor probabilidade de serem adotados novamente. O controle de latidos nos abrigos brasileiros é ainda mais desafiador, pois aqui 5 a 6 cães compartilham a mesma baia dentro de prédios com várias outras baias, uma ao lado da outra. Testamos um protocolo de treinamento baseado em um estudo realizado nos Estados Unidos pela dra Erica Feuerbacher e a dra Lisa Gunter em abrigos e que ALB acompanhou em estágio, que consiste no uso de um sinal sonoro (*clicker*) associado com a entrega de comida (petisco). O protocolo de redução de latidos (PRL) foi testado com uma amostra de 70 cães de um prédio do abrigo municipal de Pirassununga, São Paulo. Esse protocolo consiste em três etapas: a) controle 1, a pesquisadora abre o portão da frente e entra no corredor passando por 12 baias (6 de cada lado) sem ter nenhum contato visual ou físico com os cães; b) treinamento, a pesquisadora usa *clicker* (estímulo sonoro) e petiscos parando em frente as baias randomicamente e só entrega petiscos para os cães quando não há latido algum (reforço positivo) e, c) controle 2, repete o controle 1 só que dessa vez parando em frente as baias aleatoriamente por alguns minutos e dessa vez fazendo contato visual. Essas etapas foram feitas em 3 fases: fase I, com participação apenas da pesquisadora, fase II, com participação da pesquisadora e uma pessoa desconhecida e fase III, com participação da pesquisadora, de uma pessoa desconhecida e a tratadora dos cães. Antes de entrar no prédio, a cada fase, a pesquisadora ligava um gravador de áudio (Tascam DR-100 MKII, TASCAM® Japão) para medir presença ou ausência dos latidos. Os resultados mostraram que o PRL promoveu, já na fase I, redução média de 60% dos latidos e esse valor subiu para 100% de redução na fase III. Sendo assim, sugere-se a aplicação desse PRL nos abrigos brasileiros como medida de redução do estresse dos cães diante de visitas. Ainda, as pessoas com interesse em adotar cães poderão passar mais tempo em frente às baias e fazer suas escolhas sem interferência dos latidos, o que poderá contribuir para diminuição das devoluções.

Palavras-chave: bem-estar animal; bioacústica; treinamento de cães de abrigo.



LAR TEMPORÁRIO: A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS CUIDADOS A ANIMAIS NEONATOS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO – RELATO DE CASO

Rodrigo Rabelo de Castro Sousa¹, Juliana de Carvalho Xavier¹, Fernanda Melo Jucá¹, Amilton César de Souza Marques¹, Naylê Francelino Holanda Duarte¹

¹ Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil. – E-mail: rodrigo_rcs@live.com

Evitar o abandono e solucionar o problema de animais domésticos em situação de abandono é algo bastante complexo, com consequências na saúde pública e bem-estar animal. Considerando que esses animais muitas vezes estão doentes e debilitados, acabam por depender completamente de cuidados humanos, como é o caso de filhotes recém-nascidos privados do vínculo materno, seja por morte de sua genitora ou por separação indevida. A possibilidade de viabilizar Lar Temporário (LT) a esses animais que precisam de ajuda imediata representa uma alternativa de oferece-los uma vida digna e deve ser encarada com responsabilidade de forma a ser proporcionado tudo que o animal precisa, ficando essa incumbência muitas vezes nas mãos de cuidadores independentes ou organizações não governamentais. Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de lar temporário para filhotes de gato doméstico em situação de abandono, desde a primeira semana de vida até o quarto mês de idade, quando encaminhados à adoção responsável. Quatro gatos domésticos recém-nascidos foram encontrados dentro de uma caixa de papelão na calçada de um parque municipal de Fortaleza, em janeiro de 2020, com olhos fechados e com o cordão umbilical ainda ligado ao corpo. Após o resgate, foram feitos os seguintes procedimentos a cada três horas, durante as duas primeiras semanas de vida: aquecimento dos animais com luvas de procedimento e água aquecida, envoltas em um pano; massagem da genitália e barriga com uso de algodão e água morna para estimulá-los a urinar e defecar; oferta de alimentação em mamadeira adaptada para filhotes (nos dois primeiros dias foi utilizado sucedâneo e a partir do terceiro dia foi ofertado leite em pó próprio para filhotes de cães e gatos). Além disto, nestas primeiras semanas, em especial a cada manejo, foi utilizada musicoterapia com frequências vibracionais de cura, relaxamento e controle de ansiedade, disponíveis em diversas plataformas digitais (*Youtube, Deezer, Spotify*). Nas duas primeiras semanas, os dois animais mais fracos da ninhada vieram a óbito por debilidade extrema. Os sobreviventes apresentaram boa evolução e os manejos realizados com a musicoterapia favoreceram a adaptação dos filhotes desde cedo ao estresse de alguns manejos como medicações e avaliação veterinária, por exemplo, além da promoção de bem-estar. A busca por um lar definitivo foi um desafio, foram feitas divulgações em redes sociais (fotos e vídeos), além de seminário e vídeo educativo sobre Medicina de Abrigos e Lar Temporário pela Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, relatando sobre a importância do LT e o compromisso para com esses animais e com a saúde pública. Com isto, os dois felinos foram adotados aos quatro meses de idade. Proporcionar LT para animais em situação de abandono e participar do processo de recuperação física e emocional deles é bastante enriquecedor e importante para o reconhecimento da relevância do Médico-veterinário do Coletivo na promoção do bem-estar entre humanos, animais e ambiente, e para que a transformação nesse setor aconteça são necessários conhecimentos técnico científicos, políticos, além da troca de experiências e vivências.

Palavras-chave: Adoção; Bem-estar animal; Neonatologia.



MEDIDAS DE CONTROLE DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa Trindade Nogueira¹; Caroline Flores Zielinske²; Milton Adams³; Matheus Fagan Abreu³ Aleverson da Silva Barcelos²; Lucas Trevisan Gressler⁴

¹Discente no curso de Medicina Veterinária na Universidade de Cruz Alta- Unicruz;
E-mail: andressa2018.mv@gmail.com

²Fiscal estadual agropecuário na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS;

³Técnico agropecuário na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS;

⁴Docente no curso de Medicina Veterinária na Universidade de Cruz Alta- Unicruz.

A brucelose e tuberculose em bovinos e bubalinos são zoonoses de notificação obrigatória devido ao risco à saúde pública, perdas produtivas, além de fechamento de mercados para exportação de produtos oriundos dessas espécies. Os principais agentes etiológicos causadores dessas doenças são a *Brucella abortus*, causador da brucelose, e o *Mycobacterium bovis*, agente etiológico da tuberculose. O Ministério da Agricultura (MAPA) instituiu em 2001 o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), objetivando reduzir a prevalência e a incidência dessas doenças, visando à erradicação nas espécies bovina e bubalina. As ações propostas são executadas pelo Departamento de Saúde Animal (DSA), tais como educação sanitária, o monitoramento e a fiscalização previstos em lei. Os objetivos deste trabalho visam apresentar as medidas de prevenção e controle da brucelose e tuberculose executadas pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR), tendo por base a experiência de estágio compreendido de julho de 2020 a fevereiro de 2021, realizado junto à SEAPDR, no município de Cruz Alta. No referido período foram desenvolvidas atividades propostas pelo PNCEBT sob supervisão dos profissionais do serviço oficial, como a fiscalização dos testes de rotina para detecção de brucelose e tuberculose em rebanhos bovinos de leite, realizados por médicos veterinários habilitados (MVH) pelo MAPA. O objetivo das testagens foi para trânsito de animais, saneamento de propriedades, monitoramento e controle das enfermidades nas propriedades que comercializam leite, e para certificação de propriedades livres. As amostras de soro obtidas a partir das coletas de sangue foram submetidas ao teste de Antígeno Acidificado Tamponado (AAT) realizado pelo MVH e/ou por laboratório credenciado e, quando inconclusivo ou positivo, foram submetidas aos testes de Soro Aglutinação Lenta (SAL) e 2-mercaptoetanol (2-ME) pelo laboratório credenciado para confirmação. O teste de tuberculose realizado nas propriedades foi o cervical comparativo (aplicação de tuberculina aviária e bovina). Animais positivos aos testes foram submetidos à marcação a ferro candente pelo MVH no lado direito da face com um “P”, contido num círculo de oito centímetros de diâmetro. A destinação dos positivos foi a eutanásia e enterro na propriedade ou abate sanitário em frigorífico, que procede ao destino apropriado das carcaças e vísceras. Também se acompanhou a vacinação contra brucelose de terneiras de 3 a 8 meses de idade com a vacina B19 ou com RB51 e a emissão das Guias de Trânsito Animal (GTAs) para a espécie bovina. A GTA para qualquer finalidade de trânsito é emitida após comprovação da vacinação obrigatória para brucelose, cujo atestado é emitido pelo MVH, e o atestado de exames negativos das duas enfermidades é exigido para qualquer finalidade de trânsito para bovinos de leite (exceto abate) e para finalidade cria/recria ou reprodução para bovinos de corte. Mediante ao exposto, atribui-se à SEAPDR um papel imprescindível no controle da brucelose e tuberculose, mediante exigência e fiscalização da vacinação e de testes para monitoramento, saneamento, certificação de propriedades e para emissão de GTA, além da eliminação de animais positivos.

Palavras-chave: fiscalização; prevenção; zoonose.



MODO DE CRIAÇÃO E ÍNDICE DE VACINAÇÃO DE RAIVA DE GATOS DO BAIRRO DO PINHEIRO, MACEIÓ – AL

Maurício Carnaúba da Silva Mota¹, NoeliaLayslla Costa Barros², **Yana Gabriella de Moraes Vargas²**, Helena Emília Oliveira Teodósio², Rayane Caroline Medeiros do Nascimento³, Yane Fernandes Moreira⁴, Pierre Barnabé Escodro⁵

¹Biólogo e técnico da Universidade Federal de Alagoas;

²Graduandas do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

E-mail: yana_morais1998@hotmail.com

³Mestranda em Ciência Animal na Universidade Federal de Alagoas;

⁴Médica Veterinária e Responsável Técnica do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL (INTEGRA ANIMAL);

⁵Docente do curso de Medicina Veterinária e coordenador INTEGRA ANIMAL na Universidade Federal de Alagoas.

O Projeto Integra Animal, aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob o nº 33/2020, iniciou as atividades em Agosto de 2020, tendo por objetivo auxiliar animais e moradores dos bairros do Bom Parto, Mutange, Bebedouro e Pinheiro, em Maceió – AL. Ofenômeno geológico correlacionado com a extração de sal-gema acarretou fissuras e rachaduras nesses bairros. Os riscos de desabamento levaram a evacuação dos moradores e com isso ao abandono de vários animais, e como principal, os gatos. Em consequência, o número de errantes cresceu geometricamente, tornando-se um problema de saúde pública e bem-estar animal, podendo gerar desequilíbrio ambiental, visto que esses animais são predadores de animais silvestres, entre eles os morcegos, podendo ser importantes transmissores da raiva e em decorrência disso, promovendo um desequilíbrio na fauna silvestre local. Além disso, os felinos são hospedeiros de uma série de doenças zoonóticas, como: toxoplasmose, diversas parasitoses e esporotricose. Nessa realidade, além dos animais de vida livre, os gatos semi-domiciliados representam alta relevância na transmissão. Levando em consideração esse risco, foram criadas campanhas de vacinação como forma de intervenção e prevenção. Em uma das campanhas de vacinação feitas pelo Projeto de Extensão Integra Animal BRASKEM-UFAL, no bairro do Pinheiro, foi aplicado um questionário para 104 tutores de felinos residentes no bairro, para avaliar o perfil dos tutores e o modo de criação desses animais. Esse questionário nos mostrou que, em média havia 2,65 animais/tutor, sendo que a maioria possuía até 3 gatos (77,98%) e 82,69% deles era criador apenas de felinos; o principal meio de aquisição do felino foi através de adoção (73,07%). Sobre acesso a rua, 50,96% (53/104) dos tutores afirmaram que seu gato não apresentava acesso à rua (*indoor*), 45,19% (47/104) disseram que os gatos tinha acesso tanto as dependências da casa quanto à rua (*indoor-outdoor*) e 2,88% (3/104) consideraram o gato errante (*freeranging*). Quando questionados acerca do tipo de vacina que os felinos haviam sido submetidos, 67,31% (70/104) dos tutores relataram que nenhum tipo de vacina foi administrada no animal, 19,23% (20/104) afirmaram vacinar com raiva, 0,96% (1/104) disseram vacinar com polivalente e 11,54% (12/104) vacinaram para ambas (polivalente e antirrábica). Com o questionário, observou-se que praticamente metade dos felinos possuem acesso à rua, levando a ocorrer acidentes, proles indesejadas (no caso de animais inteiros) e a disseminação de doenças entre felinos. Além disso, a maioria dos tutores afirmou que os protocolos de vacinação e vermifugação dos felinos não estavam atualizados. Um agravante a situação é que grande parte dos felinos investigados nunca foram vacinados ao longo da vida, nem mesmo com a antirrábica ofertada gratuitamente nas campanhas de vacinação municipais. A partir dessas informações fica clara a necessidade de medidas de intervenção e conscientização que abordem a guarda responsável, o abandono e o impacto desses animais na saúde única.

Palavras-chave: Bem-estar animal; Felinos; Vacinação.



OFICINA SOBRE BEM-ESTAR ANIMAL E ZOONOSES, PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Jéssica Moreira de Paula¹, Junir Antônio Lutinski², Vanessa Canalli³, Cristian Gabriel dos Santos³, Douglas Michel Muller Fritzen⁴, Caio Sperb⁵

¹ Médica Veterinária Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR,
jessicamoreiradepaula@gmail.com

² Dr. em Ciências Biológicas, Unochapecó

³ Ensino médio, EEB. Tancredo de Almeida Neves

⁴ Médico Veterinário

⁵ Médico Veterinário Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR

O bem-estar animal possui íntima relação com a saúde pública, pois é um dos fatores que favorece o controle de zoonoses. Mas para que ela seja implementada é necessário a conscientização da população, por meio da educação, abordando assuntos como a guarda responsável dos animais domésticos. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da realização de uma oficina, sobre bem-estar animal e a relação destes com as zoonoses, para estudantes do ensino médio de uma escola do município de Chapecó, SC. Anteriormente a esta oficina, em novembro e dezembro de 2017, foi realizado por dois alunos da escola, uma iniciação científica do PIBIC-ICJ/CNPq, juntamente com uma acadêmica do curso de Medicina Veterinária da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Nesta pesquisa, foram visitadas 200 residências de um bairro, e em cada uma foi aplicado um questionário ao morador da casa (maior de 18 anos de idade), sobre esses assuntos. A partir dos resultados obtidos deste estudo, em março de 2018, a acadêmica em Medicina Veterinária realizou uma oficina na escola EEB Tancredo de Almeida Neves, para cinco turmas de estudantes, do segundo ano do ensino médio, períodos matutino e noturno, o qual totalizou 123 alunos. A forma de apresentação foi por meio de palestras e exposições de material audiovisual. Os temas abordados foram o bem-estar animal para cães e gatos, assim como zoonoses que acometem essas espécies. Ao final do estudo em 2017, das 200 residências, a maioria dos entrevistados (95%) afirmaram que o bem-estar animal é importante, e acreditam que é preciso conscientizar mais a população a respeito deste assunto (99,5%), por fim, sobre as zoonoses, a maioria (96,5%) já havia assistido/lido em relação há alguma doença zoonótica. Pelos resultados obtidos da pesquisa, optou-se em fazer esta oficina, onde inicialmente, foram feitos questionamentos aos alunos em relação ao bem-estar animal e zoonoses, se tinham ou não conhecimento sobre o assunto. A maioria dos estudantes relatou que não tinham nenhum conhecimento. Após esta abordagem dos conceitos, houve uma apresentação das principais zoonoses, como ocorre a transmissão e como evitá-las. Por fim, foi realizada orientação sobre guarda responsável dos animais domésticos de companhia, abordando itens como: abrigo, alimentação, exercícios, higiene, medicina preventiva, controle de natalidade e de parasitos. A realização da atividade permitiu observar que, para garantir o bem-estar dos animais e conhecimento sobre as zoonoses, é preciso ampliar essa discussão com crianças e adolescentes nas escolas, para que desenvolvam consciência cidadã. Informações sobre o assunto abordado encontram-se pouco disponíveis no município, por isso precisam ser instigadas para que a sociedade e os órgãos municipais sejam parceiras na promoção do bem-estar animal e na prevenção de zoonoses.

Palavras-chave: Bem-estar animal; Guarda responsável; Zoonoses.



ONLINE STRATEGY TO RAISE AWARENESS AND START CONVERSATIONS ABOUT MENTAL HEALTH OF VETERINARIANS

Aline S. Macedo

Doutora em Clínica Cirúrgica Veterinária Pela FMVZ/USP.

E-mail: limacedo@gmail.com

The coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak threatens psychological health and exacerbates suicide risk in the overall population for different reasons. Global efforts to prevent infection by means of social distancing and reducing economic activities have taken the toll specially on groups that were at risk even before the pandemics. Deaths from suicide have already increased worldwide and in Brazil they are followed by worrisome rates of violence and social gap against minorities, especially elderly and women and indigenous communities and financially challenged individuals. In view of those facts, I hereby report an online strategy that aimed at raising mental health awareness by sharing online tributes to deceased veterinarians on social media to improve understanding, start conversations and implement suicide prevention strategies by the One Health concept. I wrote two tributes to veterinarians lost to suicide on engaging and accessible language with embedded references for sharing on websites and social networks. I recalled the examples of colleagues, in the most respectful and emphatic manner - with family consent - to reframe their sad histories and unique struggles to involve the public in the international suicide prevention campaign “Yellow September”, by providing also important weblinks and hotlines for those that seek help. The first portuguese-written text was entitled “*O Elefante, a pandemia e o buraco no tapete amarelo*” and went online on September 10h on “medium”. It has been viewed 194 times since then and 89% of its viewers are external referrals from other social media websites or by instant messaging. The second text was written in English and went online on October 10th, 2020: “*The Elephant (remains in the room), the yellow ribbon, and all the stars outshined by the blues*”. It aimed attacking a broader audience by removing the language barrier and embraced a wider range of subjects like ethics and individual rights, asides the reasons behind yellow for suicide prevention and the role of veterinary medicine in the One Health concept. This written piece has been viewed 97 times so far and both manuscripts have growing curves that indicate they are becoming more popular as time passes, and the peak visualization month was January 2021. On both posts I have paid tributes to the personality and struggles of each person by composing illustrations of the pictures and scribbles that outlived their histories and remain on Facebook in memorial. It is known that veterinarians are more likely to accumulate factors that lead towards mental illness and suicidal behavior. Not only has the virus has spread globally, but anxiety, domestic violence, gender inequalities, social injustices and mental distress have also become more widespread. For those that work on the essential business activities, such as veterinary practice, the situation is more precarious since the disease’s direct physical risk is omnipresent. That aggravates burnout and compassion fatigue risks, long-known to veterinary doctors. Meanwhile we lack proper State response and remain struggling for proper vaccination and coherent social measures. Studies have shown that humans might be transmitting the new virus to their close pets. It is beyond the scope of this initiative to provide proper strategic planning to tackle the suicide crisis in these overly critical times we are facing. Social networks are one of the most used means of expressing feelings and relieving emotional pain and allow for a multitude of spaces to communicate and share expressions, feelings, and visual arts. The same is valid for asking proper help when grappling with the invisibility of mental stigma. Suicide remains a major global public health issue and veterinarians, as health workers, are at the same time care givers and care seekers when it comes to their own health. Online initiatives like the American’s Not One More Vet page (NOMV) are increasing and are more effective at engaging the evermore subjective and virtual reality we live and are part of the new reality we need to adapt into. This report provides a suggested social media-based intervention still in development and its proper reach and efficacy remains to be rigorously tested and validated. Nevertheless, since rapidly evolving online strategies ought to play major roles on Science communication over the next decade and beyond, any attempt seeking to spread helpful and science-based facts has its validity and enhances the global effort to implement prevention programs based on a public health perspective.



O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NO EXTREMO SUL DO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES SOB A SAÚDE PÚBLICA

Marina Chagas dos Passos¹, Alan Santos Beanes¹, Ynara Passini¹, Mayana Lima Sá¹, Marco Antonio Afonso Coimbra², Paulo Mota Bandarra³, Luiz Fernando Minello⁴, Raqueli Teresinha França⁵

¹ Médico Veterinário, Residente do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Medicina de Animais Silvestres. Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: marinachpassos@gmail.com

² Biólogo, Mestre em Ciências. Universidade Federal de Pelotas.

³ Médico Veterinário, Doutor em Ciências Veterinárias. Universidade Federal de Pelotas.

⁴ Biólogo, Doutor em Zootecnia. Universidade Federal de Pelotas.

⁵ Médica Veterinária, Doutora em Medicina Veterinária. Universidade Federal de Pelotas.

O tráfico de animais silvestres é a terceira prática de comércio ilegal mais rentável do mundo. O Brasil, em virtude de sua diversidade biológica, é um dos locais onde esta atividade causa um grande impacto, pois cerca de 38 milhões de animais são retirados do seu habitat anualmente. Esse mercado tem consequências graves para a saúde pública, pois pode contribuir para a transmissão de zoonoses que são responsáveis por 75% das doenças infecciosas de distribuição mundial. Desta forma, o objetivo do trabalho foi analisar os dados dos animais silvestres encaminhadas ao Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre e Centro de Triagem de Animais Silvestres (NURFS/CETAS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), oriundas de apreensões realizadas pelos órgãos fiscalizadores do extremo sul do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, buscou-se relacionar as espécies com zoonoses que podem afetar a saúde humana e animal. Analisou-se os dados das fichas de entrada dos animais encaminhados ao NURFS/CETAS - UFPel no período de janeiro a dezembro de 2020. Foram avaliados 2.013 prontuários, destes 740 eram oriundos do tráfico de animais da fauna brasileira, sendo que 736 (99,45%) pertencentes à classe das Aves e 4 (0,55%) à classe Mammalia. Dentre as aves, os Passeriformes (n=26) apresentaram maior ocorrência, seguidos dos Anseriformes (n=2), Psittaciformes (n=2) e Piciformes (n=2). Dentre os Passeriformes, *Paroaria coronata* apresentou maior quantidade de espécimes atendidos, 454 (61,68%) indivíduos, seguido por *Sicalis flaveola* com 53 (7,20%), *Saltator aurantirostris* 44 (5,97%) exemplares. Dentre os Psittaciformes pode-se destacar 9 (1,22%) espécimes de *Myiopsitta monachus* e 1 (0,13%) de *Pyrrhura frontalis*. As outras aves recebidas foram em menor número. Em relação a Mammalia, foram recebidos 4 (0,55%) animais da Ordem Rodentia, sendo 3 (75%) *Hydrochoerus hydrochaeris* e 1 (25%) *Myocastor coypus*. Os Passeriformes são o grupo mais traficado e mais afetado pelas ações humanas, pois geralmente ocorrem más condições higiênico-sanitárias durante o transporte e situações de estresse que podem comprometer a imunidade dos animais e favorecer a proliferação de patógenos, como *Escherichia coli* e *Salmonella* spp. Os psitacídeos podem ser portadores de *Chlamydophila psittaci* que causa a clamidiose, doença que pode ser transmitida aos humanos através da inalação do microrganismo presente em penas e fezes secas ou em secreções respiratórias de aves infectadas. Os roedores podem ser responsáveis pela transmissão de microorganismos causadores da leptospirose, leishmaniose, hantavirose, raiva, entre outros. *Hydrochoerus hydrochaeris* pode hospedar o carrapato *Amblyomma cajennense* que é responsável pela transmissão da *Rickettsia rickettsii*, causadora de febre maculosa. O tráfico de animais silvestres tem impactos diretos no meio ambiente, como a redução nas populações de animais em seu habitat natural e indiretos, como o aumento na veiculação de organismos causadores de doenças aos humanos e aos animais. Por esses impactos, o tráfico deve ser tratado como problema de saúde pública. O presente estudo mostra que o grupo das Aves é o que sofre maior pressão antrópica e que necessita maiores estudos sob esse impacto e a veiculação de patógenos na região.

Palavras-chave: Animais Silvestres; Comércio ilegal; Zoonoses.



O USO DE ATIVIDADES LÚDICAS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE ÚNICA NA REDE PÚBLICA DE BELO HORIZONTE

Isabela da Cunha Krieger Amorim¹, Brenda Andrade Machado¹, Camila Machado Torres¹, Isadora Martins Pinto Coelho¹, Lorena Diniz Macedo¹, Antônio Barbosa da Silva Júnior¹, Danielle Ferreira de Magalhães Soares¹, Rafael Romero Nicolino¹, Camila Stefanie Fonseca Oliveira¹.

¹Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: isabelakrieger12@gmail.com

A criação de atividades lúdicas como estratégia de ensino para educação em saúde única nas escolas públicas municipais de Belo Horizonte é uma iniciativa do projeto de extensão Semeando Saúde Única (SSU), desenvolvido pela Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV-UFMG) em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais (CEDEF-MPMG) e o Núcleo de Epidemiologia, Estatística e Saúde Pública (NEEST) da EV-UFMG. O projeto propõe levar ao ensino fundamental da rede pública do município conhecimentos relacionados à indissociabilidade entre saúde ambiental, saúde animal e saúde humana, ou seja, à saúde única. Por meio de jogos e atividades práticas adequados à faixa etária e elaborados de forma atrativa, com simples aplicação e execução para os alunos, professores e até mesmo familiares, são abordadas algumas das zoonoses de maior relevância epidemiológica para o município. São elas a esporotricose, febre maculosa, leishmaniose, leptospirose, raiva, toxoplasmose e a arbovirose dengue. Os jogos e as atividades lúdicas contam com um guia informativo acerca da definição, transmissão e prevenção das doenças; além de um guia instrutivo para definição, execução e avaliação das atividades, que podem ser adaptadas conforme a realidade de cada instituição. Ademais, os professores e monitores são treinados e incentivados a aplicarem as atividades e a abordarem a temática de saúde única de forma contínua aos alunos atuais e futuros. Ao final das atividades, são aplicados formulários avaliativos para verificar a eficiência da difusão das informações. Parte das atividades presentes no material foram aplicadas durante a Semana da Educação de Belo Horizonte - BH Educa, um evento realizado no Parque Municipal entre 16 a 23 de setembro de 2019. O estande de zoonoses atendeu mais de mil pessoas, sendo a maior parte composta por crianças do ensino fundamental da rede pública. Além disso, os materiais educativos estão disponíveis para acesso público em formato digital e gratuito no site da EV-UFMG. O uso das atividades lúdicas é um facilitador do processo de aprendizagem das zoonoses e de sua importância para a saúde pública, pois, além de levar as informações aos alunos, permite a consolidação do conhecimento adquirido e o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Dessa forma, os alunos perpetuam as informações e as experiências para os familiares e para a comunidade, conscientizando-os e suscitando uma maior predisposição a mudanças de pensamentos e comportamentos sociais, sobretudo a respeito da prevenção das zoonoses e da atuação do médico-veterinário na manutenção da saúde coletiva. Portanto, o projeto reconhece e propõe, de forma transformadora, a necessidade de implantação de estratégias de educação no nível básico que levem, de forma crítica e reflexiva, informações sobre a saúde do coletivo, de modo que também sejam introduzidas nas comunidades.

Palavras-chave: Educação; Saúde única; Zoonoses.



OZONIOTERAPIA EM PACIENTES COM COMPLEXO RESPIRATÓRIO FELINO: POTENCIALIDADES DE USO EM ABRIGOS

Aline dos Santos Oliveira¹, Ana Paula Menezes Félix¹, Riquelly Amália Dantas Ribeiro¹, Pamela Thaiany Filgueira da Silva¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Yane Fernandes Moreira³
Pierre Barnabé Escodro⁴.

¹Graduandas em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas- UFAL;
E-mail: alineesoliveira07@gmail.com

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Medica Veterinária Responsável Técnica do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL;

⁴Docente e coordenador Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL.

Um dos principais objetivos do Projeto Integra Animal BRASKEM-UFAL (PIAUFAL), iniciado após o fenômeno geológico associado à extração de sal-gema em Maceió, é evitar novos abandonos de animais nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Mutange, que foram acometidos pelo evento e estão com moradores em realocação. Tal mobilidade desencadeou um abandono maciço e alta concentração de pets (visto que existem poucos moradores na área), principalmente felinos, que constantemente apresentam Complexo Respiratório Felino (CRF) e são resgatados para tratamento nas instalações do Projeto. O CRF é altamente infeccioso, com tendência a cronicidade, taxa de morbidade de quase 100% e tratamento oneroso, principalmente em abrigos. Dessa forma, foi proposto a avaliação do uso da ozonioterapia (O₃) por insuflação retal em felinos que apresentavam sinais clínicos como secreção nasal, ocular e problemas respiratórios, associada ou não à terapia convencional com amoxicilina + clavulanato de potássio (ATB), na dose de 25 mg/kg/a a cada 8 horas por 7 dias. O PIAUFAL resgatou 167 felinos no período de agosto de 2020 a janeiro de 2021, sendo que 26 (15,57%) apresentavam CRF. Dez gatos foram submetidos ao tratamento com O₃ por insuflação retal, na dose de 5mL por kg, concentração de 15 µg/mL, a cada 24 horas, num total de 5 dias, descanso de dois dias, e nova sessão por 5 dias. A ozonioterapia foi preconizada pela ação imunoestimulante, antiviral e bactericida, buscando melhorar o estado geral e combater as quatro principais etiologias do CRF: FeHV-1, o vírus da rinotraqueíte felina; CVF, o vírus da calicivirose felina; *Bordetella bronchiseptica* e pela *Chlamydophila felis*. Foram divididos em dois grupos de 5 animais, ambos com secreção nasal, ocular, apatia e auscultação pulmonar com crepitação. No Grupo 1: 5 felinos (2 machos e 3 fêmeas), entre 3 meses à 3 anos, associando o tratamento O₃ com ATB. No Grupo 2, 5 gatos (1 macho e 4 fêmeas), entre 6 meses a 1 ano, foram submetidos apenas ao tratamento com O₃. No primeiro grupo foi possível observar uma diminuição dos sinais clínicos a partir do 3º dia, enquanto que no segundo grupo aconteceu no 7º dia. A remissão total dos sinais clínicos no Grupo 1 foi no 5º dia, enquanto que no Grupo 2 foi no 9º dia, sendo assim possível perceber que o Grupo 1 com a terapêutica a base de antibioticoterapia e ozonioterapia se mostrou com um melhor desempenho. Ambos os grupos apresentaram resultados satisfatórios, mostrando que a ozonioterapia por insuflação retal pode apresentar alto potencial no tratamento adjuvante ou único do CRF em felinos de abrigos, necessitando novas pesquisas clínicas.

Palavras-chave: Felinos; Insuflação Retal; Ozônio.



PARCERIA ENTRE ÓRGÃO PÚBLICO E UNIVERSIDADE PARA MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE UBERABA

Cláudio Yudi Kanayama¹, Lara Rocha Batista², Luma Tamm Luiz da Costa Pupulin², Michel Sanches Ferreira², André Luís Teixeira Fernandes³, Iraci José de Souza Neto⁴, Anderson Roberto Delgado⁵, Dênia Monteiro de Moura¹, Guilherme Caetano Garcia¹, Cleibiane Evangelista Franco Borges¹, Joely Ferreira Figueiredo Bittar¹, Ian Martin¹, Rodrigo Supranzetti de Rezende¹.

¹ Médico Veterinário, Docente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Uberaba – UNIUBE. - E-mail: gerenciaclinica.hvu@uniube.br

² Médico Veterinário, Departamento de Controle de Zoonoses e Endemias – Prefeitura Municipal de Uberaba.

³ Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão – UNIUBE, Diretor Executivo do Instituto de Estudos Avançados em Veterinária “José Caetano Borges”.

⁴ Diretor dos Serviços de Saúde – UNIUBE.

⁵ Médico Veterinário, Patas de Ouro - Unidade Móvel de Esterilização.

O município de Uberaba está na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, Brasil. Uberaba chegou em 2021 no seu bicentenário com mais de 333000 habitantes. De acordo com estimativas do Departamento de Controle de Zoonoses e Endemias, o município de Uberaba tem uma população canina em torno de 64 mil cães e felina de 20 mil gatos. A partir de 2017, reiniciou-se o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para esse alvo, levando-se em conta a importância do emprego do conceito de Saúde Única que é um grande desafio para os gestores da saúde. Para a execução dos programas foram efetuados importantes cooperações entre Departamento de Controle de Zoonoses e Endemias da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Uberaba com o Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Uberaba - UNIUBE. O objetivo foi buscar parcerias entre Prefeitura Municipal de Uberaba e UNIUBE a fim de auxiliar no Programa de Controle Populacional e Cães e Gatos, com uma das ferramentas estratégicas que é a esterilização cirúrgica de cães e gatos, de responsabilidade da Prefeitura Municipal e, simultaneamente, realizar a orientação dos tutores quanto ao risco de zoonoses, tutoria responsável e manejo comportamental pelo processo educativo de orientação por meio dos estudantes de Medicina Veterinária. Em 2018 houve a contratação de empresa privada mediante de licitação para a realização das esterilizações. Paralelamente foi acordado entre Prefeitura e o Curso do Medicina Veterinária a organização da educação com a participação acadêmicos e docentes, a fim de preparar pequenas palestras e materiais didáticos para orientação dos tutores, enquanto aguardavam o procedimento cirúrgico. O cadastro dos animais foi realizado por meio de endereço eletrônico, contato telefônico de tutores preferencialmente de baixa renda. Previamente à castração, foram realizados exames de hemograma, sendo excluídos aqueles animais que apresentassem alterações significativas, retornando à lista de espera. As cirurgias foram realizadas em Unidade Móvel de Esterilização previamente licitada, que ficou localizada nas dependências do Hospital Veterinário de Uberaba, este último ficou responsável por possíveis intercorrências pós-cirúrgicas como recomendado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, o qual aprovou previamente os procedimentos cirúrgicos. Por meio de quatro mutirões, entre 2019 e 2020, foram orientados pelo programa mais de 600 tutores, perfazendo um total de 859 procedimentos cirúrgicos de esterilização entre fêmeas e machos das espécies canina e felina, sendo todos microchipados. Durante os mutirões foram realizadas palestras de curta duração, além da exposição de mini estandes sobre ectoparasitas, endoparasitas, principais zoonoses e tutoria responsável, com a participação de estudantes e docentes, em que foi propiciado aos tutores esclarecimentos à saúde e bem-estar dos seus animais de estimação. Pode-se concluir que a parceria entre Órgão Público e Universidade, certamente, colabora para a diminuição da população de cães e gatos, contribuindo consequentemente com a saúde e o bem-estar animal, bem como possibilita a educação dos tutores e auxilia na formação acadêmica dos alunos de Medicina Veterinária na compreensão do conceito de Saúde Única.

Palavras-chave: Controle Populacional; Estratégia; Políticas Públicas.



PERFIL E MEDIDAS PROFILÁTICAS EM EQUÍDEOS DE BAIROS ACOMETIDOS PELO FENÔMENO GEOLÓGICO EM MACEIÓ - ALAGOAS, BRASIL

Claudio César dos Santos Freire¹, José Witley Castanha Lopes¹, Ibenny Emanuel dos Santos Souza¹, José Alan de Melo Feitosa¹, José Venicius dos Santos¹, Ana Paula Menezes Felix¹, Yana Gabriella de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Tobyas Maia de Albuquerque Mariz³, Pierre Barnabé Escodro³.

¹Graduandos em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas- UFAL;

E-mail: claudiofreirevet@gmail.com

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Docentes do curso Medicina Veterinária e Zootecnia-UFAL.

O fenômeno geológico ocorrido na cidade de Maceió–AL, que está correlacionado com a extração de sal-gema (matéria-prima utilizada na produção de PVC), provocou rachaduras e fissuras em alguns bairros que impossibilita a moradia. Com o perigo de desmoronamento, houve a necessidade de evacuação dos moradores, provocando um aumento significativo do abandono de animais. Com isso, houve a necessidade da criação do projeto de extensão Integra Animal - Programa de Acolhimento aos Animais, parceria entre a BRASKEM-UFAL-FUNDEPES. Ações de vacinação, vermifugação e atendimentos clínicos foram criadas para dar suporte aos equídeos vulneráveis e seus tutores que fazem uso desses animais para trabalho de tração. Os carroceiros se incluem em uma classe de trabalhadores informais, responsáveis pela coleta de entulhos de obras, transporte de mercadorias e materiais de construção, garantindo assim sua renda pelo trabalho com o animal de tração. O objetivo do presente trabalho é traçar o perfil dos equídeos de tração nos bairros acometidos pelo acidente geológico, bem como executar medidas profiláticas como vacinação e vermifugação. Os dados foram obtidos com base em ações de vacinação/vermifugação e atendimentos clínicos realizados pelo projeto nos bairros do Bebedouro e Bom Parto, localizados próximo a Lagoa Mundaú, na cidade de Maceió – AL. Uma ação em cada bairro foi realizada, dividindo-se a equipe em duas funções: atendimento clínico e Medicina Preventiva. Foram utilizadas vacinas contra raiva, encefalomielite, tétano e leptospirose equina, além de desverminação de todos os animais atendidos, utilizando a pasta oral a base de Ivermectina 1%. Foram atendidos o total de 59 animais, todos SRD e de tração urbana. Dentre eles, 93% são equinos, 5% são muare e 2% são asininos. Quanto ao sexo, 61% machos e 38% fêmeas. A média de idade foi de $10 \pm 4,2$ anos. O peso dos animais apresentou média de $295 \text{ Kg} \pm 98$. O escore corporal perfilado de 1-5, teve uma média de 2,5. Dos 59 animais, 15% apresentaram patologias, como: linfangite, dermatite, pododermatite séptica e garrotilho. De modo geral, os animais apresentaram uma média relativamente baixa do ponto de vista corporal, o que pode se levar em questão uma nutrição inadequada, trabalho excessivo com altas cargas de peso e presença de endo e/ou ectoparasitas. Observou-se marcas e cicatrizes de maus-tratos, mostrando que o bem-estar desses animais pode estar comprometido, tanto pela falta de condições dos tutores, como ignorância por falta de informação. Os atendimentos clínicos realizados pelo projeto a esses animais além de contribuir com a sanidade desses, podem melhorar o rendimento financeiro no trabalho dos carroceiros, tornando próximas a UFAL e comunidade por meio do projeto Integra Animal. Ainda, a partir dessas ações as equipes ficaram à disposição da população para apoio com animais durante as mudanças, bem como orientações de manejo.

Palavras-chave: Acidente Geológico; Animais de Tração; Equídeos Vulneráveis.



POLÍTICAS DE REDUÇÃO POPULACIONAL DE GATOS EM CONDOMÍNIO - UMA INICIATIVA DE SUCESSO: RELATO DE CASO

Tatiane de Aguiar Sousa^{1,2,3}, Aline de Sousa Mendes³, Deisson Barbosa Moreira³, Jorge Luiz Silva Magalhães², Samilla Marques³, Naylê Francelino Holanda Duarte^{1,4}.

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil – E-mail: tatianechan@gmail.com

²Faculdade Terra Nordeste -FATENE, Fortaleza, Ceará, Brasil

³Gatil Yuska Furtado, Pacatuba, Ceará, Brasil

⁴Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina PPG Saúde Pública, Fortaleza, Ceará, Brasil

O abandono de animais é um problema mundial e vem se tornando uma situação cada vez mais preocupante e recorrente em nosso país. Situação está que leva ao acúmulo e formação de colônias de gatos ou matilhas nas ruas, instituições públicas e até mesmo em espaços privados. Estima-se que existe 30 milhões de animais nas ruas, vítimas de abandono. Este fato se justifica devido a irresponsabilidade das pessoas em relação ao controle populacional dos animais. Em um condomínio fechado de 734 casas localizado em Pacatuba – Ceará, o aumento do número de gatos em situação de abandono e o constante envenenamento desses animais como forma de eliminação e redução da população, sensibilizou e levou um grupo de moradores a buscar estratégias para solucionar o problema da forma mais humana possível. Foi então que surgiu, em 2019, o projeto Gatil Yuska Furtado. Objetivando resgatar, cuidar, castrar e encaminhar para adoção, o grupo usa o C.E.D. como principal estratégia no controle populacional. O diferencial do projeto consiste em ter um espaço construído dentro do condomínio onde esses gatos são levados para tratamento e recuperação para posterior adoção. Além do gatil, alguns moradores também oferecem lar temporário para aqueles que necessitam de cuidados especiais e não podem permanecer com os outros gatos. A administração do condomínio firmou parceria com uma clínica veterinária local e uma casa de ração para facilitar a realização das ações do gatil. Devido a pandemia, a coordenadora do projeto articula as informações, como ações e adoções entre os apoiadores do projeto através do *Whatsapp*. Além disso, este ano o grupo criou uma página no Instagram para ajudar na divulgação das adoções dos animais, com disponibilidade de informações mensais de forma online para atualizar os moradores dos condôminos sobre o projeto, além de campanhas mensais sobre algum tema pertinente a guarda responsável, saúde animal e humana e prevenção de abandono. Com o apoio, inclusive financeiro, da administração do condomínio e de voluntários, foram castrados em média dez gatos por mês, totalizando até o momento 350 animais. Destes, cerca de 200 foram adotados tanto por moradores do próprio condomínio e de outros, quanto pela população do município de Pacatuba e Fortaleza. O sucesso no alcance dos objetivos em tão pouco tempo mostra que é possível adotar medidas de controle de animais irrestritos não só pelo poder público. Somado a educação em guarda responsável, os “pilares do controle populacional” (castração, combate ao abandono e adoção), quando feitos de forma eficaz, são sim uma alternativa viável para solucionar a longo prazo ou ao menos minimizar o número de animais abandonados.

Palavras-chave: Animais irrestritos; Gatos. C.E.D.; Redução populacional.



PRIMEIRO CURSO NORDESTINO DE ATUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DE CATÁSTROFES E DESASTRES - NORCADE, CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naylê Francelino Holanda Duarte^{1,2}, Ricardo Tavares do Carmo¹, Tatiane de Aguiar Sousa¹, Isabelle Barroso Bezerra¹, Raphael William Ponte Neres^{1,3}, Verônica Moraes Campelo^{1,3}, Bruna Holanda Duarte^{1,4}, Maria Ester Crispim Nogueira Fernandes¹, JorgHeukelbach¹

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: nayle.holanda@gmail.com

²Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina PPG Saúde Pública, Fortaleza, Ceará, Brasil.

³Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

⁴Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Desastres podem ocorrer a qualquer tempo e em qualquer local, acometendo ecossistemas completos e trazendo inúmeras consequências para os seres vivos. O Nordeste brasileiro sofre desastres ambientais desencadeados por queimadas e pela seca, associadas à agricultura, causando destruição da fauna e vegetações nativas, com consequente desequilíbrio ecológico. Em 2012, o Nordeste registrou um período de seca intensa, e declarou estado de emergência em 1.200 municípios da região, ocasionando a morte de quatro milhões de animais e prejuízos econômicos para os trabalhadores do campo. Após a ocorrência desses danos ambientais, é necessária a mobilização de equipes para atuar rapidamente e de forma eficaz. Porém, na maioria das vezes, não existem profissionais capacitados para atuar nessas emergências. Portanto, a partir da experiência da equipe do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) – MG, a Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-Estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres (Beaguaras) idealizou o “I CURSO DE CAPACITAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA DE DESASTRES”, objetivando capacitar profissionais de diversas áreas em como proceder no resgate de animais, vítimas de desastres. Descrevemos aqui as experiências do curso promovido pelo Beaguaras com apoio do CRMV - CE, da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - SESA, Universidade Estadual do Ceará - UECE e Polícia Rodoviária Federal –PRF. O curso ocorreu de 26 a 27 de outubro de 2019, na UECE para 110 acadêmicos e profissionais de diversas áreas. No 1º dia foi abordado a parte teórica com base na Experiência de Brumadinho/Plano de Contingência para Desastres em Massa. No segundo dia, foram formados vários grupos para discussão, elaboração e apresentação de propostas para desenvolvimento de estratégias de salvamento de animais em época de seca no Ceará. Foram apresentadas pelas equipes as propostas de atuação dos profissionais na prevenção de mortes de animais durante a seca no Ceará, que servirão posteriormente como sugestão para a elaboração de um plano de contingência para ser apresentado aos órgãos competentes e levantamento dos possíveis voluntários para participar do Grupo de Resgate de Animais em Desastres (GRAD) do Ceará que está em fase de implantação. Dos 110 participantes, 47 preencheram a ficha de avaliação do curso. Destes, consideraram excelente: a programação do evento 33 (70,21%), local do evento 36(76,60%), assuntos abordados 44 (93,62%), palestrantes 44 (93,62%), alimentação 37 (78,72%) e bom: a divulgação do evento 31 (66%) e pontualidade 32 (68,09%). Conclui-se que o curso foi de fundamental importância para os participantes, e serviu para despertar o interesse do trabalho voluntário dos presentes frente a atuação em situações de desastres ambientais com envolvimento de animais e como base para a implantação do GRAD Ceará, além da importância do trabalho de educação ambiental sobre a prevenção de desastres.

Palavras-chave: Medicina Veterinária; Área de Atuação Profissional; Desastres.



PRINCIPAIS ENFERMIDADES DE ANIMAIS ACOLHIDOS NO PROJETO INTEGRA ANIMAL UFAL – CASUÍSTICA DOS SEIS PRIMEIROS MESES

Ana Paula Menezes Félix¹, Yana Gabriella de Moraes Vargas¹, Maria Krislayne Oliveira da Silva², Rayane Caroline Medeiros do Nascimento³, Yane Fernandes Moreira⁴, Pierre Barnabé Escodro⁵

¹ Graduandas do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

E-mail: anapaulamenezesfelix@gmail.com

² Graduanda do curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Alagoas;

³ Mestranda do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas;

⁴ Médica Veterinária e Responsável Técnica do Projeto Integra Animal da Universidade Federal de Alagoas;

⁵ Docente do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Alagoas.

O projeto Integra Animal, aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sob o nº33/2020, iniciou atividades em Agosto de 2020, tendo por objetivo auxiliar animais e moradores dos bairros Bom Parto, Mutange, Pinheiro e Bebedouro em Maceió, estado de Alagoas, que estão em realocação devido ao fenômeno geológico ocasionado na região pela extração da sal-gema. As principais missões são diminuir o abandono animal e promover medicina preventiva, apresentando como uma das atividades a hospedagem temporária de animais de tutores que estão em realocação e não podem levar de imediato os animais, além de animais errantes, mantendo-os sob cuidados médicos veterinários no período até 6 meses. No período de 01 de Agosto de 2020 a 31 de Janeiro de 2021, recolheu-se 221 pets: 157 felinos (59 machos e 98 fêmeas) e 64 caninos (28 machos e 36 fêmeas), dentre esses 35 felinos possuíam tutor e 122 tidos como felinos errantes e/ou abandonados, já os caninos apenas 18 possuíam tutor e 46 destinados a adoção. Todos os animais foram submetidos à vacinação de raiva, desverminação e vacinação polivalente específica, além de exame clínico criterioso e laboratoriais (quando necessários), sendo separados quando portadores de alguma enfermidade contagiosa. Entre animais errantes/abandonados e animais de tutores existiam diferentes tipos de patologias sendo divididas em grupos de acordo com a espécie. Entre os 157 felinos recolhidos, 16,56% apresentavam Complexo Respiratório Felino (CRF); 38,21% Afecções dermatológicas (abcessos, lesões, sarna); 3,83% Hiperplasia mamária ocasionada principalmente devido a injeções para evitar o cio, utilizada de forma errônea por leigos sendo então prejudicial para a vida do animal; Trauma ocular 3,83%; presença de ectoparasitas e endoparasitas 100%. Já entre os 64 caninos foi possível observar patologias como: Tríade Neonatal 4,68% filhotes recém nascidos com a mãe sem suplementação alimentar correta, falta de nutrientes, nasceram com alterações, em sua maioria não resistiam e iam a óbito; 100% apresentavam Endoparasitoses e Ectoparasitas acometendo assim todos os caninos recolhidos, uma das mais preocupantes infestações pois além dos parasitas os mesmos ainda seriam capazes de transmitir e ocasionar novas doenças, sendo importante o uso de vermífugos e ectoparasitas nesses animais; Displasia coxofemoral 1,56 % e Neoplasias 1,56% patologias com menor índice e mostradas em animais idosos. Nota-se que a principal enfermidade entre ambas as espécies foi as endoparasitoses e presença de ectoparasitas devido a maioria ser errante ou fruto de abandono, mantendo-se em aglomerações na rua, má alimentação e paupérrimas condições de bem-estar animal. Ressaltando ainda que na espécie felina a presença de afecções dermatológicas como sarna que é a depender da espécie pode ser zoonose gerando assim um problema de saúde pública, como também lesões ocasionadas por trauma. Entre os caninos destaca-se a Tríade neonatal a qual gerou óbitos. O resumo apresentou as principais enfermidades de cães e gatos hospedados pelo Projeto Integra Animal, buscando elucidar a realidade epidemiológica dos animais que fazem e farão parte do projeto, durante a realocação de mais de dez mil casas nos quatros bairros de Maceió.

Palavras chaves: Abandono animal; Doenças; Fenômeno Geológico.



PROGRAMA AFROMENTOR – DESCOBRINDO A MEDICINA VETERINÁRIA FORENSE

Adriana Ribeiro de Araujo¹, Cassia de Freitas André², Elom Eduardo Maio³

¹Médica Veterinária - Unesp Botucatu: adriamv2009@gmail.com

²Graduanda de Medicina Veterinária - UFRPE

³Graduando de Medicina Veterinária Elom Eduardo – UFMG

As ciências forenses é uma área do conhecimento muito ampla. Dentre várias subáreas se encontra a medicina veterinária forense. Diferente de outras como: balística forense, entomologia forense a veterinária forense é vista como área emergente. Com o surgimento do Programa Afromentor, que tem como objetivo ofertar a experiência de aproximar graduandos de medicina veterinária com médicos veterinários em determinada área do conhecimento do curso. Desta forma criou-se um meio de ampliar o conhecimento e demonstrar a importância de tal ciência perante a sociedade. Perante o cenário socioeconômico em que o país se encontra, devido a pandemia, ocorreram diversos acontecimentos de potencial relevância. Dentre eles o aumento do índice da violência contra mulheres, crianças, idosos e animais. Um dos temas que foi abordado durante o programa. Revisão bibliográfica em artigos e livros na área para posterior produção de conteúdo digital pelo mentorando. O Programa tem duração de 6 semanas. Semanalmente é selecionado um tema e desenvolvido um formato com que o assunto será abordado. Seja por vídeo, texto ou imagens e disponibilizado no Instagram. O conteúdo é avaliado antes de ser publicado por um mentor que atue ou tenha um amplo conhecimento da área. Reuniões quinzenais via plataforma digital e *whatsapp* com os mentorandos foram realizadas. A Medicina Veterinária Legal (MVL) é um campo da medicina veterinária (resolução nº 756 do CFMV de 17 de outubro de 2003) que faz a intersecção e aplicação dos conhecimentos técnicos médicos veterinários às questões judiciais e aos aspectos legais para auxiliar em investigações criminais e civis. Isso significa que é um ramo interdisciplinar. Foram criados conteúdos a respeito de assuntos que permeiam a Medicina Veterinária Forense, tais como conceitos básicos, entomologia forense, traumatologia e Teoria do Elo. Tais temas alcançaram muitas pessoas sejam da área de medicina veterinária quanto de outros cursos de graduação, visto que a medicina veterinária forense é multidisciplinar. O processo de desenvolvimento de material, no formato de conteúdo digital despertou nos alunos um maior embasamento sobre os temas a serem abordados e senso crítico resultando em produtivas discussões de relatos de casos, levando tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade de forma geral informações de como identificar tais atos, comportamentos formas de prevenção.

Palavras-chave: medicina veterinária legal; mentoria; crueldade animal.



PROJETO CAPTURA CASTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE GATOS FERAIS NO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA - UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM ZOONOSSES - UVZ

Fabiana Morse Gosson Jorge¹, José Eduardo Chaib de Moraes², Monica de Cássia Trindade¹,
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão³

¹Médica Veterinária da Unidade de Vigilância em Zoonoses - Secretaria de Saúde da Prefeitura de Jaguariúna. E-mail: fabianamorse@gmail.com

²Médico Veterinário da Unidade de Vigilância em Zoonoses - Secretaria de Saúde da Prefeitura de Jaguariúna;

³Secretária de Saúde - Secretaria de Saúde da Prefeitura de Jaguariúna

O projeto de captura, castração e devolução de gatos não domiciliados (CCD) abrange a captura, castração, vacinação antirrábica e marcação dos animais manejados e tem como objetivo o controle da população de gatos não domiciliados (*Felis sp.*) e a prevenção da raiva animal, com enfoque na variante 3 do vírus rábico. Os pontos de captura foram definidos com base na solicitação de munícipes e avaliação da equipe. As armadilhas são instaladas no início da noite e desarmadas no início da manhã. Os animais capturados são trazidos para gatil específico na Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ), são manejados juntos no mesmo dia e devolvidos ao gatil. Após período de recuperação mínimo de 10 dias são realocados em área próxima à de captura. O projeto tem como finalidade reduzir a população de gatos não domiciliados ou comunitários e ampliar a cobertura vacinal antirrábica nesta população, haja vista sua suscetibilidade em contrair raiva devido ao hábito de predação de morcegos, reservatórios da variante 3 do vírus rábico. A captura dos animais é realizada com auxílio de armadilha própria (gatoeira), onde é colocada uma isca como atrativo. As armadilhas são instaladas nos locais pré-definidos pela equipe no início da noite e recolhidas no início da manhã. Os animais capturados são encaminhados a um gatil próprio para esta finalidade na UVZ. Após formação do lote (mesma colônia) e estabilização dos animais é realizada contenção física para então procedermos à anestesia; o protocolo anestésico inclui medicação pré-anestésica, anestesia geral e anestesia local (intratesticular nos machos e dose variável nos pedículos, coto e musculatura das fêmeas). A medicação pós-cirúrgica consiste em antibiótico de amplo espectro e antiinflamatório não esteroide. Após anestesia geral procedemos à orquiectomia dos machos e ovariossalpingohisterectomia das fêmeas e em sequência é realizado um pique em “V” no ápice do pavilhão auricular esquerdo (não ultrapassando 8mm), de forma a facilitar a identificação do animal já manejado após realocação. Por fim é realizada a vacinação antirrábica na dose de 1ml/animal por via SC (subcutânea). Os animais são levados novamente ao recinto e mantidos sob observação por período mínimo de 10 dias, para serem então realocados juntos para área próxima à de captura. São realizados esforços para estimular a adoção dos animais. Nas 12 colônias de gatos ferais em que o projeto foi desenvolvido pudemos observar a estabilização do número de animais, tendo como base informações fornecidas pelos munícipes envolvidos na alimentação dos animais. Em um curto período de tempo pudemos reduzir a taxa de natalidade, porém são necessárias investigações adicionais para avaliar a eficácia da castração a longo prazo para o controle populacional dessas colônias, assim como o impacto dessas colônias no meio ambiente.

Palavras-chave: gatos ferais; controle populacional.



PROJETO CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A COVID-19 E A RELAÇÃO HUMANA-ANIMAL EM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-ALAGOAS, BRASIL.

Ibenny Emanuel dos Santos Souza¹, José Alan de Melo Feitosa¹, José Venicius dos Santos¹, Ana Paula Menezes Felix¹, Claudio César dos Santos Freire¹, José Witley Castanha Lopes¹, Yana Gabriella de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Tobiyas Maia de Albuquerque Mariz³, Pierre Barnabé Escodro³

¹Graduandos em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas- UFAL;
E-mail: ibenny.souza@ceca.ufal.br

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Docentes do curso Medicina Veterinária e Zootecnia-UFAL.

O mundo todo está estagnado e perplexo frente à pandemia da Covid-19, sendo que a prevenção e o isolamento social são medidas essenciais. No entanto, em comunidades vulneráveis e na zona rural tais medidas não ocorrem de maneira adequada. Adicionalmente, os animais de estimação estão sendo abandonados, por um temor sem fundamento médico ou científico que também possam se contagiar e transmitir a doença, conforme informou a Organização Mundial da Saúde. Outro fator que pode contribuir para o abandono dos animais são as condições financeiras, minimizadas em tempos de pandemia. O Projeto de Conscientização sobre a Covid-19 e a Relação Humana- Animal em Comunidades da Zona Rural de Viçosa, da Universidade Federal de Alagoas, ocorreu de maio à setembro de 2020, objetivando conscientizar as pessoas que vivem no assentamento Quinta da Serra e que vivem às Margens do Rio Paraíba, sintetizando saberes acerca da Covid-19 e Medicina Veterinária do Coletivo, entre eles que os animais domésticos não transmitem a doença. Entre as atividades realizadas em quatro visitas mensais: mini palestras e rodas de conversa para a comunidade sobre a Covid-19, doação de equipamentos de proteção individual (máscaras e álcool em gel), realização de questionários para entender o conhecimento das pessoas com a relação humana-animal, e atendimento veterinário para os animais dos assentamentos (consultas, vacinação e início da conscientização e execução de esterilizações). Foram beneficiadas 200 pessoas e 153 animais com as ações do projeto, sendo 71 equídeos, 67 cães e 15 gatos. Foram realizadas quatro campanhas de conscientização e distribuídos 20 litros de álcool em gel (em recipiente de 100 mL) e 200 máscaras. Um total de 167 pessoas não usavam máscaras (83,5%). Ainda, o questionário constatou que 50% da população continuava com os mesmos hábitos observados antes da pandemia. Em outro dado obtido, 43,7% responderam que os animais poderiam transmitir a Covid-19 e 56,3% que não, potencializando o abandono na comunidade. Com os dados em mãos a equipe sanou dúvidas da população evitando assim o abandono de novos animais e posteriormente o surgimento de Zoonoses, cuja vacinação de raiva não ocorria há dois anos. Foram atendidos 71 equídeos, um deles foi castrado, sendo imunizados 63 contra Raiva, Encefalomielite, Influenza e Leptospirose, pois 8 equídeos não estavam aptos para receberem a vacinação, com caquexia e babesiose. Na mesma localidade foi realizada a vacinação antirrábica de 67 cães e 15 gatos. Durante as visitas também foram agendadas e realizadas, na UFAL, 6 esterilizações de cadelas. O projeto de extensão visou maximizar a conscientização sobre a Covid-19, promovendo a medicina veterinária do coletivo e sanando problemas na interface humana-animal, entre elas: desmistificar a progressão da doença através dos animais, minimizar a falta de vacinação de raiva nos animais, combater o abandono, promover controle de natalidade e educação ambiental. Projetos como esse deveriam ser levados a outros assentamentos e zonas rurais, pois muitos não conseguem ser assistidos e acolhidos através das políticas públicas, sendo a universidade importante disseminador de informações e ações no âmbito da saúde única.

Palavras-chave: Medicina Veterinária do Coletivo; Pandemia; Saúde Única.



PROJETO DE APOIO AOS EQUÍDEOS EM ASSENTAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS DURANTE PANDEMIA

José Alan de Melo Feitosa¹, Ibenny Emanuel dos Santos Souza¹, José Venicius dos Santos¹, Ana Paula Menezes Felix¹, Claudio César dos Santos Freire¹, José Witley Castanha Lopes¹, Yana Gabriella de Moraes Vargas¹, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento², Tobyns Maia de Albuquerque Mariz³, Pierre Barnabé Escodro³

¹Graduandos em Medicina Veterinária da Universidade Federal de Alagoas- UFAL;
E-mail: jose.feitosa@ceca.ufal.br

²Mestranda do Programa de Ciência Animal-UFAL;

³Docentes e coordenadores do Grupo de Pesquisa e Extensão em Equídeos- GRUPEQUI-UFAL

O levantamento de enfermidades que acometem equídeos de trabalho é de extrema importância para definir aspectos epidemiológicos, maximizar diagnóstico e terapêutica, além de avaliar o promover bem-estar animal. O projeto de extensão Conscientização sobre Covid-19 e a Relação Humana- Animal em Comunidades da Zona Rural de Viçosa- AL, proporcionado pela Universidade Federal de Alagoas, atuou de forma programada e sistemática durante os meses de maio à setembro de 2020 em assentamentos da zona rural do município de Viçosa, localizada na zona da mata de Alagoas, onde além de levar informações às comunidades, oferecia suporte veterinário, vacinação e desverminação aos equídeos no Assentamento Quinta da Serra e Passagem de Areia, às margens do Rio Paraíba. Foram atendidos 71 equídeos com média em idade de $8,6 \pm 5,7$ anos, sendo 15 muare (21,1%) e 56 equinos (78,9%). Destes 33 machos (46%) e 38 fêmeas (53,5%). Desses 63 equídeos (88,7%) receberam a imunização contra Raiva, Encefalomielite, Influenza e Leptospirose além de controle parasitário com ivermectina. Oito animais (21,1%) apresentavam sinais clínicos como febre, secreção nasal, caquexia e apatia, não sendo submetidos a vacinação. Desses, 5 (62,5%) foram diagnosticados com babesiose e três com adenite equina (37,5%), sendo submetidos aos tratamentos específicos com imidocarb e penicilina benzatina respectivamente. Ainda, através de questionários realizados, 37,5% das pessoas entrevistadas não vacinavam e/ou realizavam controle parasitário de seus animais, fazendo com que os equídeos apresentassem um escore corporal abaixo da média (magros ou caquéticos), com altas cargas parasitárias, anêmicos, e com imunidade baixa. Durante os estudos observou-se que na grande maioria das vezes estes animais eram utilizados para garantir a renda familiar, sendo que 65,6% da população considerava seus animais como ferramenta de trabalho, seja no uso para fretes ou na extração de areia às margens do Rio Paraíba. Os tratamentos a esses animais, que apresentavam alguma enfermidade, foram realizados em várias etapas, visando sempre o bem-estar animal. Ademais, foi coletado sangue de um animal para exame laboratorial, ficando evidenciado após o recebimento do exame que a égua tinha testado positivo para AIE (Anemia Infeciosa Equina), desta forma a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL) foi acionada para efetuar os procedimentos determinados por lei. Assim projetos como este realizado que além de levar informações à comunidade inserem ações que beneficiam tanto o âmbito social, animal e meio-ambiente devem ser cada vez mais levados a outras localidades, tendo a universidade um papel fundamental neste trabalho.

Palavras-chave: Comunidades; Equídeos; Medicina do Coletivo.



PROJETO DE EXTENSÃO MEDICINA VETERINÁRIA EM AÇÃO NAS COMUNIDADES: AÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE ÚNICA

Lidiane de Jesus Silva¹, Karine Kulik¹, Vanessa Julio Balan¹, Rita de Cassia Maria Garcia².

¹Graduanda de Medicina Veterinária - Universidade Federal do Paraná.

E:mail: lidi.silva@gmail.com

²Departamento de Medicina Veterinária do Coletivo - Universidade Federal do Paraná

O projeto de extensão Medicina Veterinária em Ação nas Comunidades, criado no ano de 2017, promove ações clínicas em parceria com as prefeituras municipais de Curitiba, Campo Magro Araucária e Pinhais, além de palestras, simpósios e *workshops* voltados às principais vertentes da Medicina Veterinária do Coletivo. Ele tem como objetivo oferecer aos graduandos de Medicina Veterinária formação profissional e cidadã e experiência em promoção da saúde dos indivíduos, dos animais, comunidades e cuidados ao meio-ambiente. As atividades são desenvolvidas por alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições de ensino, com ações intersetoriais e multidisciplinares. Com enfoque em serviços à comunidade, através de parcerias com Secretarias de Meio-Ambiente e Saúde, são realizadas ações como censos populacionais de cães e gatos e cadastro de animais encaminhados para campanhas de controle cirúrgico de animais, visando ao manejo populacional. Ademais, são executadas ações clínicas em municípios parceiros, especialmente em bairros cujo acesso à assistência veterinária é precário ou ausente. Nelas, contemplam-se vacinação, vermifugação e controle de ectoparasitas, identificação por microchipagem e orientações gerais de cuidado e saúde e posse responsável. As diversas atividades realizadas abrangem uma variedade áreas, com simpósios de prevenção ao suicídio e medicina veterinária do coletivo, cursos de identificação e conduta em casos de maus-tratos, seminários de educação ambiental, Teoria do Elo, violência doméstica e animais de estimação, a criação de grupo de estudos (GECOLABE - Grupo de Estudos de Medicina Veterinária do Coletivo, Legal, Alternativa, e Bem-estar Animal). Com o intuito de amplificar o acesso aos conteúdos e materiais desenvolvidos pelo projeto, foi elaborado um site de Medicina Veterinária do Coletivo da UFPR, que possibilita a divulgação virtual de informações, campanhas de adoção e eventos *online*, além de contribuir em etapas de produção de artigos científicos publicados. O projeto tem sido cada vez mais abrangente, integrando estudantes, médicos veterinários, profissionais de diversas áreas, animais e comunidades. Estabelece relações positivas com o primeiro setor, a iniciativa privada, ONGs e sociedade civil através do reconhecimento dos problemas da comunidade e de soluções conjuntas. Isto mostra a relação ensino, pesquisa e extensão como parte da integração transformadora entre a universidade e a sociedade através do projeto.

Palavras-chave: Extensão universitária; Saúde única; Veterinária do coletivo.



PROJETO DE EXTENSÃO MEDICINA VETERINÁRIA EM AÇÃO NAS COMUNIDADES: ADOTE UM CÃO ADULTO

Andressa dos Santos Neves¹, Heloise Zavatieri Polato², Jéssica Pinheiro Feliciano do Nascimento², Karine Kulik³, Rita de Cassia Maria Garcia⁴

¹Graduanda em Medicina Veterinária, UFPR. E-mail: andressa.stosneves@gmail.com

² Médica Veterinária Residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR

³ Graduanda em Medicina Veterinária, UFPR

⁴ Professora do Departamento de Medicina Veterinária, UFPR

Os cães que vivem em abrigos brasileiros, em sua maioria, são abandonados e/ou vítimas de maus-tratos, sendo recolhidos por organizações não governamentais (ONG), para que possam ser recuperados, ressocializados e reintegrados à sociedade por meio de adoção. No Brasil é costume preferir animais jovens, dificultando a adoção de cães adultos e idosos, os quais permanecem nos abrigos por um longo período de sua vida, resultando em alta densidade populacional. Os abrigos são locais de passagem e os animais devem ser mantidos por um curto período de tempo até que finalmente cheguem ao seu destino. Muitas vezes devido ao seu comportamento imprevisível e crescimento superior às expectativas, as adoções de filhotes podem resultar em abandono ou retorno ao local de origem. Portanto, é de suma importância a criação de programas para melhorar e estimular a adoção de cães adultos abrigados. Este projeto, idealizado no ano de 2019, tem por objetivo aumentar a taxa de adoção de cães adultos e idosos, bem como dar visibilidade às ONGs parceiras do projeto de Medicina de Abrigos do Programa de Residência em Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Federal do Paraná. Os alunos e residentes participantes do projeto “Adote um Cão Adulto”, além de divulgarem os cães disponíveis para adoção em mídias sociais, desenvolvem conteúdos informativos visando disseminar a guarda-responsável, bem como auxiliam na promoção de feiras de adoção dos animais. O projeto atua também no bem-estar dos cães e envolve os alunos da graduação na vivência da Medicina de Abrigos. Desde a criação, o projeto teve um alcance de mais de 760 contas e 6.596 impressões, ou seja, número de vezes em que o conteúdo foi exibido. Sendo assim, o projeto conseguiu aumentar a visibilidade dos abrigos parceiros, conscientizar a população sobre os benefícios de oferecer um lar a cães adultos e idosos, divulgar informações sobre guarda-responsável, zoonoses, saúde animal, cuidados essenciais aos cães e bem-estar animal, promovendo o acesso das pessoas à informação.

Palavras-chave: Adoção; Medicina Veterinária do Coletivo; Abrigos.

**PROJETO VETSAÚDE COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL EM SAÚDE ÚNICA**

¹Maria Alice Pires Moreira, ²Júlia Caroline Assis Machado

¹Doutora em Ciência Animal, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

E-mail: alice.moreira@ifgoiano.edu.br

²Discente em Medicina Veterinária, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

O VetSaúde é um projeto de extensão desenvolvido no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí desde agosto de 2018, cujo propósito consiste na elaboração de medidas voltadas para orientação à comunidade promovendo impacto benéfico na saúde única e bem-estar único. Tendo em vista que o abandono de cães e gatos infelizmente é uma problemática frequente nos municípios brasileiros, o projeto prevê medidas que mitiguem essa prática através de orientações à comunidade acadêmica e das regiões circunvizinhas, visto que mesmo com leis que respaldam os direitos animais, ainda há um déficit em suas aplicações, o projeto demonstra por meio de ações voltadas à população, o impacto que animais em situação de abandono causam na saúde pública. É sabido que animais errantes carregam prejuízos a própria saúde, outrossim no local em que circulam, é válido salientar os riscos que a sua presença pode causar como transmissão de zoonoses, acidentes automobilísticos, ataques e mordeduras. Dado o exposto, a demanda latente na cidade de Urutaí e regiões circunvizinhas devido ao número crescente de animais errantes e semi domiciliados, a imprescindibilidade de haver medidas que mitigassem o número de animais nas ruas, o projeto foi iniciado com o intuito de conscientizar a população com relação à guarda responsável, atuando com medidas que melhorassem a condição clínica dos cães e gatos domiciliados da região, com intuito reduzir o abandono e a disseminação de doenças com potencial zoonótico, atenuando riscos de epidemias e doenças que levem ao óbito animais domiciliados e não domiciliados. As ações do projeto foram desenvolvidas através de diferentes abordagens, tendo início com apresentação de palestras sobre zoonoses, temática fundamental visto a prevalência de parasitas intestinais com potencial zoonótico que foram encontrados em fezes de cães errantes com acesso às dependências da Instituição, comprovando o risco iminente à saúde da comunidade acadêmica e a importância da guarda-responsável, ressaltando o elevado número de animais errantes e semi domiciliados no campus, além do potencial zoonótico podendo causar acidentes ou mordeduras. Além disso, uma das ações do projeto foi catalogar os cães do Instituto para ter controle do número de animais presentes e novos oriundos de abandono ou regime semi domiciliar. Ademais, atendimentos semanais prestados na clínica escola voltados à comunidade e sem nenhum gasto ao tutor, onde eram fornecidos atendimentos clínicos aos animais e orientações aos tutores. Vale salientar que as comunidades circunvizinhas também foram contempladas com campanhas de conscientização, foram ministradas palestras em uma escola estadual com temáticas acerca dos riscos da administração de anticoncepcionais, e dos riscos provenientes de doenças como raiva, cujo seu potencial zoonótico grave leva, geralmente ao óbito do indivíduo, e exposição de banners voltados à comunidade de Pires do Rio. As campanhas também foram voltadas à comunidade de discentes dos diversos cursos de graduação e ensino técnico do Instituto, sendo ministradas periodicamente. Com base no que foi exposto, o principal objetivo do projeto é instituir estratégias que desestimulem o abandono de cães e gatos, através de medidas de orientação, assegurando a saúde única na comunidade acadêmica do Instituto e regiões circunvizinhas.

Palavras-chave: Abandono; Animais; Conscientização.



PROJETO VETSAÚDE: ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE PROTEÇÃO ANIMAL, BEM-ESTAR E *LEISHMANIA*: ANÁLISE DE UM ABRIGO PARTICULAR EM JOÃO PESSOA-PB

Raissa Coutinho de Lucena¹, Lucas Nunes Santana², Márcio Bernardino da Silva³

¹Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

E-mail: raissaclucena@gmail.com

²Doutorando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

³Professor Associado do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal da Paraíba.

O descaso em relação a vulnerabilidade animal, favorece a formação de diversos abrigos inadequados espalhados pela cidade. O presente trabalho teve por objetivo avaliar a estrutura física, saúde individual e coletiva dos animais mantidos dentro de um abrigo financiado exclusivamente por uma pessoa física, com ajuda de doações ocasionais. Para o estudo foi realizada visitação presencial, nos dias 24 e 31 de fevereiro, para conhecer a estrutura física do abrigo e os animais. Ao longo da semana, pode-se ter contato com pessoas responsáveis pela limpeza e manutenção, em adição à responsável pelo abrigo e, a partir, de entrevistas, pode-se entender como é sua real situação. No local, foram encontradas 22 cadelas, 10 passaram pelo procedimento de ovariossalpingo-histerectomia e 1 cadela encontrava-se puérpera. Um macho adicionado recentemente à matilha apresentou-se *Leishmania* positivo, porém, como existem animais com diagnóstico confirmado e o animal encontrava-se estéril, foi decidida sua permanência. Anteriormente, o canil era misto, entretanto, a proprietária relata que perdeu mais de 10 animais por briga devido à época do cio das cadelas. Nessa época, encontravam-se no local quase 40 cachorros. Em relação aos animais atuais, 3 cadelas e o macho encontram-se *Leishmania* positivo. Não ocorre nenhuma forma de separação das cadelas sadias e recentemente ocorreu a perda de 2 cadelas por doença renal crônica derivada da leishmaniose. O tratamento é feito apenas com Alopurinol 100-300mg 1x ao dia, a depender de doações, não possuindo dosagem cotidiana. Os animais não são testados e não ocorrem exames para acompanhar o tratamento dos que já se encontram positivos. A medida que os sinais físicos característicos aparecem, relatadas como feridas nas orelhas, a proprietária já infere a positividade para leishmaniose e inicia o tratamento. Não é utilizada coleira antiparasitária. Endoparasitas e ectoparasitas são controlados com ivermectina via oral. Nenhum animal possui vacina antirrábica ou vacina múltipla. Apesar de todos aparentarem estar sadios, eventualmente, *Ehrlichia* e *Babesia* são desafios no abrigo. Quando questionado quais medicações são de uso mensal, Alopurinol teve mais ênfase de necessidade, mas Eritrós, Hemolitan, Domperidona, Doxiciclina, Bactrim, aparecem como uso constante, evidenciando a presença de outras doenças, além da *Leishmania*. O abrigo é mantido pela dona e adoções são difíceis, sendo uma realidade maior de saída apenas filhotes. A rotatividade de animais é sempre entre 20-30 cadelas. Conclui-se a ausência do poder público nessa problemática. Ele poderia oferecer serviços de melhor qualidade ou apoio para pessoas cujo objetivo é manter um abrigo por amor aos animais. Nota-se um receio de interagir com o Centro de Controle de Zoonoses local e isso dificulta o acesso a vários serviços como testes e vacinação.

Palavras-chave: Resgate; Zoonoses; Parasitismo.



PROTOCOLO DE PERÍCIA EM BEM-ESTAR ANIMAL APLICADO PARA DIAGNÓSTICO DE MAUS-TRATOS CONTRA CHINCHILAS (*Chinchilla lanigera*)

Lucas Belchior Souza de Oliveira¹, Nathália Leijoto Lourenço², Helena de Castro Teotonio³, Vânia de Fátima Plaza Nunes⁴, Ana Liz Bastos⁵, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira³

¹ Médico veterinário, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E-mail: belchiorl@hotmail.com

² Graduanda em Medicina Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais;

³ Médica veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais;

⁴ Médica veterinária, Fórum Animal;

⁵ Médica veterinária.

A criação da Chinchila no Brasil é antiga devido ao uso da pele para a confecção de roupas e ao uso da carne na alimentação humana, possuindo atualmente a presença nos domicílios como um "pet" não-convencional. A criação comercial para extração de pele é proibida apenas em alguns estados do país (Lei 15.566/2014 em São Paulo; lei 18.714/2016 no Paraná) e, o fornecimento de guias, manuais, instruções normativas em qualquer esfera governamental que defina ou regre a criação sustentável, são inexistentes. Considerando a importante relação entre maus-tratos contra animais e violência humana, o objetivo deste trabalho foi o relato e a adaptação de um protocolo de diagnóstico de bem-estar animal para a identificação de maus-tratos contra Chinchilas (*Chinchilla lanigera*) comercializadas em um criatório comercial. A perícia foi realizada em um criatório comercial municipal após denúncia de animais em situação de maus-tratos. As chinchilas eram comercializadas e criadas em sistema de gaiolas de bateria, mantendo-se uma razão sexual de um macho para seis fêmeas, que eram isoladas através do uso de colar de restrição. Os animais foram avaliados através de dados coletivos (n=124, armazenamento do alimento, aspectos de atendimento e cuidados de saúde) e individuais (n=6) através de indicadores comportamentais, nutricional, de conforto e de saúde, que foram pontuados e classificados em bom, regular e ruim. Além disso, após a análise da classificação dos indicadores o grau de bem-estar foi categorizado como muito alto (1), alto (2), regular (3), baixo (4) e muito baixo (5). Os dados coletivos foram condizentes com um local que apresenta riscos sociais e para os animais envolvidos devido ao armazenamento incorreto de alimentos, ausência de áreas de isolamento para animais doentes ou recém-chegados, contenção física inadequada, ausência de arquivo médico individualizado e de controle de temperatura, ventilação e umidade adequados para a espécie, elevada mortalidade neonatal, uso indiscriminado de antimicrobianos, e, uso contínuo dos animais como matrizes. Quanto a avaliação individual, observou-se falhas nos indicadores comportamentais quanto a ausência de abrigos individualizados, impossibilidade de escolhas das relações entre fêmeas e macho, baixa possibilidade de controle ambiental, ausência de enriquecimentos ambientais e possibilidade de exercício aeróbicos, restrição do deslocamento, e exibição de comportamentos como tricofagia; nos indicadores nutricionais quanto ao manejo alimentar inadequado, além da quantidade e qualidade baixa de comedouros e bebedouros; nos indicadores de conforto observou-se área de manutenção em dimensões reduzidas para a espécie, índice de poeira e sujeira elevada e inadequação do material de banho. Finalmente, quanto ao indicador sanitário, observou-se quadros de diarreia em diferentes animais e quadros de alopecia. Pelo descrito neste relato, pode-se concluir que a ferramenta após adaptação e validação se encontra adequada para uso para a espécie. O desejado é que o aprimoramento das ferramentas para diagnóstico de maus-tratos possibilite o combate e a solução de situações inadequadas de maneira mais direcionada e por isso, mais eficiente, sendo ainda necessária a adaptação frente a aspectos legais e éticos vigentes e aceitos no local de aplicação.

Palavras-chaves: bem-estar animal; maus-tratos; perícia veterinária.

**REX: COMO UM CÃO AJUDOU UM IDOSO A SUPERAR A SITUAÇÃO DE RUA**

Stefanne Aparecida Gonçalves¹, Brenda Oliveira Matias¹, Rodneia Nogueira Duarte², Paloma Carla Fonte Boa Carvalho³, Aline Bezerra Virgínio Nunes¹, Silvana Tecles Brandão¹, Natália Andrade Amaral Sabioni⁴, Fernanda Melo⁵, Eduardo Geraldo Alves Paiva⁶, Rafael Mendes Justino⁷

¹Médica Veterinária, Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – MG

E-mail: stefanne@gmail.com

²Bióloga, Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte - MG

³Médica Veterinária, Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa da Prata - MG

⁴Assistente social, Serviço Especializado em Abordagem Social, Belo Horizonte – MG

⁵Arte educadora, Serviço Especializado em Abordagem Social, Belo Horizonte - MG

⁶Historiador, Serviço Especializado em Abordagem Social, Belo Horizonte - MG

⁷Psicólogo, Serviço Especializado em Abordagem Social, Belo Horizonte – MG

A população em situação de rua compreende um grupo heterogêneo, que sobrevive em condições de extrema miséria, apresenta vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, não possui moradia convencional regular, e faz uso, temporário ou permanente, de logradouros públicos e de áreas degradadas como espaço de habitação e de sustento. Estima-se a existência de 222 mil indivíduos nessas condições no Brasil; em Belo Horizonte eles são 9.114, dos quais 223 estão na Regional Nordeste, uma das nove regiões administrativas que compõem o município. Objetivou-se relatar uma experiência de superação de situação de rua, por meio de uma rede de atenção à saúde multidisciplinar e intersetorial, com participação da sociedade civil, construída a partir do vínculo afetivo de um indivíduo e seu cão. Em 2019, a Gerência de Zoonoses Nordeste (GERZO-NE) propôs ao Serviço Especializado em Abordagem Social acessar os animais cujos tutores estão em situação de rua. Esta ação ficou conhecida como Projeto Maloca. Foram identificados 22 pontos públicos habitados por pessoas em companhia de seus pets e realizada uma ação conjunta com assistente social, arte educadora, historiador, psicólogo, médicas veterinárias, bióloga e agente de combate a endemias, com oferta de antiparasitários, vacina polivalente e antirrábica a 24 cães e um gato, além de exame de leishmaniose visceral aos primeiros. Além disso, os tutores receberam orientações sobre guarda responsável e castração, cuja cirurgia é realizada gratuitamente pela prefeitura. Posteriormente, as médicas veterinárias da GERZO-NE foram solicitadas a realizar a observação de cães de indivíduos em situação de rua, que brigaram entre si, provocando lesões profundas em um deles, de nome Rex, cujo responsável; um homem negro, de 64 anos, identificado pelas letras AVS, em situação de rua havia três anos, estabeleceu um vínculo com as profissionais em razão da rotina diária de cuidados com o ferimento canino que se seguiu. A abordagem social empreendia esforços na tentativa de convencer AVS a se mudar para uma república destinada ao acolhimento e reinserção de pessoas em situação de rua, todavia o mesmo relutava, por não lhe ser permitido levar consigo o cão. Diante disso, houve uma mobilização entre os integrantes da rede que buscaram, junto a colegas de trabalho e contatos pessoais, um lar temporário para Rex, após a anuência do tutor. Sensibilizada, a associação de moradores de um dos bairros do território permitiu que o cão fosse acolhido em uma horta comunitária mantida pela mesma, além de oferecer a AVS uma oportunidade de trabalho voluntário no local. Desde então, o tutor do Rex mudou-se para uma república, está há 10 meses fora das ruas, convive diariamente com seu cão e estabeleceu uma relação amistosa com a população do entorno, que se organizou para suprir as necessidades materiais do animal. A consolidação dos princípios doutrinários do SUS junto às pessoas em situação de rua e seus animais é indispensável à construção de uma sociedade menos injusta.

Palavras-chave: População em situação de rua; animais; SUS.



SOBRE MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Doutora em Estudos da Linguagem, CEFET/RJ

E-mail: luanefragoso@hotmail.com

Tendo em vista o expressivo número de cães e gatos abandonados nos grandes centros urbanos, é possível perceber a presença constante desses animais em diferentes lugares, dentre os quais, destacam-se: condomínios, estabelecimentos comerciais e instituições de ensino. O aparecimento de animais em instituições de ensino, foco do presente trabalho, sejam essas públicas ou privadas, é um fato recorrente, o que acarreta, na maioria das vezes, a presença do animal comunitário. De acordo com a Lei nº 4.956, de 03 de dezembro de 2008, o animal comunitário é aquele que “apesar de não ter proprietário definido e único, estabeleceu com membros da população local onde vive vínculos de afeto, dependência e manutenção”. A presença de animais comunitários, especialmente, em locais públicos, desperta diferentes reações na comunidade. Há aqueles que buscam ajudá-los, alimentando-os, prestando assistência veterinária e, eventualmente, encaminhando-os para adoção, e há aqueles cujo objetivo é banir os animais do local no qual “escolheram” para se alojar. Diante do exposto, este trabalho objetiva descrever a relação estabelecida entre a comunidade escolar/acadêmica e os animais (especialmente cães e gatos) que aparecem/habitam dois *campi* de uma instituição pública de ensino localizada no estado do Rio de Janeiro, destacando o manejo populacional desses animais, de forma ética e responsável. Mediante a falta de políticas públicas, de uma fiscalização mais efetiva por parte do governo a fim de coibir o abandono de animais nas ruas, e a pouca atuação do poder público frente à problemática apresentada, percebe-se uma nova tendência quando da tentativa de lidar com a presença de animais errantes/comunitários em escolas e universidades. Com vistas a atender a essa nova demanda, grupos de pessoas, geralmente compostos por indivíduos pertencentes à comunidade escolar/acadêmica, se juntam com o propósito de cuidar e solucionar a situação de forma mais digna e ética para os animais, na maioria das vezes, por meio de ações desenvolvidas por coletivos e/ou ações extensionistas.

Palavras-chave: Cães e gatos; Instituição de ensino; Manejo populacional.



TRABALHANDO AS CINCO LIBERDADES ATRAVÉS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA FERRAMENTA DE ADAPTAÇÃO DO BEAGUARAS EM MEIO À PANDEMIA

Davi Renan Moreira Carvalho Melo¹, Fernanda Melo Jucá¹, Israeli Gomes de Souza¹, Bianca Ferreira Gomes da Silva¹, Juliana de Carvalho Xavier¹, Tatiane de Aguiar Sousa¹, Victória Forte Viana¹, Naylê Francelino Holanda Duarte¹

¹Associação de Educação Ambiental Humanitária de Bem-estar Animal, Guarda Responsável e Animais Silvestres – BEAGUARAS. - E-mail: davirenan64@gmail.com

As “cinco liberdades” foram criadas a fim de determinar as necessidades dos animais para atingirem o bem-estar de forma plena, passando por diversas alterações até chegar ao conceito que conhecemos atualmente: livre de fome e sede; livre de desconforto; livre de dor, lesão e doença; livre de medo e angústia; liberdade para expressar o comportamento natural. Existem diversas formas de se trabalhar esse tema, dentre elas as mídias digitais, que com o passar do tempo, mostraram-se cada vez mais frequentes em nossa sociedade, principalmente em tempos de pandemia, pois a população busca-as como forma de entretenimento (distração/diversão), para fins informativos etc. Contudo, o público infantil mostra-se de difícil comunicação, visto que são poucos os que buscam para propósitos educacionais, tanto por motivos de baixo interesse, como por alguns não possuírem acesso à internet. Em virtude disso, o Beaguaras realizou educação ambiental através de histórias em quadrinhos acerca das cinco liberdades dos animais para que nesse período de pandemia, fosse possível atingir os objetivos educativos de forma mais atrativa e acessível para o público infantil. As artes dos quadrinhos foram elaboradas e produzidas por acadêmicos de medicina veterinária, integrantes do Beaguaras com uso de folha A4 e posteriormente digitalizadas para serem postadas no Instagram. Em cada história é retratado uma situação do cotidiano em que pôde ser aplicado uma das cinco liberdades. A linguagem utilizada foi simples para facilitar a compreensão de todo o público e logo abaixo dos quadrinhos foi colocado um texto de forma complementar, este já dispondo de uma linguagem mais complexa para um público selecionado. As postagens tiveram início em maio de 2020 e finalizadas em fevereiro de 2021. A partir das análises feitas por meio das ferramentas do Instagram, percebeu-se que houve um alcance considerável de pessoas nas postagens referentes aos quadrinhos, sendo cerca de 465 insights, além disso, com o início das publicações, várias pessoas passaram a seguir a conta, dentre elas destacam-se adultos entre 18 a 34 anos de idade que possuem convívio com crianças e/ou adolescentes, evidenciando que o público-alvo foi alcançado. Dessa forma, foi comprovado que há uma carência de informações de qualidade acerca do cuidado para com os pets, sendo o motivo da fidelidade do nosso público. Com isso, por meio das histórias em quadrinhos, podemos nos adaptar à realidade atual e oferecer conhecimento para as crianças de forma lúdica, que futuramente se tornarão multiplicadores da guarda responsável. Portanto, é evidente que rotineiramente encontramos situações em que as cinco liberdades dos animais “não são seguidas”, e muitos encaram como situações banais, por já estarem familiarizados com esse cenário e/ou não estarem cientes de como agir. Logo, esse é um tema que deve ser discutido e trabalhado com o público infantil, de forma que eles entendam a definição de bem-estar dos animais e assim possam se tornar adultos melhores no futuro.

Palavras-chave: Educação ambiental; Histórias em quadrinhos; Pandemia.



TREINAMENTO E INTERAÇÃO HUMANO-CÃO, BOAS ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR AS TAXAS DE ADOÇÃO E BEM-ESTAR DE CÃES EM ABRIGOS NO BRASIL

Ana Lucia Baldan¹, Patrícia Ferreira Monticelli¹, Adroaldo José Zanella²

¹Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. - E-mail: lubaldan@usp.br

²Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, Pirassununga, Brasil.

No Brasil, mais de 1,3 milhão de animais entre cães e gatos vivem em situação de vulnerabilidade e mais de 170 mil são mantidos em abrigos superlotados, situação que requer ações imediatas de mitigação. É fundamental lidar com essa situação desafiadora, entender as razões pelas quais os animais são abandonados e promover uma adoção bem-sucedida. Adoções nem sempre são bem-sucedidas e comportamentos indesejáveis dos cães abandonados ou adotados são sempre motivos comuns usados para justificar as altas estatísticas de abandono, no Brasil e no mundo. Os estudos para promover a adoção bem-sucedida de cães mantidos em abrigos no Brasil, são limitados. Estudamos o impacto de um protocolo composto por interação humano-cão positiva (atenção, brincadeira, carinho) e treinamento, aplicado por 20 minutos durante nove dias em 35 cães mantidos no Abrigo Municipal de Pirassununga, São Paulo. Os cães foram retirados individualmente das baias, levados para uma área verde para iniciar com a interação e em seguida foram treinados com comandos básicos como sentar, deitar, caminhar junto e ficar. O protocolo de treinamento aplicado foi baseado em *Schutzhund* que por sua vez foi estruturado nos estudos de Konrad Lorenz e adaptado pela ALB para a realidade dos abrigos brasileiros. A resposta ao protocolo aplicado foi positiva, pois em 5 dias todos os 35 cães estavam caminhando junto com o condutor, em 8 dias todos os 35 cães estavam se sentando e deitando e ao final de 9 dias 34 cães executaram os quatro comandos básicos. O protocolo de interação e treinamento estabelecido, além de proporcionar melhoria no bem-estar animal em abrigos, podem facilitar uma adoção de sucesso, pois os cães treinados estariam acostumados a interagir com humanos e poderiam apresentar comportamentos aceitáveis que possibilitariam adoções bem-sucedidas.

Palavras-chave: Bem-estar Animal; Cães de abrigo; Interação humano-cão.



VACINAÇÃO ANTIRRABICA DOS CASOS DE ACUMULADORES DE ANIMAIS DA REGIONAL NORDESTE NO ANO DE 2020, BELO HORIZONTE-MG.

Helena de Castro Teotonio¹, Fabiane das Graças Caldeira Brant², Jacqueline Reis Cunha Marinho², Brenda Oliveira Matias¹, Rafael de Oliveira Costa¹, Myriam Mundim Mota Brandão², Dario Carebetti Diniz¹, Lindomar Cardoso Ferreira³, Maria do Carmo de Souza³, Ângela Guimarães Pinto Dias², Rodneia Nogueira Duarte²

¹ Técnica(o) Superior de Saúde, Médica(o) Veterinária(o) – PBH.

E-mail: helenacastro@pbh.gov.br

² Técnica Superior de Saúde, Bióloga – PBH

³ Agente Sanitário – PBH

O bem-estar de um indivíduo pode ser mais amplamente compreendido quando se considera o conceito de saúde preconizado pela OMS (1946), onde notamos que o completo bem-estar físico, mental e social definem a higidez de um ser humano. Neste sentido, o transtorno de acumulação é considerado um distúrbio mental que impõe aos envolvidos intenso sofrimento físico, mental, isolamento social e perda significativa de bem-estar individual e coletivo. Neste cenário, as residências de indivíduos que padecem deste transtorno, ou seja, que possuem dificuldade em se desfazerem de objetos e/ou, que não fornecem aos animais sob sua tutela condições mínimas de cuidados veterinários, nutrição, abrigo, saneamento ambiental e outros, se tornam um risco à saúde pública e são considerados, dentro do setor de zoonoses, imóveis sob constante observação. À vista disso, foi realizada uma avaliação espacial dos imóveis identificados previamente como possíveis acumuladores de animais para formulação de estratégias factíveis para o enfrentamento destas situações e planejamento da vacinação antirrábica para o ano de 2020. A saber, a regional Nordeste (NE) de Belo Horizonte (BH), dentro do princípio de descentralização das ações do Sistema Único de Saúde, compõe uma das nove regionais do município; seguidamente, a referida regional é subdividida em 21 áreas de abrangências com as respectivas equipes de zoonoses. Foram considerados casos suspeitos todos os imóveis cujo município possuía a incapacidade de fornecer o completo bem-estar animal e não somente o número de animais presentes. Todos os casos foram avaliados pelas respectivas referências técnicas e os dados foram compilados no programa Excel e fomentaram as ações integrativas entre os setores de limpeza urbana, assistência social, controle populacional e vacinação antirrábica. Isto posto, a Regional NE identificou 28 casos de acumuladores de animais considerados prioridade (alta vulnerabilidade social e grande número de animais) para vacinação à domicílio no ano de 2020, somando 532 gatos e 176 cães. Em seguida, os animais foram vacinados por equipes volantes de agentes de combate a endemias no período de 07/12 a 12/12 do corrente ano. Ao todo foram vacinados 15,42% (82/532) dos gatos e 129% (227/176) dos cães sob tutela dos acumuladores. Durante a vacinação foi possível verificar, no caso dos felinos, a ocorrência de lesões sugestíveis para esporotricose e nos cães, sinais sugestíveis de leishmaniose. Todos os tutores foram orientados sobre guarda responsável, controle populacional e zoonoses. Por fim, foi possível avaliar que a ação de vacinação planejada de forma direcionada garantiu o fornecimento dos serviços disponibilizados pelo poder público, aumentando o vínculo e a confiança entre os acumuladores e o setor de zoonoses, facultando as ações de enfrentamento do transtorno de acumulação de animais e outras zoonoses.

Palavras-chave: Medicina veterinária do coletivo; Saúde pública; Zoonoses.

**VETINFORMA: AÇÕES PARA COMBATE E PREVENÇÃO DE ZOONOSES****Danila Fernanda Rodrigues Frias¹, Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima¹**¹Doutoras, Universidade Brasil, Campus Fernandópolis, São Paulo

E-mail: danila.frias@universidadebrasil.edu.br

As zoonoses são consideradas ameaças importantes para a Saúde Pública, porém, a pouca visibilidade com a qual foram tratadas historicamente as mantém negligenciadas pelas áreas da saúde humana. Não se constituem assim, como prioridade pelo sistema de saúde nacional. Com isso, milhares de indivíduos são acometidos diariamente pelas zoonoses, mesmo sabendo-se que grande contingente destas doenças são preveníveis. Além disso, algumas zoonoses promovem prejuízos econômicos incalculáveis principalmente para a bovinocultura nacional, seja pela queda de produtividade e de qualidade do produto, ou também pela instituição de barreiras sanitárias internacionais que bloqueiam o comércio de produtos de origem animal. Neste contexto, criou-se o projeto de extensão VetInforma, cujo objetivo é difundir informações à população sobre zoonoses colaborando com seu controle e prevenção e minimizando os danos à saúde humana e animal. Realizou-se reuniões com discentes do curso de medicina veterinária com a tutoria de uma professora doutora e médica veterinária onde foram estabelecidas estratégias de educação sanitária para prevenir a ocorrência de zoonoses à população do meio urbano e rural. Em seguida, desenvolveu-se material didático sobre Raiva dos herbívoros, Mormo, Complexo Teníase Cisticercose, Esporotricose, Tuberculose, Leptospirose, Febre Maculosa, Larva Migrans Cutânea, Toxoplasmose e Brucelose. Após a confecção do material didático, foram preparadas pelos alunos palestras educativas sobre os temas propostos que foram proferidas ao público em geral. As palestras foram realizadas em oito locais, contemplando o Sindicato Rural de Fernandópolis, Casa de Agricultura de Macedônia, Praça da Matriz de Fernandópolis, Universidade Brasil, Câmara Municipal de Populina, Casa da Agricultura de Ouroeste, em escola municipal no âmbito do projeto “Escola da Família”, e a Associação Beneficente Maria João de Deus em Fernandópolis. As palestras e a distribuição do material didático impresso foram realizadas pelos alunos do curso de medicina veterinária da Universidade Brasil. No total 500 pessoas tiveram acesso direto às palestras e ao material produzido. Durante as apresentações os questionamentos apresentados pelos participantes foram esclarecidos pelos discentes e pela tutora responsável. O *feedback* positivo sobre a ação realizada foi imediato, por meio dos agradecimentos da população para os responsáveis pela ação educativa, que enfatizaram a necessidade e importância dessa aproximação da universidade/ciência com a população. Desta forma, a execução do projeto VetInforma permitiu demonstrar a importância da realização de ações educativas a população acerca das zoonoses, pois ficou clara a falta de conhecimento sobre o assunto pelo público alcançado. Além disso, estas informações podem contribuir para o delineamento de novas estratégias de ação educativas para serem desenvolvidas no âmbito do projeto VetInforma visando sanar as deficiências elencadas e promover o controle e prevenção das zoonoses, buscando a melhoria da saúde humana e animal.

Palavras-chave: Doenças Negligenciadas; Educação em Saúde; Saúde Pública.



APRESENTAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS

APRESENTADAS ORALMENTE (RESUMOS NA SESSÃO ANTERIOR)

APOIO À FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DO BEM-ESTAR ANIMAL DO AMAZONAS

Camila Martins Pires

PROJETO CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A COVID-19 E A RELAÇÃO HUMANA-ANIMAL EM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-ALAGOAS, BRASIL

Ibenny Emanuel dos Santos Souza

PROJETO VETSAÚDE COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL EM SAÚDE ÚNICA

Maria Alice Pires Moreira, Júlia Caroline Assis Machado

PRÊMIO MARIA PADILHA

TEORIA DO ELO

Prêmio
Melhor Trabalho:
R\$800,00

O **Prêmio Maria Padilha** visa valorizar, reconhecer e divulgar a produção acadêmica das diferentes áreas de conhecimento, referentes à **relação entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais**.

A psicóloga **Maria José Salles Padilha** foi a **primeira** pesquisadora brasileira, talvez latino-americana, a **publicar** pesquisa sobre a **relação entre a violência doméstica e os maus-tratos aos animais**.

Maria Padilha durante anos, dedicou sua vida a incentivar a guarda responsável, implantação de políticas públicas municipais para o **manejo populacional canino e felino**, além de **lutar contra as práticas cruéis** de captura e eliminação de cães e gatos em Pernambuco.

1º Lugar

Bayesian spatial models of the association between interpersonal violence, animal abuse and social vulnerability in São Paulo, Brazil

Oswaldo Santos Baquero, Fernando Ferreira, Marcelo Robis, José Soares Ferreira Neto, Jason ArdilaOnell

2º Lugar

Teoria do Elo: a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal
Stefany Monsalve Barrero, Yasmin da Silva Gonçalves da Rocha e Rita de Cassia Maria Garcia

3º Lugar

A vulnerabilidade na família como determinante de maus-tratos aos animais de companhia
Stefany Monsalve Barrero

Estratégia para avaliação de violência no âmbito da família multiespécie
Yasmin da Silva Goncalves da Rocha, Lucas Galdioli e Rita de Cassia Maria Garcia

PRÊMIO WERNER PAYNE

Manejo Populacional para Cães e gatos

Prêmio
Melhor Trabalho:
R\$800,00

O **Prêmio Werner Payne** visa valorizar, reconhecer e divulgar a produção acadêmica das diferentes áreas de conhecimento, referente a práticas de formas **humanitárias** e eficientes na **promoção do manejo populacional de cães e gatos** em cidades brasileiras e latino-americanas.

O Médico Veterinário **Werner John Payne** é por muitos considerado a “Lenda” do **controle populacional de cães e gatos no Brasil**. Reconhecido e respeitado como referência e liderança pelo Movimento de **Defesa dos Direitos Animais** Nacional e internacional, apoiador e benfeitor em temas onde os animais mais **vulneráveis** estavam envolvidos. Foi o precursor e disseminador no Brasil das técnicas cirúrgicas como a “técnica do gancho”, e a “castração pediátrica” de cães e gatos. Atuou na **humanização** das técnicas de **controle de zoonoses** e **manejo populacional** e no planejamento e agilização dos métodos de **socorro** aos animais atingidos por catástrofes naturais. Participou de programas de controle populacional mostrando que a **transformação** do destino de animais negligenciados por seus tutores passa pelo **controle reprodutivo** de qualidade, pela **educação** e programas eficientes de **adoção**.

1º Lugar

Dinâmica populacional de cães irrestritos: revisão sistemática da literatura e estudo de campo com capturas, marcações, esterilizações e recapturas

Vinícius Silva Belo

2º Lugar

Defining priorities for dog population management through mathematical modelin
Oswaldo Santos Baquero, Akamine, Marcos Amakue Fernando Ferreira

3º Lugar

Dinâmica populacional canina e felina em área urbana: avaliação da estratégia de controle reprodutivo
Rita de Cassia Maria Garcia, Marcos Amaku, Alexander Biondo e Fernando Ferreira

PRÊMIO POSTER

1º Lugar

Aspectos de Saúde Única em Comunicações da Mídia Sobre o Desastre de Derramamento de Petróleo no Nordeste do Brasil

Letícia Koproski, Leonardo José Duda, Maira Zacharias, Éder Paetzhold, Danyelle Stringari, Marina Balbuena, Thaiany Soares.

2º Lugar

Análise do Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos no Campus Pampulha da UFMG

Gustavo Canesso Bicalho, Camila Machado Torres, Werik Dos Santos Barrado, Antônio Barbosa Júnior, Marcelo Teixeira Paiva, Camila Stefanie Fonseca De Oliveira, Graciela Kunrath Lima, Christina Malm, Marcelo Pires Nogueira De Carvalho, Luiz Carlos Villalta, Vania Regina Goveia, Fernanda Louro De Souza, Danielle Ferreira De Magalhães Soares.

Avaliação do Conhecimento sobre Zoonoses para Tutores de Cães Participantes de Campanha de Castração no Município de Araucária, Paraná, Brasil

Luis Fernando Turozi Maussion, Heloise Zavateri Polato, Lucas Galdioli; Jéssica Pinheiro Feliciano do Nascimento, Rita de Cassia Maria Garcia.

3º Lugar

Núcleo de Estudos como Ferramenta de Ensino sobre a Medicina Veterinária do Coletivo na UFPA

Kelly Cristina De Souza, Blenda Araujo Martins Ferreira, Gabriela Cesar Policarpo De Oliveira, Maria Raquel Isnard Moulin.

1º Lugar

Análise do Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos no Campus Pampulha da UFMG

Gustavo Canesso Bicalho, Camila Machado Torres, Werik Dos Santos Barrado, Antônio Barbosa Júnior, Marcelo Teixeira Paiva, Camila Stefanie Fonseca De Oliveira, Graciela Kunrath Lima, Christina Malm, Marcelo Pires Nogueira De Carvalho, Luiz Carlos Villalta, Vania Regina Goveia, Fernanda Louro De Souza, Danielle Ferreira De Magalhães Soares.

2º Lugar

Bem-Estar de Cães Abridados no Sul de Minas Gerais: Quais Pontos Devemos Melhorar?

Diana Cuglovici Abrão

3º Lugar

Projeto Médicos-Veterinários de Rua: Colocando em Prática a Medicina Veterinária do Coletivo

Stefanie Sussai, Fernanda Mantovani Coqui, Lilian Lucon Wahler, André Stroebel De Gerone, Thaís Andrade dos Santos.

Análise da Coocorrência de Casos de Violência Doméstica e Maus-tratos aos Animais

Bruno Pedon Nunes, Larissa Rachel Wolf, Michelle Monique de Alcântara Lucchesi, Rita de Cassia Maria Garcia.

1º Lugar

Apoio à Formulação, Implementação e Execução da Política Estadual do Bem-estar Animal do Amazonas

Camila Martins Pires, Gleice Rodrigues de Souza, Letícia Oliveira Cobello, Kiviane Castro Ribeiro, Gabriela Passos Sampaio, Vanessa Menezes da Silva, Suelen Alves Muniz.

2º Lugar

Avaliação do “Check Out” dos Pets Hospedados pelo Projeto Integra Animal UFAL-Braskem em Maceió-AL

Yana Gabriella de Moraes Vargas, Aline dos Santos Oliveira, Riquelly Amália Dantas Ribeiro, Pamela Thaiany Filgueira da Silva, Helena Emília Oliveira Teodósio, Maria Krislayne Oliveira da Silva, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento, Yane Fernandes Moreira, Pierre Barnabé Escodro, Renildo dos Santos Floresta.

3º Lugar

Projeto Conscientização sobre a Covid-19 e a Relação Humana-Animal em Assentamento no Município de Viçosa-Alagoas, Brasil

Ibenny Emanuel dos Santos Souza, José Alan de Melo Feitosa, José Venicius dos Santos, Ana Paula Menezes Felix, Claudio César dos Santos Freire, José Witley Castanha Lopes, Yana Gabriella de Moraes Vargas, Rayane Caroline Medeiros do Nascimento, Tobiyas Maia de Albuquerque Mariz, Pierre Barnabé Escodro.

PRÊMIO APRESENTAÇÃO ORAL

PRÊMIO “EU FAÇO A DIFERENÇA EM 5 MINUTOS”

HOMENAGEADOS

O Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo reconhece os trabalhos em manejo populacional de cães e gatos em benefício das pessoas, dos animais e do meio ambiente e concede os seguintes Títulos:

Elly Hiby

Diretora do International Companion Animal Management Coalition (ICAM).

Título: Destaque Internacional em Medicina Veterinária do Coletivo

Melania Gamboa

Gerente de Programas de Animais de Companhia pela World Animal Protection de 2010 a 2021.

Título: Destaque em Medicina Veterinária do Coletivo

Rosângela Ribeiro Gebara

Gerente de Programas de Animais de Companhia pela World Animal Protection de 2010 a 2021.

Título: Destaque em Medicina Veterinária do Coletivo

Vania Plaza Nunes

Diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e Consultora do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC).

Título: Associada Honorária IMVC

VACCICheck®

Avalie a proteção de cães
contra Cinomose,
Parvovirose e Hepatite.



O Kit VacCICheck é
um teste Dot-ELISA ideal
para avaliar o estado
de imunidade de cães
sobre três patógenos:
**Hepatite Infecciosa
Canina (ICH/CAV),
Parvovirose Canina (CPV)
e Cinomose Canina (CDV).**

Produto desenvolvido para
dar suporte ao médico veterinário,
no que se refere a elaboração de
protocolos vacinais individualizados
e diagnóstico rápido da Cinomose,
Parvovirose e Hepatite canina.

VP DIAGNÓSTICO

Kits para diagnóstico veterinário.

Consulte as condições de compra

info@vpdiagnostico.com.br
vpdiagnostico.shop

Acesse nossas redes sociais:

   VPDiagnostico

A VP Diagnóstico atua em todo o
Brasil desde 2007 com um portfólio
composto por:

Kits sorológicos
Tipagem sanguínea
Dermatologia
Bioquímico e reprodução

COM O USO DO VACCICHECK É POSSÍVEL:

Avaliar a imunidade contra as doenças
essenciais da fêmea no pré-acasalamento
(relação direta de anticorpos maternos no filhote);

Avaliar proteção dos filhotes após as vacinações iniciais;

Avaliar proteção de cães idosos, doentes crônicos,
alérgicos ou que estejam em tratamento imunossupressivo;

Identificar cães classificados como "não responsivos".

Os kits da VP Diagnóstico são precisos, seguros, rápidos e registrados junto ao Ministério da Agricultura – MAPA.
Produtos ideais para médicos veterinários, clínicas, hospitais e laboratórios.

Clínica Veterinária

Revista de educação continuada do clínico veterinário de pequenos animais

Indexada na Web of Science – Zoological Record,
no Latindex e no CAB Abstracts

Artigos identificados com DOI

26 anos de artigos científicos disponíveis no
acervo digital

Versão digital com acesso por meio de versão
para desktop e aplicativos para iOS e Android

Assine pela internet

revistaclinicaveterinaria.com.br/blog/loja/
cvassinaturas@editoraguara.com.br



Central de assinaturas
(11) 98250-0016



Assine já!



PPGCV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS-UFPR

